Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Daniel Escorel Alencar

Políticas Culturais para o Multilinguismo na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Março de 2026

Políticas Culturais para o Multilinguismo na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Daniel Escorel Alencar

UMinho | 2026

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Daniel Escorel Alencar

Políticas Culturais para o Multilinguismo na Comunidade de Países de Língua Portuguesa

Tese de Doutoramento
Estudos Culturais

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Manuel Gama e
Professora Doutora Rosa Cabecinhas

Março de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição CC BY

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/

AGRADECIMENTOS

Para Sof, que aparece todos os dias em minha vida.

Esta investigação foi financiada pela Fundação para Ciência e a Tecnologia de Portugal (FCT)

UI/BD/151209/2021

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

STATEMENT OF INTEGRITY

I hereby declare having conducted this academic work with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of undue use of information or falsification of results along the process leading to its elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged the Code of Ethical Conduct of the University of Minho.

Políticas Culturais para o Multilinguismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

RESUMO

Esta investigação analisa criticamente a cooperação cultural internacional no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mobilizando uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, que articula análise documental institucional a estudos de caso em Cabo Verde, Angola e Brasil. Examina-se como, apesar do discurso oficial de valorização da diversidade cultural e da interculturalidade, a centralidade atribuída à língua portuguesa no estabelecimento de políticas de cultura persiste como eixo normativo, frequentemente operando como mecanismo de exclusão simbólica e material de outras comunidades linguísticas. Nos grandes centros urbanos desses países, no entanto, observa-se a vitalidade crescente de práticas culturais em línguas autóctones, cuja potência estética, política e epistemológica tem sido sistematicamente negligenciada pelas políticas culturais da CPLP.

Através de análise comparada com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e a Organização Internacional da Francofonia (OIF), busca-se evidenciar que, mesmo sob limitações semelhantes, essas instituições vêm demonstrando maior abertura à inclusão de línguas indígenas e crioulas como sujeitos protagonistas de políticas públicas e operando mudanças estruturais. Esse contraste permite revisitar criticamente o conceito de lusofonia, expondo seu caráter excludente e as maneiras controladas e hierarquizadas de sintetizar diversidades, com impacto limitado sobre as estruturas de poder.

Na contramão, destacam-se agentes não estatais que desafiam modelos tradicionais e ensaiam políticas culturais integrando diversidade e justiça linguística, superando institucionalidades restritivas e fortalecendo sociobiodiversidades que promovem uma CPLP mais plural e cooperativa.

Palavras-chave: CPLP; multilinguismo; diversidade cultural; políticas culturais; cooperação internacional

Cultural Policies for Multilingualism in the Community of Portuguese Language Countries

ABSTRACT

This research critically examines international cultural cooperation within the Community of Portuguese Language Countries (CPLP), employing a qualitative and interdisciplinary approach that combines institutional document analysis with case studies in Cape Verde, Angola, and Brazil. It investigates how, despite the official discourse valuing cultural diversity and interculturality, the centrality attributed to the Portuguese language in the formulation of cultural policies persists as a normative axis, often functioning as a mechanism of symbolic and material exclusion of other linguistic communities. In the major urban centers of these countries, however, there is growing vitality in cultural practices expressed in autochthonous languages, whose aesthetic, political, and epistemological power has been systematically neglected by the CPLP's cultural policies.

Through a comparative analysis with the Organization of Ibero-American States (OEI) and the International Organization of La Francophonie (OIF), the study shows that, despite similar limitations, these institutions have demonstrated greater openness to the inclusion of Indigenous and Creole languages as key actors in public policy, thereby enabling structural change. This contrast allows for a critical reassessment of the concept of Lusophony, exposing its exclusionary character and its controlled and hierarchical ways of synthesizing diversities, with limited impact on existing power structures.

In contrast, non-state actors emerge who challenge traditional models and experiment with cultural policies that integrate diversity and linguistic justice, overcoming restrictive institutional frameworks and strengthening sociobiodiversity in pursuit of a more plural and cooperative CPLP.

Keywords: CPLP; multilingualism; cultural diversity; cultural policies; international cooperation

ÍNDICE

Lista de Siglas viii
Introdução 11

PARTE I – Centro e Margem: Arquiteturas da Hegemonia Linguística

1. Entre o Simbólico e o Estrutural: Políticas da Diferença e Hegemonia Linguística nas Políticas Culturais Internacionais 22

2. Uma Dialética da Responsabilidade Cultural na Governança da Diversidade em Espaços Geolinguísticos Pós-Coloniais 37

3. Os Três Espaços Linguísticos (TEL): Uma Análise Comparada da Evolução das Políticas de Cultura para a Diversidade Linguística.....70

PARTE II – Movendo o centro: arquiteturas de reterritorialização linguística e cultural na CPLP

4. Tan Kalakatan: A Língua Cabo-verdiana na Internacionalização da Cultura 138

5. Muxima: A Cultura Digital para o Resgate, Promoção e Renovação do Patrimônio Cultural Angolano 188

6. Nhe'ẽ Porã : A Produção Cultural para a Revitalização da Língua-território Guarani.....246

Conclusão 300

Referências 305

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACCT – Agência de Cooperação Cultural e Técnica

ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

ACP – Programa de Assistência aos Países de África, Caribe e Pacífico

ASEAN – Associação de Países do Sudeste Asiático

ATL – Acampamento Terra Livre

CCCV – Centro Cultural Cabo-verdiano

CCM – Centro Cultural do Mindelo

CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central

CEDEAO – Comunidade Econômica do Estados da África Ocidental

CELRoM – Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias

CGY – Comissão Guarani Yvyrupa

CILPE – Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola

CIRLIN – Congresso Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minoritárias

CNL – Comissão Nacional das Línguas

CNAD – Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTT – Correios, Telégrafos e Telefones

DUDL – Declaração Universal dos Direitos Linguísticos

EIDLI – Encontro Internacional sobre Diversidade Linguística Indígena

ELNOA – Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana

ELP – Estratégia de Longo Prazo

EM – Estados-Membros

EOA – Emissora Oficial de Angola

EUNIC – European Union National Institutes for Culture

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento

FIDELCA – Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Estudos de Línguas e Civilizações Africanas

Flip – Festa Literária Internacional de Paraty

Funai – Fundação Nacional do Índio

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

ICC – Indústrias Culturais e Criativas

IIALI – Instituto Iberoamericano de Línguas Indígenas

IILP – Instituto Internacional da Língua Portuguesa

ILG – Inventário da Língua Guarani Mbya

INDL – Inventário Nacional da Diversidade Linguística

INALI – Instituto Nacional de Línguas Indígenas

IPC – Instituto do Património Cultural

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPOL – Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística

ISA – Instituto Socioambiental

LDC – Least Developed Countries

LN – Línguas Nacionais

MASP – Museu de Arte de São Paulo

MCI – Museu das Culturas Indígenas

MLP – Museu da Língua Portuguesa

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OIF – Organização Internacional da Francofonia

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

Otan – Organização do Tratado do Atlântico Norte

OEI – Organização dos Estados Ibero-americanos

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OUA – Organização da Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PLIA – Prêmio de Literaturas Indígenas de América

PLEI – Plano Estratégico Intersetorial da Cultura

PNC – Plano Nacional de Cultura

PND – Plano de Desenvolvimento Nacional (Angola)

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROCULTURA PALOP-TL – Programa de Apoio à Cultura nos PALOP e Timor-Leste

ProAC – Programa de Ação Cultural

RCV – Radiotelevisão Cabo-verdiana

RNA – Rádio Nacional de Angola

RTP – Rádio e Televisão de Portugal

SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

SEGIB – Secretaria-Geral Ibero-americana

TEL – Três Espaços Linguísticos

UE – União Europeia

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNPAAERD – Programa de Ação para a Recuperação Econômica e o Desenvolvimento de África

URDI – Feira de Artesanato e Design de Cabo Verde

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

VNA – Vídeo nas Aldeias

Índice de Figuras

Figura 1 - PEN International World Conference on Linguistic Rights @Catalan Centre..... 23

Figura 2 - Centro Nacional de Artesanato (CNAD) @Daniel Escorel..... 163

INTRODUÇÃO

Por lusofonias crioulas: reparação, valorização e promoção do patrimônio linguístico da CPLP

– é que a vida tem muitos lados – dizia a Avó Kunjikise
– a falar a sua língua, mãe? faz bem, para não esquecer
– hum – riu a velha –, não se esquece a língua do nosso coração. falo umbundu é para ver se os mortos ainda me estão a ouvir...

Os transparentes

(Ondjaki, 2012, p.274)

Quando Aimé Césaire (1950) denunciou as contradições e a relação estrutural do colonialismo europeu com o fascismo, em uma defesa por uma ruptura radical com os paradigmas de dominação colonial, grande parte dos países africanos e asiáticos ainda não eram nações independentes, sendo colônias controladas pela Inglaterra, França, Holanda ou Portugal. Dos países que hoje compõe enquanto Estados-Membros (EM) a CPLP, apenas o Brasil havia alcançado a independência em relação ao domínio português.

Não é de surpreender portanto que o discurso articulado por Césaire à época tenha encontrado enorme resistência, tendo sido denunciado por sua suposta radicalidade. Carregado de forte componente cultural, seu pensamento deixava expostas as profundas sombras que o Iluminismo europeu projetava sobre o resto do mundo e colocava em causa as frágeis bases de um universalismo pretensamente humano e de caráter globalizante. Escrevendo logo após a Segunda Guerra Mundial, em um momento político internacional marcado pelo élan humanista da aliança euro-americana, definido pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e de uma nova ordem global, Césaire, escrevendo desde as Antilhas, mexia sem maiores rodeios em uma ferida ainda aberta ao dizer que antes de serem vítimas do facismo nazista, os europeus teriam sido cúmplices do mesmo. Antes de sofrê-lo, os europeus o absolveram, fecharam os olhos diante dele e o legitimaram, porque, até então, ele só havia sido aplicado a povos não europeus (Césaire, 1950, p.13). O martinicano afirmava que, no

fundo, aquilo que não se perdoava a Hitler, não era o crime contra a humanidade em si, mas sim o crime contra o Homem branco e sua humilhação – era o fato de ter-se aplicado à Europa aqueles métodos colonialistas que já há séculos moldavam as realidades latino-americanas, africanas e asiáticas.

No século XXI, ainda ressoa a retórica de ser o holocausto o maior crime contra a humanidade, na continuação de uma perpétua tentativa de hierarquização cultural que busca impor escalas de valor para a dor, o sofrimento e a desgraça humana. Em última instância, aquilo que denunciava Césaire como sendo o abismo ético e político do colonialismo não confirma-se somente na brutalidade dos fatos, mas também na arquitetura discursiva que soube perpetuar-se, o legitimando, naturalizando e reproduzindo ciclicamente. A violência colonial, seja ela física, econômica ou simbólica, depende em realidade de um regime de enunciação que determina o que pode ser dito, por quem, e com que efeitos de verdade. É a produção discursiva que cria as condições de possibilidade para que determinadas vidas sejam consideradas sacrificáveis, determinados saberes, inferiores, e determinadas línguas, invisíveis. O discurso, neste sentido, não é um simples reflexo da opressão, mas o seu principal mecanismo de sustentação: é ele que organiza o mundo em hierarquias, que estetiza a desigualdade, que transforma dominação em destino e silenciamento em normalidade.

A colonização das línguas, a imposição de cânones linguísticos e determinismos para o pensamento, e a negação da diversidade como valor epistêmico são, assim, expressões de uma mesma racionalidade que opera por meio da exclusão e da normatização. Compreender essa dimensão discursiva da opressão permite deslocar o foco da denúncia apenas da violência visível para os processos subterrâneos de legitimação e reprodução da desigualdade, situando a linguagem como campo estratégico na luta por justiça e por reimaginação radical das estruturas que sustentam o mundo contemporâneo.

E é justamente nesse entrecruzamento entre linguagem, poder e memória histórica que se inscreve o projeto da CPLP, cuja constituição enquanto bloco internacional oferece um caso paradigmático para a análise destas tensões e a persistência de projetos de homogeneização cultural ainda nos dias mais atuais. Fundada sob o signo da "língua comum", a CPLP afirma-se como espaço de cooperação solidária entre Estados historicamente ligados pela experiência colonial portuguesa. A escolha do português como eixo estruturante da comunidade, embora compreensível do ponto de vista histórico e geopolítico, levanta importantes questões sobre a persistência de hierarquias herdadas do mesmo colonialismo que denuncia Césaire – inalterado em sua macroestrutura. A organização torna-se, assim, terreno fértil para a investigação e a crítica das formas contemporâneas de colonialidade linguística e cultural, assim como das possibilidades para a sua superação. Conforme o coloca

Lourenço (2014), ao refletir sobre os "impensados" da trajetória moderna portuguesa, talvez seja menos sobre as rupturas dos projetos imperiais e mais sobre as suas continuidades que devamos voltar a atenção para compreender como essas heranças ainda se projetam sobre um presente partilhado e incômodo.

Afinal, são estimadas em 339 diferentes línguas aquelas que pensam, criam e traduzem cotidianamente as paisagens dos mais de 10,7 milhões de quilômetros quadrados que delimitam as fronteiras de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, representando cerca de 5% das línguas faladas no mundo inteiro (Oliveira, 2015). Estas línguas, longe de serem meras ferramentas de comunicação, constituem formas singulares de interpretar, organizar e transformar o mundo. Elas representam epistemologias enraizadas em territórios, cosmovisões plurais e modos de vida que sobrevivem, resistem e se recriam apesar dos séculos de violência promovida pela colonização linguística. Como veremos, a questão linguística está longe de ser anódina. Embora os mecanismos tenham se transformado, a dominação dos corpos, dos meios e dos recursos, historicamente operacionalizada por meio da linguagem e da cultura, continua a produzir exclusão e violência, agora sob formas menos visíveis, porém tão igualmente eficazes.

No contexto da Década Internacional das Línguas Indígenas 2022–2032 (DILI), proclamada pela ONU, e no transcurso de novas ondas do pensamento decolonial, emerge com força a necessidade de deslocar-se o eixo das políticas culturais e linguísticas para além de uma valorização retórica de um conceito vazio de diversidade. O momento exige revisões estruturais profundas, tanto no plano dos discursos quanto das práticas institucionais. Se por um lado reconhece-se que a linguagem humana não apenas reflete o mundo, mas também ativamente o constrói, torna-se imperativo interrogar: quais são as línguas consideradas ferramentas legítimas para essa construção? Quais são os sistemas de codificação de mundos que são promovidos, preservados ou então silenciados nas esferas de produção do saber, da comunicação internacional e da cooperação cultural?

A escritora moçambicana Paulina Chiziane, vencedora do Prêmio Camões em 2023 — a mais alta distinção da literatura em língua portuguesa — afirmou, ao receber a honraria pelo conjunto de sua obra escrita em português, que esta língua, para ser de todos os povos que a falam, precisaria de tratamento, limpeza e descolonização. Refletindo sobre a relação entre a língua europeia e as muitas línguas autóctones de Moçambique, e denunciando a interculturalidade unilateral a qual estão submetidos diversos povos dentro desta relação, questionou: "O império colonial dizia 'eu tenho, mas tu não tens', e não é justo. Tenho uma língua materna e uma que me foi dada. Por que tenho de

aprender a que me é dada? E por que não aprendem a minha?"[1].

A noção de que a emancipação dos povos colonizados se esgota na independência política ou na formação de Estados-Nação revela-se profundamente limitada. É preciso avançar para a desativação dos postulados e dispositivos linguístico-culturais do colonialismo remanescentes. Estes persistem em estruturas institucionais ceifadoras de cidadanias, práticas educativas e políticas públicas que continuam a privilegiar as línguas e culturas coloniais em detrimento das línguas originárias e afrodescendentes, e por consequência as culturas que veiculam, os saberes que sustentam e os mundos cuja existência possibilitam. Tal processo de reconhecimento não implica o abandono das línguas coloniais no amplo processo de hibridização das culturas (Canclini, 1990), mas sim sua ressignificação, a partir de relações horizontais, pluricêntricas e justas entre línguas e culturas. A diversidade linguística deve ser entendida como condição primordial de possibilidade para a justaposição de justiça cognitiva e a equidade cultural.

Essa nova virada linguística, que se manifesta em debates acadêmicos, normas jurídicas, políticas culturais e movimentos sociais, aponta para a necessidade urgente de uma reorganização das hierarquias epistêmicas, a começar pelas línguas. Se a cultura não pode ser pensada de forma dissociada do poder (Martins, 2015, p. 256), isso implica reconhecer que as formas dominantes do saber e expressão foram historicamente moldadas por relações assimétricas que se refletem igualmente na linguagem, nas línguas. Em contraponto às monoculturas da mente (Shiva, 1993), a produção e reprodução de conhecimento, está diretamente implicada na valorização das línguas subalternizadas e na possibilidade de que múltiplas racionalidades coexistam no espaço público internacional.

Amílcar Cabral (1975) e Paulo Freire (1979) situam-se como referências fundamentais da teoria crítica lusófona ao evidenciarem a centralidade da cultura e da diversidade linguística na luta pela libertação e emancipação dos povos. Para Cabral, a cultura não era apenas expressão, mas fator de libertação, articulando política, economia e identidade como bases da luta contra o colonialismo. Freire, por sua vez, ao implicar-se ativamente nos processos de independência de países africanos de língua portuguesa, acreditando e fortalecendo a cooperação Sul-Sul transatlântica em um momento crítico de sua refundação, reforçou que toda educação é política e que a reconstrução nacional exigiria a afirmação da identidade cultural como condição *sine qua non* de emancipação. Em seu diálogo e relação, ambos revelam a potência das possibilidades de arquipelização das culturas e do encontro de culturas e saberes, apontando para uma concepção de diversidade cultural e linguística não como

[1] https://www.lusa.pt/culture/article/2023-05-05/40734050/escritora-paulina-chiziane-pede-descolonização-da-l%C3%ADngua-portuguesa, acesso em 06/05/23

adorno, mas antes como fundamento estratégico de criação de futuros comuns.

Ao refletir sobre o papel da CPLP nesse cenário, torna-se evidente a urgência de passar do discurso à ação, com desenhos alternativos, geografias policêntricas e coreografias que traduzam-se em políticas concretas, recursos e mecanismos que possam fortalecer as línguas indígenas, crioulas e afrodescendentes de seus EM. Tais línguas não podem mais ser vistas como acessórios culturais ou como reservas folclóricas, mas devem sim passar a ser compreendidas como ativos fundamentais de soberania, conhecimento, cidadania e cooperação internacional. A comunidade dita lusófona tem a oportunidade — e a responsabilidade histórica — de dotar-se dos estandartes de sua multiplicidade de conhecimentos e possibilidades, para passar então a ser referência na promoção de uma diplomacia cultural verdadeiramente intercultural, pautada pelo reconhecimento da potência da pluralidade de modos de existência combinados.

A poética da relação proposta por Glissant (1990) e o entendimento da creolização como um processo de abertura à imprevisibilidade e ao outro, operam aqui como sustentáculos de uma proposição que defende a arquipelização do espaço lusófono: uma reorganização simbólica e política que privilegia a multiplicidade, o rizoma (Deleuze e Guattari, 1980), o entrelaçamento e a coabitação das diferenças, em lugar da fixidez das raízes arbóreas e dos centros dominantes. No Atlântico Sul, dentre as correntes de heranças compartilhadas entre África, América, Europa e Ásia, serve este pensamento como pedra angular de um renovado pacto comunitário, marcado por justiça e horizontalidade, para a revitalização das línguas e culturas e seus modos, práticas e conhecimentos silenciados.

A diversidade linguística, quando reconhecida como fundamento da pluralidade cultural, impõe uma série de desafios teóricos, políticos e institucionais para os arranjos internacionais que visam à cooperação cultural e ao exercício equitativo dos direitos culturais em contextos pós-coloniais. Para tratar deste complexo campo de tensões, o presente trabalho adota uma abordagem crítica interdisciplinar, ancorada no diálogo entre os Estudos Culturais, a sociologia da cultura, a teoria crítica pós-colonial e a sociolinguística, com especial atenção aos aportes provenientes de pensadores e pensadoras do Sul global. Estes pensadores e pensadoras, no compartilhamento solidário de estratégias de compreensão e superação dos paradigmas e feridas coloniais imputadas, contribuem para reorientar a epistemologia dominante no debate internacional sobre cultura, e oferecem um quadro analítico para buscar atualizar os debates sobre diversidade nas comunidades que compartilham a língua portuguesa.

A metodologia adotada combina pesquisa documental e análise de conteúdo de fontes primárias (legislação, acordos multilaterais, resoluções, programas de cooperação, relatórios de

organizações multilaterais e arquivos institucionais da CPLP); a análise comparada entre modelos de políticas culturais e linguísticas desenvolvidos em diferentes contextos geolinguísticos e estudos de caso focados em Cabo Verde, Angola e Brasil, enriquecidos pelo pensamento de agentes culturais e institucionais de destaque nestes países, diretamente ligados a processos de valorização, fortalecimento e promoção de línguas indígenas e autóctones como o kimbundu, o guarani e o cabo-verdiano. A escolha dos estudos de caso se deu com base em sua relevância enquanto expressões de uma diversidade linguística cada vez mais ativa e presente na produção cultural contemporânea, e como contraponto à hegemonia da língua portuguesa no espaço institucional de cooperação internacional da CPLP.

Além da pesquisa documental, o percurso metodológico incluiu assim a realização de 11 entrevistas semi-estruturadas com agentes culturais da sociedade civil, representantes de instituições culturais estatais, gestores de órgãos governamentais e acadêmicos especializados em políticas linguísticas e culturais que concordaram voluntariamente em partilhar seus conhecimentos e impressões e deram seu aval para serem mencionados e identificados. As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro flexível, permitindo a comparabilidade entre respostas e, ao mesmo tempo, a abertura para captar nuances, experiências locais e perspectivas críticas. A seleção dos interlocutores seguiu critérios de relevância e diversidade, buscando abarcar diferentes posições institucionais e trajetórias de atuação no campo da cultura e da valorização linguística. A análise qualitativa das entrevistas foi articulada com a categorização dos documentos em três eixos: normativos, incluindo tratados, estatutos e resoluções; programáticos, como planos de ação, programas culturais e agendas estratégicas; e avaliativos, a exemplo de relatórios e balanços institucionais.

O trabalho apresenta-se organizado em seis capítulos que visam construir uma crítica fundamentada às desigualdades estruturais historicamente consolidadas, ao mesmo tempo em que propõem caminhos possíveis para sua superação. O primeiro capítulo, 1. Entre o Simbólico e o Estrutural: Políticas da Diferença e Hegemonia Linguística nas Políticas Culturais Internacionais, examina os principais marcos normativos internacionais para a defesa da diversidade cultural e linguística — como a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (DUDL) (1996), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (2005), a Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias (1992), a Declaração de los Pinos - Chapoltepek (2020), e a comunicação final da MONDIACULT (2022). Considera-se assim como o vocabulário da diversidade, embora formalmente adotado, muitas vezes convive com práticas excludentes que reafirmam a hegemonia de certas línguas, culturas e economias, em detrimento de outras na promoção de uma determinada forma de diversidade cultural, evidenciando a disjunção entre discurso e prática

institucional. O capítulo propõe a leitura desses paradoxos a partir da crítica à colonialidade do saber linguístico, evidenciando que, em vez do direito à diferença, a política da homogeneidade cultural impôs o direito à uma indiferença sufocante (Santos, 2006).

Um segundo capítulo, intitulado 2. Uma Dialética da Responsabilidade Cultural na Governança da Diversidade em Espaços Geolinguísticos Pós-Coloniais, propõe uma leitura simbólico-política da relação entre línguas coloniais e línguas autóctones, com base em reflexões éticas e filosóficas sobre responsabilidade cultural e justiça linguística. A expressão "línguas do diabo", usada reiteradamente por colonizadores para estigmatizar idiomas africanos e indígenas americanos na conquista e subjugação cultural de povos diversos, é contrastada com as "línguas do Homem", legitimadas como instrumentos de civilização, iluminação, verdade e expansão de um modelo positivista, heteronormativo e patriarcal de opressão. O capítulo argumenta que reconhecer a humanidade plena de uma comunidade passa necessariamente por reconhecer a legitimidade de sua cultura e sua língua, e que qualquer projeto intercultural deve abarcar o enfrentamento dos amplos legados da exclusão linguística. Chama-se a atenção aqui à responsabilidade que detêm os povos europeus e as políticas atreladas às línguas de origem europeia em ajustar desigualdades persistentes de exclusão.

O terceiro capítulo, Os Três Espaços Linguísticos (TEL): Uma Análise Comparativa da Componente Linguística nas Políticas Culturais da CPLP, OEI e OIF, busca dar conta de realizar uma análise comparada das diferentes abordagens contemporâneas à diversidade linguística, adotadas por três organizações internacionais que institucionalizam os espaços geolinguísticos decorrentes da colonização: a CPLP, a OEI e a OIF. A partir da análise documental, identifica-se o grau de institucionalização das línguas não-hegemônicas em cada organização, a presença (ou ausência) de programas de promoção ativa de línguas indígenas e crioulas, e os desafios da governança da diversidade em espaços multilíngues pós-coloniais. Com foco na CPLP, o capítulo busca contrastar a experiência desta com a de outros espaços, em um esforço para apontar as possibilidades de êxito na reformulação deste projeto.

Uma segunda parte deste trabalho, intitulada Movendo o Centro, presta homenagem à obra de Ngũgĩ wa Thiong'o (1938-2025) e toma inspiração em sua proposta de mover-se os centros de referência para lograr êxito nas lutas de libertação cultural (wa Thiong'o, 1993). Adentra-se a partir deste panorama três estudos de caso que contrastam a experiência institucional e a política internacional à dimensão interna de Cabo Verde, Angola e Brasil, e aquilo que movimenta-se desde a sociedade civil organizada no campo da cultura.

Assim, o capítulo quarto, Tan Kalakatan: A Língua Cabo-Verdiana na Internacionalização da Cultura, investiga o papel da língua cabo-verdiana no processo de auto-determinação e posicionamento

internacional de Cabo Verde. Colocando em diálogo os processos políticos institucionais e a produção cultural e artística do país neste exercício de reflexão, analisa-se a tensão entre o processo de reconhecimento institucional da língua materna cabo-verdiana frente à hegemonia da língua portuguesa nos espaços de poder e legitimidade, buscando colocar luz sobre o papel das políticas de cultura para o emergente processo de fortalecimento e valorização do idioma nativo.

O quinto capítulo olha para a realidade angolana. Muxima: A Cultura Digital para o Resgate, Promoção e Renovação do Patrimônio Cultural Angolano contrasta a contraditória trajetória institucional angolana na criação e efetivação de um arcabouço institucional para a proteção e promoção de suas línguas nacionais à emergência de projetos digitais independentes que buscam preencher o vazio de políticas de cultura que respondam às muitas e diversas necessidades da diversidade cultural nacional no estabelecimento de modelos de organização do setor da cultura, marcado pela crescente industrialização das práticas criativas. Apresentando uma análise histórica da documentação oficial nacional, contraposta aos principais movimentos culturais e políticos que encontraram na defesa da exceção cultural angolana pontas de lança de uma luta de resistência, discute-se como a tecnologia pode ser aliada no processo de descolonização linguística e no fortalecimento de patrimônios imateriais ameaçados de extinção e como as políticas de cultura não apenas devem estar alinhadas à essa movimentação e suas necessidades, mas também aí encontrar terreno fértil de inspiração para seu desenho.

Em um sexto e último capítulo, analisa-se o caso brasileiro e o papel cada vez mais proeminente que a língua guarani detêm no processo de emancipação e garantia dos direitos culturais indígenas no país. Nhe'ẽ Porã: A Produção Cultural para a Revitalização da Língua-Território Guarani, ao propor uma análise mais ampla do cenário cultural brasileiro e o posicionamento das línguas e culturas indígenas, observa a forma como indígenas guarani têm utilizado mídias diversas para reafirmar suas línguas como formas de habitar e resistir aos processos de apagamento territorial e linguístico. A língua, aqui, é compreendida como "território-matriz" e como instrumento de luta e reconstrução cosmopolítica. Ao analisar o caso de uma língua que atravessa fronteiras na América do Sul, e que é a principal língua indígena falada na maior capital e coração financeiro do Brasil, o capítulo trata de relacionar o desenvolvimento das lutas indígenas no país à evolução do arcabouço institucional da cultura, apontando para os mais recentes processos de inclusão e renovado protagonismo indígena brasileiro.

A ordem de apresentação dos estudos de caso, longe de ser alfabética, busca partir do arquipélago que serviu de centro de pesquisa, adaptação, mediação, tradução e transformação de bens, culturas e pessoas, tendo sido durante muitos anos uma das principais plataformas giratórias

para o tráfico de pessoas no Atlântico Sul. Esta potência sintetizadora de Cabo Verde serve de inspiração para retomar o conceito de Glissant e olhar, com os olhos da crioulização, para Angola e o continente africano, em um segundo momento, e para a forma como este não apenas transpôs-se para as Américas, no colosso do Brasil, mas também foi por elas transposto em seu próprio eixo, em um movimento de mútua influência e recriação cultural. Neste exercício, o caminho de ida e o da volta confundem-se, e não são jamais os mesmos.

Por fim, a conclusão retoma os principais argumentos desenvolvidos ao longo dos capítulos e reafirma a proposta de uma creolização progressiva e arquipelização política e simbólica do espaço lusófono, para sua possível refundação enquanto projeto comunitário. Sustenta-se que apenas por meio do reconhecimento efetivo da diversidade linguística como componente estruturante da cultura será possível construir relações interculturais equitativas. A CPLP, enquanto organização transnacional, tem diante de si a oportunidade de liderar um processo de transformação institucional, passando de uma comunidade organizada em torno de uma língua única e do postulado ideológico da ressaca imperial, para uma comunidade verdadeiramente plural, inclusiva e em constante relação.

Este projeto de investigação de doutoramento foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal. Teve como ponto de partida e inspiração a realização por parte deste autor de um estágio de Mestrado junto à Direção para Ação Cultural e Língua Portuguesa (DACLP) do Secretariado Executivo da CPLP, no ano de 2015 e a efetivação do projeto editorial independente *CIRCULADOR*, junto a Juliana Barreto Tavares na cidade de São Paulo, Brasil, entre os anos de 2019 e 2020, com financiamento da Secretaria de Cultura e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo, através do programa ProAC, assim como do I.C – Camões e do Consulado Geral de Portugal em São Paulo. Em duas edições distintas, *Redes Culturais na CPLP* e *Pandemia Cultural – O impacto da Covid-19 no setor cultural dos países de língua portuguesa*, o projeto apresentou pesquisa dedicada à produção e difusão de investigação, debates e diálogos culturais focados nas questões de diversidade cultural e linguística nos países de língua oficial portuguesa, com ênfase na prática artística de agentes, coletivos e instituições culturais oriundos dos EM que compõe a organização.

Com ênfase nos discursos, estruturas e práticas da CPLP e para oferecer contributo, desde a rubrica dos Estudos Culturais, à construção desta comunidade que partilha laços históricos e culturais, a investigação traz para os debates a urgência de repensar os modelos de cooperação internacional que ainda operam a partir destas estruturas coloniais implícitas; a necessidade de articular política cultural e cultura política nos marcos da justiça linguística; e, finalmente, a possibilidade de imaginar novos projetos comunitários plurilíngues, horizontais que sejam efetivamente interculturais.



PARTE I – CENTRO E MARGEM: ARQUITETURAS DE HEGEMONIA LINGUÍSTICA

O percurso teórico e analítico desta primeira parte organiza-se em torno de um movimento duplo: por um lado, historicizar a defesa dos direitos linguísticos no marco das políticas culturais internacionais e, por outro, confrontar o modo como diferentes espaços geolinguísticos – ibero-americano, lusófono e francófono – têm respondido às tensões entre diversidade cultural, hegemonia linguística e colonialidade. O texto parte de referências fundacionais, como a Declaração de Asmara (2000), a DUDL (1996) e Bandung (1955), para evidenciar como a questão linguística foi, desde cedo, articulada como parte indissociável das lutas pela autodeterminação, justiça cultural e soberania epistêmica. A articulação com os marcos mais recentes da Unesco (2005; 2022–2032) e os debates sobre indústrias culturais e criativas permite situar a questão em sua dimensão contemporânea, atravessada pela lógica neoliberal e pela mercantilização dos bens culturais.

Na sequência, a análise dialoga com aportes críticos (Adejunmobi; Bourdieu; Harchi; Quijano; Santos; Spivak; wa Thiong'o) que desvelam as relações de poder subjacentes à produção e legitimação de mercados linguísticos e culturais, problematizando como a política da homogeneidade opera sob o disfarce da diversidade. Esse enquadramento teórico sustenta o exame comparado das experiências institucionais: da União Europeia (UE) e sua política de multilinguismo, das camadas ideológicas que estruturam a noção de lusofonia, do desenvolvimento institucional da CPLP, e, por fim, das respostas da OEI e da OIF. Assim, a primeira parte constrói um arco que vai da crítica à colonialidade do saber linguístico até a avaliação concreta de como organismos internacionais têm (ou não) incorporado a diversidade cultural e linguística em suas agendas, estabelecendo bases para pensar alternativas emancipatórias como a creolização e a arquipelização.

1. Entre o Simbólico e o Estrutural: Políticas da Diferença e Hegemonia Linguística nas Políticas Culturais internacionais

L'universel a basculé dans la diversité, qui le bouscule
(Glissant, 1996, p.68)

Este capítulo propõe uma análise histórica da defesa dos direitos linguísticos, localizando-a dentro do contexto da emergência e consolidação do modelo das indústrias culturais e criativas nas políticas culturais internacionais contemporâneas. O objetivo principal é fornecer ferramentas para uma análise crítica do processo gradual de industrialização das práticas culturais, proposto e exportado pelo modelo ocidental, através do mandato das principais organizações internacionais multilaterais. Para isso, serão abordados dois marcos centrais: a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Unesco (2005) e a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) e sua Declaração de Los Pinos [Chapotelpek] – "Nada para nós sem nós".

Para tal a análise proposta inclui a consideração de outros três marcos fundamentais para a promoção dos direitos linguísticos e a autoafirmação cultural no plano político do Sul Global: a Declaração de Asmara sobre as Línguas Africanas (2000), a DUDL (1996) e os legados políticos da Conferência de Bandung (1955). Documentos que, embora surgidos em contextos distintos, e orbitando esferas de certa forma periféricas ao sistema internacional hegemônico central estabelecido pelo desenho da ONU, convergem em uma crítica contundente à ordem linguística e cultural global, que segue marcada por hierarquias coloniais e assimetrias estruturais.

O capítulo discutirá como a DUDL consolidou um marco normativo internacional, estabelecendo os direitos linguísticos como direitos humanos fundamentais, com especial ênfase nas línguas minoritárias e ameaçadas. A Declaração de Asmara será analisada como um manifesto pan-africano de ruptura com o legado colonial nas políticas linguísticas nacionais, reivindicando a centralidade das línguas africanas no ensino, administração e produção de conhecimento. Por fim, o capítulo recuperará o espírito de solidariedade e autodeterminação da Conferência de Bandung, propondo que, no contexto da emergência de um modelo que progressivamente regula e enquadra as práticas culturais dentro de uma lógica econômica e financeira, a luta pelos direitos linguísticos não pode ser dissociada das lutas por descolonização, soberania epistêmica e justiça cultural.

Propõe-se que a articulação desses três marcos que desenham outras centralidades para a

governança global desde meados do século XX com o momento presente dos debates e a celebração da DILI (2022-2032) – uma possível base crítica não só para repensar as políticas linguísticas do século XXI, mas também para contribuir para afirmar em definitivo a questão linguística como uma componente indissociável da cultura. Nesse sentido, será argumentado que não é possível promover a diversidade cultural sem a efetivação do compromisso com a valorização da diversidade linguística nas políticas de cultura.

Realizada há 70 anos, em 1955, na Indonésia, a Conferência de Bandung é um marco fundamental na história de articulação política do Sul global. Como movimento de afirmação cultural e política em um momento de efervescência e alta tensão nos países recém-independentes ou em processo de descolonização da Ásia e África, reuniam-se líderes não-alinhados na Guerra Fria que buscavam uma alternativa à tradicional dominação europeia, conformando uma agenda de solidariedade, autodeterminação e cooperação. Embora o encontro não visasse a discussão de políticas linguísticas ou culturais, podemos considerar para os efeitos de nossa análise que seus legados políticos tiveram um impacto duradouro na defesa da independência e autodeterminação dos povos, condensados na defesa da diversidade cultural e linguística, especialmente no contexto da luta contra o colonialismo e a construção de uma ordem mundial mais justa e equitativa.

A identificação dos traços comuns de uma herança colonial compartilhada formou então as bases para uma luta mais alinhada e coordenada no cenário internacional por justiça, e representou sobretudo a importância da solidariedade entre os países do Sul Global como possível antídoto à imposição das culturas e modelos econômicos coloniais de base excludente então dominantes. Muito embora a diversidade dos atores presentes fosse composta tanto por uma China que acabara de passar por uma guerra civil que efetivara-se na Revolução Comunista (1949) e a Índia não-alinhada de Nehru, os legados de Bandung materializaram-se em uma participação mais ativa nas instituições internacionais de um bloco integrado de cooperação e solidariedade politica Sul-Sul, capaz de fazer valer suas posições coordenadas frente às agendas hegemônicas.

Assim, é possível identificar na Declaração Final da conferência a menção ao aspecto linguístico, que colabora para delinear a definição da autoafirmação cultural como elemento essencial para a cooperação internacional e o diálogo intercultural com bases em equidade entre os países do Sul:

> A Conferência Asiático-Africana tomou conhecimento do fato de que a existência do colonialismo em muitas partes da Ásia e da África, em qualquer forma que seja, não só impede a cooperação cultural, mas também suprime as culturas nacionais dos povos. Algumas potências coloniais negaram aos seus

> povos dependentes direitos básicos na esfera da educação e cultura, o que impede o desenvolvimento de sua personalidade e também previne o intercâmbio cultural com outros povos da Ásia e da África. Isso é particularmente verdadeiro no caso da Tunísia, Argélia e Marrocos, onde o direito básico do povo de estudar sua própria língua e cultura foi suprimido. Discriminação similar tem sido praticada contra africanos e pessoas de cor em algumas partes do continente africano. A Conferência considerou que essas políticas representam uma negação dos direitos fundamentais do homem, impedem o avanço cultural nesta região e também dificultam a cooperação cultural em uma escala internacional mais ampla. A Conferência condenou tal negação dos direitos fundamentais na esfera da educação e cultura em algumas partes da Ásia e da África, por meio deste e de outros tipos de supressão cultural. Em particular, a Conferência condenou o racialismo como meio de supressão cultural.
>
> (Declaração de Bandung, 1955, p.3)

A solidariedade entre os países do Sul Global, forjada nos legados da Conferência de Bandung, foi essencial para contestar a imposição das culturas e modelos econômicos coloniais. Embora as divergências políticas fossem grandes, a cooperação Sul-Sul se fortaleceu e essa reflexão, que em 1955 já reconhecia os impactos da dominação cultural e linguística, se ampliaria décadas depois, em 1996, na Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, onde a DUDL, em um paralelo com foco temático, propôs um novo marco para garantir direitos linguísticos, independentemente de fatores políticos, administrativos ou numéricos das línguas.

Em junho de 1996, organizações não-governamentais, ativistas e especialistas em direitos linguísticos do mundo inteiro encontravam-se na cidade de Barcelona para a Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, uma iniciativa da Comissão de Traduções e Direitos Linguísticos da PEN Internacional Club e do Centro Internacional Escarré para as Minorias Étnicas e as Nações (CIEMEN), com apoio institucional da Unesco. Ao longo de quatro dias de debates deu-se o processo de aprovação e proclamação da DUDL, um documento que clamava por direitos linguísticos equitativos, deliberadamente não subordinando-os ao status político ou administrativo dos territórios aos quais pertencem as comunidades linguísticas e tampouco a critérios como o grau de codificação das línguas ou de seu número de falantes, buscando superar assim as dicotomias entre línguas oficias e não-oficiais, regionais e locais, majoritárias e minoritárias, modernas e arcaicas.

A DUDL construiu suas bases a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), da Declaração do Recife proclamada durante o XXII Seminário da Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural (1987), da Convenção número 169 da Organização Internacional do Trabalho (1989) relativa aos povos indígenas em países independentes, entre outros.

Marco de relevo na articulação e promoção dos direitos indígenas no cenário internacional, a Convenção 169 da OIT (1989), por exemplo, discorre de maneira tímida e sob a tutela do Estado sobre os direitos linguísticos e culturais (OIT, 1989, Art. 27 e Art.28). A DUDL (1996), embora não tenha vindo a ser ratificada pela ONU, configura um importante marco internacional na compreensão dos direitos linguísticos como fatores fundamentais dos direitos culturais, ao considerar inseparáveis e interdependentes as dimensões coletiva e individual destes direitos, e entender que a língua é constituída coletivamente, dentro de uma comunidade: a prática dos direitos linguísticos individuais só pode ser efetivada se os direitos coletivos de todas as comunidades e de todos os grupos linguísticos forem respeitados de igual maneira por todos (DUDL, 1996, p.11).

Rigoberta Menchú Tum, ativista indígena guatemalteca do grupo Quiché-Maia galardoada apenas alguns anos antes com o prêmio Nobel da Paz, em uma carta oficial escrita para a abertura da conferência, denunciava a persistência da violação de direitos humanos nos países anteriormente submetidos a processos de colonização e caracterizava as línguas como as principais armas de resistência cultural dos povos que historicamente sofreram com a imposição de valores culturais estrangeiros, lembrando que em sociedades de forte tradição oral, estas ocupam um lugar de maior importância, pois são o receptáculo privilegiado para a preservação da memória e do conhecimento a serem transmitidos de uma geração para a outra. Ao antecipar que o caminho para a construção de uma efetiva convenção mundial para a proteção dos direitos linguísticos seria um grande e longo desafio e que a proclamação da declaração que começava então a ser discutida era apenas mais um importante passo na busca deste objetivo, Menchú abria os trabalhos da conferência clamando pela construção de relações interculturais baseadas em respeito e no reconhecimento da diversidade cultural entre os povos.

Ao tomar as comunidades e os indivíduos – e não os Estados – como ponto de partida, a declaração de 1996 refuta o termo "minorias linguísticas" logo em suas considerações iniciais, reconhecendo historicamente em seu uso a restrição de direitos e a sistemática marginalização epistemológica:

> [...] a maioria das línguas ameaçadas do mundo pertencem a comunidades não soberanas e [...] dois dos principais fatores que impedem o desenvolvimento destas línguas e aceleram o processo de substituição linguística são a ausência de autogoverno e a política de Estados que impõem a sua estrutura político-administrativa e a sua língua;
>
> [...] a invasão, a colonização e a ocupação, assim como outros casos de subordinação política, econômica ou social, implicam frequentemente a imposição direta de uma língua estrangeira ou a

> distorção da percepção do valor das línguas e o aparecimento de atitudes linguísticas hierarquizantes que afetam a lealdade linguística dos falantes; [...] por esses motivos, mesmo as línguas de alguns povos que acederam à soberania se confrontam com um processo de substituição linguística decorrente de uma política que favorece a língua das antigas colônias e das antigas potências colonizadoras (...)
>
> (DUDL, 1996, p.22)

Para além das considerações e da explanação sobre os conceitos e os princípios gerais adotados, o texto oficial da declaração se divide em 51 artigos, dispostos em seis secções, que versam sobre os direitos linguísticos na esfera da administração pública e das instituições oficiais, da educação, no âmbito da temática dos nomes próprios, das comunicações e das novas tecnologias, da cultura e em seus aspectos socioeconômicos. Ao final dos trabalhos, um comitê científico de acompanhamento, sob a presidência da PEN International, foi eleito e personalidades internacionais como Wislawa Szymborska, Nelson Mandela, Noam Chomsky, José Ramos Horta, Dalai Lama, Desmond Tutu, Adolfo Pérez Esquivel, Ngũgĩ wa Thiong'o, Shimon Peres e Yasser Arafat assinaram o documento.

Desde sua promulgação, a declaração seguiu sendo um importante instrumento no lobby realizado por diversas organizações não-governamentais e da sociedade civil como um todo para a inclusão dos direitos linguísticos na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na agenda nacional dos Estados que compõe o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Em 2011, a PEN International publicaria em seu 77º Congresso Internacional o Manifesto de Girona, uma versão atualizada e sucinta dos principais princípios expressos pela Declaração de 1996, chamando a ONU a reconhecer o direito a usar e proteger sua própria língua como um direito humano fundamental. A temática não sendo entretanto de todo consensual para grande parte dos Estados do sistema internacional e a questão da língua estando diretamente ligada à conflitos étnicos e religiosos, ao exercício do poder e muitas vezes à própria gênese da formação das identidades e Estados nacionais, os direitos linguísticos ainda não possuem status específico oficial no sistema jurídico internacional dos direitos humanos, sendo temática de alta sensibilidade política.

No ano 2000, o encontro de linguistas, educadores, acadêmicos e representantes de governos de diferentes países africanos, realizado na cidade de Asmara, na Eritreia, resultaria na Declaração de Asmara (2000). O principal objetivo da reunião foi discutir as formas de reviver e promover as línguas africanas, que historicamente foram marginalizadas em favor das línguas coloniais, em um trabalho pela redefinição de seu papel na educação, administração e produção de conhecimento no continente.

Como veremos mais à frente, em capítulo dedicado ao estudo de caso de Angola e suas línguas nacionais em relação às políticas de cultura, as discussões sobre a riqueza do patrimônio linguístico africano datam de longa data, mas a declaração pode ser considerada um marco na organização da luta contra o racismo linguístico e pela valorização das línguas nativas africanas, reconhecendo-as como fundamentais para a preservação das culturas locais e como ferramentas de desenvolvimento.

Em seu texto, a Declaração de Asmara sobre as Línguas e Literatura Africana (2000), incentivava os governos e dirigentes a revisarem suas políticas linguísticas, levando em consideração uma renovada promoção e o uso das línguas nacionais em detrimento do domínio exclusivo das línguas coloniais:

> Observamos com orgulho que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas, as línguas africanas, como veículos de comunicação e conhecimento, sobrevivem e possuem uma continuidade escrita de milhares de anos. O colonialismo criou alguns dos obstáculos mais graves contra as línguas e literaturas africanas. Observamos com preocupação o fato de que esses obstáculos coloniais ainda assombram a África independente e continuam a bloquear a mente do continente. Identificamos uma profunda incongruência nas línguas coloniais que falam em nome do continente. No início de um novo século e milênio, a África deve rejeitar firmemente essa incongruência e afirmar um novo começo, retornando às suas línguas e herança.

(Declaração de Asmara, 2000, p.1)

Os trabalhos de Asmara seriam fundamentais igualmente para estabelecer a posição política africana frente aos debates que culminariam no ano seguinte na Declaração de 2001 e posteriormente na Convenção de 2005 da Unesco. Esse movimento se insere em um contexto mais amplo de valorização das línguas nativas, que, em um crescente, fortaleceu iniciativas globais que visam a proteção e revitalização das línguas indígenas, ampliando também as possibilidades de diálogo e organização entre as diversas culturas e línguas ao redor do mundo.

Anos mais tarde, em 2016, em decisão baseada em recomendação do Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas das Nações Unidas, seria instituído através da Resolução 71/178 sobre os direitos dos povos indígenas, o Ano Internacional das Línguas Indígenas, realizado em 2019, com o principal objetivo de chamar a atenção sobre a grave perda de línguas indígenas e a necessidade premente de conservá-las, revitalizá-las e promovê-las, tendo sido a Unesco eleita como o organismo coordenador dessa iniciativa. Assim, em uma ampla coordenação de agentes governamentais, comunitários e da sociedade civil, mais de 800 atividades foram realizadas sob diferentes áreas

temáticas em diferentes países e territórios do globo, resultando na elaboração do documento estratégico 40 C/68, que sumariza os resultados da iniciativa e incita a 74ª Assembléia Geral das Nações Unidas, que se reuniria naquele mesmo ano, a proclamar a década entre 2022 e 2032 como a Década Internacional das Línguas Indígenas.

Aprovada pela Assembléia Geral e estabelecida como uma ampla campanha internacional pensada a longo prazo, a DILI (2022-2032), tem por objetivo expandir e perpetuar as ações iniciadas em 2019 e chamar a atenção para a necessidade de promoverem-se ações concertadas em níveis nacional e internacional no sentido de promover a diversidade linguística mundial, incluindo o multilinguismo na agenda do desenvolvimento sustentável global pós-2030:

> A Década Internacional das Línguas Indígenas oferece-nos uma oportunidade única de colaborar no desenvolvimento de políticas, garantir a continuidade e coerência das ações e estimular um diálogo intercultural em um verdadeiro espírito de engajamento multissetorial, para contribuir para tornar os direitos humanos uma realidade, e tomar as medidas necessárias de forma interdisciplinar para apoiar e fortalecer as línguas indígenas em todo o mundo.
>
> O escopo do trabalho previsto durante a Década Internacional está além da capacidade de qualquer nação, país, grupo de partes interessadas, geração, disciplina científica, estrutura política ou conjunto de ações. Assim, a Década Internacional apresenta uma estrutura única para a concertação coletiva de todas as partes interessadas para alinhar seus esforços, acelerar planos de desenvolvimento, fazer investimentos estratégicos, definir agendas legislativas e de pesquisa e lançar iniciativas concretas em torno de objetivos comuns.
>
> (Plano de Ação Global para a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) / CI-2021/PI/1, p.7)

Este plano de ação global estabelece os termos da ação conjunta, delineia a abordagem estratégica, define os principais passos, fornece orientações sobre as estruturas de implementação, monitoramento e governança e sugere medidas a serem tomadas pelas entidades do sistema ONU, governos, instituições e organizações de povos indígenas, incluindo comunidades de base, a sociedade civil mais ampla, a academia, o setor privado e outras partes interessadas para alcançar os principais objetivos da Década. A Declaração de Los Pinos [Chapotelpek], documento-quadro da iniciativa, promulgada entre 27 e 28 de fevereiro de 2020 na Cidade do México, orienta os esforços a serem empreendidos e confere absoluta centralidade aos povos detentores das línguas neste processo. Reconhecendo o caráter transversal e multidisciplinar da questão linguística, a declaração clama por equidade, respeito e o direito à auto-determinação social, política, cultural e econômica dos povos, tendo como lema o mote “Nada para Nós sem Nós”.

A ONU, nomeadamente através da Unesco, têm vindo a desenvolver ao longo dos anos campanhas periódicas sobre o tema das línguas, integradas a uma política de fomento e estímulo ao multilinguismo, iniciada em 1993, com o lançamento da primeira edição do Atlas Unesco das Línguas do Mundo em Perigo, este por sua vez influenciado pela Conferência Mundial de Direitos Humanos de 1993, ocorrida em Viena, Áustria, na qual o estabelecimento do Fórum Permanente das Nações Unidas para os Assuntos Indígenas (UNPFII) foi discutido pela primeira vez, tendo vindo a se efetivar no sistema ONU pela resolução 48/163 de 21 de dezembro de 1993, concretizada em julho de 2000 (Oliveira, 2019, p.108). Assim, a DILI (2022-2032) representa o desdobramento de muitos anos de trabalho, luta e articulação política de diferentes povos e organizações, e muito embora os debates e mobilizações por direitos linguísticos no cenário internacional não estivesse inicialmente restrito ao que designa-se por "línguas indígenas", sua realização pode sem dúvidas ser considerada como uma consolidação da tendência de construção de instrumentos jurídicos ligados ao respeito, à valorização e a proteção dos direitos humanos entendidos em um escopo de fato mais amplo, como pedia Rigoberta Menchú em 1996, quando considerou que o tradicional silêncio em relação às questões das comunidades autóctones havia enfim sido quebrado.

Segundo Oliveira (2019, p.109), não há dúvidas que quando falamos de línguas indígenas estamos falando de uma categoria sociológica aplicada a um grupo de línguas e que isso depende da definição prévia do que pode significar ser um indígena. O linguista nos aponta o exemplo da língua guarani, falada por mais de 5 milhões de pessoas na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai, que embora seja de fato falada por diferentes nações indígenas guarani, como os guarani kaiowá, mbya, ava e nhandeva, é também uma língua oficial do Paraguai, e fundamentalmente expressão de uma sociedade nacional também não-indígena.

Em diferentes contextos, a palavra é carregada de distintos significados, tendo nos países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste) por exemplo, distintos usos que podem variar em seu sentido de reapropriações e ressignificações culturais e políticas, no Brasil, a termos de cunho pejorativo na maior parte dos países africanos, em um reflexo dos impactos ainda muito recentes das políticas coloniais portuguesas de segregação como o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954), que versava sobre os direitos, mas sobretudo sobre os deveres, dos povos nativos, visando sua assimilação cultural desde a perspectiva ocidental, e que elegeu as práticas linguísticas como um fator fundamental deste processo discriminatório.

Independentemente da indigenidade que lhes possa ser mais ou menos atribuída, de acordo com o Fórum Permanente sobre Assuntos Indígenas, em 2016, 40% de um total estimado de 6.700

línguas faladas no mundo estavam em risco de desaparecimento (UN E/C.19/2018/8, p.2). Deste total, estima-se que 70% estejam distribuídas entre apenas 20 países, localizados sobretudo no chamado Sul global, delimitados pelas fronteiras de territórios anteriormente submetidos à regimes coloniais (Unesco, 2003, p.12). Em detrimento da ampla diversidade linguística nativa, a língua oficial da esfera pública no âmbito da justiça, saúde e da educação nacionais nestas geografias segue sendo na maior parte das vezes a língua imposta pelos antigos colonizadores, na continuidade de um processo de assimilação, marginalização ou eliminação de diferentes comunidades linguísticas, que condiciona o acesso a direitos básicos e a prática da cidadania a largas parcelas de suas populações. Assim, as esferas de influência política e cultural das línguas coloniais persistem, criando obstáculos à emancipação de minorias linguísticas e a expressão de suas culturas em seus próprios territórios, mas também internacionalmente, ao estabelecer redes culturais transnacionais permeadas pela desigualdade.

Nos territórios colonizados, em estreita relação com a ameaça às línguas nativas está também o processo de contínua substituição cultural, levada a cabo através da expansão do modelo extrativista neoliberal e a consequente destruição da biodiversidade cultural. Ali onde a diversidade linguística se encontra ameaçada portanto, ameaçadas estão de igual modo a diversidade cultural e os sistemas complexos da biodiversidade. Em paralelo, com a aceleração da produção e circulação da informação, e a crescente digitalização das conexões humanas, a produção simbólica, a mídia e as redes sociais tornam-se vetores determinantes não apenas para a comunicação, mas também para a participação cidadã, a difusão de conhecimentos, a defesa de interesses e a própria existência destas comunidades.

Edward W. Said (2003), evocando Antonio Gramsci, Michael Foucault e Raymond Williams, nos lembra que a persistência e longevidade de sistemas hegemônicos como a cultura pode ser melhor compreendida se reconhecermos as restrições à elaboração e comunicação do pensamento são antes produtivas do que inibidoras. O que quer dizer que, muito além do plano político e econômico, através da produção e consolidação da educação, da literatura, das artes visuais, da música, do teatro e das diversas formas de expressão cultural que deram forma às distintas culturas nacionais pós-coloniais, a língua representa mais do que um simples meio de comunicação: é acima de tudo veículo de todo um sistema de valores e crenças que têm vindo a se perpetuar em diferentes geografias, em um amplo e contínuo processo de homogeneização cultural a serviço da exploração comercial. Neste reflexo pós-estruturalista, o movimento de substituição cultural deve portanto ser entendido como um processo que envolve a imposição de significados e narrativas externas: uma forma de dominação simbólica e material que fragiliza as culturas locais, sua relação com o ambiente e suas próprias formas de entender o mundo.

Assim como o fazia a DUDL (1996) ao estabelecer que todas as comunidades linguísticas têm o direito a usar, manter e promover suas línguas em todas as formas de expressão cultural e de ocupar posições proeminentes em eventos e serviços culturais em seus territórios de origem que ocorram em equipamentos da infra-estrutura cultural local como livrarias, videotecas, cinemas, teatros, museus, arquivos, indústrias e outros, a Declaração de Los Pinos (2020), ao reconhecer que o desafio de revitalizar, reparar e proteger a diversidade linguística está intimamente ligado à capacidade de produção e articulação do discurso simbólico, e a sua integração nos circuitos da comunicação transnacional, reafirma entre seus objetivos específicos a necessidade de viabilizarem-se ambientes propícios ao empreendedorismo cultural de distintas comunidades linguísticas, sobretudo no meio digital.

Em um movimento de afirmação das línguas indígenas em todos os estágios das cadeias de valor da cultura, incluindo a criação, produção, disseminação, distribuição e fruição de atividades culturais, bens e serviços, entende-se ser necessário também assegurar paralelamente a proteção cultural e intelectual de bens e serviços a fazer uso destas línguas. Falar sobre a proteção da diversidade linguística requer portanto necessariamente falar sobre o acesso e participação nos meios de produção e difusão simbólicos – estes cada vez mais atrelados às indústrias culturais, por sua vez submetidas às lógicas neoliberais de organização internacional do trabalho.

É sobretudo no âmbito da Unesco que opera-se a centralidade dos debates sobre a diversidade cultural e onde o potencial papel da cultura para o desenvolvimento e a promoção de uma cultura de entendimento e de paz têm seus marcos estabelecidos, através de uma série de distintos instrumentos que em sucessão são também testemunho da evolução das discussões internacionais envolvendo cultura, e em menor medida a língua, ao longo dos anos. São exemplos disso a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972), a Recomendação sobre o Status do Artista (1980), o relatório Nossa Diversidade Criativa (1995), a Declaração Universal da Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), A Educação em um Mundo Multilíngue (2003), a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), e a documentação produzida a partir das Conferências Mundiais da Unesco sobre Políticas Culturais e Desenvolvimento Sustentável – MONDIACULT (1982, 2022, 2025).

Estes documentos orientam a ação de governos e da sociedade civil partes da organização no estabelecimento de suas políticas culturais, científicas e educacionais ligadas à diversidade. Entretanto, nesta ampla documentação que faz avançar os debates internacionais sobre a temática da diversidade cultural, a vinculação entre esta e as temáticas relativas à diversidade linguística ainda é tímida e na maior parte das vezes tratada de forma superficial e pouco aprofundada. Veremos que sua evolução

entretanto, fará com que a interconexão entre a diversidade linguística com a diversidade de expressões culturais, e desta última com diversidade biológica, seja cada vez mais pautada e central aos debates. A realização da DILI 2022-2032 e a mais recente edição da MONDIACULT (2025), realizada entre 29 de setembro e 1 de outubro em Barcelona, Espanha, atesta entre seus objetivos: "Promover, preservar e salvaguardar a diversidade cultural e linguística e as expressões culturais, com especial reconhecimento das culturas e línguas dos Povos Indígenas, das pessoas de ascendência africana e daquelas pertencentes a comunidades locais, minorias e grupos vulneráveis." (MONDIACULT, 2025, p.1).

A aprovação e ratificação por grande parte dos países que compõe o sistema internacional da Convenção de 2005, um instrumento normativo vinculante do direito internacional, pode sem dúvidas ser considerado como um divisor de águas no entendimento da natureza distinta que possuem os bens culturais em relação a outros bens comerciais no fluxo comercial internacional e seu impacto para a manutenção da diversidade de expressões culturais ao redor do mundo. Também, o documento e seu aparato de governança, que envolve o Secretariado Executivo, para além do Comitê Intergovernamental e da Conferência das Partes, que reúne-se a cada dois anos, é instrumento chave na identificação e denúncia das assimetrias existentes na troca e circulação internacional de expressões culturais entre os povos.

Não obstante, embora a defesa da diversidade linguística esteja na própria gênese da criação deste instrumento jurídico – tendo as discussões que lhe deram origem partido inicialmente da necessidade que sentiram potências econômicas e culturais já estabelecidas como a França, Canadá, Alemanha e Espanha, mas também emergentes como a China, a Índia, o Brasil e o México de protegerem-se da expansão da indústria do entretenimento em língua inglesa (principalmente a dos Estados Unidos) e de favorecerem a criação de políticas para fomentarem seus mercados culturais internos e a produção de conteúdo em suas próprias línguas nacionais – a questão da língua não tem até o presente papel central e determinante no âmbito de seu escopo de ação.

As questões evocadas anteriormente ademais nos ajudam a delinear abismos mais profundos da desigualdade no exercício dos direitos culturais ao redor do mundo do que as linhas técnicas da economia e do consenso diplomático o parecem permitir. Seguem subjacentes à operação desta macroestrutura e seus limites, integradas com menor força e com linhas mais opacas na tentativa de remediar as disparidades entre Norte e Sul através do fortalecimento de um modelo econômico de pretensões universais para a defesa da diversidade cultural.

Os artigos 6 e 7 da Convenção de 2005 versam sobre as medidas nacionais que poderão tomar os Estados com o objetivo de proteger suas indústrias e setor cultural como um todo, focando-se

em bens e serviços. Em sua única menção direta aos aspectos linguísticos das expressões culturais, o texto, ao lembrar que a diversidade linguística é um elemento fundamental da diversidade cultural e reafirmando o papel fundamental que a educação tem na proteção e promoção das expressões culturais, atesta o direito das Partes de estabelecerem políticas e medidas em âmbito nacional para protegerem e promoverem a diversidade das expressões culturais em seus territórios, medidas estas que podem incluir, entre outros,

> 6.
>
> [...]
>
> (b) medidas que, de maneira apropriada, criem oportunidades às atividades, bens e serviços culturais nacionais – entre o conjunto das atividades, bens e serviços culturais disponíveis no seu território –, para a sua criação, produção, difusão, distribuição e fruição, incluindo disposições relacionadas à língua utilizada nessas atividades, bens e serviços;

(Unesco, 2019, p.8)

O artigo 7, por sua vez, explicita o compromisso das Partes para a criação de um ambiente propício à diversidade cultural em seus territórios, de modo a valorizar as diferentes culturas nacionais e fazer com que as mesmas sejam comunicadas e reconhecidas em suas expressões. Sem mencionar a questão da língua, aponta entretanto para a necessidade de levar-se em conta "as condições e necessidades específicas das mulheres, assim como de diversos grupos sociais, incluindo as pessoas pertencentes às minorias e aos povos indígenas" (Unesco, 2019, p.9).

Entretanto, por focar-se principalmente nos aspectos económicos e comerciais das práticas culturais contemporâneas transnacionais – seus produtos, mercados, bens e serviço, fluxos económicos e regulamentações –, a Convenção de 2005 pode ser considerada bastante tímida no que toca a uma compreensão holística e inclusiva de cultura e diversidade, apresentando uma abordagem sumariamente comercial das expressões e relações culturais internacionais, dirigindo-se mais favoravelmente portanto em primeiro lugar à proteção e articulação de mercados culturais de potências econômicas já estabelecidas. Nesta organização mercadológica, replicam-se e recomendam-se os modelos ocidentais de organização e atribuição de significado às práticas culturais e incentiva-se a expansão e criação de novos mercados de modo a possibilitar a articulação dos mercados culturais hegemônicos em suas zonas de influência.

Christiaan De Beukelaer (2012) aponta a maneira como o conceito de indústrias culturais e criativas tem vindo a reduzir a complexidade da cultura a seus aspectos económicos, conformando

debates que partem predominantemente da perspectiva ocidental, sempre em um contraste entre países "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", e sobretudo através de políticas e relatórios estabelecidos no âmbito de organizações internacionais como a Unesco, o British Council, o Institut Français, Instituto Goethe, Instituto Cervantes e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ou o Instituto Camões – instituições nas quais a visão ocidental e europeia é predominante. Muitas vezes, porque ali jogam-se os seus próprios interesses, estas organizações adotam em primeiro lugar suas próprias concepções e lógicas sobre o que podem e devem significar cultura e desenvolvimento no estabelecimento de programas e em consultorias a organizações não-governamentais (ONG) e governos locais, sem necessariamente possuírem ou considerarem um entendimento suficientemente aprofundado e crítico sobre os diferentes terrenos onde atuam.

Pensar o papel de países como o Canadá, Brasil e México nos processos de aprovação da Convenção de 2005 é bastante sintomático deste mesmo diagnóstico. O Canadá, sobretudo através da atuação da província do Québec pela defesa de sua exceção cultural, teve juntamente com a França um papel predominante na aprovação deste instrumento, tendo sido inclusive o primeiro país a ratificá-lo. Tinha como principal motivação a proteção e afirmação da cultura francófona, assim como o fortalecimento da produção nacional em língua inglesa frente à enxurrada de produtos culturais estadunidenses. Os debates sobre a proteção, inclusão e valorização das muitas línguas autóctones ou imigrantes canadenses, hoje já muito mais desenvolvidos, não ainda integravam este partido pela defesa de uma determinada diversidade cultural que resumia-se em termos concretos à manutenção da força de expressão de culturas colonas.

No Brasil, o mercado cultural nacional a ser defendido da entrada massiva de produtos audiovisuais e fonográficos em língua inglesa era sobretudo um mercado monolíngue de língua portuguesa, que já podia ser considerado como bastante estabelecido, com uma indústria potente e exportadora de telenovelas e minisséries, um cinema com reconhecimento internacional, muito pesem as descontinuadas políticas públicas para o setor, e um setor fonográfico e editorial bastante sólido nacionalmente. No México, o mesmo era verdade para língua espanhola. A França, ao defender sua "exceção cultural", buscava mais consolidar a posição da língua francesa padrão no cenário internacional e em seus espaços históricos de influência, e menos encontrar meios para favorecer a retomada e fortalecimento de línguas e expressões culturais como o provençal, o occitano ou o picardo em seu próprio território. A questão da diversidade cultural interna a estes países, e a necessidade de acesso, inclusão e participação da ampla gama de povos autóctones e comunidades imigrantes no desenvolvimento das indústrias da cultura não pode em absoluto ser considerado como uma prioridade ou elemento central dos debates que levaram à aprovação da Convenção de 2005.

A defesa do multilinguismo e da diversidade cultural neste sentido se deu, nos espaços linguístico-culturais fruto da colonização, em primeiro lugar, para ali buscar proteger o lugar de línguas de colonização como o português, francês ou espanhol, e seus mercados mais ou menos estabelecidos, frente à expansão da língua inglesa. Nessas geografias, a defesa da diversidade cultural e do multilinguismo vale essencialmente para as línguas europeias e as culturas que através delas se manifestam. As dinâmicas de dominação cultural e linguística ainda muito latentes e não resolvidas em países do Sul, embora sejam questões reconhecidas e pontuadas superficialmente no texto final da Convenção, seguem sendo questões secundárias, de ordem interna e soberana, a serem reguladas pelos Estados Partes da Convenção como melhor lhes parecer. Como consideraremos em outro momento, não apenas no estabelecimento de políticas culturais de caráter internacional, mas igualmente no consenso e aprovação de suas maiores diretrizes multilaterais, como é o caso do texto da Convenção de 2005, as línguas hegemônicas europeias partem sempre de uma posição de destaque e relativo privilégio.

Isso nos leva a ponderar: qual cultura e língua tem a capacidade de afirmar-se nacionalmente e adentrar mercados e cadeias de produção cultural contemporâneas, para então poder dotar-se da capacidade de projetar-se e competir em mercados internacionais? Quais cadeias produtivas e quais redes estão a ser estruturadas materialmente e financiadas para tal? Pensar a diversidade cultural internacional, sobretudo em um mundo marcado pela longa e recente colonização dos povos, passa assim necessariamente por possibilitar o acesso aos meios para a expressão e produção da diversidade cultural em âmbito nacional. Como aponta Bhabha (1994), para pensar a globalização, deve-se avaliar a maneira como as nações lidam com a "diferença interior" – os problemas de diversidade e redistribuição no nível local e as representações culturais no domínio regional. Neste sentido, ao perceber a diversidade cultural como um espelho da biodiversidade, compreenderemos mais uma vez que a diversidade linguística desempenha um papel único e essencial na tradução, mediação e dinamização da diversidade funcional de ecossistemas variados.

Passados 20 anos de promulgação da Convenção de 2005, os debates relativos à diversidade cultural continuam a evoluir, tendo no instrumento e seu aparato de governança pedra fundamental. Para além das atividades político-diplomáticas da Conferência das Partes, do Secretariado da Convenção e do Comitê Intergovernamental, o Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC) tem desempenhado um importante papel como um braço de ação direta e fomento em relação direta com a sociedade civil organizada. Também, a publicação de relatórios periódicos (2015, 2018, 2022), intitulados *Re|pensar as políticas culturais*, organizados em parcerias com centros de pesquisa e pesquisadores independentes, têm vindo a atualizar e expandir o escopo dos debates e foram sem

dúvida cruciais para que a questão linguística também passasse a ser progressivamente endereçada no âmbito da cultura:

> Apesar de alguns exemplos positivos, continua a existir uma hierarquia linguística em muitas partes do mundo, e os Estados tendem a ser percebidos como monolíngues e monoculturais, o que é muitas das vezes bastante distante da realidade (Uribe-Jongbloed e Salawu, 2018). Apesar de ter havido algum crescimento das mídias em línguas autóctones, a maioria das comunidades minoritárias no mundo não pode garantir a presença de sua língua na paisagem midiática, por razões financeiras, mas também por causa de obstáculos jurídicos criados para limitar a influência das comunidades autóctones. Existem vários exemplos de esforços realizados para superar as barreiras legais que estas comunidades podem enfrentar no acesso às mídias.
>
> (Unesco, 2022, p.84)

Como veremos, estas questões são de fato ainda muito latentes e ressoam como importantes desafios para o desenvolvimento de políticas culturais que possam colaborar para a revitalização das línguas autóctones e sua inclusão nas cadeias globais de produção de valor, tanto simbólico como material. Nos espaços geolinguísticos legados pela colonização, como é o caso de nosso principal objeto de interesse, a CPLP, este descompasso entre a dimensão simbólica e a estrutural do discurso pela defesa da diversidade cultural evidencia-se no papel e posicionamento das línguas hegemônicas e nativas no estabelecimento de programas e linhas de ação política estruturantes. Buscaremos a seguir identificar e compreender, através da análise de documentação oficial, com recurso a diferentes aportes teóricos, como, no diálogo intercultural e cooperação internacional operam-se por muitas vezes dois pesos e duas medidas no que toca à relação entre a diversidade cultural e linguística de base europeia e não-europeia.

2. Uma dialética da responsabilidade cultural na governança da diversidade em espaços geolinguísticos pós-coloniais

2.1 as ~~línguas do Diabo~~

Muitas das culturas que, sobretudo a partir do século XIX, foram objeto do racismo cultural, são hoje parcialmente recuperadas enquanto suportes de globalização das culturas hegemônicas (Santos, 2006). Após os processos de descolonização, os espaços linguístico-culturais estabelecidos pelos usos da língua portuguesa, espanhola, francesa ou inglesa em África, nas Américas, na Ásia e na Europa passaram por uma progressiva institucionalização, dando forma à organizações internacionais e institutos culturais que encontram na partilha da língua colonizadora a principal premissa para a cooperação e intercâmbio em diferentes áreas como a economia, saúde, ciência, educação e cultura. São exemplos dessa institucionalização a CPLP (1996), a OIF (1970) e a OEI (1949), organismos surgidos a partir da segunda metade do século XX que reúnem oficialmente antigas metrópoles e ex-colônias em um contexto pautado pelos princípios da fraternidade e a cooperação, orientados para o desenvolvimento internacional, no qual a componente cultural é parte elementar.

Criadas em distintos momentos, são reflexos diretos do uso da língua para a retomada e ressignificação das relações entre potências colonizadoras e os Estados-nacionais nascidos das distintas ondas de descolonização no continente americano, africano e asiático. Fazendo ecoar o pensamento de Anderson (1983), são propriamente as comunidades imaginadas, representando a ressignificação, a comunhão e a transnacionalização de nacionalismos ferrenhos nos quais a língua sempre cumpriu um papel fundamental na seleção daquilo que será lembrado e esquecido, assim como na projeção de futuros e destinos selecionados. Entretanto, se de fato carregadas de um forte aspecto emocional em sua conformação, em última instância, o ato de imaginar essas comunidades responde a objetivos bastante práticos e materiais. Protagonistas nos esforços de desenvolvimento económico, mas sempre pautadas pela manutenção de espaços de coesão e influência político-cultural, estes organismos assumem atualmente um papel preponderante no estabelecimento de políticas linguísticas, culturais e educacionais, vindo a definir por vezes as principais possibilidades econômicas de intercâmbio e articulação internacional dos países que as compõem nestas mesmas searas. No desenvolvimento das relações culturais, focam-se sobretudo no fomento ao estabelecimento de mercados culturais integrados, sendo responsáveis pelos principais programas, financiamentos e possibilidades de intercâmbio e cooperação técnica existentes. Por conseguinte, contribuem ativamente para a estruturação de redes, o condicionamento do fluxo de informações e diálogos, a conformação de

padrões de produção, consumo e circulação de bens e serviços, e a definição de modelos e o desenho dos mercados linguísticos e culturais.

Como veremos mais a fundo em um próximo capítulo, a partir do ano de 2001, ao identificarem elementos comuns em sua formação e desafios e interesses geo-estratégicos compartilhados, estes organismos buscariam maior diálogo e aproximação, passando a conformar uma iniciativa interinstitucional e um espaço político-cultural de solidariedade internacional designado como Três Espaços Linguísticos (TEL). Sob o lema da defesa da diversidade cultural e do multilinguismo no cenário internacional – pensada sobretudo a partir de suas amplas fronteiras imaginadas já estabelecidas, e poucas vezes em direção ao interior das mesmas – em março daquele ano reuniam-se em Paris, para além de Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros das três organizações, representantes da União Latina e da Unesco, junto a intelectuais e especialistas do campo cultural e linguístico, que animaram mesas-redondas e debates ao longo dos dias do encontro intitulado Três Espaços Linguísticos frente aos desafios da mundialização.

Seria o presidente francês à época, Jacques Chirac, que em seu discurso de abertura do evento, evocaria a premente necessidade de afirmar-se a defesa da diversidade cultural e linguística internacionalmente, clamando por uma reafirmação solidária do princípio do multilinguismo e lembrando que a preservação da diversidade de línguas e culturas, assim como a preservação de todas as espécies vivas, seria um dos grandes desafios do novo século que então se iniciava. Chirac faria igualmente menção às movimentações políticas que já então se observavam no âmbito da União Europeia, e sobretudo no braço cultural da ONU, a Unesco, com o objetivo de fazer frente à ameaça de homogeneização linguístico-cultural catapultada pela rápida expansão do uso da língua inglesa como principal veículo da neoliberalização econômica que, como vimos, acarretariam na proclamação apenas alguns meses mais tarde da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), sorte de preâmbulo da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

Evocando uma "batalha das línguas" Chirac daria o tom dos debates que se seguiriam. Sob o pano de fundo de um suposto patrimônio comum consolidado, legado e legitimado pela história, amplamente partilhado entre estas três comunidades linguísticas, a defesa da diversidade estava claramente centrada no principal objetivo de buscar resguardar o poder e influência das línguas europeias (no caso o francês, o português e o espanhol) como veículos de afirmação das possibilidades econômicas e políticas para o continente europeu, em uma economia global em acelerada mutação. Pressupostos nestes contextos os papéis das línguas europeias como possíveis sintetizadoras de toda a ampla diversidade cultural presente nos TEL – portadoras que seriam estas de qualidades

internacionais inerentes e vocação dita universal – os conceitos de diversidade linguística e cultural, multilinguismo ou plurilinguismo eram articulados de modo a irem tão longe quanto as fronteiras imaginadas para estas comunidades pós-coloniais o permitiam. Ou seja, uma vez delimitadas em seu imaginário pela língua em comum, a expressão da diversidade de pensares e saberes em seus mais diferentes registros e signos – suas diferentes línguas e linguagens – não encontraria espaço neste projeto em um primeiro momento: conformação, adaptação, tradução e mediação.

Neste primeiro grande debate sobre os desafios da mundialização enfrentados por espaços linguísticos complexos cultural, social e economicamente, salvo intervenções específicas, no desenrolar do protocolo, as línguas europeias apareceram como as grandes protagonistas do direito à diversidade. As profundas e estruturantes dinâmicas de dominação cultural e linguística e o consequente estado de alta fragilidade das muitas culturas e línguas autóctones não pareceram dignas de maior tempo de discussão, como se a ameaça da assimilação e homogeneização repousasse antes e de maneira mais contundente sobre as "línguas universais" já estabelecidas (quando trata-se justamente do contrário), e como se este mesmo tipo de homogeneização e assimilação cultural que denunciavam e debatiam não fosse um fator determinante da própria gênese de seus projetos de comunidades. Calvet (2001), em ensaio que compõe os documentos de trabalho do encontro Três Espaços Linguísticos frente aos desafios da mundialização, muito bem definiu que se a defesa da diversidade puder permitir aos grandes conjuntos linguísticos de preservar suas identidades na concertação das "línguas do mundo" e particularmente apresentar resistência ao inglês, ela não deve entretanto deixar esquecer que no seio destes mesmos conjuntos existe uma outra diversidade, outras identidades e outros plurilinguismos aos quais deve-se prestar igual atenção.

Tratou-se aquele assim de um fórum destinado em primeiro lugar a discutir as línguas europeias, os renovados ares e possibilidades de seu pluricentrismo e a evolução de seus usos no cenário internacional, na busca da prorrogação de seus mandatos de legitimidade, em meio à atualização das discussões sobre diversidade na virada do século. Por mais que tenham sido consideradas em maior ou menor medida, as singularidades culturais e linguísticas dos TEL foram sempre pontuadas de maneira folclórica, como apetrechos do enriquecimento de uma narrativa que se quer aberta ao mundo.

Não deve ser negligenciada aqui a vasta superfície geográfica sobre a qual se estendem as línguas europeias de colonização, enquanto línguas com estatuto oficial, ainda regendo as linhas do poder e das trocas econômicas oficiais e internacionais, centralizando e articulando mercados complexos. Os próprios conceitos de lusofonia, hispanofonia e francofonia, que definem a ideia dos TEL, já amplamente debatidos na academia, também são carregados destas contradições. Travestidos

de diversidade, estes conceitos se apoiam em postulados linguísticos e epistemológicos rígidos, que ignoram — ou resistem — de maneira isenta a emergência de uma pluralidade muito mais ampla, híbrida e dinâmica que os ultrapassa. Na conformação destas identidades linguísticas que definem a imaginação de comunidades transnacionais, transformadas em signos políticos, as línguas de colonização assumem papel preponderante na instauração de um regime desigual e assimétrico de interpretações e ações, no qual ocupam lugar central, instaurando chaves específicas de leitura e interpretação da experiência colonial partilhada por diferentes povos, com ressonâncias que se fazem ainda hoje bastante presentes (Severo, 2016, p.1323).

A defesa do conceito de diversidade cultural, na prática, parece aplicar-se apenas entre nações e povos considerados dignos de serem equiparados. No contexto interno, a UE tem demonstrado crescente interesse e empenho em proteger de forma mais clara e eficaz a diversidade linguística (de origem europeia), por exemplo, em consonância com a valorização de sua diversidade cultural. No entanto, no campo de sua política internacional, os mesmos princípios entram em conflito direto com os interesses político-econômicos estratégicos do continente, que têm na ampla difusão de suas línguas grande atributo e vantagem. Embora seja a única organização internacional signatária da Convenção da Unesco de 2005, o que a coloca na vanguarda dos esforços globais em prol do reconhecimento da diversidade cultural, a atuação da UE, tal como atualmente estruturada, ainda não estabelece relações verdadeiramente equitativas e horizontais com línguas e culturas não-europeias, que não são tratadas com o mesmo grau de importância ou legitimidade. Quando a valorização da diversidade cultural não se traduz em um compromisso equivalente com a diversidade linguística — especialmente nos contextos pós-coloniais, onde as línguas europeias ocupam ainda posições de poder —, revela-se a persistência de uma hierarquização e de uma valorização seletiva da diferença. Tal postura falha em reconhecer o impacto que as políticas de promoção e contínuo fortalecimento e projeção das línguas europeias pode exercer sobre a vitalidade e a continuidade das línguas nativas em contextos não-europeus.

Neste sentido, a UE, ao relegar à marginalidade institucional as línguas não-europeias presentes em seu próprio território, mas optar por beneficiar-se da posição de poder de suas línguas em contextos não-europeus, adota pesos e medidas distintas para a promoção de conceitos assimétricos de diversidade cultural e multilinguismo. Partes essenciais da estratégia europeia para a promoção do multilinguismo em sua dimensão externa, como vimos, as organizações multilaterais dos TEL, da maneira como hoje são estruturados, são partes vitais e colaboram aos interesses estratégicos de uma política europeia que faz vista grossa à uma balança de poderes em eterno desequilíbrio.

Pierre Bourdieu, pensando em um primeiro momento o contexto francês e europeu, mas não

deixando de pontuar a situação colonial, em sua obra *O que falar quer dizer - A economia das trocas linguísticas* (1982), ao refletir sobre o papel da língua como um instrumento elementar do exercício do poder, aponta que o estabelecimento de uma língua como código e norma legítima de validação, mediação e controle social, está atrelado ao necessário estabelecimento e unificação de um mercado linguístico, a ser reproduzido constantemente por instituições capazes de impor o reconhecimento universal desta língua como a dominante:

> É no processo de constituição do Estado que se criam as condições da constituição deste mercado linguístico, unificado e dominado pela língua oficial: obrigatória nas ocasiões oficiais e nos espaços ditos oficiais (escolas, administrações públicas, instituições políticas, etc.), esta língua do Estado torna-se a norma teórica à qual todas as práticas linguísticas são medidas objetivamente.
>
> (Bourdieu, 1982, p.27)

Desse modo, a integração em uma chamada mesma "comunidade linguística" seria por sua vez o produto deste aparato de dominação política, calcado sobre a reprodução de uma ordem simbólica de distâncias diferenciais que opera um sistema de diferenças sociais. Neste processo, Bourdieu aponta, a própria capacidade naturalmente humana de falar passa a ser identificada como socialmente condicionada, fazendo com que a competência necessária para produzir e articular frases suscetíveis de serem compreendidas por outros por vezes seja completamente insuficiente para produzir frases que sejam de fato suscetíveis de serem escutadas, entendidas e dignas de reconhecimento e aceitação social.

Bourdieu aponta ainda que a competência linguística dominante apenas pode operar de fato como um capital linguístico que tem o poder de assegurar a distinção, os privilégios, o benefício e o lucro, sempre que existam e estejam asseguradas as condições necessárias para a distribuição desigual das chances de acesso aos instrumentos de produção do discurso legítimo no estabelecimento de um mercado unificado. Conclui assim que, olhando para o outro lado da moeda, para defender um capital linguístico ameaçado, como é o caso de línguas minorizadas, deve-se recorrer ao que chama de uma luta total: não se pode salvar o valor de determinada competência linguística sem assegurar o seu valor de mercado, ou seja, sem assegurar o conjunto das condições políticas, sociais e culturais para a produção e consumo do sentido que opera. Calvet (1999, p. 13) aprofunda o conceito proposto por Bourdieu ao destacar o caráter global do fenômeno, que não se limita aos espaços nacionais. Segundo o autor, ele se inscreve em dinâmicas de dependência de ordem mundial,

sujeitas a variações mais rápidas do que aquelas observadas nas línguas "nacionais" e nos mercados linguísticos a elas associados.

Na ampla documentação que atesta da evolução e aponta os esforços pela defesa da diversidade cultural e linguística no cenário internacional ao longo das últimas décadas, considerada no capítulo anterior, um aspecto de maior importância parece ser apenas superficialmente tratado: falar sobre o lugar e posição de extrema fragilidade das línguas e culturas historicamente minorizadas requer necessariamente falar sobre o atual lugar de privilégio das línguas que veiculam os valores determinantes e que beneficiam-se dos sistemas em voga. Para que direção apontam as políticas que lhes são subscritas? Para podermos falar sobre a proteção à diversidade linguística e a diversidade cultural será necessário prestarmos atenção ao processo de conformação e larga expansão dos mercados linguísticos europeus, decorrente em um primeiro momento da colonização de diferentes territórios e povos, mas renovado e consolidado igualmente no imediato pós-independências e em meio às diferentes globalizações culturais que ainda operam de maneira complexa para a perpetuação de sistemas de dominação.

Quijano (2005) pondera que o resultado da história do poder colonial teve duas implicações decisivas: o despojo de identidades históricas singulares e próprias aos diferentes povos subjugados e o despojo de seu lugar na história da produção cultural da humanidade, o que implicou em sua relocalização em um novo tempo histórico, colocando-os como parte de um passado: "Em outras palavras, o padrão de poder baseado na colonialidade implicava também um padrão cognitivo, uma nova perspectiva de conhecimento dentro da qual o não-europeu era o passado e desse modo inferior, sempre primitivo" (Quijano, 2005, p. 127).

Esse padrão segue operando, por exemplo, na forma como se confrontam modelos alternativos de produção, organização e circulação da cultura. As indústrias culturais e criativas — conceito promovido pelas principais organizações internacionais de desenvolvimento —, cada vez mais imbricadas nas lógicas do capitalismo financeiro, tendem a deslegitimar formas de existência cultural que não se alinham a essa racionalidade. Ao fazerem isso, ocultam que o próprio modelo que projetam como neutro, universal e desejável decorre, ele mesmo, de um modo de estar no mundo historicamente situado.

De igual maneira, Gayatri Spivak articula pensamento que indica que o primeiro passo para qualquer reparação epistêmica ou reconhecimento de pluralidade é aceitar que o saber hegemônico ocidental não é neutro, mas sim que se construiu sobre a exclusão ativa de outros saberes como "não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou de cientificidade" (Spivak, 1999, p.314).

Este pensamento está diretamente conectado com aquilo articulado por Wa Thiong'o, quando, denunciando a prática de uma interculturalidade unilateral, diz que o encontro de línguas e culturas em condições desiguais é um terreno fértil para a subalternização, os amplos espaços linguístico-culturais legados pela colonização europeia sendo um claro exemplo disso (wa Thiong'o, 1993, p.31). Pensar as práticas linguísticas contemporâneas nestes espaços oferece-nos um interessante quadro para a análise das ideologias de homogeneização cultural que seguem ainda perpetuando modelos civilizacionais e económicos de base excludente. Nestes conjuntos geográficos específicos, as línguas de colonização seguem afirmando-se, sempre impondo-se no encontro e relação com a diversidade existente. A manutenção destes mercados linguísticos, operados sempre e ainda sob o julgo da língua de colonização, por muitas vezes coincide com a perpetuação e expansão do modelo cultural extrativista e desenvolvimentista imposto pelos ditames da economia mundial aos países do Sul.

Wa Thiong'o (1993) opõe-se à globalização da nova ordem mundial de base ocidental e defende uma nova ordem econômica, política e cultural internacional mais justa entre as nações e também no interior delas. Segundo ele, qualquer estudo de cultura que ignore as estruturas de dominação, controle e resistência intrínsecas à formação de nações pós-coloniais e suas relações com o mundo corre grande perigo de apresentar um retrato distorcido. Em diálogo com o queniano, o português Boaventura de Sousa Santos, propõe que a actual reorganização global da economia capitalista está assente na produção contínua e persistente de uma diferença epistemológica, que não reconhece em pé de igualdade a outros saberes, e que por isso se constitui, de fato, em hierarquia epistemológica, geradora de marginalizações, silenciamentos, exclusões e liquidações de outros conhecimentos. Santos fala de uma ecologia de saberes que assentaria justamente na independência complexa entre os diferentes saberes que constituem um sistema aberto de conhecimento, em processo constante de criação e renovação, que seria antes de tudo inter-conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento (Santos, 2006). No mesmo caminho, wa Thiong'o (1993), apontou a premência portanto de "mover-se o centro", em dois sentidos distintos e complementares: entre as nações – negando a pretensa universalidade globalizante da "Euroamérica" – e no interior das nações pós-coloniais, de modo a ressignificar e desmanchar o projecto branco e patriarcal colonial da qual estas são inevitavelmente herdeiras.

É inevitável, neste ponto, traçar um paralelo com os já mencionados artigos 6 e 7 da Convenção da Unesco de 2005, que preveem a possibilidade de os Estados signatários implementarem políticas e medidas culturais "[...] destinadas a ter um efeito direto sobre as expressões culturais de indivíduos, grupos ou sociedades, incluindo a criação, a produção, a difusão e a distribuição de atividades, bens e serviços culturais, assim como o acesso a estes" (Unesco, 2019, p. 7). Ao prever

que os governos podem buscar favorecer a proteção e a promoção de grupos minorizados e minoritários — oferecendo-lhes condições de acesso aos meios de produção e garantindo que expressões culturais sob ameaça ou em risco de extinção possam ser preservadas — o instrumento aproxima-se das questões estruturais de diversidade cultural interna, muitas vezes anteriores à própria constituição dos Estados nacionais, especialmente no contexto dos países que passaram por processos de colonização. No entanto, essa abordagem se dá de forma indireta: a Convenção, em sua formulação atual, está voltada prioritariamente à regulação das relações e fluxos de bens e serviços culturais entre Estados, deixando as políticas voltadas à diversidade interna no plano da possibilidade e do direito das Partes, mais do que como uma obrigação ou diretriz vinculante.

Ainda que o instrumento, em seu artigo 4º, reconheça a interculturalidade como "a existência e a interação equitativa de diversas culturas, assim como a possibilidade de gerar expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e do respeito mútuo" (Unesco, 2019, p. 8), e que tenha entre seus objetivos declarados a correção dos desequilíbrios nas relações culturais internacionais, o fato de se tratar de um instrumento voltado às relações interestatais faz com que a Convenção se limite a reconhecer o direito— e não a exigir — a adoção de políticas culturais que enfrentem os legados coloniais e as assimetrias internas. Assim, a interculturalidade tal qual formulada em suas definições de equidade acaba sendo reconhecida como princípio, mas não necessariamente operacionalizada como obrigação.

É interessante portanto que Wa Thiong'o também insista, anos antes, no deslocamento de outra centralidade estabelecida crucial: a das línguas. Mover o centro desde as línguas europeias, e sua posição consolidada de poder, para todas as outras línguas do mundo, em direção a um pluralismo de linguagens como veículos legítimos da imaginação e capacidade de criação humana significa responder a estes desafios e trabalhar por uma interculturalidade que funcione de fato em bases de equidade. Em sua obra *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature* (1986), o autor reflete sobre o papel da língua nos processos de dominação colonial e as repercussões que a subjugação sistêmica de línguas e dialetos nativos pela imposição de uma língua estrangeira na educação nacional têm tido sobre o exercício dos direitos culturais, a expressão da diversidade cultural e o desenvolvimento sustentável dos povos.

O autor nasceu no interior do Quênia, país colonizado pelo Reino Unido, que ali estabeleceu um protetorado entre 1895 e 1963. Desde pequeno, trabalhando no campo junto de sua família, como conta, sempre praticou sua língua materna, o gikuyu. Ainda criança, e ao longo de toda sua educação formal, foi entretanto condicionado a ver e apreender o mundo desde uma perspectiva definida e

refletida no espelho da cultura da língua do colonizador que lhe era imposta e que não correspondia necessariamente com a realidade e o mundo que o circundava.

Assim como nos países africanos de colonização francesa e portuguesa, as muitas línguas nacionais do Quênia durante muitos anos foram motivo de vergonha e embaraço para seus praticantes e até o dias de hoje não estão em pé de igualdade com a língua inglesa na educação formal nacional, mantendo-se os grandes obstáculos ao acesso a uma educação de qualidade para todos, com a sistemática marginalização de minorias linguísticas. Tido como radical à época, o autor teceu seu pensamento crítico para defender o uso das línguas nacionais na educação e na produção simbólica do povo queniano, afirmando que a escolha e o uso da língua em uma sociedade é central à definição do indivíduo em relação ao ambiente natural e social no qual se insere e portanto definidora das possibilidades para o seu desenvolvimento, posição que causaria sua prisão durante dois anos e posteriormente o levaria ao exílio.

O altamente controverso posicionamento de wa Thiong'o de decidir escrever suas obras somente em sua língua materna o levaria a afirmar que a literatura africana produzida em inglês, francês ou português, muito embora por muitas vezes crucial à crítica pós-colonial, sobretudo em África, não seria sequer africana, mas antes euro-africana – pois escrita em línguas europeias e regida e legitimada pelas academias de letras em metrópoles como Lisboa, Londres e Paris. Reflete assim se os países onde a educação nacional não reflete a realidade da diversidade linguística de sua população, poderão de fato ter sua produção cultural, sua diversidade e autonomia asseguradas. Isso nos instiga a pensar o papel que pode ter a cultura na produção de preciosos recursos didáticos e de aprendizado para a proteção e transmissão de valores, conhecimentos e habilidades culturais locais.

Kaoutar Harchi (2016), anos mais tarde aproxima-se do pensamento de wa Thiong'o ao abordar as implicações políticas do uso da língua francesa por escritores não franceses no espaço literário francófono. A autora analisa a obra de cinco escritores argelinos que escrevem em francês e expõe como as relações de força, hegemonia e imperialismo cultural contemporâneos operam por meio da língua e da educação, utilizadas como instrumentos de poder. Ao examinar a trajetória desses autores, ela revela os efeitos duradouros da política educacional colonial francesa, que buscou "civilizar" por meio da desculturação. Esse legado estruturou uma rede cultural transnacional nos países de língua oficial francesa, marcada por assimetrias profundas e dinâmicas de dependência cultural e política, que faz com que a produção e legitimação da literatura produzida em países do Norte da África, como é o caso da Argélia, sejam definidas e estejam diretamente atreladas às políticas literárias de Paris. Isso coloca em crescente contradição os princípios e objetivos de valorização da diversidade cultural proclamados por diversos instrumentos internacionais e pela própria comunidade francófona

institucionalizada com a realidade concreta das possibilidades de expressão e estruturação de sistemas culturais.

Para além de garantir a diversidade de possibilidades para a expressão literária em línguas diversas e sua inserção em mercados editoriais globais, nos tempos acelerados da existência digital, a questão da performance, tal qual entendida pela nigeriana Moradewun Adejunmobi, impõe-se às línguas ameaçadas. Em diálogo constante com o legado de wa Thiong'o, a acadêmica, considerando que em uma era caracterizada pela compressão tempo-espaço, na qual novas tecnologias audiovisuais permitem uma mais ampla comunicação em plataformas de alcance global, entende que o foco dos esforços deve ser em garantir que as línguas indígenas estejam presentes como uma componente dinâmica desta esfera pública em constante mutação.

> "[...] Sobre a questão mais ampla da preservação da diversidade linguística e da garantia de um papel público para as línguas africanas, entre outras línguas marginalizadas no mundo contemporâneo, é o texto performado, atuando em conjunto com o texto escrito — e não o texto escrito isoladamente — que fará a diferença. A diversidade linguística efetiva se mantém onde uma variedade de línguas faladas dentro de uma comunidade possui um papel e uma presença públicos. Quanto mais marginalizada for uma língua em relação às funções de governo e burocracia em uma comunidade, maior a probabilidade de que os textos nessa língua passem a integrar a esfera pública principalmente por meio da performance."
>
> (Adejunmobi, 2013, p.79)

A ênfase na presença pública das línguas marginalizadas por meio da performance, defendida por Adejunmobi, amplia o debate sobre o acesso aos meios de produção e circulação do conhecimento em contextos de colonialidade. Ao deslocar o foco da centralidade do texto escrito para formas plurais de expressão cultural e comunicativa, a autora contribui para o questionamento dos modelos hegemônicos de legitimação do conhecimento e da expressão cultural. Nesse horizonte, conecta-se também com a reflexão proposta por Santos (2006), que identifica nos mecanismos modernos de produção da exclusão e da desigualdade dispositivos estruturantes da gestão da diferença.

Ao definir a construção intercultural da igualdade e da diferença, o sociólogo português nos apresenta os conceitos de exclusão e desigualdade como os dois sistemas de pertença hierarquizada projetados pela modernidade europeia aos países periféricos do sistema internacional. Ao identificar a universalidade como o dispositivo ideológico da gestão de ambos os conceitos, o sociólogo argumenta que o universalismo de base antidiferencialista, que opera pela descaracterização das diferenças e

identidades e através de políticas assimilacionistas, implica na negação dos termos de comparação (entre saberes, línguas e expressões culturais distintas), reproduzindo e intensificando as hierarquias.

> A homogeneização começa desde logo na assimilação linguística, não só porque a língua nacional é, pelo menos, a língua veicular, como também porque a perda da memória linguística acarreta a perda da memória cultural. (...) Em vez do direito à diferença, a política da homogeneidade cultural impôs o direito à indiferença. As especificidades ou diferenças na execução das políticas foram determinadas exclusivamente por critérios territoriais ou socioeconómicos e nunca de outra ordem.
>
> (Santos, 2006, p.271)

O autor aponta a maneira como, nos processos de desenvolvimento da globalização neoliberal, enquanto a globalização da economia operaria na contemporaneidade a mudança de um sistema de desigualdade para um sistema de exclusão, a globalização da cultura operaria metamorfoses inversas, caracterizadas por uma integração subordinada. Ao neutralizar as culturas locais, descontextualiza-as e assimila-as sempre que lhes reconhece algum valor de troca no mercado global das indústrias culturais. Essa argumentação apresenta um importantíssimo enquadramento teórico para pensarmos no capítulo a seguir a conformação de políticas culturais no âmbito das organizações internacionais geolinguísticas, e principalmente da CPLP. Na cooperação cultural internacional no espaço de língua oficial portuguesa, a sintetização da diversidade pela língua colonizadora deixa para traz tudo aquilo que não pode, não consegue ou não tem o interesse em traduzir ou mediar. A integração subordinada é portanto também seletiva. Neste sentido, Santos vai mais fundo:

> Esta metamorfose é bem visível mas não deve fazer-nos perder de vista o que fica fora dela, ou seja, todas as culturas que não são valorizáveis no mercado cultural global ou porque não se deixam apropriar ou porque a sua apropriação não suscita interesse. Estas culturas outras votadas a uma forma tão radical de exclusão quanto ao extermínio, são apagadas da memória cultural hegemônica, são esquecidas ou ignoradas, ou quando muito, subsistem pela caricatura que delas faz a cultura hegemônica. Ignoradas ou trivializavas, não têm sequer virtualidades para serem estigmatizadas ou demonizadas. Em qualquer caso, são vítimas de epistemicídio. Nas condições da globalização da cultura, a homogeneização cultural opera tanto pela recuperação descontextualizadora como pela eliminação cognitiva.
>
> (Santos, 2006, p.279)

Contrariamente ao lema proposto pela Declaração de Los Pinos, a agenda de organizações como a CPLP têm trabalhado à revelia dos interesses e sem a participação da multiplicidade de comunidades linguísticas que em última instância também oficialmente representa. Afinal, qual o lugar que encontram as muitas outras comunidades linguísticas no âmbito da cooperação internacional em cultura senão o de buscarem expressar suas culturas na língua do colonizador? A língua portuguesa não tem exercido o papel privilegiado de conectar e difundir a diversidade de conhecimentos que os caminhos da colonização lhe apresentou. Embora esteja posicionada para ser a principal articuladora de todo um amplo sistema de saberes, tem operado através desta mesma lógica antidiferencialista, a perpetuar a eliminação cognitiva que a morte de línguas implica.

Ao reconhecer a responsabilidade que carrega a língua portuguesa e as instituições de poder que lhe são diretamente atribuídas e vinculadas, a cooperação internacional no âmbito desta comunidade tem capacidade para pautar-se igualmente pelo favorecimento da construção ativa de cidadanias que vejam garantidas o direito de construir conhecimento e transmiti-lo às novas gerações nas diferentes línguas que historicamente lutam por respeito e visibilidade neste espaço de herança colonial comum (Martelletti, 2012, pg.41).

Para buscarmos entretanto aferir a responsabilidade das línguas de colonização se faz necessário pensar o lugar que estas ocupam hoje no sistema internacional, considerando através das políticas que lhe são atribuídas por meio de organizações internacionais o seu contínuo e ininterrupto domínio das relações interculturais e seu profundo impacto na diversidade cultural em diferentes partes do mundo.

Enquanto estas últimas são reconhecidas, protegidas e promovidas como veículos legítimos da razão, da ciência e da cultura universal, as primeiras, historicamente associadas ao atraso, àquilo que é local, à irracionalidade e à oralidade periférica, seguem marginalizadas pelas estruturas de poder político, educacional e cultural. Essa hierarquização linguística e cultural ainda orienta, em grande medida, a forma como os Estados e as organizações internacionais definem suas políticas de cultura. De que maneira as línguas europeias continuam a exercer, para além de seu papel comunicacional, uma função determinante na demarcação das fronteiras da cidadania, do acesso ao conhecimento e da própria definição de diversidade cultural no cenário internacional?

2.2. ~~as línguas do Homem~~

Consideremos portanto alguns marcos da política europeia para a defesa do multilinguismo como a Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias (1998) e a Comunicação da Comissão Europeia intitulada Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum (2008), de modo a buscarmos entender a maneira como nelas estão refletidas algumas das assimetrias que o bloco entretêm em suas relações interculturais com o contexto não-europeu. Buscaremos a partir disso identificar como os debates sobre a diversidade cultural tem sido permeados progressivamente pela inexorável afirmação das lógicas neoliberais da conformação de mercados linguísticos e culturais, o multilinguismo inserindo-se no mais recente estabelecimento de documentos-quadro da política externa do bloco, no advento da arquitetura de uma política estratégica de diplomacia cultural e de relações culturais internacionais.

Em 2022, em meio às eleições à Presidência da França, frente ao eco do discurso xenófobo e nacionalista da ultradireita representada por Marine Le Pen, e o constante ataque de Emmanuel Macron ao chamados "comunitarismos" emergentes de comunidades imigrantes, percebidos como ameaças ao espírito republicano, Jean-Luc Mélenchon, candidato de esquerda do partido France insoumise, ao denunciar o racismo estrutural francês, passou a evocar e defender o conceito de crioulização do país, reconhecendo uma França naturalmente miscigenada pelos caminhos de sua história colonial. Ao retomar o conceito de Édouard Glissant para afirmar a potência e a força do encontro da diversidade étnica, cultural e linguística em solo metropolitano de uma das principais nações do projeto europeu, a posição do candidato por si só representava em parte um importante indício de mudança no paradigma identitário francês.

Ecoava igualmente o pensamento de Dipesh Chakrabarty, que em sua obra *Provincializando a Europa* (2000) propõe que o historicismo europeu colocou o tempo histórico como uma medida da distância cultural que deveria separar o Ocidente do mundo não-ocidental. Enquanto nas colônias foi elemento legitimador de uma ideia de civilização e progresso, na Europa, possibilitou a escrita de histórias internalistas, que descreveram-na como o berço do capitalismo, da modernidade e do Iluminismo (Chakrabarty, 2000, p.39). O autor propõe que não trata-se de provincializar ou crioulizar a Europa, mas sim reconhecê-la como provinciana e crioula. Se a medida da distância cultural apontada por Chakrabarty permanece praticamente intacta, a presença cada vez mais evidente de sobreposições entre o Sul e o Norte global no continente fazem com que as contradições das posições e as assimetrias político-culturais europeias tornem-se igualmente cada vez de mais fácil identificação.

Desde o orientalismo de Said (1978) à crítica contemporânea ao museu ocidental de Vergès

(2023), a construção da identidade europeia repousa na construção e manutenção da tênue linha de confrontação e promiscuidade com a ideia do Outro, construída sobre as armas, a conquista, a colonização, a subjugação sexual e a coleção dos mais variados objetos e corpos, do qual é a maior testemunha o modelo de museu europeu (Vergès, 2023, p.75).

Nesta lógica de alteridade difusa, observa-se um tratamento assimétrico entre as línguas do Sul e do Norte globais. Enquanto línguas europeias como o português, o francês, o inglês ou o espanhol são hoje plenamente integradas como línguas africanas ou americanas, suas contrapartes — línguas como o wolof, o dioula ou as diversas variantes do árabe — embora presentes há décadas nas metrópoles europeias, seguem sem reconhecimento oficial como sendo línguas europeias. A diversidade é, assim, incorporada seletivamente: aceita no Sul como herança colonial legitimada, mas recusada no Norte quando trazida por fluxos migratórios. Um complexo invertido de reconhecimento e silenciamento da diversidade: o "outro" é tolerado ou celebrado enquanto permanece periférico, sem alterar a ordem central.

A Carta Europeia para as Línguas Regionais ou Minoritárias - CELRoM (1998), embora seja um reflexo dos esforços para proteger o patrimônio linguístico europeu e promover relações mais próximas entre os povos, reforçando a cooperação entre os países do continente e possibilitando uma melhor comunicação intercultural entre diferentes grupos, não trata da situação das línguas "não-tradicionais" europeias, chegadas ao continente pelos fluxos recentes de imigração resultante de motivos econômicos e sociais, sobretudo após as ondas de descolonização. O instrumento adota um enfoque de perceber estas línguas como bens culturais do patrimônio europeu, mas não de pensar os direitos linguísticos destas populações equiparados aos direitos humanos (Vieytez, 2018, p.22). Isso, por sua vez, reflete a própria dificuldade europeia em reconhecer-se mais diversa do que desejaria, entendendo as línguas estrangeiras que se estabeleceram em seu território antes como ameaças a um patrimônio que se quer já estabelecido e impermeável a ser preservado do que como recursos adicionais de um patrimônio contemporâneo em evolução.

Não obstante os desafios, e muito embora a UE tenha poucas competências no que diz respeito aos direitos linguísticos, uma vez que a principal responsabilidade destes é legada aos EM, a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (2000) aponta para a obrigação de respeitar-se a diversidade linguística (Artigo 22) e proíbe a discriminação com base em diferenças linguísticas (Artigo 21). Como aponta Climent-Ferrando (2016), embora as competências do bloco sobre as politicas culturais, linguísticas e educacionais sejam limitadas, a Comissão Europeia alega estar comprometida com a salvaguarda da diversidade linguística e à promoção das línguas faladas no continente.

O autor identifica assim três principais camadas sob as quais atualmente a diversidade

linguística europeia é caracterizada: são 24 línguas oficiais; 60 a 80 línguas regionais e minoritárias (sendo 5 delas com estatuto semi-oficial); e um número não mensurado de línguas não-autóctones, não-tradicionais, línguas de migração que não possuem qualquer enquadramento e reconhecimento legal ao nível europeu. O multilinguismo é assim concebido como a soma das línguas oficiais dos Estados-Membros, sendo as políticas desenhadas primordialmente em uma relação dialética com a identidade dos Estados, e não com as de seus cidadãos e suas práticas e repertórios linguísticos (Climent-Ferrando, 2016).

Embora a não valorização das línguas não-europeias seja o denominador comum entre as políticas para o multilinguismo europeias tanto na dimensão interna quanto externa, ambas as dinâmicas se articulam com diferentes roupagens. Nos territórios anteriormente colonizados, reclamadas pelos herdeiros das elites coloniais durante e após as independências como troféus de guerra, as línguas europeias também serviram à conformação de uma unidade nacional baseada na reprodução da ideia de Estados-nação unificados por uma só língua, mesmo em cenários de imensa diversidade linguística nativa. Através da literatura, tornaram-se verdadeiros bastiões da singularidade das identidades pós-coloniais, vindo a tornar-se atualmente importantes peças da capacidade europeia de ver sua identidade e seus códigos expandidos e ressignificados sobre o globo. No entanto, se a presença, a oficialidade e a naturalização das línguas europeias em contextos não-europeus é ponta-de-lança da ofensiva cultural europeia sobre seus espaços de influência histórica, a presença de línguas não-europeias no continente europeu é fator de constante incômodo e discórdia, o que atesta da desigualdade das relações culturais que o continente se propõe a entreter com o restante do mundo no que toca à língua e cultura.

Neste sentido, a Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, intitulada Multilinguismo: uma mais-valia para a Europa e um compromisso comum, publicada dez anos mais tarde, em 2008, avançou timidamente na valorização de línguas não-europeias no contexto europeu ao reconhecer os recursos linguísticos em potencial advindos de um contexto de acentuada mobilidade e coexistência.

Se o ponto 4.1. Valorizando todas as línguas desta comunicação pontua que a riqueza linguística criada pela convivência de diferentes culturas pode criar a motivação e disposição para que estudantes aprendam outras línguas interessados pelos repertórios linguísticos de seus colegas, ele o faz sobretudo para buscar afirmar o ponto principal de que o domínio da língua do país anfitrião é elemento fundamental para uma integração de sucesso daqueles que chegam, expressando novamente a máxima de preservar a unicidade das línguas de poder tradicionais, e fazendo eco aos temores da teoria da "grande substituição", por muitas vezes manifesta em países como a França, onde a

emergência da possibilidade do estabelecimento do ensino da língua árabe no sistema educacional provocou por diversas vezes oposições contundentes, por exemplo. Nada Yafi (2022) lembra que embora a variante do árabe magrebino-darija, segunda língua mais falada na França, sobretudo pela grande diáspora marroquina e argelina, tenha chegado a ser considerada ainda em 1999 na elaboração da CELRoM como uma “língua da França”, o país até os dias de hoje não procedeu à ratificação do instrumento.

Do outro lado da moeda desta relação conflituosa entre as línguas europeias e não-europeias no continente europeu, a situação tende a ser vista e apresentada de outra maneira no exterior, onde propõe-se e investe-se para garantir a convivência, o ensino bilíngue e a franca promoção e incentivo ao aprendizado e uso das línguas europeias em contextos não-europeus. O ponto 8. A Dimensão Externa do Multilinguismo da mesma comunicação nos mostra que nas relações internacionais do bloco, as línguas não-europeias não assumem maior protagonismo e continuam não sendo consideradas em pé de igualdade. Pelo contrário, adota-se uma diferente medida para a valorização do multilinguismo, que passa a dizer respeito apenas à diversidade das línguas de potências hegemônicas de caráter global que articulam os grandes mercados internacionais. Assim, a dimensão externa deste multilinguismo se resume ao reconhecimento do potencial estratégico das línguas designadas como "línguas europeias do mundo", faladas em um grande número de Estados não-membros em diferentes continentes e que constituem portanto, um importante elo entre povos e nações de diferentes regiões do mundo – o que nos é bem ilustrado pelo caso dos TEL.

O principal objetivo manifesto ao considerar o multilinguismo para fora das fronteiras europeias não é o de aplicar o mesmo grau de proteção e valorização ao patrimônio linguístico estrangeiro, mas antes o de realizar plenamente o potencial das línguas europeias de colonização já estabelecidas e promover a manutenção e expansão de suas zonas de influência. A tímida menção a uma possível promoção de línguas não-europeias no contexto europeu, em algo que poderia indicar uma vontade de real intercâmbio, não é pormenorizada ou desenvolvida na enunciação subsequente de compromissos e plano de ação da comunicação.

Alguns anos mais tarde, a percepção sobre as vantagens políticas e econômicas de ter as línguas europeias em posições estratégicas de poder e controle de setores-chave da economia mundial, como o é o setor da cultura, em diferentes países viria a traduzir-se na elaboração de uma estratégia para as relações culturais internacionais do bloco, por sua vez intrinsicamente ligadas à crescente mercantilização das trocas culturais, no advento das indústrias culturais e criativas. Alinhadas e pautadas sobretudo pela Convenção de 2005, estas políticas instrumentalizam as esferas de influência das línguas europeias para a manutenção, criação e expansão de mercados culturais com centros já

bem definidos, que novamente relegam – indiretamente, mas de fato – as línguas nativas à condição de marginalização institucional e econômica. Isso reflete por sua vez a crescente cooptação das relações culturais e das práticas linguísticas pelas lógicas de mercado, caracterizando a crescente comodificação das línguas, representadas como "um conjunto de habilidades comunicativas limitadas e comercializáveis que podem ser anunciadas, compradas e vendidas" (Climent-Ferrando, 2016, p.4).

Contrapor portanto as dimensões internas e externas da promoção do multilinguismo promovido pela UE nos permite perceber mais claramente a maneira como as práticas linguísticas, cada vez mais assessoradas pelas práticas culturais, são instrumentos privilegiados para a manutenção e perpetuação de modelos econômicos e político-culturais de cariz colonial persistente. Em 2016, a Comunicação conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Para uma estratégia da UE no domínio das relações culturais internacionais, apostando em uma suposta percepção que o restante do mundo guardaria do continente como sendo rico em patrimônio cultural e "transbordando criatividade", define a integração da cultura na política externa europeia como essencial:

> A diversidade cultural é parte integrante dos valores da União Europeia. A UE está fortemente empenhada na promoção de uma ordem global baseada na paz, no Estado de Direito, na liberdade de expressão, na compreensão mútua e no respeito pelos direitos fundamentais. Assim, a promoção da diversidade através das relações culturais internacionais constitui uma parte importante do papel da UE enquanto interveniente global. O que precede implica um compromisso de promoção das «relações culturais internacionais» através do apoio e da assistência que a UE presta a países terceiros, bem como de apoio à promoção da União e das culturas diversas dos Estados-Membros da UE através de «diplomacia cultural». Na qualidade de principal parceiro das Nações Unidas (ONU), a UE trabalha em estreita colaboração com a Unesco para salvaguardar o património cultural do mundo.
>
> (52016JC0029 JOIN/2016/029 Final, UE, 2016)

Recapitulando o fato de a organização ser Parte da Convenção de 2005, o documento menciona ainda que a UE assumiu o compromisso de promover a diversidade das expressões culturais no âmbito das suas relações culturais internacionais: "Tal reflete e promove os valores fundamentais da UE, tais como os direitos humanos, a igualdade de género, a democracia, a liberdade de expressão e o Estado de Direito, bem como a diversidade linguística e cultural" (52016JC0029 JOIN/2016/029 Final, UE, 2016).

No mesmo ano, o compromisso enunciado de promover as relações culturais internacionais através da diplomacia cultural tomou forma em um projeto comissionado pela Comissão com o objetivo

de operacionalizar a referida estratégia. Era assim criado, em um consórcio de agências culturais de Estados-Membros liderados pelo Goethe-Institut, a Cultural Diplomacy Platform, que durante quatro anos, em quatro edições distintas, realizadas em diferentes países, trouxe à Europa jovens profissionais da cultura dos então dez parceiros selecionados como estratégicos para as relações culturais internacionais do bloco (África do Sul, Brasil, Canadá, China, Coréia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, México, Rússia), juntando-os à jovens profissionais europeus, para um programa de formação intitulado Global Cultural Leadership Programme (GCLP).

Em maio de 2018, a Comissão Europeia adotou a Nova Agenda Europeia para a Cultura e o Conselho Europeu, que reconheceu as relações culturais internacionais como uma das suas cinco prioridades em seu Plano de Trabalho para a Cultura para 2019-2022 e o Conselho deu mais um passo em 2019 ao adotar Conclusões sobre uma abordagem estratégica da UE para as relações culturais internacionais, estabelecendo um quadro de ação que chama os Estados-Membros da UE, a Comissão e o Serviço Europeu para a Ação Externa a reforçarem a coordenação e a orientação estratégica sobre a melhor forma de promover as relações culturais internacionais[2]. A plataforma pensada inicialmente para promover a diplomacia cultural do bloco entrou assim em uma nova fase, passando a intitular-se Cultural Relations Platform, em um momento distinto da compreensão das disparidades inerentes às relações culturais e a ação cultural externa europeia junto a seus parceiros internacionais, sobretudo no Sul global.

No âmbito destes esforços de consolidar o continente europeu como centro dos debates globais sobre cultura, se o multilinguismo proposto por Glissant (1996) se dá na consciência da presença das muitas línguas e em seu intereconhecimento, a questão, quando em se tratando do encontro entre línguas europeias e não-europeias, segue sendo largamente ignorada, as políticas para o multilinguismo e suas dimensões externas não sendo em nenhum momento vinculadas às renovadas estratégias para as relações culturais internacionais. Dessa maneira, temos as políticas estabelecidas no âmbito da UE e das organizações dos TEL promovendo direta ou indiretamente as " línguas europeias do mundo", sob o argumento da defesa de uma determinada ideia de diversidade, em detrimento das muitas línguas autóctones nos territórios de colonização europeia. Considerar a evolução dos debates sobre as questões de diversidade cultural no cenário internacional desde a chave da componente linguística nos leva assim a olhar com maior atenção para essas zonas de influência institucionalizadas das línguas europeias de modo a considerar os principais marcos e as políticas pensadas para esses amplos espaços geolinguísticos através de organizações como a CPLP.

Analisar neste sentido conceitos muito propagados, como o são as ideias (os ideais?) da

[2] https://www.cultureinexternalrelations.eu/about-us/, acesso em 11 de Abril de 2022

lusofonia, da francofonia ou de uma comunidade iberoamericana, em amálgamas supostamente bem intencionados, pode nos auxiliar a perceber o modo como esta universalidade desestruturante propaga-se através de um projeto institucionalizado.

2.3. ~~lusotopia~~

Mais do que objeto de mera curiosidade histórico-linguística ou até histórico-cultural, a ideia de lusofonia, por exemplo, é hoje tema em que é investida paixão em acalorados debates, sendo nela investidos interesses políticos, estratégicos, económicos, sociais, e sobretudo culturais (Martins, 2015, p.10). Assim como os conceitos da francofonia, anglofonia e hispanofonia, a lusofonia traz consigo diferentes e complexas camadas inerentes aos processos de homogeneização provocados pela colonização, que recaem em última instância sobre a existência e a produção de subjetividades de distintos povos nas Américas, África, Europa e Ásia. No desenvolvimento da globalização econômica e cultural entretanto, este conceito está inexoravelmente imbuído de seu papel contemporâneo – historicamente construído e validado – na perpetuação pós-colonial de um regime desigual e assimétrico com efeitos transnacionais (Severo, 2016, p.3).

Se por uma lado há vozes que defendem a reavaliação das formulações que tendem a negar à figura de lusofonia sua eficácia simbólica e política (Martins, 2006: 83-84), enxergando neste entendimento o impedimento de um consenso que existiria na ideia de que nada há realmente que se possa designar, com verdade, como cultura e comunidade lusófonas, por outro, impõe-se a nítida realidade amplamente compartilhada pelos povos desta comunidade, que é a da violência, invisibilização, aculturação e desrespeito histórico. O que mais poderia conformar tamanha herança colonial e cultura compartilhada? Servindo como um denominador comum, para além da visão romântica de uma língua e oceanos que conectam, existem experiências concretas com consequências materiais bastante palpáveis até a atualidade. Na proposição constante de refundação das bases deste projeto desde sua perspectiva romântica de fraternidade, ignora-se, desvia-se ou invisibiliza-se as amplas desigualdades estruturais, de ordem social, política e econômica, na negação daquilo que realmente é comum, lusófono, e que aproxima (Goés, 2021, p.48).

Severo (2016) explicita as relações de poder próprias dos diálogos interculturais para afirmar que a lusofonia se referiu, e se refere, a determinados modos epistêmicos e culturais de representação do mundo colonizado por Portugal, que ainda ecoam contemporaneamente, como a ideia de que o compartilhamento da língua portuguesa poderia definir uma comunidade global. Neste sentido, a ideia de que não existiria uma cultura compartilhada ou uma mitologia vivida no seio desta comunidade equivaleria a negar a experiência amplamente partilhada entre os povos colonizados por Portugal.

Ao dizer que nada no âmbito da lusofonia haveria que pudéssemos interpretar como a partilha efetiva de valores e de modos de estar no mundo e de se confrontar com ele (Martins, 2006, 83), reafirma-se o pensamento que insiste em negar a primordial necessidade de releitura histórica detalhada deste projeto: a partir da perspectiva dos próprios povos que foram e seguem sendo colonizados em diferentes níveis, a fim de que possam-se compreender as ressonâncias coloniais ainda existentes nas pretensões globais contemporâneas destes desenhos de comunidades (Severo, 2016, p.11). Não para operar a mea-culpa de uma "revisão de equívocos", para apenas seguir a buscar reconstruir o projeto sozinho novamente, mas sim para efetivamente, e por uma primeira vez na história, deixar o protagonismo da palavra para exercer a escuta.

É notório que as investigações e produção acadêmica sobre cultura e língua no âmbito da CPLP concentram-se majoritariamente sobre aquilo que exerce, pode ou deve exercer a língua portuguesa, percebida como único denominador comum possível no âmbito desta comunidade. É recorrente também, nas reflexões e debates sobre a construção, compreensão e revisão do conceito de lusofonia, em uma suposta abertura de espírito e suposto entendimento e valorização do conceito de diversidade cultural, a menção à uma ideia de fraternidade desvirtuada: "A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, dos que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido" (Fiorin, 2006, p.46). Negligenciando-se o fato de que um espaço "dos iguais", dos que teriam "a mesma origem" não poderá jamais, em nenhuma hipótese, conter toda a diversidade de nove nações multiétnicas e plurinacionais.

A passagem por si só já é bastante sintomática da insistência em conferir centralidade à língua portuguesa como elemento primordial para o estabelecimento de relações interculturais, na recusa de identificar justamente no signo da língua instrumento elementar de exclusão epistemológica e da manutenção da assimetria dos diálogos. Nos constantes esforços de revisão e reconstrução do conceito de lusofonia e da comunidade lusófona, a identificação da centralidade portuguesa nas definições dos caminhos globais da língua como um entrave ao desenvolvimento deste projeto transnacional não parece nunca apontar a centralidade da própria língua portuguesa como imposição de código e norma – o uso exclusivo do português, assumido como fato dado e consolidado, nunca é colocado em questão.

A língua portuguesa aparece como fator estabelecido, de modo que Fiorin (2006), ao evocar um "espaço dos iguais", dos que tem " a mesma origem", está na verdade a falar sobre a diversidade inerente à própria língua portuguesa, seus diferentes usos, mutações e creolizações ao redor do globo

e através do tempo. Iguais portanto, aqueles que a dominam, e que dela munidos controlam instituições e outorgam direitos. A lusofonia dos iguais, portanto, aponta assim antes de mais a concertação internacional do amplo sistema de símbolos, burocracias, modus operandis e estruturas societais europeias, europeizadas e europeizantes que se alastraram e fincaram bandeira em distintas paragens do globo.

A menção à diversidade linguística inerente ao espaço desta comunidade é rara, e quando feita, justifica um novo projeto de lusofonia diversa, clamando pela "dignificação" (Martins, 2006, 2011; Sousa, 2020) das línguas nacionais – sem maiores explicações ou considerações do que isso poderia significar em termos concretos. As línguas do Outro são assim vistas como honradas, dignas de um altar, tornadas artefatos de museu, pertencentes ao passado, mas não dignas da contemporaneidade e protagonismo. É nesse sentido que refazer utopias, em um permanente exercício político e cultural de desminagem ideológica da língua e dos projetos de dominação que ela pode transportar, como aponta Franco (2011), faz-se urgente. Para criar uma rede global de países e nações onde todos sejam tratados por igual e possam construir juntos uma comunidade coesa e marcada pela unidade da língua partilhada, a riqueza da diversidade de culturas e de outras línguas deve ser de igual modo preservada como património imaterial vivo.

Afinal, o entendimento adequado de lusofonia exige, por fim, que nos conheçamos para nos reconhecermos uns nos outros e uns diante dos outros (Brito, 2011, p. 299). Conhecer o outro deve assim significar buscar perceber como o outro define-se a si próprio, através de sua própria linguagem, ao invés de dar-lhe um nome e buscar percebê-lo através de sua própria língua, descrição e catalogação. O profundo desinteresse pelas culturas e línguas deste Outro no projeto colonial português se arrasta até os dias mais atuais e é marca indelével do projeto da lusofonia e da CPLP, não tendo Portugal, por exemplo (potencialmente o maior conhecedor das mais de 339 línguas e culturas com as quais convive há mais de cinco séculos), criado quaisquer cursos de ensino superior ou centros especializados de investigação sobre as mesmas e não se podendo encontrar no país, para além das periferias, vestígio de produção de conhecimento contemporâneo sobre esses idiomas nas principais instituições nacionais. No exercício repetido de buscar-se mirar no espelho, reina a indiferença e a ignorância. Conforme já o fazia saber mesmo Adriano Moreira, ao insistir que "o interesse e respeito pelas culturas específicas dos povos que oficialmente adoptaram o português, ou cultivaram os valores da cultura portuguesa que internacionalizamos, implica o interesse português pelas suas línguas, pela sua criatividade, pela expressão da sua personalidade" (Moreira, 1997, p. 11). É o que também pode-se ilustrar pelo conceito retomado de Esposito (2005) por Goés (2021), que confronta a noção de *communitas* com sua condição dialética, *immunitas*, para apontar um padrão no projeto lusófono:

> Enquanto os sujeitos *communes* têm deveres a desempenhar, os imunes se sentem desobrigados, "dispensados da dívida que os une uns aos outros, estão liberados do contato que ameaça a sua identidade e sua individualidade, e de possibilidades que os exponham a um possível conflito com o seu vizinho".
>
> (Goés, 2021, p.45)

Aproximando-se do discurso de Jacques Chirac já evocado anteriormente, este conceito de uma lusofonia repaginada "dos iguais" muito alardeia igualmente a posição relativa da língua portuguesa no âmbito de um grande combate linguístico e cultural (referindo-se às zonas culturais das línguas hegemônicas nas quais o mundo moderno foi submetido). Esta batalha teria várias frentes e confiaria a força de uma língua à informação e conhecimento que esta é capaz de veicular, sendo as produções editorial, cultural, artística e científica, assim como a comunicação eletrónica, elementos centrais de seu fortalecimento e projeção no cenário atual da globalização. Quando aplicado ao projeto lusófono entretanto, esse discurso novamente reduz as diversidades para além das línguas europeias em diversidade assimiladas, sem entretanto perceber a contradição que exprime

> (...) **só numa língua materna** é possível a expressão de sentimentos complexos, como a expressão artística, a reflexão filosófica e a manifestação espiritual e sentimental, que não cabem na linguagem simplificada que uma segunda língua pode permitir. E do mesmo modo que cabe à comunicação social e aos professores de língua e cultura empenharem-se neste combate pelo fortalecimento da língua portuguesa, assim também é um desafio para os investigadores das Ciências Sociais e Humanas do espaço lusófono empenharem-se no combate pela afirmação da sua diferença plural e pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que a constituem (grifo meu).
>
> (Martins, 2011: 19-20)

Martins convoca o desafio e busca deixar evidente que apenas uma língua materna pode expressar a complexidade humana de um povo, para entretanto defender no mesmo argumento o fortalecimento da língua portuguesa no mundo dito lusófono. O paradoxo é latente e expõe a hierarquização cultural já tão naturalizada. A existência de outras línguas no espaço da CPLP e da convivência da língua portuguesa com estas em pé de igualdade não é sequer considerada. Em meio à "guerra das línguas", ao invés de convocarmos constantemente o empenho pelo fortalecimento da língua portuguesa como um esforço pela afirmação da diferença plural e pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas do mundo de língua oficial portuguesa, porquê não propor o fortalecimento das línguas milenares que compõe este espaço? Estas sim sofrem alargados processos

de enfraquecimento e empobrecimento, estando na maioria das vezes ameaçadas de morte, sendo sua prática diretamente ligada à pobreza e a degradação das condições sociais e ambientais.

Qualquer projecto de comunidade que não seja criado em bases de equidade, reconhecimento e respeito mútuos estarão fadados ao fracasso, ou à manutenção da opressão. À lusofonia e seus arquitetos mais dedicados, urge portanto o silêncio e a escuta. No advento da comunicação digital para a produção e difusão do discurso, o pensamento consolidado sobre a ideia de lusofonia, que constrói e legitima as instituições e as políticas que regem esta comunidade diversa, tem acarretado sempre na progressiva afirmação da língua portuguesa, em todas as esferas da comunicação social, em detrimento de toda diversidade cultural e seu imenso potencial. Na arquitetura e desenvolvimento institucional da CPLP, vemos que a noção da superioridade da língua europeia se mantém, relegando a todas as outras línguas, e portanto suas comunidades, o lugar de não-sujeitos.

Conforme considera Lopes (2011), ao caracterizar a lusofonia como terra de ninguém, deve-se renunciar aos direitos senhoriais de propriedade, em direção ao internacionalismo e cosmopolitismo e superando os receios de substituição de uma língua de comunicação mais ampla por outra, buscando entender a alquimia das variedades e vencendo exclusões, para que nenhuma língua morra, nem definhe. A questão do estatuto oficial para as muitas línguas nacionais da CPLP não pode ser ignorada e uma verdadeira revitalização linguística requer caminhar-se em direção à solução deste problema, sendo o objetivo último satisfazer as necessidades humanas básicas para o desenvolvimento, que devem incluir o direito dos cidadãos ao uso das suas línguas maternas também em situações oficiais (Lopes, 2011, p.215).

Fernando Arenas observou que a música popular, o cinema e a literatura são algumas das expressões culturais dos países de língua oficial portuguesa que proporcionam ricas plataformas para compreensão das questões simbólicas, temáticas, formais e infraestruturais ligadas à globalização e ao pós-colonialismo, em suas especificidades históricas, geopolíticas e culturais (Arenas, 2011, p.62). O autor aponta ainda a maneira como, se por um lado as literaturas, sobretudo africanas em língua portuguesa, têm sido amplamente estudadas no meio acadêmico, outras expressões tendem a ser negligenciadas ou ignoradas. Este diagnóstico se acentua quando saímos da esfera da produção realizada em língua portuguesa e passamos a considerar a produção feita integralmente em outras línguas dos EM. O autor entretanto chama a atenção ao fato de as línguas africanas serem elementares na formação da produção cultural contemporânea portuguesa, por exemplo, evidenciando o primordial papel do crioulo cabo-verdiano na emergência da cena hip-hop em Portugal.

O papel da produção artística para a luta política e afirmação cultural e identitária tem casos de grande riqueza ao longo da história dos países da CPLP, tendo expressão sobretudo no cinema e na

indústria da música. Cesária Évora, Flora Gomes, Sana Na N'Hada, Liceu Vieira Dias e Belita Palma são alguns nomes de destaque que levaram as línguas kimbundu e o crioulo cabo-verdiano e da Guiné-Bissau para todo o mundo. Na emergência da internet e das redes sociais, uma profusão de artistas independentes a produzir cinema, música e literatura ganham projeção e estabelecem-se cada vez mais nas cenas nacionais, sem entretanto verem-se refletidos ou serem apoiados pelas políticas culturais oficiais do espaço lusófono. Nomes como OZ Guarani MC, MC Wera, Owerá, Mayra Andrade, Elida Almeida e Pongo fazem parte de uma nova geração de artistas da CPLP cuja primeira língua não é o português e que fazem questão de colocar suas línguas e culturas em posição de destaque. Desde N'gola Ritmos e tantos outros grupos que fizeram do kimbundu uma das principais línguas do patrimônio musical angolano durante a luta pela libertação até o rap guarani emergente no Brasil do século XXI que denuncia a luta pelos direitos indígenas pela terra, esta produção não obstante ainda pena para gozar de reconhecimento no âmbito nacional dos respectivos EM, não tendo sido ainda considerada como um ativo das indústrias culturais da CPLP, com exceção a Cabo Verde que encontrou na produção musical em crioulo um de seus principais ativos culturais de exportação. Como veremos mais a frente, em Angola, o trabalho de pesquisadores e criadores de conteúdo digital independentes como Kelly Stress e Geovany Fernandes-Cattuco, que reúnem e facilitam o acesso à produção musical angolana em línguas nacionais, traduzindo-as para o português, apontam novos e promissores caminhos. Muito fica por reconhecer, preservar, valorizar e promover.

Pensar no estabelecimento de políticas que possibilitem a efetivação da função conectora inerente à língua portuguesa contemporânea é essencial para a valorização de um patrimônio cultural efetivamente diverso. Dessa maneira será possível favorecer uma mais ampla circulação de conhecimento entre as diferentes culturas que compõe a CPLP, que têm nas línguas os maiores aliados e potencializadores para a construção de redes e constelações de conhecimentos. O reconhecimento desta função que os descaminhos da história legou à língua portuguesa, colocando-a em contacto privilegiado com centenas de línguas distintas, de centenas de povos diferentes, em vários continentes ao redor do mundo, é apenas um primeiro passo, que aponta para o reconhecimento de uma constelação de línguas e culturas independentes que podem enriquecer-se mutuamente de maneira genuína.

Neste sentido é importante começarmos a olhar com maior atenção para as redes e conexões reais já operadas pela língua portuguesa. Ronen et al. (2014) em um importante estudo propõe um método inovador para a medição da influência global de uma língua, baseado em sua posição em redes de línguas globais. Para além das simples medidas de contingente populacional e poder económico normalmente referenciadas para medir a influência global das línguas, o estudo foca-se em

medir a conectividade das línguas nestas redes. Os autores mapeiam as redes manifestadas através de três grandes repositórios da expressão linguística no ambiente digital e sua circulação global: uma coleção de mais de 2.2 milhões de traduções de livros, através do Index Translationum Project da Unesco; o mapa de co-expressões linguísticas produzido na Wikipedia; e o mapa de co-expressões linguísticas criado através de postagens multilíngues no Twitter. Usam essas estruturas para determinar o grau de conectividade de uma língua e a maneira como se dá a comunicação direta ou indireta entre idiomas, revelando os caminhos da informação e as suas possibilidades de circulação. Identificam assim línguas que conformam centros (hubs) e validam a métrica proposta através de medidas independentes sobre o número de pessoas famosas que são nacionais de países associados com essas línguas centrais.

Dois aspectos deste estudo nos auxiliam a seguir pensando sobre o papel da língua portuguesa e o seu protagonismo exacerbado no desenvolvimento do projeto conjunto para as indústrias culturais e no convívio e interação com as línguas do espaço da CPLP. Em primeiro lugar, segundo os autores, o grau de globalidade de uma língua é um incentivo para criar-se conteúdo nela ou de traduzir-se o conteúdo produzido em línguas menos conectadas para ela. O estudo também aponta para uma maior presença de línguas nativas do Sul global, como o malaio, o filipino ou o Swahili, nas redes globais do Twitter ou da Wikipedia, indicando sua maior facilidade de penetração em canais menos formais e mais acessíveis para a produção de conteúdo, em contraste com sua presença nos mercado editoriais, altamente centralizados e elitizados.

No espaço da CPLP, a onipresença da língua portuguesa no desenvolvimento das indústrias da cultura confere à língua, para além do atributo de comunicação entre os países, também um fator de internacionalização e comunicação global para fora da comunidade, exercendo forte influência nos usos linguísticos da produção cultural. Sem dúvidas, o setor da cultura mais desenvolvido, integrado e com projeção global da CPLP é o mercado editorial da literatura em língua portuguesa, dividido atualmente sobretudo entre Brasil e Portugal. Este mercado negligencia em grande parte a constelação de línguas que gravitam em torno da língua portuguesa, orientando seu desenvolvimento sobretudo para fora desta constelação, na busca de aumentar sua conectividade em relação à outros hubs ainda maiores e mais centrais, como os das línguas inglesa ou francesa – ignorando a muita necessária articulação e dinamização das conexões internas – quando poderia beneficiar-se de operar conexões nos dois sentidos. Isso é evidenciado pela produção majoritária em língua portuguesa, que é legitimada, estimulada, centrada e articulada sobretudo ao redor de premiações como o Prêmio Camões e o Prêmio Oceanos.

Na análise dos mapas produzidos pelo estudo em questão, ao redor da centralidade

conformada pela língua portuguesa, vemos que não sequer figuram línguas faladas por grandes contingentes populacionais em países como Angola, Brasil ou Moçambique, como o Kimbundu, o Guarani ou o Emakuwa, por exemplo, os números sendo inexpressivos para conformarem um círculo. No estudo, enquanto na constelação de línguas que gravita ao redor do francês, do espanhol ou do inglês, identificamos facilmente línguas autóctones africanas, americanas ou asiáticas, como o wolof, o quechua, o navajo ou o bengali, que integram as esferas e estabelecem conexões com as línguas centrais. Isso indica a maneira como a língua portuguesa não assumiu ainda para si o importante papel que tem na potencial circulação do conhecimento existente na comunidade, tanto em seu interior, como para além dela, deixando desconectadas das redes globais muitas línguas e conhecimentos milenares e suas possibilidades. Ao passo que políticas culturais pensadas no âmbito da OIF e da OEI, como veremos, já estão mais consolidadas no que toca à reconhecer e fortalecer sua função como mediadoras e facilitadoras da promoção da diversidade linguística para a dinamização de recursos.

O aspecto económico inerente às práticas linguísticas segue não obstante sendo decisivo. Os avanços na produção tecnológica de produtos de comunicação – todos altamente baseados e dependentes das línguas para sua operação – transforma as línguas elas mesmas em meios de produção (Oliveira, 2015). No processo de comodificação das línguas e a globalização dos mercados linguísticos, políticas linguísticas são primariamente voltadas aos interesses económicos e ao valor comercial relacionado a uma determinada língua como um recurso passível de trazer vantagens competitivas (Signorini, 2015).

No âmbito da CPLP, o projeto global estabelecido para a língua portuguesa e sua crescente valorização internacional, sobretudo através do IILP, encontra-se antes de tudo orientado à expansão das possibilidades que o conjunto dos EM oferece em termos de exploração econômica. Desde os fins dos anos 1990, falar sobre políticas linguísticas e globalização equivale a falar em estruturas, enquadramentos e estratégias para o fomento e gestão de mercados linguísticos transnacionais (Signorini, 2015). Estes mercados estão intrinsicamente ligados à atividade econômica e à conformação de mercados culturais para a circulação de bens, de modo que debruçarmo-nos sobre o principal programa de cooperação para o desenvolvimento internacional da cultura existente no âmbito da cooperação entre os EM da CPLP, o que dá contornos concretos à imbricada articulação destas diferentes componentes mercadológicas, linguísticas e culturais do processo de homogeneização produto da globalização cultural.

Curiosamente, entretanto, aquele que pode ser considerado o principal programa de cooperação cultural para o desenvolvimento e articulação dos setores culturais dos países que tem a

língua portuguesa como língua oficial, o PROCULTURA - PALOP/ Timor Leste, aquele que conta com mais recursos e está em plena atividade, ultrapassando qualquer orçamento ou número de atividades e beneficiários de qualquer programa realizado, não se dá no âmbito da CPLP, e tampouco inclui o Brasil de maneira oficial, o que por si só poderia apontar para um determinado grau de conflito e esvaziamento de agenda da CPLP como órgão principal para a cooperação internacional entre estes países.

Embora não se dê oficialmente no âmbito da organização, o projeto é o maior programa existente entre este conjunto de países para o fomento ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas. Trata-se de uma ação financiada pela UE, co- financiada e gerida pelo Instituto Camões e co-financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, um programa portanto com cariz marcadamente português, financiado em parte com dinheiro europeu. O programa tem como objetivo "contribuir para a criação de emprego em atividades geradoras de rendimento na economia cultural e criativa", "transferindo tecnologia e conhecimento", e alocando ao redor de 8.5 milhões de euros em bolsas para o desenvolvimento de projetos, a formação e capacitação e a mobilidade e o intercâmbio de profissionais do setor da cultura, sobretudo nos setores da música, das artes performáticas e da literatura infantil.[3] De modo bastante interessante, um dos principais instrumentos desta iniciativa é o programa Diversidade, que visa "contribuir para a geração de emprego nos sectores culturais, a promoção da diversidade cultural e para o reforço da cidadania e da identidade através da cultura". As subvenções atribuídas no âmbito deste instrumento são geridas majoritariamente pelos Centros Culturais Portugueses, em parceria com os restantes membros da rede EUNIC, rede de institutos culturais nacionais europeus no estrangeiro. Os júris conformados para deliberação dos projetos selecionados para financiamento devem também ser formados por membros da EUNIC[4].

Insere-se por sua vez no dispositivo multilateral de cooperação Países Africanos de Língua Portuguesa, Timor Leste e União Europeia (PALOP-TL – UE), estabelecido em 1992, em São Tomé e Príncipe, que é um programa de ajuda ao desenvolvimento internacional da UE realizado no âmbito do Programa de Assistência aos Países de África, Caribe e Pacífico (ACP), com um financiamento de mais de 118 milhões de euros de Fundos Europeus para o Desenvolvimento (EDFs), ao longo de 30 anos. Atuando em setores estratégicos da saúde, justiça, finanças e administração pública, através de um modelo de intercâmbio de boas práticas, cooperação triangular e cooperação Sul-Sul, o dispositivo

[3] https://www.cultureinexternalrelations.eu/2020/10/05/procultura/

[4] https://www.futuroscriativos.org/oportunidades/lancamento-do-instrumento-de-subvencoes-diversidade/

afirma ter contribuído para o fortalecimento das capacidades institucionais nos PALOP e em Timor-Leste.

> "Ao beneficiar de sistemas de governação semelhantes e sustentados no compromisso político e na determinação de reforçar as relações políticas, económicas, sociais e culturais, a cooperação PALOP-TL com a União Europeia representa uma oportunidade para o desenvolvimento económico, ao mesmo tempo que fortalece e promove valores como a democracia, boa governação e direitos humanos.
>
> (PALOP-TL/UE, n.d., para. 3)

As áreas priorizadas no último período de implementação do programa (2014/2020) foram a geração de emprego na área da cultura e o desenvolvimento de capacidades de governação. O PROCULTURA PALOP/TL é o programa principal no âmbito desta primeira área de intervenção, com o início de sua implementação em 2019 e o encerramento de seu primeiro ciclo em meados de 2024. Em última instância, o projeto visa, para além do reforço das competências criativas e técnicas de recursos humanos para o setor cultural dos países beneficiados, o "aumento do emprego nestes setores, assim como a difusão e oportunidades de comercialização melhoradas para a música e artes cénicas dos PALOP-TL nos mercados nacionais, regionais e internacionais, e a criação, publicação e difusão melhoradas para a literatura infantojuvenil dos PALOP-TL a nível nacional e regional.

É fixado igualmente como objetivo deste programa trabalhar pelo reforço da relação entre Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique e Timor-Leste e das trocas comerciais destes com a UE valorizando a densidade e contemporaneidade da criação nos setores abrangidos "na perspetiva **dos padrões de consumo dos mercados internacionais**" (grifo meu), de modo a facilitar a mobilidade internacional de artistas e estudantes universitários nos setores da cultura, apoiando assim a criação e reforço de canais de difusão, distribuição, comercialização e estratégias de internacionalização. Alinha-se à Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, estando indicado no site oficial que suas ações são transversais aos ODS 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho digno e crescimento econômico), 10 (Reduzir as desigualdades), 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos).

Neste sentido, temos institutos europeus de cultura, liderados por Portugal, a formar e implementar um modelo bastante específico de funcionamento para que o setor cultural desses países ditos parceiros adaptem suas práticas culturais para que as mesmas passem a adequar-se a "padrões internacionais de consumo" e possam a vir a integrar mercados internacionais. Ora, o principal mercado cultural de referência neste sentido torna-se o próprio mercado europeu, que passa a

beneficiar-se desta integração – o que em suas linhas gerais sugere uma expansão. Novamente aqui, a língua portuguesa dando o tom e sendo o denominador comum, e não sendo observadas as problemáticas de diversidade linguística altamente latentes, criam-se condições propícias para aumentar-se o fosso das desigualdades estruturais no desenvolvimento das indústrias culturais, contribuindo-se sobremaneira para a hierarquização de práticas culturais, pois acelera-se o posicionamento da língua portuguesa como língua privilegiada de acesso a algo que é vendido como naturalmente desejável. Uma vez que o programa trabalha no sentido do fortalecimento da língua portuguesa como língua de trabalho e acesso ao setor cultural, à produção e às possibilidades para a circulação internacional e a geração de renda, qual valor terão as práticas que estejam distantes da língua portuguesa? Ainda que estejam presentes em obras ou projetos específicos como publicações, já seja como principal língua falada em um filme ou música, por exemplo, se for a língua portuguesa a única língua legítima para ter-se acesso aos editais e convites a financiamento, para preencher-se formulários e apresentar-se propostas e orçamentos, o domínio desta língua – e em um bastante bom nível – torna-se inevitável para os trabalhadores da cultura.

Mercedes Pinto, gestora do projeto, quando indagada sobre como são consideradas e tomadas em conta as realidades de exclusão jurídica e estrutural das línguas nacionais nos países parceiros – considerando que o principal bastião de resistência destas línguas, por muitas vezes, é justamente a produção artística – considera que o projeto não se apresenta como um projeto de língua portuguesa, mas sim como um projeto dos países de língua portuguesa (Entrevista pessoal, 2023). A gestora indica entretanto que para além do português, o uso da língua tétum na documentação de trabalho se faz necessária em Timor Leste, onde o uso da língua portuguesa é pouco, mas que para o restante do projeto, que realiza-se principalmente nos principais centros urbanos, o português funciona como língua principal.

> É verdade que eventualmente se estivessem algumas línguas locais, poderia chegar a mais pessoas. Mas também é um pouco difícil estar a incluir ou excluir línguas e depois recebes propostas e recebe-as em línguas locais, e quem é que vai analisa-las em línguas locais, não é? Precisamos de alguém que interprete estas línguas locais para a seleção de projetos. E portanto nós temos trabalho especialmente em português e Tétum de forma a simplificar o trabalho de seleção dos projetos. Quando oferecemos bolsas para alunos de ensino superior virem estudar internacionalmente eles vem normalmente para Portugal ou para o Brasil, e portanto não faz sentido estar a promover um concurso em línguas nacionais quando a ideia é que eles venham e consigam expressar-se em português. Eles estão no sistema de ensino e portanto depreendemos que eles já se expressem em língua portuguesa. Portanto, como disse,

a ideia do PROCULTURA é obviamente abarcar esta diversidade linguística e cultural, apoia-la, mas não é um objetivo específico a diversidade linguística.

(Mercedes Pinto, 2023, Entrevista pessoal)

A lógica da cultura pensada primeiramente como atividade económica e em termos de desenvolvimento de mercados, persiste. Embora seja de fato essencial desenvolver os setores culturais destes países, ampliando as possibilidades existentes, o discurso da "economia criativa" é primariamente ancorado na noção de que as condições para a criação, circulação e fruição cultural nestes países deve idealmente espelhar a experiência ocidental e passar necessariamente pela criação de valor monetário, antes de dirigir-se à coesão social e à formação identitária de um povo. Para além disso, trabalha-se por uma lógica que mantém uma divisão categórica entre duas partes do mundo: uma que transfere e ensina, e a outra que recebe. A questão da língua aqui é ao mesmo tempo evidente e sutil. Nas atuais condições políticas, jurídicas, sociais, económicas e culturais nas quais se encontram as línguas autóctones nos PALOP e em Timor Leste, o programa, ao visar o desenvolvimento dos sectores culturais e capacitação de profissionais da cultura, está maioritariamente estruturando e expandindo o mercado cultural em língua portuguesa. O que corrobora para o diagnóstico que pudemos fazer ao analisar as políticas europeias para a diplomacia cultural, as relações culturais internacionais e o multilinguismo, as " línguas europeias do mundo" funcionando como um ativo em potencial para desenvolver e expandir os mercados culturais do continente.

Temos portanto que a eleição da língua portuguesa como instrumento privilegiado para a construção das indústrias da cultura na CPLP, relegando aos outros falares o lugar da minorização, do folclore e do museu, acaba por acentuar os modelos excludentes e por perpetuar a homogeneização das práticas culturais de uma comunidade que é vocacionada para ser multilíngue, dotada de uma panóplia de recursos e práticas culturais, para as quais a língua portuguesa deve ser apenas a maior facilitadora.

Se atentarmos para a Convenção da Unesco de 2005, da qual são signatários Portugal e outros países membros da EUNIC envolvidos no projeto, o Artigo 16 (Unesco, 2005, p.12)— que trata do tratamento preferencial a ser concedido por países desenvolvidos aos países em desenvolvimento — oferece uma base normativa clara para ações de cooperação cultural equitativa. No entanto, cabe perguntar de que maneira esse princípio tem sido de fato operacionalizado. Quando os projetos de cooperação promovem uma "adequação a padrões internacionais de consumo", não corremos o risco de ver esse tratamento preferencial convertido em um mecanismo de adaptação forçada às lógicas culturais, linguísticas e mercadológicas dominantes? Em vez de assegurar o fortalecimento da

autonomia e da diversidade cultural nos países parceiros, pode-se argumentar que o projeto, tal como concebido, reproduz lógicas assimétricas, servindo antes à integração subordinada dos PALOP-TL a circuitos globais de consumo cultural do que à valorização efetiva de suas expressões próprias e singulares.

Não pode ser negligenciado também o fato de que Portugal constitui um centro cultural muito bem estabelecido, para o qual gravitam naturalmente os setores culturais destes países, sua produção e seus profissionais. Os principais mercados em língua portuguesa, pelo óbvio, estão estabelecidos no país e também no Brasil. Portugal, embora divida progressivamente espaço com o Brasil, é o centro da literatura em língua portuguesa e a legitimação da produção de países como os PALOP e Timor Leste passa necessariamente pelo país, através de editoras e de láureas de instituições portuguesas. Lisboa abrigando a sede da CPLP, é de se estranhar entretanto o fato de não existirem livrarias especializadas nas línguas e culturas de países lusófonos, por exemplo. Se nas periferias das cidades portuguesas pode-se facilmente escutar línguas como o crioulo ou o kimbundu, no centro da cidade escuta-se principalmente o inglês, o francês, o espanhol, o alemão e toda uma miríade de idiomas trazidos pelos milhões de turistas que visitam as cidades portuguesas anualmente.

Este cenário conheceu recentemente uma importante mudança bastante simbólica, com a abertura do Centro Cultural Cabo-verdiano em Lisboa em 2019, tendo sido Cabo Verde o primeiro país africano a inaugurar oficialmente uma estrutura do tipo em solo europeu, desafiando e invertendo a lógica da tradição de ação cultural internacional e atestando a emergência e disseminação das práticas da diplomacia cultural por Estados-nacionais no mundo inteiro. Veremos em um outro capítulo como a realização de espetáculos, exposições, seminários, lançamentos de livros e encontros diversos que colocam a língua cabo-verdiana em lugar de destaque e protagonismo é também um sinal positivo da evolução e desenvolvimento do entendimento da importância da relação entre direitos linguísticos e culturais.

Na estruturação da cooperação cultural internacional, o que deve ser valorizado em primeiro lugar é a preservação dos saberes e conhecimentos – que muitas vezes não estão alinhados e podem mesmo ser antagónicos à ortodoxia das formas propostas pelas indústrias culturais. Assegurando-se a preservação da multiplicidade de práticas e expressões que garantam a produção de conhecimento diverso, poderá-se então trabalhar pelo estabelecimento de conexões e dinamização das redes para circulação de informação.

Signorini (2015) aponta que uma política linguística para o português deve ser repensada à luz das realidades transnacionais, transculturais e transidiomáticas da CPLP, em contraposição à visão nacional, monocultural e monoglota que têm tido até então primazia. Segundo a autora, as práticas

socioculturais e linguísticas que atravessam as fronteiras territoriais e sociolinguísticas dos Estados-nação têm uma importância crescente e estão associadas à emergência de novas identidades sociais desterritorializadas, como também indica em parte o estudo que consideramos sobre a conectividade das línguas nas redes globais.

As línguas serão neste sentido fundamentais, pois são portadoras singulares do conhecimento em sua diversidade, em diversas paisagens culturais e epistemológicas, complexificadas em camadas históricas múltiplas, em linguagens distintas. Deve-se atentar para que todos possam tomar parte e participar da vida internacional com seus diferentes projetos, contando com as mesmas oportunidades e acesso aos recursos. Como bem pontuou César Schofield Cardoso, ao questionar o foco insistente na língua portuguesa durante sua participação na IV Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial – Horizontes e Perspetivas da Língua Portuguesa, no âmbito da CPLP e do IILP, em mesa relativa ao Eixo 5 Tecnologia e economias criativas: cenários emergentes em língua portuguesa: "Afinal, o que importa são os projetos, ou é a língua?".

Essa mesma provocação, contudo, não pode ser instrumentalizada para buscar desqualificar ou relativizar a centralidade do debate sobre diversidade linguística na CPLP. Justamente porque os projetos são importantes, é necessário discutir criticamente o papel que a língua — ou, mais precisamente, as línguas — desempenham na sua formulação, implementação e alcance. Ignorar as questões linguísticas sob o pretexto de que "o que importa são os projetos" é incorrer no risco de manter estruturas excludentes e assimetrias historicamente enraizadas, nas quais apenas determinadas vozes e formas de expressão têm legitimidade no espaço da cooperação.

Neste sentido, devemos considerar a responsabilidade que têm a língua portuguesa, e as línguas coloniais como um todo, junto a suas instituições e políticas, de trabalhar no sentido de que a constelação de línguas que lhes é bastante própria, seja uma constelação cada vez mais conectada, dinâmica e potente, assumindo para si o papel privilegiado de conectar muitas e diferentes línguas à redes globais de fluxo de informação e conhecimento, sem deixa-las isoladas em ostracismos que comprometam suas próprias existências.

Um exemplo que contrapõe-se a este modelo é o novo projeto do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que após muitos anos fechado devido a um incêndio de grandes proporções, voltou à ativa com novos espaços, tecnologias, orçamento e um projeto museológico renovado. A nova fase do museu, aparelho do Estado de São Paulo em modelo de gestão indireta, aponta para uma inflexão significativa no modo como a diversidade linguística vem sendo tratada no campo da cooperação cultural internacional lusófona. Em contraste com o modelo anteriormente considerado, – que tende a instrumentalizar a língua portuguesa como único vetor de integração, muitas vezes à revelia das outras

línguas presentes nos territórios envolvidos — o MLP tem vindo a propor uma abordagem mais inclusiva e responsiva à pluralidade linguística efetivamente existente nos países de língua oficial portuguesa.

Como veremos, para além de sua programação, o MLP, em 2025, inaugurou em parceria com o Museu de Arqueologia e Etnologia da USP e financiamento da FAPESP, o Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, instituição única no Brasil, com o objetivo de desenvolver pesquisas inéditas e se tornar referência nacional e internacional para constituição de coleções digitais de conhecimentos intangíveis e práticas indígenas e exercer um papel estratégico na sua preservação e difusão.

É de grande peso o fato de a principal instituição voltada à preservação, valorização e promoção das línguas indígenas no país esteja abrigada e seja iniciativa justamente de um museu que leva a língua portuguesa no nome. Ecoando Vergès (2023), e sua obra *Programa de desordem absoluta – Decolonisar o museu*, ao incorporar de forma programática as línguas indígenas e africanas em sua curadoria, mas também em sua estratégia institucional, o museu contribui para deslocar o foco da língua portuguesa como centro único de gravidade, valorizando os ecossistemas linguísticos que compõem a realidade histórica e cultural da lusofonia. Com isso, consolida-se não apenas como espaço de estudo, memória e celebração da língua portuguesa, mas também como plataforma crítica e inovadora para a projeção internacional de uma lusofonia mais diversa, horizontal e verdadeiramente multicultural.

Neste sentido, ao considerarmos a criação e a estruturação institucional da CPLP ao longo dos últimos 26 anos, veremos como pensar a língua portuguesa e a integração dos países que a partilham deve necessariamente passar por pensar e atribuir valor à constelação de línguas única à língua portuguesa, dotando esta comunidade de um grande potencial que pode ser melhor comunicado ao mundo através da miríade de suportes oferecidos pela produção cultural contemporânea. A seguir, concentraremos nossa análise no desenvolvimento institucional da CPLP, com o objetivo de traçar um arco histórico sobre o tratamento dado às questões de diversidade por este organismo, especialmente no que se refere às suas principais políticas linguísticas e culturais. Essa análise será conduzida de forma comparada, tendo como referência o desenvolvimento institucional da OEI e da OIF. Para isso, utilizaremos documentação histórica proveniente de seus arquivos diplomáticos públicos, bem como seus principais marcos normativos, programas e políticas voltados à cultura e à língua. O propósito é construir uma plataforma analítica que, além de interpretativa, seja capaz de oferecer subsídios propositivos para o aprimoramento institucional da CPLP.

3. Os Três Espaços Linguísticos (TEL): uma análise comparativa da evolução das políticas de cultura para a diversidade linguística

3.1. A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Com sede em Lisboa, a CPLP é uma organização internacional para a concertação político-diplomática e a cooperação e um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento das relações de amizade entre os países que têm a língua portuguesa como uma língua oficial. Criada em 1996, ela atua nos domínios social, cultural e econômico e reúne hoje 9 países como Estados-membros de pleno direito, sendo eles Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. O organismo, nomeadamente através do IILP, é a principal plataforma para a gestão concertada da língua portuguesa e a defesa de sua expansão no cenário internacional, representando em última instância, a institucionalização do espaço linguístico-cultural legado pela colonização portuguesa.

Atualmente estima-se que a língua portuguesa seja falada por aproximadamente 270 milhões de pessoas, como primeira ou segunda língua. Como consequência de sua ampla presença nos quatro cantos do mundo, a língua é reconhecida oficialmente por 26 organizações internacionais, sobretudo de caráter económico, que configuram igualmente importantes plataformas para sua promoção global (Oliveira, 2015). Como referimos, nos territórios dos EM, a língua portuguesa hoje coabita com aproximadamente 339 línguas diferentes, sem que esse fator entretanto seja percebido como um ativo em potencial por esses países, os Estatutos da CPLP, que orientam as ações da instituição não mencionando em nenhum momento a existência sequer de qualquer uma dessas outras línguas. Ao longo da ampla documentação pública reunida em seu arquivo histórico, produto de mais de 26 anos de atividade de seus principais órgãos, entre acordos, declarações e resoluções de reuniões de técnicos, ministros e chefes de estado, encontram-se poucas menções ao multilinguismo inerente e característico a esse amplo e descontínuo espaço geográfico.

No âmbito da cooperação internacional para o fomento ao desenvolvimento dos setores culturais nos Estados-Membros, a totalidade dos programas está centrada na língua portuguesa e o fortalecimento de seu posicionamento no cenário internacional, buscando a formação, conexão e expansão do mercado de bens culturais em língua portuguesa. Não existem até o presente programas ou políticas específicas para o fortalecimento da produção cultural em outras línguas praticadas neste espaço e para o desenvolvimento e articulação dos mercados culturais destas línguas. A CPLP, em um processo que reflete a evolução das discussões relativas à diversidade

linguística e cultural no âmbito internacional, têm sim vindo a integrar em suas declarações finais de reuniões de Ministros da Cultura, Chefes de Estado e de Governo e planos estratégicos de cooperação cultural multilateral, cada vez mais assertivamente menções diretas ou indiretas aos objetivos e conceitos expressos pelos principais documentos normativos da ONU aqui considerados anteriormente.

Não obstante, ainda que a agenda da organização esteja discursivamente cada vez mais alinhada à evolução normativa internacional, os debates sobre diversidade ainda não traduziram-se na efetivação de políticas, na criação de programas ou mesmo em um muito necessário redesenho institucional que aproxime a organização dos modelos atualmente operantes em organizações como a OIF e a OEI, que têm vindo a reconhecer, incluir e promover progressivamente as diferentes comunidades linguísticas que as compõe através de políticas culturais, linguísticas e educacionais mais direcionadas, como consideraremos a seguir.

Reflexo da evolução dos debates sobre o conceito de lusofonia, a exploração do conceito de diversidade na CPLP têm-se focado ao longo dos anos sobretudo no reconhecimento (tardio e não sem conflitos) das variantes linguísticas existentes no interior da própria língua portuguesa. O simples reconhecimento e valorização das características contemporâneas pluricêntricas da língua já foram motivo de grandes debates e discordâncias entre os EM, não aportando mudanças significativas na balança que pesa de maneira desigual o valor das línguas da comunidade. Na criação de políticas e programas culturais, a atribuição de valores e ideologias aos papéis que podem e devem exercer a Língua Portuguesa (escrita sempre com maiúsculas) de um lado, e as outras línguas dos Estados-membros de outro, deixa bastante claro que a defesa da diversidade cultural no âmbito do projeto lusófono não se traduz necessariamente em diversidade linguística.

Nas declarações, atas de reuniões, acordos e comunicados do arquivo histórico da organização, enquanto dentre os valores associados à língua portuguesa encontramos recorrentemente os termos: difusão, promoção, patrimônio comum da humanidade, língua de cultura, escolaridade, conhecimento e língua de unidade nacional; quando em busca da menção à diversidade linguística que caracteriza este mesmo espaço, encontramos menções pouco aprofundadas ou genéricas como línguas nacionais, línguas nacionais que convivem com o português, outras línguas maternas – sem maiores informações ou especificidades sobre quais são estas línguas, suas características, em quais regiões são faladas e por qual população.

Naquilo que indica e dá a tônica da relação a ser estabelecida entre a língua portuguesa e as muitas outras línguas, embora encontremos recorrentemente os termos cooperação, intercâmbio, articulação e enriquecimento mútuo, uma análise pragmática revela que no estabelecimento de

políticas e programas as línguas nacionais e suas comunidades terão lugar à mesa não como sujeitos, mas sempre como fatores adjacentes à língua portuguesa, esta sim dotada de uma suposta vocação à universalidade. No que diz respeito às políticas linguísticas, a CPLP é entendida pelos EM como um fórum privilegiado na prossecução de políticas que projetem e afirmem a língua portuguesa internacionalmente, e isto encontra-se expresso como uma das principais missões da organização. Veremos, na análise da comunicação dos órgãos da organização, que a não-menção e a sistemática falta de especificidade e aprofundamento quando no tratamento das muitas outras línguas ativamente praticadas na CPLP acarreta justamente na manutenção de um apagamento e exclusão sistemáticos da diversidade linguística a que foram submetidos historicamente esses países no amplo conjunto das atividades econômicas, políticas e culturais.

Para a nossa reflexão, nos debruçaremos sobre a documentação produzida desde a criação do organismo, a partir das reuniões ordinárias e extraordinárias das Conferência de Chefes de Estado e de Governo, as Reuniões do Conselho de Ministros, as Reuniões Ministeriais Setoriais da Cultura e da Educação, da Declaração Constitutiva da CPLP e os estatutos da organização, assim como os planos de Ação da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (CFMLSM) – que desde 2010 é realizada a cada três anos. Essa documentação nos permite traçar um arco histórico do desenvolvimento da organização no que toca as políticas culturais e linguísticas e atesta da evolução destas questões de alto interesse social no principal arquivo diplomático da cooperação internacional entre os países de língua oficial portuguesa.

Os Estatutos da CPLP, funcionando como uma constituição da organização, regem o seu funcionamento e foram criados em 1996, quando da Declaração Constitutiva da CPLP, que proclama os princípios orientadores e seus principais objetivos, tendo sido revistos em novas versões nos anos de 2001, 2005, 2006 e 2007. Neles, elencadas como missões principais da organização, estão a a) concertação político-diplomática; a b) cooperação em todos os domínios; e a c) promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Logo em sua primeira página, no parágrafo 9º, a Declaração Constitutiva menciona que os Chefes de Estado e de Governo dos EM reafirmam que a Língua Portuguesa: "É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português, e de projeção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista; (...)", e também que buscam "envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns EM de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais, nos domínios da investigação e da sua valorização" (CPLP, 1996, p.1).

Temos aqui bem claro o papel central atribuído à Língua Portuguesa, não apenas como denominador comum, mas como um ativo principal a ser promovido e difundido. Ao longo de seus 30 artigos, os Estatutos da CPLP não mencionam diretamente em nenhum momento a prática de outras línguas nacionais nos EM. A análise da documentação e da própria comunicação pública da organização, através da estruturação e nomeação dos seus órgãos e direções, projetos e websites, nos mostra que a escolha política para a atribuição de valores e ideologias aos papéis que devem exercer a Língua Portuguesa, de um lado, e as línguas nacionais de outro, no âmbito desta organização, é bastante nítida. O termo diversidade cultural parece querer antes apontar a consciência da necessidade do reconhecimento da característica pluricêntrica da língua portuguesa e sua diversidade – para assim garantir sua gestão concertada – do que de fato reconhecer uma multiplicidade de idiomas e expressões em pé de igualdade.

Muito pesem os nobres valores e adjetivos empregados para caracterizar e condicionar este encontro e relação entre línguas, fica patente ao fim das contas que as línguas nacionais são consideradas e têm lugar à mesa de negociações no âmbito desta organização internacional não como sujeitos das políticas linguísticas, mas antes como acessórias à Língua Portuguesa – e sempre em relação à esta – como objetos de políticas de ensino do português como língua não-materna, por exemplo, e na maior parte das vezes em uma perspectiva de passagem e substituição para o português, idioma este que defende-se ser continuamente beneficiado e expandido em suas possibilidades.

Reconhecendo as bases conceituais que dão origem à cooperação entre os nove EM que compõe a CPLP, e uma vez considerado o quadro de valores que orienta as ações deste organismo internacional, podemos passar a nos debruçar sobre o que nos indica a documentação produzida ao longo dos anos de sua atuação institucional sobre a evolução no entendimento e tratamento sobre as questões de diversidade.

Analisar a documentação pública dos principais órgãos da CPLP nos permite olhar para um registro histórico que reflete o desenvolvimento do desenho, efetivação e a avaliação de resultados de políticas internacionais estabelecidas. No quadro da cooperação internacional proposta pelo organismo, ao longo de 30 anos de existência e atuação, podemos identificar três momentos chave da inclusão das questões de diversidade cultural e linguística. O primeiro deles, no ano de 2005, quase dez anos após a criação da CPLP, quando da IV Sessão Anual de Ministros da Cultura, que produziu a Declaração sobre as negociações, no âmbito da Unesco, da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), Convenção esta que como vimos viria a ser aprovada naquele mesmo ano no âmbito da Unesco. Nesta ocasião, os Ministros da Cultura dos EM, ao

considerarem em conjunto as discussões que se davam no âmbito daquele órgão da ONU e seus textos preliminares, concordavam em apresentar recomendações à sua formulação, aprovavam a Convenção e concordavam em exortar os demais países membros da Unesco a aprovarem o instrumento, clamando igualmente pelo reconhecimento dos direitos das comunidades e populações tradicionais a expressarem seus conhecimentos e tradições. Esta será a primeira vez que o termo multilinguismo aparecerá nos discursos oficiais da organização, ironicamente em menção a um parágrafo do texto original do projeto de Convenção que ultimamente não foi incluído em sua versão final.

Em um segundo momento, no ano de 2008, este termo seria retomado, quando da Declaração de Lisboa, aprovada na VII Conferência de Chefes de Estado e Governo da CPLP, desta vez relacionado com a cooperação interinstitucional entre os TEL, e portanto como um conceito que buscava designar a relação do português e seu espaço de influência com as línguas francesa e espanhola e seus respectivos espaços de influência, refletindo, como consideramos, a adoção de um entendimento do multilinguismo que se limita às línguas europeias nestes espaços.

Em 2010, a Presidência Pro-Tempore da CPLP, sob mandato angolano, define o lema da presidência como sendo "Solidariedade na Diversidade", dando novamente centralidade às temáticas da diversidade linguística e cultural nos EM. Naquele ano seria realizada em Brasília a 1ª Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, a partir da qual seria elaborado o Plano de Ação de Brasília, que é o primeiro Plano de ação para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa, que a partir de então passaria a ser revisto a cada três anos.

Este importante plano de ação por sua vez é divido em eixos estratégicos: I - Estratégias de implantação da língua portuguesa nas organizações internacionais; II - Estratégias de Promoção e Difusão do Ensino da Língua Portuguesa; III - Estado de desenvolvimento do Acordo Ortográfico; IV – Difusão pública da língua portuguesa; V – Importância da língua portuguesa nas diásporas; e VI – Participação da sociedade civil. Será no segundo eixo que encontraremos uma menção às línguas nacionais do espaço da CPLP.

> Incrementar a cooperação para o desenvolvimento e aprimoramento de currículos escolares, com atenção para a necessidade de incorporar abordagens de ensino de línguas em contextos de aprendizagem multilíngues. Para tanto:
>
> - **Considerar** o estudo, a preservação e o ensino das línguas nacionais de cada Estado (grifo meu).

- Compartilhar experiências já existentes em educação bilingue (escrita de línguas agrafas, desenvolvimento curricular e elaboração de material didáctico).

- Fomentar o intercâmbio de experiências na elaboração de matrizes curriculares e material didáctico adequado às diferentes situações sociolinguísticas dos Estados Membros da CPLP.

(Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa, CPLP, Brasília, 2010, p.8)

Ainda, um pouco mais tarde naquele mesmo ano, em Luanda, a XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocorrida imediatamente antes à VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, aprovou a Declaração sobre Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP, afirmando ter consciência de que o espaço da CPLP distingue-se e enriquece-se por sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus EM. Considerando as recomendações da Declaração de 2001 e a Convenção de 2005 da Unesco, declara em diferentes artigos

2. Reconhecer a diversidade cultural e o multilinguismo como fatores de enriquecimento da Comunidade, a serem protegidos e valorizados;

[...]

6. Instar os Estados membros que, até a presente data não o fizeram, a aderir ou ratificar a Convenção da Unesco sobre a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial de 2003, a Convenção da Unesco sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de 2005 e outros instrumentos relacionados com a diversidade cultural e o multilinguismo;

[...]

10. Reiterar o seu empenho no desenvolvimento de acções, programas e projectos, especialmente na área de investigação, que promovam o conhecimento das diferentes línguas nacionais dos Estados membros e que concorram para o ensino da Língua Portuguesa em contextos multilinguísticos;

[...]

12. Implementar, no decurso da Presidência angolana, o Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa, levando-se em consideração a diversidade cultural e o multilinguismo nos Estados membros.

(CPLP, 2010,p.1)

Muito embora a Convenção de 2005 não tenha vindo a incluir no texto final as passagens que mencionam os Ministros da Cultura da CPLP para recomendar sua adesão pelos EM, e tampouco tenha mantido atenção ao termo multilinguismo, o instrumento, como vimos, segue sendo o principal marco de concertação internacional para a defesa da diversidade cultural, inexistindo até aqui instrumento de mesmo porte direcionado às línguas. Até 2010 somente Brasil, Portugal, Moçambique e a Guiné Equatorial (que só viria a adentrar na organização em 2014) haviam ratificado esta Convenção da Unesco. Angola e Timor Leste aderiram à Convenção respectivamente em 2012 e 2016, e no ano de 2021, Cabo Verde ratificou-a, em meio a um forte momento de reforma e fortalecimento do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas do país e de valorização da cultura nacional como um importante ativo para o desenvolvimento, com destaque para a progressiva valorização da língua cabo-verdiana, como veremos em um próximo capítulo.

Em 2011, será o IILP, sob a direção de Gilvan Müller de Oliveira, que dará início à execução do Plano de Ação de Brasília, aprovado em 2010, nomeadamente com a realização de um ciclo de 4 colóquios internacionais, realizados em diferentes cidades dos EM, que respondiam diretamente às temáticas dos eixos propostos pelo plano.

Este pode sem dúvidas ser considerado o momento mais profícuo e com as discussões mais aprofundadas sobre o multilinguismo e a diversidade linguística no âmbito de um órgão da CPLP. É com a realização do Colóquio Internacional de Maputo sobre a Diversidade Linguística nos Países da CPLP, em Moçambique, que veremos surgir pela primeira vez na documentação os termos direitos linguísticos, comunidades linguísticas e políticas multilíngues, e é nesse momento que serão discutidos entre especialistas e representantes de instituições nacionais a situação e as perspectivas para as línguas nacionais dos EM. Os participantes do colóquio, ao fim dos três dias de discussões, publicaram a Carta de Maputo, documento que resume os trabalhos e é bastante preciso, claro e direto em seus diagnósticos e recomendações para o IILP e a CPLP no que toca a urgente necessidade de agir pela preservação e valorização da diversidade linguística da comunidade, instando os países a investirem no:

> (...) desenvolvimento, em articulação com os Estados-Membros, de um projeto para inventariação sistemática das línguas do espaço da CPLP, nomeadamente através de um Atlas, com o objetivo de as identificar e de avaliar a situação de cada uma no seu território de uso;

A realização de um estudo sobre boas práticas de promoção da diversidade linguística nos diversos continentes, objetivando o desenvolvimento de novas perspectivas para os órgãos gestores das línguas nos países da CPLP;

A criação de um concurso destinado a premiar programas ou projetos de promoção das línguas dos Estados-Membros da CPLP;

A instituição de um fórum virtual do multilinguismo, na página do IILP, para partilha de experiências, atualidades e resultados de projetos e programas;

(Carta de Maputo, 2011, p.1)

Chama a atenção a claridade com a qual os especialistas clamam pelo reconhecimento jurídico das línguas no âmbito nacional dos EM, para a integração cidadã de seus falantes em seus respectivos países, e para o entendimento das línguas nacionais como línguas de produção permanente de conhecimento, e não apenas como objeto de programas de bilinguismo transitório para a língua portuguesa. A carta ainda recomenda a incorporação de pontos específicos na pauta de discussão da seguinte Conferência Internacional Sobre o Futuro do Português no Sistema Mundial, que realizaria-se em Lisboa, em 2014, e no Plano de Ação de Lisboa para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa, que seria então elaborado:

O comprometimento dos Estados-Membros com o reconhecimento jurídico das línguas faladas pelos seus cidadãos;

O desenvolvimento de legislação linguística que supere a desigualdade de tratamento dispensada às línguas faladas pelas comunidades dos Estados-Membros da CPLP;

O tratamento das línguas do espaço da CPLP como línguas de conhecimento e não apenas como objeto de programas de bilinguismo transitório, cuja perspectiva foca as demais línguas apenas como uma passagem para o português, ou como fase inicial de alfabetização e não como língua de produção permanente de conhecimento; no caso especifico de Timor-Leste, esta proposta é entendida no quadro da política de bilinguidade oficial – tétum-português;

A construção do Atlas das Línguas da CPLP, tanto cooperando para coligir as informações disponíveis sobre as línguas e comunidades linguísticas de cada Estado-Membro, como para definir os aspectos técnicos e financeiros necessários para sua realização;

A assunção de um papel ativo na catalogação, preservação e apoio à língua portuguesa em contextos em que não é oficial;

A realização de ações de formação técnica e profissional de falantes das línguas da CPLP para que atuem na gestão das suas línguas.

(Carta de Maputo, 2011, p.2)

Pela primeira vez, vemos alto grau de especificidade nas propostas, em contraste com a constante generalidade com que é feita a evocação da diversidade cultural. Embora seja um documento criado no âmbito de uma atividade formal de um órgão oficial da CPLP, sua discussão, redação e publicação foi feita por especialistas da sociedade civil e pelo Diretor Executivo do IILP, não tendo portanto caráter oficial no âmbito das políticas da organização, e tratando-se primeiramente de um diagnóstico com recomendações às autoridades e órgãos competentes, as discussões do colóquio entretanto tendo merecido menção em relatório de avaliação da implementação do Plano de Brasília (2011), anexo ao Plano de Ação de Lisboa (2014).

Poderemos ainda assim identificar a incorporação de alguns dos conceitos e objetivos expressos pela carta no Plano de Lisboa (2014), nomeadamente na estruturação de seus eixos orientadores, como é o caso do Eixo III. A língua portuguesa na cooperação entre países da CPLP e nas comunidades, que volta a utilizar o termo multilinguismo relacionando-o diretamente com as línguas nacionais em seus pontos 4 e 7:

4. Promover a preservação, o estudo e o ensino de outras línguas nacionais, em articulação com os da língua portuguesa, tanto no interior dos EM como no exterior; (...)

7. Incentivar práticas de multilinguismo, a partir da inventariação das línguas faladas nos EM, da caracterização social do seu uso e da formação e capacitação técnica e profissional de professores e formadores dessas línguas;

(CPLP, 2014, p.1)

É a partir da elaboração do Plano de Ação de Lisboa (2014) que podemos perceber uma convergência nas agendas da língua, da cultura e da educação na CPLP. As políticas pensadas para a promoção da língua portuguesa, na emergência das indústrias culturais como importante motor do desenvolvimento econômico internacional, adentram cada vez mais as políticas pensadas para o setor

cultural e a cooperação cultural internacional. De igual maneira, as políticas culturais internacionais sendo orientadas por instrumentos em evolução como a Convenção de 2003, a Convenção de 2005 e a Agenda 2030, mas também, no âmbito das organizações congêneres à CPLP, como a OIF e OEI, por novos instrumentos orientadores de políticas para a proteção e promoção da diversidade, a questão das línguas nacionais passa assim a ser cada vez mais incontornável no estabelecimento de uma agenda integrada de cooperação internacional.

Já em 2014, quando da IX Reunião de Ministros da Cultura da CPLP e da elaboração do Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral (2014-2020), as menções à Convenção de 2005 e às temáticas relativas à diversidade cultural passam a expressar a questão linguística como uma componente fundamental. O plano, em seu 2º Eixo estratégico: Diversidade das Expressões Culturais na CPLP, propõe ações prioritárias para a promoção da diversidade linguística dos Estados Membros, nas quais encontramos pormenores descritivos que também fazem eco à Carta de Maputo:

> Eixo 2. Diversidade de Expressões Culturais na CPLP
>
> 2.4. Promoção da Diversidade Linguística dos Estados Membros
>
> Ação prioritária
>
> Promover ações de sensibilização dos cidadãos e da sociedade dos Estados Membros pelas diversidades linguísticas
>
> Objetivos
>
> Prevenir a exclusão social das minorias nas sociedades dos Estados Membros
>
> Reforçar o conhecimento e a valorização da diversidade linguística nos Estados Membros da CPLP
>
> (CPLP, (2014-2020), p.18)

Fica evidente entretanto que a questão ainda é endereçada de maneira bastante genérica e sem apontar ações concretas e detalhadas, justamente naquilo que seria a descrição de um plano de ação de médio-prazo, para um período de 6 anos da cooperação cultural internacional no âmbito da CPLP. No âmbito da educação, em 2016, a IXª Conferência de Ministros da Educação elaborará para aprovação o Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação (2016-2020), que em paralelo ao plano para o setor cultural também passa a incluir diretivas mais específicas relativas à

proteção e promoção das línguas nacionais dos EM. Todavia, embora o objetivo estratégico n°12 - Melhorar a qualidade do Ensino de Língua Portuguesa dos Estados Membros da CPLP, traga como meta estratégica a promoção de políticas para a proteção e promoção da diversidade linguística nos EM da CPLP, a lógica das línguas como objeto para a promoção do português e de programas de transição persiste. Essa lógica vai manter-se ainda no Plano de Ação de Díli (2017), decorrente da III Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que muito embora tenha dado ênfase e oficialidade ao caráter pluricêntrico da língua portuguesa e de sua inserção em contextos multilíngues, não avançou de modo a apresentar aprofundamentos no que toca ao tratamento, atenção ou status das demais línguas praticadas na CPLP como sujeitos de protagonismo das políticas da organização.

Será apenas no Plano de Ação da Praia para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa, aprovado no ano de 2021, na IV Conferência sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial, realizada online em meio à pandemia de Covid-19, que alguns avanços importantes se efetivariam. Uma das principais características do plano é sua estruturação em eixos de ação que aproximam a prática da língua às práticas da produção cultural contemporânea de maneira definitiva, e consolidam portanto a tendência de articulação entre a cooperação na gestão linguística, na gestão cultural e educacional entre os EM através da CPLP. Deste plano, apenas o eixo estratégico n°3, dentre cinco no total que lhe dão sustentação, não menciona diretamente as demais línguas nacionais da CPLP para além do português e não está diretamente relacionado com as práticas de produção cultural contemporânea, sendo as menções às línguas nacionais nos eixos que compõe o plano:

> EIXO 1 – POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PROMOÇÃO DA LEITURA;
>
> Promover a cooperação entre a língua portuguesa e outras línguas maternas em contacto nos Estados-Membros da CPLP.
>
> EIXO 2 – A DIVERSIDADE NA ESCRITA LITERÁRIA EM LÍNGUA PORTUGUESA;
>
> Incentivar o estudo e a divulgação dos estudos linguísticos sobre a situação de contacto das línguas no espaço da CPLP (diversidade linguística);
>
> (...)
>
> EIXO 4 – CIÊNCIA, INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM LINGUA PORTUGUESA;

Apoiar a produção de obras de referência relevantes, a uma massa crítica que prime pela produção de recursos adequados ao contexto de cada um dos países da CPLP e que estes possam apoiar o ensino bilingue, enquanto via para a valorização da diversidade linguística e do pluricentrismo da língua portuguesa;

Usar sistemas de processamento incremental de textos em português e línguas africanas, que possibilitam o seu processamento automático;

EIXO 5 - TECNOLOGIA E ECONOMIAS CRIATIVAS: CENÁRIOS EMERGENTES EM LÍNGUA PORTUGUESA;

Fomentar a produção de conteúdos promovendo a diversidade cultural do espaço da CPLP com recurso à língua portuguesa (essencialmente língua de tradução – das línguas nacionais dos Estados-Membros);

Utilizar a língua portuguesa como veículo de promoção das demais línguas em contacto nos Estados-Membros da CPLP;

(CPLP, 2021)

Ainda que seja um tímido avanço, é de enorme importância a caracterização da língua portuguesa, pela primeira vez em quase 26 anos de existência e atuação da CPLP, como uma língua de tradução e mediação e sobretudo como um veículo de promoção das demais línguas com as quais convive historicamente e está em contato, propondo uma alteração significativa na balança de atribuição de valores e status expressa pela Declaração Constitutiva e pelos Estatutos, como já consideramos acima. Mais interessante ainda, talvez seja a menção pela primeira vez em toda a documentação do termo kimbundu, uma das línguas com mais falantes de Angola, praticada principalmente na província de Luanda, e de histórica importância nas relações com o Brasil e na formação sociocultural deste último. O termo aparece em documentação anexa ao Plano, em um relatório do governo angolano de avaliação da execução dos Planos de Ação de Brasília (2010), Lisboa (2014) e Díli (2017):

ANEXO IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS AÇÃO DE BRASÍLIA, LISBOA E DÍLI

2. Angola participou ainda no Festival Internacional de Cinema da Diáspora Africana que se realiza nos Estados Unidos da América, com o longa-metragem Njinga, Rainha de Angola. Importa referir que todas

> as produções são feitas em Língua Portuguesa, sendo que a longa metragem Njinga, Rainha de Angola, é bilingue (português e kimbundu), estando as partes em kimbundu legendadas em português.
>
> (CPLP, 2021, Anexo, p.3)

A denominação de uma outra língua amplamente praticada neste espaço, sobretudo associada a um produto audiovisual contemporâneo difundido no mercado internacional, pode sem dúvidas ser apontado como fator da evolução dos debates e da valorização de uma outra língua amplamente utilizada na CPLP.

A análise do exercício das últimas duas presidências Pro-Tempore da CPLP, presididas respectivamente por Cabo Verde (2018-2020) e Angola (2021-2023) apontam igualmente a direção dos ventos em favor da crescente valorização do multilinguismo no âmbito da organização. Sob o lema As Pessoas. A Cultura. Os Oceanos, Cabo Verde teve ação de destaque em seu exercício da Presidência Pro-Tempore e reconheceu uma plataforma e vitrine internacional privilegiada para seus mais ambiciosos planos estratégicos de promoção e afirmação de seus atributos culturais e linguísticos de grande singularidade, diretamente relacionados ao setor do turismo que joga um papel fundamental na economia do arquipélago.

Será no advento da retomada da Conferência Mundial sobre Políticas Públicas Culturais e Desenvolvimento Sustentável (MONDIACULT), no âmbito da Unesco, realizada em setembro de 2022, no México, que os responsáveis da cultura da CPLP passarão a reunir-se com maior periodicidade. Naquele mesmo ano, alguns meses antes, em maio reunia-se ordinariamente a XII Reunião de Ministros da Cultura da CPLP, em Luanda, como parte final da liderança angolana pelo biênio. Aprovou-se então a realização da I Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura dos Países de Língua Portuguesa, que ocorreria em paralelo à MONDIACULT 2022, na Embaixada do Brasil no México, e resultaria na aprovação da 3ª edição do Programa CPLP Audiovisual e em considerações, reconhecimentos e apreciações genéricas sobre a conferência em questão (CPLP, 2022). Naquela ocasião aprovou-se oficialmente, o novo Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022-2026) e seu respectivo Plano de Ação, disponibilizados no site oficial da organização – cuja análise revela documentos incompletos, incoerentes e vazios de conteúdo, sem qualquer vinculação à efetivação prática, desvinculados de um orçamento transparente.

Para citar alguns exemplos, no referido Plano de Ação (aprovado em Conferência de Chefes de Estado e de Governo, é bom lembrar) o Eixo Estratégio I – Indústrias Culturais e Criativas na CPLP inclui como ações a Realização de Estudos sobre a situação das Indústrias Culturais e Criativas na

economia dos EM (1.8), cujo resultado esperado é: um estudo sobre a situação das Indústrias Culturais e Criativas na economia dos EM (CPLP, 2022, p.8), sem qualquer indicação de parceiros, financiamento claramente definido ou meios de verificação. O mesmo se repete no Eixo Estratégico 4 – Patrimônio Cultural e Memória Histórica da CPLP, com o Programa de Dinamização do Patrimônio Cultural na CPLP (4.2) tendo como resultado esperado o "patrimônio cultural dinamizado", com o restante dos campos em branco, sem maiores detalhes (CPLP, 2022, p.14). O mesmo repete-se para projetos como a Capital da Cultura na CPLP, Feira do Livro da CPLP, o Mercado Cultural da CPLP, o Festival da Cultura Tradicional dos Países Membros da CPLP e o Festival da Canção Infantil da CPLP, projetos de caráter não estruturante, realizados sempre junto à solenidades ou cimeiras oficiais.

Em 2023, realizaria-se a II Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura dos Países de Língua Portuguesa, também em Luanda, que buscou integrar ações específicas aos eixos definidos no Plano Estratégico, associando assim a Celebração do Dia Mundial da Língua Portuguesa e do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, o 05 de maio – breves solenidades esvaziadas com a presença de funcionários e alguns membros do corpo diplomático de países parceiros na sede da CPLP – como programa do Eixo Estratégico II - Diversidade de Expressões Culturais na CPLP (CPLP, 2023, p.4). Naquele mesmo ano, em São Tomé, reunia-se a XIV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que saudava a revisão e adoção de novos Estatutos para a organização e congratulava os "esforços de aproximação com o contexto ibero-americano" para, entre outros, a "valorização e consolidação do bilinguismo também na relação entre os dois grupos de países" (CPLP, 2023, p.13).

O que destaca-se aqui, para o que nos interessa, para além do esvaziamento na pauta da cultura, reduzida ao programa CPLP Audiovisual e ao incentivo e disposição a um diálogo incrementado entre as autoridades da cultura, e a muito nebulosa destinação de fundos, é a maneira como a questão da valorização da diversidade cultural através da promoção da diversidade linguística da comunidade, após uma ação incisiva de Cabo Verde, acaba não culminando em nenhum movimento concreto estruturante no âmbito da organização. Com o advento da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) na ONU, um momento altamente propício para a cooperação e convergência de interesses políticos e pautas entre os mais diferentes países no cenário internacional, poderia-se esperar que os mais recentes desenvolvimentos no sentido de inclusão da temática no âmbito do discurso pelas principais instâncias da CPLP firmassem-se em renovadas possibilidades de projeção e articulação. Pelo contrário, não apenas a organização não adere à Década proposta pela ONU, como não menciona, congratula, enaltece ou coloca em discussão de maneira alguma em nenhum momento os esforços empreendidos segundo os objetivos e princípios expressos pela Declaração de los

Pinos – Chapultepec (2020). A próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa dar-se-à em Bissau, Guiné-Bissau, em julho de 2025.

Muito pesem os avanços identificados, sobretudo em termos do discurso oficial e da terminologia empregada pela organização em sua comunicação institucional, será necessário situar seu desenvolvimento institucional no cenário no qual a mesma está inserida. Organizações congêneres à CPLP, igualmente tendo línguas europeias partilhadas em amplos espaços pós-coloniais, como é o caso da Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) e a Organização Internacional da Francofonia (OIF), também configuram espaços linguísticos transnacionais e institucionalizam comunidades diversas e múltiplas através de uma agenda para o desenvolvimento econômico, a concertação político-diplomática e a cooperação multilateral em diversos domínios. É no âmbito programático destas instituições que encontram-se parte importante dos atuais mecanismos para o financiamento e as possibilidades de articulação e cooperação internacional na cultura e educação dos EM que as compõe, sendo os três organismos igualmente parceiros em iniciativas inter-institucionais, como a já mencionada parceria dos TEL, dotando estas organizações de responsabilidade e capacidade de impacto no desenvolvimento do setor cultural de grande parte dos países que as compõe.

As questões subjacentes e os denominadores comuns à consolidação e expansão destes modelos de organismos internacionais baseados em aspectos culturais e linguísticos partilhados, em espaços de manutenção de influência de ex-potências coloniais, como são Portugal, França e Espanha, em territórios largos e diversos das Américas, África e Ásia, fazem com que uma análise comparativa entre os organismos seja não apenas possível mas igualmente desejável, ao ensejar a partilha de boas experiências e dos caminhos possíveis.

Veremos que, em termos práticos de consolidação de políticas concertadas, programas de fomento ou documentos orientadores, o modelo implementado e seguido pela CPLP contrasta com o entendimento de organizações parceiras sobre a diversidade cultural como um recurso a ser beneficiado, partilhado e promovido para o bem comum, assim como sobre os caminhos para o enfrentamento e resolução de questões históricas de exclusão cultural, econômica e política de amplas parcelas das populações nacionais. A seguir, buscaremos expor a maneira como a OEI e a OIF têm lidado com as mesmas questões, delineando o tratamento das questões de diversidade linguística e cultural através da análise histórica da documentação dos arquivos públicos de ambas instituições, assim como a criação, operacionalização e desenvolvimento de programas e agendas voltadas à cooperação cultural e linguística.

3.2. A Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI)

Para buscarmos compreender o ambiente no qual a cooperação entre os EM da CPLP insere-se, é de grande valia analisarmos o espaço linguístico denominado como Iberoamericano. Primeiramente, por que o conceito de Iberoamérica carrega diversos sentidos históricos, políticos, culturais, passíveis de diferentes interpretações e níveis de aceitação e consenso, comunicando o aspecto linguístico apenas de maneira mais implícita e sutil. Diferentemente da CPLP, a OEI não leva em seu nome oficial termo como "países de língua espanhola", sequer mencionando língua alguma, optando por um conceito culturalmente mais abrangente e também ambicioso.

Pensar em uma América que seja Latina ou Ibérica, em contraposição à América anglo-saxã, ou ainda aos bolsões franceses e holandeses de americanidade no continente, é buscar o reconhecimento de um projeto civilizacional cultural distinto em sua especificidade de "Novo Mundo". Um projeto Iberoamericano, ao menos naquilo que pode expressar a palavra, reúne de um lado do oceano Portugal e Espanha, apagando suas especificidades e diferenças históricas em um todo ibérico, que teria a capacidade de definir culturalmente do outro lado, a América. Para além da óbvia noção de posse que implica o termo, deparamo-nos igualmente com a ideia de entendimento e consenso, a possibilidade de conformação de um conjunto ou grande família com raízes e herança comuns.

Os espaços onde se praticam a língua portuguesa e a língua espanhola são espaços linguísticos fronteiriços historicamente, definindo os limites entre Espanha e Portugal em um primeiro momento e entre o Brasil e os muitos países da América do Sul ao longo dos últimos cinco séculos. Ainda, a África tem um espaço importante neste desenho comunitário, com o Brasil estabelecendo a principal porta e ponte de diálogo, mas igualmente com a importante e muito marcada presença das diásporas africanas em países como Cuba, República Dominicana, Colômbia ou Venezuela, muito embora nenhum país africano integre oficialmente a organização. Ao trabalhar pela ideia de um espaço iberoamericano dotado das históricas capacidades de articulação e controle das relações entre os dois lados do Atlântico Sul e sua relação triangular com a Europa, estabelece-se uma clara proposta e aposta na recuperação, manutenção, consolidação e expansão de um colossal território, com singularidades culturais e linguísticas que favoreceriam uma maior aproximação e cooperação para um benefício compartilhado.

Ao considerarmos a evolução do discurso oficial da organização através da análise da documentação produzida a partir das Conferências Iberoamericanas de Chefes de Estado e de Governo (1991-2024), das Conferências Iberoamericanas de Ministros e Responsáveis da Cultura (1993-2021), dos estatutos da OEI e da Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB) e dos principais programas e

projetos ligados à cultura e às línguas, buscaremos estabelecer um quadro comparativo para análise das políticas culturais internacionais da CPLP que permita-nos traçar paralelos e buscar apontar possíveis caminhos para o seu desenvolvimento institucional. É importante aqui destacar que a SEGIB, enquanto órgão político-diplomático que articula a cooperação entre os chefes de Estado e de governo ibero-americanos, e a OEI, como organização internacional de caráter técnico, voltada à implementação de programas em educação, cultura, ciência e inovação, atuam em campos complementares, mas distintos.

A OEI é a organização do TEL que mais possui linhas de financiamento ao setor da cultura, com programas já bastante sólidos e consolidados como Ibermedia, Iberescena, Ibermúsica, Ibermemória Sonora, Fotográfica e Audiovisual e o programa Ibercultura Viva, que como veremos é o que mais se aproxima e que propõe linhas de financiamento para o fortalecimento da diversidade linguística.

Em um primeiro momento consideraremos a criação do organismo internacional e seu contexto, delineando brevemente a atuação de dois EM da CPLP, Brasil e Portugal, em suas características e especificidades. Em seguida nos focaremos na análise da documentação histórica para demonstrar o desenvolvimento do tratamento das questões de diversidade cultural e linguística através da evolução do uso da linguagem e dos principais marcos institucionais. Em uma última parte, nos debruçaremos sobre programas específicos da Direção Geral de Cultura e buscaremos elucidar a maneira como estes estão ligados e favorecem a promoção da diversidade linguística no âmbito do espaço ibero-americano.

Os processos de independência e a criação de Estados-Nacionais no continente latino-americano tendo ocorrido a partir do fim do século XVIII e ao longo do século XIX, é natural que a Organização dos Estados Iberoamericanos para a Educação, Ciência e a Cultura (OEI) seja o primeiro organismo dos Três Espaços Linguísticos (TEL) a ter sido criado, já em 1949, a partir da transformação do antigo Instituto de Educação Ibero-Americano (1941), como resultado do I Congresso de Educação e Cultura Ibero-americana. Em África, o processo de "descolonização" ocorreu apenas a partir da segunda metade do século XX, tendo a OIF e a CPLP, maioritariamente compostas por países africanos, sido criadas em 1970 e 1996, respectivamente.

A busca por restaurar e consolidar o espaço de influência espanhola, tanto na América quanto em Portugal, ocorreu como uma tentativa de romper o isolamento internacional da Espanha após o país ser deixado de fora do Plano Marshall ao final da Segunda Guerra Mundial. O governo de Francisco Franco buscou estreitar laços com os países latino-americanos ao apelar para uma herança cultural ibérica compartilhada, em um período marcado igualmente por uma forte expansão da influência dos Estados Unidos em países da região.

O Brasil passaria a fazer parte da organização em 1970, em plena ditadura militar, durante um

período de forte expansão econômica e como parte de semelhantes esforços para a ampliação das relações e cooperação Sul-Sul, tornando-se desde então um membro de peso com uma atuação importante dentro do organismo. Portugal, por sua vez, somente viria a integrar a organização em 2002, muito embora acompanhasse os trabalhos como membro observador desde os anos 1990. Desde sua adesão, ao longo dos anos percebe-se uma atuação cada vez mais ativa de Portugal no âmbito da cooperação iberoamericana, em paralelo e possível detrimento dos programas operados no âmbito da CPLP. Como veremos, Portugal passa a concentrar esforços para consolidar a presença e um papel de destaque para a língua portuguesa em plataformas diplomáticas alternativas, como a própria OEI ou em projetos de cooperação como o mencionado PROCULTURA PALOP/Timor Leste.

Muito embora a expansão do uso da língua portuguesa em organismos internacionais esteja também inserida no planejamento estratégico da CPLP, esta operacionalização e progressiva predileção por realizar projetos fora do quadro da organização aponta para um claro esvaziamento das possibilidades de atuação da CPLP no âmbito da cultura. Ainda que uma maior ênfase, dedicação e pressão por parte de Portugal para pautar a agenda da língua portuguesa a partir do espaço iberoamericano represente por vezes igualmente a inclusão dos PALOP em linhas de cooperação Iberoamericanas, quase que como um recurso aportado por Portugal para a organização – ou alternativamente, um fardo que vem a reboque – fato é que, enquanto os principais programas estruturantes e os mais importantes investimentos na área da língua e da cooperação no setor da cultura e das indústrias criativas reunindo os países de língua portuguesa são articulados a partir da atuação portuguesa na UE ou na OEI, a CPLP não atinge os seus principais objetivos e encontra-se em clara defasagem em relação a seus pares no âmbito dos Três Espaços Linguísticos, por exemplo.

É de relevo ainda pensarmos a maneira como a questão de um determinado bilinguismo Espanhol/Português passou a ser mais ativamente defendido e incluído na agenda programática da OEI após a entrada de Portugal, o país tendo buscado defender a língua portuguesa como parte de uma agenda de promoção do multilinguismo, ainda que reiteradamente não confira importância equivalente à promoção do multilinguismo no âmbito das organizações da língua portuguesa e na ação cultural portuguesa para o desenvolvimento em África, por exemplo. Se no espaço da CPLP e na cooperação internacional portuguesa com os PALOP e Timor Leste a insistência na contínua promoção e os esforços para a expansão do uso da língua portuguesa como língua de ciência, cultura, tecnologia, ensino e trabalho opta por ignorar o muito necessário fortalecimento e investimento para possibilitar a restauração das possibilidades das línguas nativas, no âmbito da OEI, os interesses portugueses parecem estar centrados em marcar território, garantir espaço e trabalhar pela consolidação de uma renovada plataforma mais potente e abrangente para a língua portuguesa.

Não obstante, no contexto iberoamericano, Portugal se depara com um quadro institucional já bastante desenvolvido, no qual as vozes dos movimentos indígenas encontram-se muito mais estabelecidas e detêm maior peso e voz política do que no caso da CPLP, a OEI detendo um papel de relevo na defesa da diversidade linguística e dos direitos culturais, com o importante marco da Carta Cultural Iberoamericana (2006), assim como a criação e operacionalização de programas estruturantes e o lançamento e início dos trabalhos do Instituto Ibero-Americano de Línguas Indígenas (IIALI) em 2022.

A Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE), criada em 2019, é um indicador deste movimento, estando desde então prevista a sua realização bienal com o objetivo de "contribuir para a reflexão sobre estratégias para as duas línguas, reunindo parceiros, seja governamentais, entidades públicas e privadas", lembrando ainda que "[...] as duas línguas estão em contato com outras línguas locais, muitas delas com expressão na educação e cultura, o que representa uma enorme riqueza comum." (OEI, n.d., para. 2).

A primeira edição da CILPE foi realizada em 2019, em Lisboa, sob o tema "Ibero-América: uma comunidade, duas línguas pluricêntricas". Em 2022, em Brasília, a segunda edição ocorreu sob a temática "Línguas, Cultura, Ciência e Inovação". Em 2023, em Assunção, sob o lema "Línguas, Comunicação, Educação Intercultural e Diversidade", teve como línguas oficiais o português, o espanhol e o guarani, em reconhecimento a uma das línguas oficiais do Paraguai, país anfitrião. Em novembro de 2025, a 4ª edição do evento, sob o lema "Multilinguismo, Interculturalidade, Cidadania", foi realizada na cidade da Praia, em Cabo Verde, simbolizando a crescente aproximação entre os espaços linguísticos e a expansão da atuação da instituição e das possibilidades do espaço iberoamericano. A nota conceitual da CILPE 2025 fornece importantes subsídios para uma análise neste sentido:

> "A escolha da cidade da Praia, situada no coração da Macaronésia (formada pelos arquipélagos da Madeira, Canárias, Açores e Cabo Verde), decorre também do papel estratégico de Cabo Verde, exemplo de interculturalidade e de convivência linguística, como ponte cultural entre África, as Américas e a Europa. A localização da conferência destaca a relação de Cabo Verde com seus vizinhos regionais e o fortalecimento das conexões entre as comunidades de língua portuguesa e espanhola.
>
> [...]
>
> Por outro lado, as duas línguas convivem, nas suas geografias, com centenas de línguas autóctones que representam um património cultural e identitário a preservar enquanto expressões da criatividade e da diversidade humana. Num contexto em que importa pensar e fomentar a ecologia das línguas e, de modo especial, valorizar a diversidade, as competências interculturais e, ao mesmo tempo, aproveitar as

> vantagens dos novos ambientes digitais, a relevância internacional do espanhol e do português e a riqueza aportada pelas línguas autóctones impelem à defesa do multilinguismo e à formação de falantes interculturais".
>
> (CILPE, 2025, p.1)

Muito pese o simbolismo deste movimento de deslocamento e abertura, segue imutável o protagonismo e a centralidade das línguas espanhola e portuguesa, que dão nome à conferência, e que são caracterizadas como línguas de "relevância internacional", instando-se a exploração de seu papel estratégico na geopolítica global, na economia das línguas, na inteligência artificial e na ciência (OEI, 2025, p.4), enquanto as línguas autóctones (aparecendo sem nomes ou maiores especificações) apenas "aportam riqueza" e serviriam como expressão da diversidade e identidade cultural, em uma já conhecida alegoria de contornos folclóricos.

Confirma-se em reiteradas instâncias que a entrada e o mais recente fortalecimento da atuação de Portugal no âmbito da OEI centra-se principalmente em esforços de expansão de sua língua nacional, tendo o país vindo a garantir em articulações político-diplomáticas o espaço necessário para a mesma no âmbito da organização. A Direção-Geral de Multilinguismo e Promoção das Línguas Portuguesa e Espanhola, criada em 2018, e responsável pela realização da CILPE, está curiosamente sediada em Lisboa, Portugal, o país com a menor diversidade linguística da organização, e ao invés de ser liderado por algum representante de destaque das diversas e grandes comunidades e nações indígenas, por exemplo, tem como responsável até ao presente Ana Paula Laborinho, que já presidiu o Instituto Camões (2010–2017) e o Instituto Português do Oriente (1996–2002), instituições de promoção das línguas de Portugal. Dadas as muito claras e urgentes necessidades das muitas línguas indígenas no espaço iberoamericano, sobretudo durante a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032) da ONU, pode-se considerar sintomático o fato de o projeto de maior peso da Direção-Geral de Multilinguismo no momento presente ser a Conferência Internacional sobre as Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE).

Ainda que as línguas indígenas estejam inseridas nos trabalhos e contempladas de diferentes formas na programação da conferência, é nítida a falta de um protagonismo compartilhado, não sendo possível identificar-se igualmente linhas claras de cooperação e atuação da Direção com o recém-criado IIALI, por exemplo. Isso pode pode indicar que a prioridade de investimentos segue garantindo-se para as línguas que desde sempre gozam do estatuto oficial na totalidade dos países e que já há séculos dominam a quase totalidade dos aspectos educacionais, econômicos, jurídicos e políticos como um todo. É possível igualmente ponderar acerca de certo desvirtuamento da missão de uma direção

vocacionada à promoção do multilinguismo, dos objetivos direcionados à promoção da diversidade linguística e direitos culturais expressos desde 2006, uma vez que de fato segue-se a conferir centralidade às línguas europeias em uma relação de grande assimetria com as outras muitas línguas nativas ibero-americanas.

Alternativamente, a atuação brasileira no âmbito da cooperação iberoamericana, desde os anos de sua adesão à organização, não teve na promoção ativa da língua portuguesa foco de ação ou uma característica marcante. Para além dos importantes e reconhecidos esforços de promoção da interculturalidade e ensino bilíngue em zonas de fronteira com países como Uruguai ou Argentina em programas como o Escolas de Fronteira e Cruzando Fronteiras (posteriormente replicados entre Portugal e Espanha com o projeto Escolas Bilingues e Interculturais de Fronteira), a atuação do país na OEI esteve historicamente marcada pela ênfase na cooperação educacional, cultural e científica com países da região.

Foi sobretudo no âmbito das políticas de cultura que a atuação do país na OEI deixou mais latente marca, com o Programa Cultura Viva, lançado pelo Ministério da Cultura do Brasil, em 2004, sob a gestão de Gilberto Gil, baseado no conceito do estabelecimento de Pontos de Cultura ao redor do país que trabalhariam pela autonomia de organizações de base comunitária e o foco na descentralização da gestão e a promoção da diversidade de formas de fazer cultura. O programa de abordagem considerada inovadora tornou-se referência internacional e inspirou a posterior criação do programa IberCultura Viva, em 2013, em articulação próxima com secretarias do Ministério da Cultura brasileiro para a construção de um programa de alcance e conexão regional. Em 2009, durante o 2º Congresso Ibero-americano de Cultura, em São Paulo, quinze países assinariam a Declaração de São Paulo, que indicava a intenção de "Apoiar a proposta da SEGIB e do Brasil de submeter à próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo um projeto de criação do Programa Ibercultura, baseado no programa Cultura Viva e na experiência brasileira dos Pontos de Cultura" (Declaração de São Paulo, 2009, p.3).

Anos mais tarde, embora não o tenha feito de imediato por razões de ordem de conjuntura política, em 2023, já dotado de um Ministério dos Povos Indígenas, o Brasil, através da Ministra Sônia Guajajara, assinou ofício solicitando à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) a sua adesão ao IIALI, confirmando o renovado protagonismo indígena na formulação e implementação de renovadas políticas linguísticas no Brasil e em sua articulação internacional. Temos assim a atuação brasileira confirmando-se na história da OEI através das políticas de cultura e também das línguas indígenas.

Como veremos, esta dualidade e alguns paradoxos na atuação da organização são ainda característica marcante, assim como nas demais organizações dos TEL. Com a questão linguística

omnipresente, ao nos debruçarmos aqui sobre as políticas de cultura, será de grande importância compreendermos de que maneira este processo de evolução, desenvolvimento e consenso ao redor de ideias comuns e conflitantes decorreu através dos anos e de que maneira isso tem sido comunicado pela organização.

*

Vinculada desde seus primórdios à educação, após a sua criação, a OEI, em seu primeiro formato, passou por um período de relativa baixa atividade, estando sua atuação concentrada principalmente na realização dos Congressos Interiberoamericanos de Educação, em 1949, 1954, e 1957, – ainda bastante atrelada à política exterior espanhola. Em 1951 aprovaram-se os primeiros estatutos que especificavam seu caráter e vocação internacional, que seriam então substituídos em 1985, com o Convênio de Constituição da OEI e os renovados estatutos vigentes até a atualidade, que definiram a denominação de organismo, reconheceram o português e o espanhol como línguas oficiais de trabalho e estabeleceram as Conferências Ibero-americanas de Ministros da Educação, Ciência e Tecnologia e Cultura como órgãos consultivos.

Será a partir de 1991, com a realização da I Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, em Guadalajara, México, evento que buscou reconfigurar a cooperação ibero-americana como um projeto político mais amplo e participativo, que passa-se a produzir de maneira constante a documentação oficial que permite-nos hoje traçar um panorama histórico da cooperação multilateral entre os Estados-Membros e o desenvolvimento da organização. Deve-se ponderar igualmente, que para além do regime franquista em vigor na Espanha até 1975, foi de maneira semelhante no período entre os anos de 1950 e 1985 que muitos países da América Latina experienciaram ditaduras militares que, se por vezes buscaram maior projeção e diversificação de sua articulação internacional, por outras também acarretaram em significativo isolamento político de seus respectivos países e sociedades no cenário internacional. A realização deste primeiro evento multilateral, que expressava entre seus objetivos a necessidade de reforma e reconfiguração da cooperação ibero-americana, marcou a ratificação de vários países ao renovado convênio de constituição, aderindo à nova estrutura e assumindo responsabilidades para sustentar o financiamento multilateral que possibilitaria a realização de programas estruturados de cooperação nas áreas da educação, cultura, ciência e tecnologia.

Nos estatutos de 1985, no Art. 2, encontramos entre os objetivos gerais e específicos, que a missão da organização seria

> Contribuir para a difusão das línguas espanhola e portuguesa e ao aperfeiçoamento dos métodos e técnicas de seu ensino, assim como a conservação e preservação das minorias culturais residentes em outros países (leia-se as comunidades de língua portuguesa e espanhola nas diásporas, comentário meu). Promover, ao mesmo tempo, a educação bilíngue para preservar a identidade cultural dos povos da Iberoamérica, expressa no plurilinguismo de sua cultura"
>
> (OEI, 1985, p.2)

Conforme veremos a seguir, muito embora possamos observar um significativo caminho percorrido no sentido de inclusão da diversidade cultural característica deste espaço através do progressivo reconhecimento e valorização de sua diversidade linguística, seguem inalterados os referidos estatutos, deixando de fora da oficialidade a possibilidade de atuação e desenvolvimento das línguas indígenas como línguas de trabalho no âmbito do organismo, ao passo que não menciona-se tampouco o seu fortalecimento como um objetivo comum a ser alcançado, em paralelo à expressa intenção de trabalhar pelo fortalecimento, preservação e ensino do português e do espanhol – incluso em pequenas comunidades imigrantes em países terceiros.

Em 2004, quando da aprovação da constituição da Secretaria-Geral Iberoamericana (SEGIB), com sede em Madrid, para atuar como braço do secretariado-executivo da organização, também foram publicados os estatutos correspondentes, que para além de detalharem o funcionamento técnico da secretaria, apenas mencionam serem o espanhol e o português as línguas oficiais de trabalho.

Ao analisar as declarações e comunicações das Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo da primeira década de atuação após a reforma institucional da cooperação multilateral, percebe-se um claro foco no tratamento de temáticas de caráter institucional, discutindo-se a necessidade de debater e fazer avançar a modernização da gestão pública nos Estados-Membros, em um horizonte de busca de maior eficiência e horizontalidade. Isso insere-se no contexto dos 1990, sobretudo na América Latina, que de maneira geral representou o período de redemocratizações e a emergência do paradigma gerencial na administração pública, que buscava afastar-se dos vícios do modelo burocrático e da persistência do modelo patrimonialista, em um momento de forte liberalização econômica marcado pela expansão neoliberal no continente.

A menção a temáticas relacionadas aos direitos dos povos originários e a necessidade de buscar maior equilíbrio entre o Sul e o Norte global encontra-se presente já na Declaração de Guadalajara (1991), que reconhece a contribuição dos povos indígenas ao desenvolvimento e pluralidade das sociedades iberoamericanas e reitera o "compromisso com o seu bem estar econômico

e social, assim como a obrigação de respeitar seus direitos e a sua identidade cultural" (Primera Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno, 1991, p.2). Esta primeira declaração já proporia igualmente a criação de um fundo iberoamericano, com o apoio de organismos do sistema internacional, que contribuísse ao desenvolvimento dos povos indígenas e permitisse "resolver favoravelmente os urgentes problemas dos povos originários, à margem de qualquer concepção de reservas indígenas ou compensações paternalistas" (OEI, 1985, p.5).

Após considerarmos o caso da CPLP, que à época ainda não estava constituída e operacional, o fato deste tipo de discurso figurar tão logo na primeira declaração de chefes de estado e governo da OEI pode causar espécie. De fato, por um lado deve-se considerar que a maioria do Estados-Membros da organização são Estados latino-americanos, cujas questões indígenas são estruturantes e ocupam parte importante da agenda e dos conflitos nacionais. Ainda, enquanto no caso da CPLP, quando de sua criação, a maior parte dos Estados apenas recém-adquirira sua independência de Portugal e enfrentava sangrentos conflitos civis que em alguns casos estenderiam-se até os anos 2000, na América Latina, no advento da redemocratização e com a promulgação de novas constituições em diferentes países, a exemplo da Constituição Cidadã no Brasil (1988), Colômbia (1991), Paraguai (1992) e Argentina (1994), a entrada nos anos 1990 é marcada paradoxalmente por um recrudescimento do neoliberalismo, junto a um forte apelo pelo reconhecimento dos direitos humanos, culturais e da natureza, à participação cidadã e a promoção da justiça social, após décadas de retrocessos e abusos sistemáticos por parte do aparelho de Estado.

A Declaração de Guadalajara (1991) já apontava igualmente a necessidade de promover um mercado comum para as artes e a cultura, fomentando o intercâmbio e a circulação de bens culturais e a transmissão de conhecimentos, com foco no desenvolvimento tecnológico (OEI, 1985, p.6), sem ainda articular expressamente a questão indígena ou a defesa dos direitos culturais com as possibilidades do campo da cultura e da criatividade.

Em 1992, o documento de conclusões da Segunda Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo mencionava a orientação do Foro de Ministros de Cultura e responsáveis de politicas culturais da América Latina e Caribe por maior atuação por políticas culturais integradas no setor do livro, audiovisual e patrimônio histórico e artístico e congratulava a criação do Instituto Camões (1992) e do Instituto Cervantes (1991), para a difusão das línguas portuguesa e espanhola (Segunda Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno Declaración de Madrid – DOCUMENTO DE CONCLUSIONES, p.11). Também, preparando-se para a realização do Ano Internacional dos Povos Indígenas (1993), constituiu-se o Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe, seguindo os objetivos expressos no ano anterior pela Declaração de Guadalajara

(1991).

Em 1993, realizou-se em Salvador da Bahia a Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura dos Países Iberoamericanos, que passaria a ser realizada antes das Conferências de Chefes de Estado e de Governo de modo a orientar e recomendar o mais alto escalão no sentido das politicas culturais e o setor como um todo na comunidade. Ainda que 1993 tenha sido o Ano Internacional dos Povos Indígenas, nas conclusões da III Conferência não mencionam-se atividades ou programas específicos ligados às línguas e culturas indígenas. A próxima reunião de Ministros da Cultura ocorreria novamente somente em 1997, com o Primeiro Encontro Iberoamericano de Ministros da Cultura, em Margarita, Venezuela.

A IV Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e Presidentes de Governo, realizada em Cartagena, Colômbia, em 1994, reconhecia e congratulava a criação e nascimento político da CPLP, que viria a inaugurar-se oficialmente enquanto instituição dois anos mais tarde, e assumia compromissos de garantir a implementação de um programa de ação para a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, (1995-2004), estabelecida então pela ONU, após a celebração do ano de 1993.

Em 1995, a Declaração de Bariloche encerrava a V Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, ao caracterizar o castelhano e o português como um patrimônio comum da comunidade e ao mencionar em seção dedicada à Educação a necessidade de proteção das línguas originárias nos Estados Membros, “parte indissolúvel do patrimônio cultural iberoamericano e de toda a humanidade” (V Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno Declaración de Bariloche, 1995, p. 3). Pontuava e congratulava a celebração da Primeira Assembléia Geral do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe, projeto que contou com o apoio financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A declaração ainda identificava em fatores culturais e linguísticos de diferença ferramentas essenciais para a valorização e promoção da diversidade iberoamericana:

> "A melhoria da qualidade da educação não deve ser feita em detrimento do princípio da equidade. Nesse sentido, o desenvolvimento de um ensino que promova uma autêntica igualdade de oportunidades e possibilidades, evitando toda forma de exclusão dos setores menos favorecidos, constituirá uma garantia de coesão social, assegurando a igualdade de oportunidades educacionais e produtivas para as mulheres, a incorporação e participação dos jovens, a auto-identificação cultural e linguística para o desenvolvimento integral das populações indígenas e a valorização do pluralismo cultural e da convivência multiétnica.”

(OEI, 1995, p. 4)

A VI Conferência Iberoamericana, em 1996, apontou a necessidade de trabalhar para garantir a participação das populações indígenas, reconhecendo a diversidade das sociedades ibero-americanas como eixo fundamental de consolidação da democracia e comprometendo-se os Estados-Membros a assegurar o direito legítimo dos povos autóctones ao desenvolvimento político, econômico, social e cultural.

Em 1997, voltaram-se a reunir os ministros e responsáveis da cultura, em uma reunião informal em Madrid, seguida pelo Primeiro Encontro Iberoamericano de Ministros de Cultura, que culminou na Declaração de Margarita – Para uma ética da integração cultural, que por sua vez afirmava que os esforços para a promoção do desenvolvimento humano sustentável deveriam contemplar a identificação de mecanismos que pudessem contribuir para a valorização do multiétnico e do pluricultural, e que tomasse forma em uma maior diversidade e na igualdade de oportunidades, no estímulo à criatividade, no fomento para garantir-se oportunidades de acesso a todos os grupos étnicos e culturais aos meios de comunicação e no estímulo a investigações inovadoras sobre os vínculos entre cultura, desenvolvimento e democracia (OEI, 1997, p.2). A Declaração de Margarita sublinhou ainda o papel crucial do Estado na garantia de uma participação ampla, efetiva e concertada da sociedade civil para a definição e execução destas políticas de cultura.

A VII Conferência Iberoamericana, no que toca à cultura, orientada por este panorama, estabeleceu assim que a participação dos povos indígenas no processo de desenvolvimento deve passar por um claro reconhecimento e respeito dos diferentes modelos de organização societal, preservando-se as diferenças culturais que garantam modos diversos de existir.

PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS

28. Comprometemo-nos a levar em conta os modelos de desenvolvimento próprios das populações indígenas, que se caracterizam por uma concepção integral das necessidades da vida econômica e cultural, sem separar uma área da outra, e a conceber modalidades concretas de assistência, reconhecendo-lhes plenamente seus direitos de propriedade, bem como a proteção de seu patrimônio cultural e intelectual. Nesse sentido, fazemos um apelo aos organismos de cooperação técnica e financeira para que ofereçam apoio aos projetos que lhes forem apresentados com o objetivo de alcançar tais finalidades.

(OEI, 1997, p.17)

Será no ano de 2001, com a XI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo e a V Conferência Iberoamericana de Cultura, em momento no qual a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural acabara de ser aprovada no âmbito da Unesco, que a expressão da íntima relação entre cultura, desenvolvimento e os fluxos das cadeias do comércio internacional passará a ser claramente definida, dando-se atenção à circulação de bens culturais e a especificidade de sua natureza em relação a outros bens comerciais. Menciona-se assim o comum acordo dos Ministros e Responsáveis de Cultura Iberoamericanos de fortalecer os programas existentes na cooperação cultural internacional da comunidade, com especial ênfase na área do patrimônio vivo e das indústrias culturais, assim como de assegurar o registro, a conservação e o desenvolvimento do patrimônio cultural intangível, com especial atenção às tradições orais (OEI, 2001, p.3). Também aponta-se a vontade de trabalhar-se pela harmonização das legislações culturais nacionais e pelo estabelecimento de incentivos à distribuição e a sua comercialização.

A XI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo por sua vez, com estes subsídios, acena à uma mais incrementada cooperação com outros espaços geolinguísticos como a CPLP, OIF e a Commonwealth e assume o compromisso de trabalhar pela revitalização e relançamento do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe, reafirmando a necessidade de defesa e garantia de direitos:

> Reafirmamos nuestra convicción que la identidad iberoamericana está fundada en una concepción humanista, integral y liberadora del hombre y de la sociedad como artífices de su destino, que no puede disociarse de su carácter multirracial, pluriétnico, multicultural y multilingüístico. Es por ello que asumimos el compromiso de preservar y difundir la identidad y la cultura de nuestros pueblos como uno de los ejes básicos de nuestra cooperación y de nuestras democracias. Reconocemos, por ello, la inmensa contribución de los pueblos indígenas y de origen africano al desarrollo y la diversidad que caracteriza a nuestras sociedades por lo que reiteramos nuestro compromiso con el pleno disfrute de sus derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales, así como la obligación de los Estados de respetar el ejercicio de sus derechos colectivos libres de cualquier forma de discriminación.

(OEI, 2001, p.3)

A temática da diversidade cultural penetrando e tornando-se central aos debates políticos e econômicos nos principais fóruns internacionais entre os anos de 2001 e 2005, período entre a

promulgação da Declaração de 2001 e a Convenção de 2005 na Unesco, a VI Conferencia Iberoamericana de Ministros e Responsáveis de Cultura, com a Declaração de Santo Domingo – A Diversidade cultural iberoamericana e o comércio internacional de bens e serviços culturais, afirmava que era dever dos Estados assegurar a salvaguarda e promoção das culturas no interior de cada país, afirmando "identidade nacionais amplas e inclusivas" e reconhecendo as variedades linguísticas (OEI, 2002, p.1). Recomendava assim aos governos que apoiassem a atuação das Academias da Língua Espanhola no contexto iberoamericano, mas que igualmente respaldassem a criação, promoção e atuação de academias de línguas indígenas (OEI, 2002, p.3).

Em 2003, a VII Conferencia Iberoamericana de Cultura, com a Declaração de Cochabamba, expressou a necessidade de que a comunidade gerasse acordos que pudessem contribuir para promover a sua visão e experiência no âmbito das discussões da Convenção de 2005, que encontrava-se então em processo de discussão no âmbito da Unesco. A XIII Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo cria oficialmente a Secretaria-Geral Iberoamericana (SEGIB) como braço executivo da organização, em substituição à SECIB, através do Convênio de Santa Cruz de la Sierra, continuando os idiomas oficiais e de trabalho a serem o espanhol e o português.

Será em 2005, já aprovado o ante-projeto de Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Unesco, recomendada pelo III Encontro Inter-governamental de Especialistas, que viria a ser adotado mais tarde naquele ano em seu formato final na XXXIII Conferência Geral da Unesco, que os Ministros e responsáveis pelas políticas culturais dos países iberoamericanos, na VIII Conferência Iberoamericana de Cultura recomendaria, reconhecendo "que a Ibero-América constitui um conjunto de nações que partilham um rico e diversificado património cultural e linguístico" (OEI, 2005, p.1), recomendavam à XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo a avançar na elaboração de um projeto para uma Carta Cultural Iberoamericana, com o intuito de "complementar com a Convenção para a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco e com todos os instrumentos jurídicos internacionais aplicáveis" (OEI, 2005, p.2). Recomendavam ainda que o novo instrumento deveria servir como guia para "promover e proteger as identidades culturais ibero-americanas e as diversas línguas, culturas e tradições que as constituem e enriquecem, bem como as suas capacidades criativas" (OEI, 2005, p.3).

A XV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, no Anexo – Bases para uma Carta Cultural Iberoamericana estabeleceria assim as bases para o referido instrumento, que teria como campos de aplicação prioritários os direitos culturais, o patrimônio cultural e natural, material e imaterial, as indústrias culturais, a educação e formação, a inovação, a economia, o emprego, o meio ambiente, o turismo, a ciência, tecnologia e os meios de comunicação, alinhando-se aos princípios e

objetivos expressos pela Convenção de 2005 da Unesco e indo mesmo mais além, com um enfoque claro no vínculo entre cultura, autodeterminação e desenvolvimento e sublinhando a importância e transversalidade da componente linguística.

Como vimos, o texto final aprovado da Convenção de 2005 da Unesco acabou por fazer apenas uma menção superficial aos direitos linguísticos, sem delinear a sua importância como fator estruturante da produção de bens e serviços culturais. Por sua vez a Carta Cultural Iberoamericana, ao reconhecer a as manifestações culturais e linguísticas ibero-americanas como patrimônio cultural com direitos que devem ser assegurados e ao definir que a responsabilidade de proteção desse patrimônio cultural por meio do seu reconhecimento, transmissão e promoção, e o cumprimento de medidas adequadas, compete ao poder público em conjunto com a sociedade, definia um importantíssimo quadro referencial que possibilitaria grandes avanços para o processo de recuperação e afirmação das línguas e culturas indígenas na comunidade como um todo.

Em 2006 portanto, a IX Conferência Ibero-americana de Cultura, através da Declaração de Montevidéu, apresentava a proposta da Carta Cultural Iberoamericana, que seria então aprovada pela XVI Conferência de Chefes de Estado e de Governo, para a consolidação de um espaço "multiétnico, pluricultural e multilíngue de cooperação e concertação" (XVI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, 2006, p.3). A Declaração de Montevideo de Chefes de Estado e de Governo encomendava ainda à SEGIB o estabelecimento de um grupo de trabalho juntamente com a OEI e o Fundo Indígena para a elaboração das bases, objetivos e alcances do Instituto Iberoamericano de Línguas Nativas, que abria caminho para a criação do atual Instituto Iberoamericano de Línguas Indígenas (IIALI).

Passados quase 20 anos da promulgação da Carta Cultural Iberoamericana, são inegáveis os avanços em matéria de inclusão e fortalecimento das línguas e culturas indígenas no âmbito da cooperação internacional da organização. Muito embora alguns aspectos do instrumento necessitem de algum grau de atualização, pode-se considerar que o documento segue de grande relevância para orientar o estabelecimento das políticas culturais nos EM, a cooperação internacional entre os países e para o trabalho pela redução das desigualdades estruturais históricas, partilhadas em maior ou menor grau. A não menção ou especificação de línguas indígenas de grande importância e distribuição geográfica, por exemplo, deve chamar a atenção. Ainda, a ausência de uma dimensão de trabalho que oriente a necessidade de promovê-las em uma dimensão internacional, não apenas circunscrita à suas localidades, deixando de tratar oficialmente questões indígenas como se fossem alienadas do conjunto das sociedades ibero-americanas, mas sim elevando o seu estatuto ao mesmo patamar das línguas europeias é algo que permanece inalterado. O fato já mencionado de a Direção de Multilinguismo da

organização parecer seguir um mandato descolado da atuação do IIALI é sintomático deste fato. A Carta entretanto estabelece que "a dignificação dos povos indígenas supõe a recuperação e preservação de suas línguas como fator de fortalecimento de suas identidades" (Carta Cultural Iberoamericana, 2006, p.6) e reconhece a necessidade de integrar as perspectivas afro-descentes e indígenas para o desenvolvimento da organização e dos Estados Membros.

No ano seguinte, em 2007, a XVII Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo faria comunicado voltado especificamente à questão linguística, sem ainda mencionar nominalmente qualquer língua nativa:

> Consideramos que as línguas e os idiomas constituem instrumentos fundamentais para o pleno exercício da cultura dos povos. Consideramos também que, na América Latina e no Caribe, existem mais de 650 povos originários com suas próprias culturas, línguas, religiões e modos de vida, cuja contribuição para a diversidade cultural de nossa região é indispensável. Destacamos a importância da preservação das línguas nativas e, nesse sentido, saudamos o acordo da 176ª sessão do Conselho Executivo da Unesco sobre a elaboração de um instrumento normativo internacional para proteger as línguas indígenas e outras línguas em perigo de extinção. Instruímos a SEGIB a dar continuidade aos estudos realizados sobre este tema e a colaborar na implementação do proposto Instituto Ibero-Americano de Línguas Nativas.
>
> (OEI, 2007, p.9)

Os Congressos Ibero-americanos de Cultura surgiram em 2008 como espaços para atender e articular os avanços da Carta Cultural Ibero-americana, trabalhando pela integração das políticas e a formação progressiva de um espaço cultural iberoamericano. Em 2009, esta dimensão da cooperação no estabelecimento de políticas culturais e a defesa dos direitos culturais alargaria-se, com destaque para a participação brasileira, como mencionado, com o compartilhamento da experiência da política dos Pontos de Cultura, implementada durante a gestão de Gilberto Gil à frente do Ministério da Cultura (2003-2008). Foi justamente no 2º Congresso Ibero-americano de Cultura (2009), realizado em São Paulo, que iniciaram-se discussões sobre a criação do programa IberCultura Viva, um dos principais programas da organização. Neste contexto foi assinada a Declaração de São Paulo, que recomendava a aprovação da criação de um programa inspirado na experiência brasileira, estabelecendo um programa e mecanismo de cooperação para articular as experiências de políticas culturais de base comunitária em desenvolvimento na região, sobretudo na América do Sul e Caribe.

A XII Conferência Iberoamericana de Cultura, sob o tema "Português e Espanhol, Línguas

Compartidas, Instrumentos de Identidade, Criatividade e Multiculturalismo", e a XIX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, ocorridas em Lisboa, Portugal, também em 2009, buscariam entretanto avançar novamente com as questões "lusófonas" no âmbito da organização, recomendando o uso intensivo do português e do espanhol como línguas de criatividade no âmbito digital e para a produção científica. Menciona-se por três vezes a CPLP, felicitando a replicação do Programa de Fomento à Produção Independente de Documentários Iberoamericanos (DOCTV Iberoamérica) pela CPLP, sob a forma do DOCTV CPLP, confirmando-se aqui mais uma vez o uso do expediente da OEI por Portugal para incluir e fazer avançar políticas para a promoção da língua portuguesa e a integração de países africanos de influência portuguesa.

Em 2012, um marco importante para a presente análise pode ser identificado: pela primeira vez em toda a documentação considerada no corpus de análise é feita menção direta e específica à línguas indígenas do espaço iberoamericano, na declaração final da XV Conferência Ibero-Americana de Cultura:

> Consideramos
>
> [...]
>
> Que é necessário somar esforços para fomentar o crescimento e a promoção do espanhol e do português como segunda língua nos países Iberoamericanos, Estados Unidos, Canadá, Caribe, Africa Lusófona e outros países de língua hispânica.
>
> Que é necessário aprofundar as estratégias de preservação e valorização de línguas originárias na região - em especial o guarani, as línguas quechua, aymara, mapudungun, nahuatl, entre outras, assim como aumentar as possibilidades de acesso ao ensino das línguas regionais.
>
> (OEI, 2012, p.2)

No ano seguinte, é aprovada oficialmente a criação do programa Ibercultura Viva, que seria lançado em 2014, com ampla adesão dos Estados Membros. A XVI Conferência Iberoamericana de Cultura reiteraria ainda o apoio à proposta brasileira de realização de um encontro sobre a diversidade linguística da região, sobre o qual falaremos em maiores detalhes posteriormente, ao considerarmos o estudo de caso da língua guarani no Brasil. Quase 10 anos após o marco da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Unesco (2005) e da Carta Cultural Iberoamericana (2006), um momento renovado de aprofundamento e fortalecimento dos trabalhos pela garantia dos direitos culturais e linguísticos é insuflado com o advento do programa Ibercultura Viva.

É no âmbito do programa IberCultura Viva que irá se situar por exemplo o estabelecimento de

linhas de financiamento direto para iniciativas de base comunitária que trabalhe pela recuperação, valorização e promoção de línguas indígenas. Anos mais tarde, em 2023, em uma iniciativa conjunta com o programa Ibermemória Sonora e Visual, lançaria-se o edital Cenzontle, uma Janela para as Línguas Originárias da Ibero-América, que destinou US$ 16.500 para um total de 16 projetos, um por EM, voltados para processos de conservação, registro, pesquisa, divulgação, educação, gestão ou valorização das línguas indígenas ou nativas dos países membros (IberCultura Viva, 2023).

O caráter crítico e o aspecto reestruturante do momento também encontra-se refletido e pode ser identificado no Informe sobre a Consolidação do Espaço Iberoamericano (2013), documento-quadro, financiado pelo Fundo AECID, da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, que apresenta reflexões de suma importância para compreendermos o fundo de questões altamente complexas como as amplas e históricas trocas interculturais no âmbito desta comunidade de herança colonial partilhada.

> Enfrentando o estigma folclorista e reducionista da cultura ibero-americana, que tem predominado por muito tempo, é necessário reivindicá-la como a outra grande manifestação da cultura da modernidade. Uma modernidade que, em contraste com a europeia, se caracteriza por uma profunda e variada hibridação cultural entre elementos clássicos e iluministas e elementos tradicionais autóctones — tanto originários quanto vindos de fora. É nessa mistura de culturas — do originário, do afrodescendente e do europeu — que reside, precisamente, sua enorme energia criativa e originalidade, o que explica a profunda diversidade do espaço cultural ibero-americano. A latitude dessa diversidade é muito ampla e não consiste em uma mera justaposição de elementos, mas sim em um sistema entrelaçado — um grande sistema ou conjunto de culturas com uma inegável vocação de universalidade. Culturas que, não obstante, muitas vezes carregam cosmovisões originais e sugestivas sobre o bem viver (sumak kawsay, suma qamaña...).
>
> (OEI, 2013, p.8)

Um ano após a primeira menção nominal a línguas milenares, de ampla distribuição geográfica, caráter internacional e de suma importância para a formação cultural iberoamericana, identificamos aqui igualmente a primeira menção a conceitos-chave de filosofias indígenas (aqui o kichwa e o aimará), incluídos na articulação e proposição de um pensamento integrado, apontando também o documento que as medidas e propostas concretas para a consolidação de um espaço cultural iberoamericano devem inserir-se necessariamente em um marco amplo de "proteção, difusão e valorização, que devem ser estendidas também às demais dimensões do ECI (Espaço Cultural Iberoamericano), sobre o grande valor que as línguas não hegemônicas — várias delas em perigo de

extinção — aportam à diversidade linguística da região"(OEI, 2013, p.39). Desde uma perspectiva institucional, esta referida valorização deve igualmente necessariamente passar pela inclusão, menção, recolha, estudo e divulgação de dados sobre estas línguas, culturas e população. De modo que não trata-se de um pequeno detalhe a descrição nominal de qual são estas línguas e quem é que as fala, quantos são, e onde as falam. Ainda que não seja o foco do documento, isso é algo que também encontra-se disposto, com anexo sobre os idiomas iberoamericanos novamente apresentando nominalmente as maiores línguas indígenas da região.

Em 2014, durante a XXIV Conferência em Veracruz, os Estados Membros decidiram alterar a periodicidade das Conferências Ibero-americanas de Chefes de Estado e de Governo de anuais para bienais, mudança que visou alargar o tempo de formação de agendas, implementação de acordos, medidas e políticas e a avaliação de impacto das mesmas, possibilitando encontros e discussões mais aprofundados.

Em 2018, a XXVI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo, através da Declaração da Guatemala: Compromisso Iberoamericano pelo Desenvolvimento Sustentável, apresentava o Comunicado Especial sobre o Ano Internacional das Línguas Indígenas, alinhando-se à resolução 71/178 da ONU alguns meses antes (E/C.19/2018/8, 2018) que como consideramos, proclamara o ano de 2019 como período dedicado aos esforços de investigação, valorização e promoção das línguas nativas ao redor do mundo. O comunicado iberoamericano, para além de aderir à proposta e dar início à preparação para os trabalhos, comunicava a intenção dos mais altos níveis de governo de trabalhar junto aos povos indígenas na construção de mecanismos e na constituição de redes de alianças com instituições públicas, acadêmicas, meios de comunicação, organismos financeiros e organizações da sociedade civil, com um enfoque de gênero que buscasse valorizar o papel das mulheres indígenas na preservação das línguas (OEI, 2018, p.1).

A pandemia da Covid-19 alterou o cronograma previsto para 2020, tendo sido realizadas a XXVII Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo e a XXI Conferência Iberoamericana de Ministros e Ministras de Cultura no ano de 2021. Muito embora o setor cultural tenha sido um dos mais profundamente afetados com impactos generalizados e as principais medidas oficiais no âmbito da organização tenham sido direcionadas a contingenciar a crise aguda, é neste momento igualmente que aprova-se a criação do Instituto Iberoamericano de Línguas Indígenas (IIALI), cumprindo a Declaração de Montevideo (2006) e configurando um marco de grande importância para a proteção, revitalização, valorização e promoção de antigos e amplos sistemas de conhecimento até então largamente negligenciados.

Conforme a comunicação oficial disponível no site do IIALI, entre 2019 e 2020 desenvolveram-

se diversas reuniões técnicas para sua abordagem e formação, destacando-se neste processo a identificação do papel histórico das mulheres na preservação e transmissão deste patrimônio e a importância da criação do instituto para poder enfrentar as crescentes ameaças aos complexos ecosistemas que sustentam as línguas e culturas indígenas ibero-americanas (https://www.iiali.org/el-iiali-en-una-mirada/, acesso em 02/04/2025). Entre os objetivos estratégicos definidos para o instituto figuram: O.E.1. Sensibilizar sobre a situação das línguas indígenas e dos direitos culturais e linguísticos dos Povos Indígenas (comunicação social, publicação e divulgação de informação); O.E.2. Fomentar a transmissão, uso, aprendizagem e revitalização das línguas indígenas (educação, igualdade, não discriminação); O.E.3. Oferecer assistência técnica para a formulação e implementação de políticas linguísticas e culturais dirigidas aos povos indígenas (coesão social, cooperação Sul-Sul, proteção social) e O.E.4. Facilitar a tomada de decisões informadas sobre o uso e vitalidade das línguas indígenas (bases de dados quantitativos e qualitativos).

O O.E.2 traz-nos ainda reflexões importantes para que cessemos de insularizar a temática das línguas indígenas e de compreender o real impacto de investimentos assimetrizantes em línguas hegemônicas como algo apartado e desconectado dos conflitos e descaminhos linguísticos nas sociedades ibero-americanas. Assim, o fomento à transmissão, uso, aprendizagem e revitalização de línguas indígenas não pode dar-se de maneira desconectada das atuais políticas para o fomento ao uso, promoção e internacionalização das línguas europeias em espaços geolinguísticos de herança colonial, uma vez que nestes, a hipertrofia histórica e ainda atual das línguas europeias tem significado na maior parte das vezes a atrofia das línguas nativas e de suas possibilidades.

> Remontar a atual situação de crescente atrofia e silenciamento das línguas indígenas, produto da hegemonia do castelhano, português e inglês, e sobretudo de atitudes racistas e discriminatórias que comprometem a sobrevivência das sociedades indígenas e do seu legado de conhecimentos, culturas e idiomas, exige ações de revitalização cultural e linguística em duas frentes: para dentro das comunidades indígenas e a partir das sociedades hegemónicas. No primeiro caso, trata-se de incentivar a transmissão inter-geracional e o uso livre e espontâneo das línguas originárias, a nível oral e escrito, e no segundo caso, de promover a aprendizagem de línguas indígenas por parte da população falante da língua hegemónica, pois a sua aproximação ao legado indígena contribuirá para modificar o imaginário nacional e também a auto-perceção indígena sobre as suas línguas. Este objetivo pode ser alcançado através de diferentes medidas de fomento e estímulo, tais como concursos e financiamento de projetos comunitários, bem como de assessorias aos ministérios da educação e da cultura no que se refere ao ensino de línguas originárias como segunda língua, por diversos meios, incluindo o seu uso na esfera

digital.

(SEGIB, 2020, p.5).

Trabalhar pela promoção de um uso mais comum e generalizado de línguas indígenas pelas sociedades ibero-americanas obviamente envolve por um lado questões de permissão e acesso, dado que para alguns povos suas palavras podem guardar significados que não devem ser partilhados com indivíduos de fora, por exemplo. Também, não se trata de buscar novos padrões ou componentes para novas universalizações em traduções interculturais forçadas (Santos, 2006), ou de operar reconhecimentos de ordem paternalista em uma performance de diversidade e apropriação multicultural que não altera as estruturas de poder. Consideradas as necessidades, e sob os preceitos do lema "Nada para nós sem nós" da Declaração de Los Pinos [Chapultepec] (2020), falar sobre a promoção das línguas nativas para além das esferas diretamente indígenas significa buscar igualar o status destas frente às línguas hegemônicas, reconhecendo a necessidade de um alargamento do campo das possibilidades semânticas e filosóficas, trabalhando em última instância por um real conceito de diversidade na materialização das capacidades humanas.

Em 2023, durante o VIII Congresso Ibero-americano de Cultura, realizado em Lisboa, o Secretário-Geral da SEGIB, em discurso de abertura, curiosamente ao caracterizar o espaço iberoamericano como uma potência cultural, fez menção à questão linguística, considerando que o sincretismo não teria dado lugar à homogeneização, mas sim permitido a convivência e colaboração de diversas culturas, elencando como exemplo mais claro disso o das línguas. O espanhol e o português conviveriam assim com centenas de línguas nativas, "que enriquecem nossa fala com conceitos, sons e musicalidades diversas, transmitem nossos mitos e nossas histórias por centenas de anos e que hoje podem utilizar a grafia do português e do espanhol para passar ao meio escrito e ter assim melhores oportunidades de preservação"(OEI, 2013. p.1).

Neste ponto de nossa reflexão, fica mais do que evidente que a ideia implícita de que as línguas indígenas encontram-se na atual situação de extrema ameaça e vulnerabilidade simplesmente por serem oriundas de tradições orais ou ainda por não disporem de ferramentas pretensamente supostas como as mais adequadas é um pensamento descolado da realidade objetiva dos fatos. Ainda, a adjetivação empregada intenciona marcar aspecto folclórico e desvela ainda a já conhecida alegoria enrustida que busca delimitar a dominação de línguas que seriam vocacionadas ao conhecimento e à luz frente àquelas destinadas a serem sons a embalarem prazeres.

Ora, a possibilidade do uso da grafia de língua românicas para a documentação, estudo,

valorização e ensino de línguas indígenas sul-americanas já data dos séculos dos primeiros contatos e se estes processos não foram realizados profundamente e a contento não terá sido por outra razão que o torpor e a letargia política e intelectual colonial. Diga-se de passagem, sobretudo em uma era de uma comunicação digital cada vez mais baseada no compartilhamento da imagem em movimento e do áudio, as possibilidades do registro escrito parecem ganhar progressivamente menor importância relativa. Terão melhores oportunidades de preservação as línguas indígenas ibero-americanos tão logo os diferentes povos tiverem assegurados seus direitos à auto-determinação e acesso e usufruto aos principais meios de comunicação, tão logo seja possível escutar estas mesmas musicalidades a embalar para além de canções e mitos também os discursos políticos de abertura e as mesas temáticas de conferências internacionais de cultura, por exemplo.

Não obstante, em 2024, a XXIX Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo acordou em ratificar a Década Internacional das Línguas Indígenas das Nações Unidas (2022-2032) em seus princípios e objetivos fundamentais. Trata-se de mais um passo importante para a organização, que segue reconhecendo seu papel de responsabilidade e liderança em buscar sanar disparidades estruturais históricas ao passo que reconhece e busca renovar e promover seu vasto patrimônio. Deve-se lembrar, a título de comparação, que a CPLP não aderiu oficialmente ou sequer chegou a discutir as temáticas relativas à iniciativa, sendo os esforços coletivos para a década tratados como um não assunto, quando na verdade quase a totalidade dos EM possui importantes questões políticas, territoriais, econômicas e culturais diretamente ligadas à sua diversidade linguística.

Também em 2024, publicou-se pela OEI a versão digital do relatório Línguas Indígenas no Mundo Digital – Inventário de recursos e lacunas (2023), que alinha-se e complementa a leitura do relatório Digital initiatives for indigenous languages (2023) publicado no mesmo ano pela Unesco no formato de um manual de boas práticas, e apresenta um importante levantamento da presença das línguas indígenas em um cenário digital em plena mutação com o advento da Inteligência Artificial (IA). Lembrando que a situação de línguas como kichwa e o guarani diferem em muito do restante das línguas indígenas do continente Sul-americano e Caribe por abarcarem contingentes populacionais significativos, o relatório da OEI aponta como paradoxalmente são encontrados mais recursos digitais para línguas como o zapoteco e o mixteco, línguas indígenas com muito menor número de falantes, o que poderia em parte ser explicado pela já consolidada existência e avançado estado de desenvolvimento de instituições do México voltadas à preservação, estudo, promoção e fomento às línguas indígenas nacionais. É no país que se encontram a maior parte dos recursos linguísticos considerados avançados, como interfaces de aplicações móveis, traduções automatizadas e dicionários eletrônicos. O Brasil aparece em segundo lugar, com o maior número de recursos disponíveis para

línguas indígenas na América do Sul, seguido de Peru, Colômbia e Bolívia (OEI, 2023, p.20).

O que poderia ser caracterizado como um estágio mais avançado do desenvolvimento institucional mexicano tem implicações bastante práticas e traduz-se de maneira clara por exemplo no que toca às políticas culturais e ao fomento às línguas indígenas, com a criação e consolidação do Prêmio de Literaturas Indígenas de América (PLIA), que desde 2013, em uma iniciativa conjunta entre o meio universitário, secretarias de governo e o Instituto Nacional de Línguas Indígenas (INALI), ocorre habitualmente durante a tradicional Feira do Livro de Guadalajara. A existência de plataformas desta natureza estimulam a validação, renovação e o sentimento de orgulho em relação a estes idiomas nacionais, transbordando as comunidades falantes, e transformam-se em última instância em indicadores econômicos de relevo para o setor cultural.

Com base na documentação histórica do arquivo público da instituição, é possível concluir que o fortalecimento das línguas indígenas no espaço ibero-americano tem avançado de forma significativa nas últimas décadas, ainda que de maneira desigual e frequentemente marcada por contradições institucionais. A recente criação do IIALI e os desenvolvimentos práticos dos compromissos assumidos pelos Estados Membros a partir da Carta Cultural Ibero-Americana e a mais recente adesão à Década Internacional das Línguas Indígenas demonstram uma crescente conscientização sobre a importância da diversidade linguística como um dos principais pilares dos direitos culturais e da cidadania plena neste espaço geolinguístico. Ainda assim, a persistente centralidade mantida pelas línguas portuguesa e espanhola nas estruturas institucionais revela um desequilíbrio das possibilidades de poder. Muito embora o discurso sobre multilinguismo ganhe cada vez maior relevo, as ações e políticas concretas nem sempre refletem a escolha de um caminho definitivo pela valorização equitativa das línguas autóctones. Em detrimento de uma abordagem mais inclusiva em definitivo, evidencia-se através das políticas arquitetadas para a projeção das línguas europeias compartilhadas um padrão de reprodução de hegemonias históricas que de fato limita o grande potencial transformador que a diversidade cultural dos EM podem conferir à cooperação ibero-americana.

A plena realização de um projeto de diversidade requer o enfrentamento de assimetrias estruturais e o comprometimento real com a democratização do espaço cultural e linguístico ibero-americano, garantindo que as línguas indígenas não sejam apenas celebradas como símbolos identitários, mas também integradas como instrumentos legítimos de pensamento, ciência, arte e ação política. Ao considerarmos o quadro institucional da OEI em uma perspectiva comparativa à abordagem da CPLP no que toca à formulação de políticas culturais e sua relação e impacto com a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais, torna-se evidente uma diferença significativa de perspectiva, profundidade e comprometimento institucional, mas sobretudo de uma escolha política.

Enquanto a instituição com sede em Lisboa apresenta avanços tímidos e contabiliza avanços majoritariamente na esfera discursiva, mantendo sempre o português como centro estruturante e simbólico de sua atuação, as iniciativas desenvolvidas no âmbito ibero-americano parecem demonstrar uma preocupação mais efetiva em lograr a inclusão de línguas indígenas como sujeitos epistêmicos e culturais plenos da cooperação internacional. O papel da Conferência Ibero-americana de Ministros e Ministras de Cultura e os Congressos Ibero-americanos de Cultura têm sido preponderante em acompanhar e fazer avançar as múltiplas e transversais pautas do setor, permitindo que decisões acertadas sejam tomadas durante as cúpulas de alto nível.

Ao analisar a documentação da cooperação internacional na cultura no âmbito ibero-americano, podemos identificar esforços visíveis para reconhecer e valorizar o papel das línguas indígenas na construção de um renovado entendimento do próprio conceito de diversidade que, para além de uma celebração simbólica da diferença, busca alterar através da inclusão alterar as estruturas institucionais, epistemológicas e educacionais que possibilitam esta mesma cooperação. Dessa maneira, o espaço ibero-americano, mesmo sendo ancorado em línguas coloniais partilhadas, tem caminhado progressivamente para uma revisão crítica de sua matriz histórica, incorporando com cada vez mais vigor e pragmatismo princípios caros à interculturalidade e ao beneficiamento da diversidade linguística.

Interessa-nos portanto considerar ainda o percurso da OIF, outra instituição baseada em uma língua colonial partilhada que conheceu grande destaque, influência e disseminação internacional. Seu desenvolvimento institucional pode ser igualmente útil para considerar outros aspectos e possibilidades do entendimento das políticas culturais como instrumento privilegiado para o fortalecimento e promoção da diversidade linguística na cooperação internacional entre os EM da CPLP.

3.3. A Organização Internacional da Francofonia (OIF)

Mon grand-père a décidé que ses filles iraient à l'école et parleraient en français sous son toit. Aux dépens de sa propre langue. Et des savoirs transmis par ses parents. De sa fierté. Tu vois, être colonisé c'est cá. On doute de la valeur de sa culture. On doute de soi.

Shuni
Naomi Fontaine

No ano de 2022, o Presidente francês Emmanuel Macron reunia-se com um grupo de jovens do espaço da francofonia em um encontro com ares informais que contou também com a presença da escritora, jornalista e ganhadora do Prêmio Goncourt Leila Slimani, que atuava como uma espécie de mediadora entre a juventude criativa e o mandatário da principal potência e financiadora da OIF, durante a XVIII Conferência da Francofonia em Djerba, Tunísia. A presença descontraída de Macron contrastava com uma certa excitação dos jovens selecionados como "embaixadores da francofonia", para compor o encontro, gravado e disponibilizado em sua íntegra na plataforma Youtube (Macron, 2022, 31:04) e que buscava discutir justamente questões de diversidade e o papel da criatividade na construção de um espaço partilhado. Começaremos portanto por considerar as intervenções de Emmanuel Macron durante este encontro. Estas nos auxiliarão a adentrar a análise mais aprofundada da documentação diplomática do arquivo público desta instituição para a cooperação internacional, delineando aquilo que foi pensado, arquitetado, gestado e construído no espaço francófono através do tempo de existência deste fórum.

Após breve introdução protocolar e ao ouvir a apresentação dos jovens embaixadores presentes, Macron reforçou que a língua francesa é uma língua múltipla com diversas facetas e conflitos também na França metropolitana, onde diversas línguas e dialetos compuseram a amálgama do que hoje é considerada a língua francesa padrão, mas também resistiram e resistem até hoje à assimilação e processos de apagamento. A língua francesa teria assim cruzado oceanos, encontrado outros povos, línguas e culturas e novamente engendrado novos processos de transformação.

Ao considerar a maneira como estas línguas foram incorporadas à língua francesa, o presidente apresenta a sua visão sobre o modo como a francofonia tem sofrido um processo de recuo nos EM, ao dar o exemplo dos países do Norte da África, onde hoje falaria-se cada vez menos a língua francesa, identificando igualmente a força da expansão global da língua inglesa como um desafio adicional à afirmação do francês no cenário global.

> Nos países do Magreb, fala-se menos francês do que há vinte ou trinta anos — isso é uma realidade. Porque houve formas de resistência, às vezes quase política; é uma língua que pode parecer mais difícil, houve uma vontade de re-habitar outras línguas, dizendo: é assim que encontramos nosso caminho político... Bom... Porque também há o inglês, esse novo esperanto, que se desenvolveu com essa facilidade de uso, onde, no fim das contas, as pessoas aceitaram um espaço político no qual, com poucas palavras usadas de forma imperfeita, conseguimos nos entender, ninguém nos julga e conseguimos nos comunicar em qualquer lugar — o que fez com que a francofonia recuasse um pouco, nesse sentido.
>
> (Macron, 2022, 31:04)

O mandatário então continua seu pensamento, associando a nova geração dos países de língua oficial francesa a um necessário projeto de "reconquista", que passaria pelo imperativo de criar em língua francesa, fazendo deste idioma o instrumento principal da cultura e das emergentes indústrias criativas de países tão diversos quanto o Níger ou o Vietnam.

> Em seguida, como foi dito, cabe à sua geração tornar essa língua novamente hospitaleira, e mostrar, em todos os países, que é possível falar o francês que não é necessariamente um francês acadêmico, mas sim uma língua que nos permite fazer negócios, conversar, nos encontrar. E eu penso, em particular, no continente africano: **o francês é a verdadeira língua universal do continente africano** (grifo meu), é ela que permite criar a unidade na qual eu acredito muito. A francofonia é a língua do panafricanismo — se eu tivesse que travar uma luta política ao contrário, por assim dizer — mas é verdade. É verdade. E acredito também que **ela carrega verdadeiros valores universais** (grifo meu), do Haiti ao continente africano, passando por partes do continente sul-americano, do Sudeste Asiático e do Pacífico.
>
> (Macron, 2022, 34:13)

Servem as palavras do Presidente francês como introdução de interesse para que possamos abordar o projeto da francofonia tal como ele têm sido conduzido até o presente. Algumas afirmações presentes nesta reflexão, que certamente não tem a forma ou o peso de um discurso formal de Estado, preparado e pré-aprovado, mas sim de uma troca marcada pela espontânea expressão, até um certo limite, de um Chefe de Estado com interlocutores provenientes de países onde a língua francesa fez-se presente e oficial ao longo dos dois últimos séculos. Devemos entretanto reter nossa atenção sobre alguns pontos apresentados. Destaca-se em sua intervenção a superioridade conferida à língua francesa sem qualquer constrangimento, uma língua que "pode parecer muito difícil de aprender",

dirigindo-se a interlocutores cuja língua-mãe era, por exemplo, a língua árabe. Ou ainda a afirmação de ser o francês a verdadeira língua que possibilitaria uma união entre os países de África, por ser língua esta que carregaria verdadeiros valores universais. Com ares ufanistas e quase religiosos, tanto pelo pueril quanto pelo fanático, as palavras de Macron demonstram de maneira clara e desembaraçada aquilo que está em jogo: uma disputa de valores e narrativas.

Muito embora o encontro fosse destinado a discutir a co-construção de espaços de partilha, o que parecia preocupar o mandatário era o fato de os países da francofonia diminuíssem a centralidade da língua francesa no amplo processo de criação de suas sociedades e voltassem sua atenção e conferissem progressivamente maior valor à suas próprias línguas, já há anos subjugadas em diversas instâncias. No contra-senso de uma troca intercultural, afirma-se que é a língua da França que está dotada e predestinada a deter a razão e portar os verdadeiros valores que, por serem mesmo verdadeiros, devem expandir-se, de modo a serem universais e adotados por todos, da América do Sul ao Sudeste Asiático. A ideia proposta, em suas linhas menores, como que sugere que optar-se pela diferença significasse caminhar no sentido oposto às luzes e à razão. Ambas as passagens delineiam com precisão a posição na qual encontram-se as línguas colonizadas frente à língua francesa na cooperação internacional no espaço da francofonia e apontam, destarte, os contornos de um paternalismo insistente — mas não cândido — que trabalha, em última instância, por continuar a garantir que as condições materiais de conforto sejam criadas para sua ordem e sustentação.

Com isso em mente, nos debruçaremos sobre a documentação histórica que testemunha da cooperação internacional neste espaço geolinguístico que se extende pela totalidade dos continentes do globos, em suas diretrizes estratégicas, instrumentos, programas e marcos. Buscaremos compreender de que maneira a componente da diversidade linguística têm sido desenvolvida no âmbito da defesa da diversidade cultural francófona e quais tem sido os caminhos tomados e direções apontadas para reverter os largos processos de apagamento das centenas de línguas nativas dos EM. Novamente esta análise da componente institucional nos permitirá um vislumbre dos avanços, contradições, semelhanças e diferenças com os percursos da OEI e a CPLP. Com este intuito, focaremos nossa análise na documentação produzida a partir das Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Francofonia, as Conferências dos Ministros da Cultura, a Carta da Francofonia e os programas Langues en Dialogue e Tempo Traduction.

3.4. O francês em partilha

A assinatura do Convênio de Niamey (Níger) em 1970, daria origem à Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), tornada Agência intergovernamental da Francofonia, em 1998, e finalmente a Organização Internacional da Francofonia (OIF) em 2005. Será apenas em 1986, à convite do Presidente francês François Mitterrand, que 42 Estados e Governos tomariam parte na primeira Cúpula da Francofonia, em Versailles, França, que tomando por base a língua francesa compartilhada, centrava-se em construir as bases e aprimorar a cooperação em quatro domínios principais: o desenvolvimento, as indústrias da cultura e da comunicação, as indústrias da língua e o desenvolvimento tecnológico ligados à pesquisa e à informação científica (OIF, 2025).

Desde 1986, outras 17 Cúpulas da Francofonia foram realizadas: 1987 em Quebec (Canadá–Quebec), 1989 em Dacar (Senegal), 1991 em Paris (França) inicialmente prevista na RDC, 1993 em Grand-Baie (Maurício), 1995 em Cotonou (Benin), 1997 em Hanói (Vietnã), 1999 em Moncton (Canadá–Nova Brunswick), 2002 em Beirute (Líbano), 2004 em Uagadugu (Burkina Faso), 2006 em Bucareste (Romênia), 2008 em Quebec (Canadá–Quebec), 2010 em Montreux (Suíça) inicialmente prevista em Madagascar, 2012 em Kinshasa (RDC), 2014 em Dacar (Senegal), 2016 em Antananarivo (Madagascar), 2018 em Erevan (Armênia), 2022 em Djerba (Tunísia) e 2024 em Villers-Cotterêts e Paris (França). A XXª Cúpula está prevista para ocorrer no Camboja, durante o último trimestre de 2026.

Em 1986, outro mandatário francês exprimiria seu pensamento sobre a relação entre língua e cultura, durante a Iª Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que têm em comum o uso do francês, realizada em Versailles, França. François Mitterrand, em discurso proferido durante a sessão inaugural, considerava que a língua francesa era portadora de uma cultura que figurava entre as grandes civilizações da história e que "a maior parte das culturas exprimidas ao redor da língua francesa são culturas mistas ou múltiplas, que se enriquecem umas às outras, mas o tronco central, o real eixo desta ação, é o francês" (OIF, 1986, p.254). O próprio título do encontro entretanto já evidenciava a dificuldade e a já existente preocupação em definir-se com precisão o elo linguístico existente, ao evitar amálgamas de nomenclatura para os países que detêm a língua francesa como uma língua oficial. A escolha pela formulação "uso comum", sem referência hierárquica, na realidade daria-se durante a Cúpula de Maurício, em 1993, e aplicaria-se de maneira retroativa, após sugestão de François Miterrand como forma de responder às intervenções do então Secretário Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali. Este movimento indica a compreensão de que adjetivar o uso da língua francesa com o termo francófonos, por exemplo, ou ainda por locuções como de língua francesa, pode significar

deixar de fora uma ampla gama de agentes e partes importantes de identidades culturais altamente complexas.

A fala de Mitterrand constrastou com o discurso do Presidente da República do Senegal, Abdou Diouf, que definiu a francofonia como um paradoxo: como conciliar o apreço e apego à língua francesa e ao mesmo tempo pretender preservar e afirmar as identidades culturais de seu país? Lembrando que no Senegal a língua francesa convive em situação de bilinguismo com seis línguas africanas reconhecidas constitucionalmente, Diouf definiu a função da língua francesa como uma língua com funções de trabalho, comunicação internacional e de acesso à informação científica e técnica, assim como a uma "cultura universal"(OIF, 1986, p.274).

Pontuou ainda que a promoção das línguas nacionais senegalesas, assim como do francês, configuravam uma necessidade premente e que a sua transcrição através do alfabeto latino havia imposto ao povo que passasse a se habituar também a utilizá-las para a literatura, a música, o teatro, o cinema e a televisão, assumindo posição mais pragmática do que a marcada por seu célebre antecessor Léopold Senghor, poeta, intelectual e primeiro presidente do país cuja defesa de uma visão sobre a necessidade e possibilidade de tornar o francês uma língua africana, um "francês negro", que apropriaria-se e transformaria a herança linguística colonial, teve impactos significativos sobre a manutenção da posição das línguas africanas do lado de fora das instâncias modernas de poder e institucionalidade do país. Mais pragmática pois reconheceu que manter a clivagem entre as línguas do povo e as possibilidades das instituições era contraproducente nas esferas culturais, sociais e econômicas, enquanto Senghor, muito devido aos tempos de então, optou pelo pacto político que garantiu a transferência do poder das instituições às elites assimiladas.Para Diouf, respeitadas as identidades culturais, e portanto as línguas, a francofonia poderia conhecer pela comunicação, uma segunda juventude.

Assim, o Relatório Geral desta que foi a primeira Cúpula a reunir diversos Chefes de Estado e de Governo dos países de língua oficial francesa mencionava estrategicamente os aspectos ligados à língua e seu papel crescente nas indústrias culturais e tecnológicas emergentes, atestando mesmo uma necessidade de trabalhar-se pela industrialização da língua francesa, que permitisse "a mais rápida e melhor produção de bens culturais de base linguística" (OIF, 1986, p.249). Industrializada, a língua francesa deveria servir ao propósito de funcionar como um vetor fundamental do desenvolvimento e expressão da diversidade de identidades culturais, sem entretanto sobrepor-se ao lugar de importância que deveriam ocupar as línguas nacionais. Para tal, definem-se ações a serem tomadas pelos EM:

– a criação de um programa internacional para o uso das línguas nacionais como instrumento de educação, cultura e desenvolvimento;

– a implementação de sistemas de documentação e de comunicação rápida dos resultados de pesquisas, bem como de estruturas de intercâmbio de experiências sobre as diferentes línguas e culturas.

O representante do Haiti sugeriu a criação de uma estrutura regional de usuários do crioulo, que permitiria um diálogo Sul-Sul frutífero.

(OIF, 1986, p.251)

Identificamos portanto, desde a primeira edição dos encontros periódicos entre Chefes de Estado e de Governo dos EM daquilo que tornaria-se a OIF, a presença marcada da necessidade de aprofundar-se o debate sobre a convivência e coexistência linguística em termos de equidade. Muito embora a centralidade da língua francesa fosse então marcada pelo argumento central que motivava o encontro e a necessidade identificada de unir forças frente às transformações galopantes de um cenário internacional pós-queda da URSS, tão logo na primeira comunicação oficial figura de maneira clara e precisa a temática das línguas nacionais e o compromisso com a sua promoção como instrumentos para o desenvolvimento. Chama ainda a atenção a proposta Haitiana para reconhecer e elevar o potencial internacional dos crioulos de base francesa, articulando uma comunicação Sul-Sul no âmbito da estrutura da OIF sem portar prejuízo ou ameaça ao desenvolvimento da promoção da língua francesa, temática que, como veremos mais adiante, tem respaldo na realidade e inspira a atualidade política de países e comunidades falantes de crioulos de base portuguesa, como Cabo Verde.

Em 1987, realizou-se em Québec o segundo encontro reunindo 41 Chefes de Estado e de Governo, que muito embora em sua extensa documentação de apoio e registro pontue que a perenidade das identidades linguísticas e culturais nacionais representava uma tarefa urgente, complexa e de longa duração, não dedicou exclusividade à temática das línguas nacionais no âmbito dos projetos das "Indústrias da Língua". Ainda assim, entre as recomendações prioritárias elencadas na secção Cultura e Comunicação – Indústrias culturais, no que toca ao setor editorial (III. Livro), encontra-se:

9. O desenvolvimento de um vasto programa de tradução de obras da língua francesa para outras línguas e de obras de outras línguas para o francês, por meio de concertação entre editoras (consórcios) e os poderes públicos dos países francófonos, bem como a harmonização das políticas de apoio à tradução.

(OIF, 1987, p. 78).

Assentavam-se neste momento a intenção política e as bases técnicas para a criação de um dos principais projetos para o setor do livro no âmbito da OIF, o programa Tempo Traduction, que como consideraremos, incentiva a tradução de conteúdo literário do francês para línguas terceiras no espaço francófono e destas mesmas línguas para o francês, reconhecendo o importante papel conector da língua francesa como um vetor privilegiado do conhecimento produzido entre diferentes culturas e continentes. A Declaração de Québec, assim, afirmava que os Chefes de Estado e de Governo se engajavam a promover junto à outras instâncias internacionais o espírito e os princípios fundados em uma solidariedade aberta à diversidade das línguas e culturas de seus povos (Déclaration de Québec, 1987, p.1). Em 1988, criou-se o Fundo Internacional para o Desenvolvimento dos Estudos de Línguas e Civilizações Africanas (FIDELCA), que entretanto existiria por pouco tempo dedicado à projetos exclusivamente ligados às línguas, passando em 1992, antes de ser descontinuado, a abranger projetos ligados à indústria e saúde.

A partir da III Cúpula, os encontros passariam a realizar-se bienalmente. Em 1989, a terceira edição da Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que fazem o uso do francês aconteceu em Dakar, Senegal, e foi marcada pela consolidação de frentes de trabalho para fazer avançar o reconhecimento, a garantia de direitos e a promoção das línguas e culturas autóctones no espaço francófono. Para nossa reflexão vale destacar a criação do projeto Línguas e civilizações africanas (Projeto 3.5.3) e a atuação do Sub-Comitê para a promoção das línguas e culturas nacionais, do Relatório do Comitê Internacional de Acompanhamento da Cúpula de Québec, rede criada em 1987 durante a II Cúpula que se reuniu regularmente até 1989.

O primeiro, inserido no eixo Indústrias Culturais da Rede Cultura e Comunicação, indicava, após a composição de um grupo de trabalho multinacional a recomendação de criação de um centro de estudos superiores sobre as línguas e civilizações africanas ligado à estrutura de cooperação internacional da francofonia (OIF, 1989, p.131).

O Sub-Comitê para a promoção das línguas e culturas nacionais, conformado desde 1988, era representado pelo Gabão e baseava-se no consenso de que uma língua comum que unia os EM em sua diversidade de culturas seguia sendo uma língua praticada em um contexto multilíngue, no qual era em grande parte das vezes minoritária. Por isso, chamava a atenção da necessidade de afirmar-se e inserir a importância da cultura e língua materna em uma perspectiva de desenvolvimento. Sem esta coerência, indicava o relatório dos trabalhos, o projeto da francofonia não poderia atingir os objetivos de desenvolver os EM. Recomendavam assim, a inclusão da temática na pauta do III Cúpula, em Dakar, afirmando que, após análise do grupo de trabalho, considerou-se que “o francês, língua de uso

minoritário, sobretudo nos países do Sul, não pode assegurar sozinho o desenvolvimento econômico, científico e cultural destes países" (OIF, 1989, p.165).

Apontando os desequilíbrios e lembrando que antes que qualquer discussão sobre a industrialização das línguas no setor cultural e científico fosse possível, as línguas nacionais necessitavam de maior atenção, estudo e reflexão sobre suas estruturas, gramáticas e léxicos, o relatório vai ainda mais longe, analisando com profundidade a relação de coexistência entre a língua de colonização e as línguas autóctones em histórica assimetria:

> O uso da língua francesa não constitui — e não deve constituir — um obstáculo ao desenvolvimento das culturas e línguas nacionais. Ao contrário, a francofonia é reconhecida como um espaço multilíngue e pluricultural, no qual numerosas línguas e culturas nacionais estão em uso, comunicando entre si por meio da língua francesa.
>
> Língua de contato, mas também de diálogo — portanto, de abertura e de intercâmbio — o francês se apresenta como uma ferramenta de promoção das demais línguas e culturas nacionais, se considerarmos os numerosos estudos e pesquisas científicas conduzidos aqui e ali com o objetivo de preservar os valores fundamentais que essas línguas e culturas transmitem.
>
> (OIF, 1989, p.164).

Elencava, em última instância, os avanços que haviam sido alcançados desde 1981, com a implementação de programas de cooperação linguística e cultural e seu desenvolvimento como componente das indústrias culturais, desde as Cúpulas de Paris e de Québec. O Sub-Comitê instava os EM a alinhar os debates sobre língua, cultura e desenvolvimento aos grandes contexto políticos da comunidade internacional, articulados no seio de instituições como a Unesco. Faziam menção assim à Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997) e a Convenção de Lomé III (OIF, 1989, p.167), que pode ser considerada um marco na inclusão da perspectiva social e cultural na relação econômica e comercial entre a comunidade europeia e a ACP (África, Caribe e Pacífico), passando a integrar a promoção da diversidade cultural e o apoio às indústrias culturais locais à perspectiva de cooperação internacional para o desenvolvimento.

Em 1991, a Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês voltaria à França, tendo sido realizada em Chaillot. As atas da Cúpula mostram a maneira como a Cúpula de Dakar imprimiu ritmo ao debate e resolução das questões linguísticas e culturais na comunidade, sendo consideradas as posições expressas então nos relatórios sobre o francês e as línguas nacionais "de forte conotação política" (OIF, 1991, p.119). Ainda assim, considerou-se fundamental insistir na consolidação do Fundo Internacional para o desenvolvimento de línguas e

culturas africanas (FIDELCA), que até então financiara sete projetos sobre línguas africanas (OIF, 1991, p.120).

Embora não haja registros disponibilizados digitalmente, as atas de Chaillot atestam que em 1990 realizou-se uma Conferência de Ministros da Cultura, em Liège, Bélgica, que ao concordarem em sua declaração final com a necessidade de afirmar o espaço da francofonia através das culturas nacionais, "para preservar a sua diversidade em uma escala mundial e se opor à uniformização da produção cultural" (OIF, 1991, p.136), afirmando assim a vontade política comum em favor do estabelecimento de uma estratégia concertada no campo da ação linguística para a proteção e promoção do multilinguismo francófono, subsidiavam a 4ª Cúpula.

Desse modo identificamos em 1993, na Declaração de Maurice, durante a V Cúpula, por exemplo, a inclusão da componente linguística na expressão da determinação de Chefes de Estado e de Governo de lutar contras as formas de discriminação, exclusão e intolerância, "fundadas, entre outras, na raça, no sexo, **na língua** e na religião;" (OIF, 1993, p.1).

Os trabalhos da Cúpula resultariam igualmente na Resolução N°4 sobre a Exceção Cultural ao GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que estava então sendo negociado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), buscando uma posição concertada em defesa das indústrias culturais dos EM, frente à forte expansão internacional da produção cultural em língua inglesa, sobretudo estadunidense. Afirmam-se os Chefes de Governo e de Estado assim desejosos de encorajar a vitalidade das expressões artísticas das culturas nacionais e regionais presentes em seus países e de favorecer a livre circulação de bens e produtos culturais no espaço francófono (OIF, 1993, p.77).

Também adotavam a Resolução N°10 sobre a Unidade na Diversidade, que reconheceu que a paz a justiça, a estabilidade e a democracia são fatores que implicam que as identidades étnicas, culturais, linguística e religiosas sejam respeitadas e protegidas e expressou a decisão pela tomada de medidas para facilitar a plena participação das minorias nacionais em todos os aspectos da vida política, ficando aqui subscrita indiretamente a componente linguística (OIF, 1993, p.89). É de interesse sublinhar passagem do discurso de abertura do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Costa do Marfim, Amara Essy, que chamava atenção novamente às intrincadas e complexas relações de ordem política, de poder, na relação entre as línguas nacionais com o francês, e no suporte oferecido à projeção internacional da última.

> É necessário entretanto ter em mente que esta "cultura de adoção" que é a Francofonia vem se sobrepôr às nossas, que nos interpelam sobre nossas línguas maternas. Sobreviverão elas ao francês? De qual maneira? Como suporte de nossa cultura? A identidade cultural tem ela realmente a necessidade de

se expressar através de uma determinada língua? Devemos salvar todas as línguas africanas? Porquê? Como? Devemos ensiná-las? Para o prestígio cultural ou para entrar inteiramente na tecnologia do século XXI? Eis algumas indagações que me vêm ao espírito.

(OIF, 1993, p.355)

Já impregnados portanto os debates pela defesa do conceito da exceção cultural, em um movimento liderado pela França no cenário internacional, que soube mobilizar a base francófona, com o forte apoio do Canadá de língua francesa, outra nação industrializada, vizinha direta do gigante estadunidense, também com forte capacidades de impacto e interesse nas indústrias e na circulação de bens e produtos culturais. A Declaração de Cotonou de 1995, adotada durante a 6ª Cúpula, reforçaria a concertação pela ação para a resolução dos desequilíbrios nas trocas econômicas culturais e expressaria a vontade dos EM em dotar a organização de maiores capacidades políticas, nomeadamente através da criação de um Secretariado Geral, que pudesse servir como o braço executivo das ambições políticas expressas. É neste momento igualmente que a então Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT) passou a denominar-se Agência da Francofonia (Atas da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês, p.9).

O sétimo encontro, aconteceria em 1997, em Hanói, no Vietnã, e traria uma nova mudança semântica com sutil profundidade política: não mais encontravam-se Chefes e Governo de Estado tendo o uso do francês em comum, mas sim tendo o francês em partilha, ou seja, compartilhando uma mesma língua.

É de destaque em 1997 a apresentação de um projeto para a criação de uma convenção intergovernamental sobre a cultura no âmbito da OIF, tendo sido criado um grupo ad hoc para discutir e propor as possibilidades e caminhos para o desenvolvimento e adoção deste instrumento que teria como objetivo pilar a facilitação da circulação de bens, produtos e indivíduos do setor cultural pelo espaço da comunidade, em uma busca por superar os muitos entraves burocráticos, políticos e estruturais que ditavam, e ainda ditam em larga medida, a relação Norte-Sul das trocas culturais (OIF, 1997, p.95).

Fazia parte do projeto discutido a criação de um visto especial para artistas e criadores francófonos, que encontrou resistências de países do Norte, que pressionaram por uma declaração ao invés de uma convenção, uma vez que a temática interferia diretamente em outros acordos e ordenamentos territoriais relativos à entrada e circulação de pessoas – discussão que seria de alguma maneira replicado anos mais tarde em instâncias da CPLP.

A iniciativa, que demonstra certa ambição e relevância política, ao tentar consolidar a

Francofonia como espaço de circulação e valorização cultural deparou-se com significativos desafios estruturais de ordem jurídica, revelando a tensão entre o idealismo político característico de encontros do tipo, com o realismo jurídico, as assimetrias existentes e os processos políticos internos a cada EM. Não obstante, a criação do grupo de discussão do projeto pode ser considerada um marco importante na construção das discussões e das políticas culturais internacionais no espaço francófono, sobretudo, para aquilo que aqui nos interessa, pela inclusão do eixo "tradução em língua francesa ou em línguas parceiras", com atividades que incluem os produtos e serviços culturais (OIF, 1997, p.104).

Afinal, deve-se considerar que a formulação deste projeto de convenção configura um indício claro da progressiva movimentação internacional que se consolidava e que resultaria anos mais tarde na adoção da Convenção de 2005 da Unesco. Pode-se afirmar que as discussões e articulações políticas no âmbito da OIF no que toca à exceção cultural no GATT e a necessidade de modificar os desequilíbrios nas trocas comerciais culturais internacionais, ao reunir atores de grande porte no setor industrial da cultura com peso político de decisão em diversas instâncias internacionais, como França e Canadá, aliados a um grande contingente de importantes países africanos alinhados, ainda que com posições e reservas distintas, serviram como base importante para a entrada e consolidação destas temáticas no âmbito da ONU.

A iniciativa francófona, ao propor um instrumento jurídico para, ao integrar o espaço francófono e sua produção cultural, proteger uma determinada diversidade cultural contra os efeitos da globalização e do livre comércio irrestrito, já apontava para a necessidade de um novo regime normativo internacional que reconhecesse o valor específico e a característica distinta dos produtos culturais. Este preâmbulo pode ser considerado portanto como um laboratório político e conceitual que não apenas antecipou, mas também influenciou diretamente os contornos da Convenção de 2005, ao articular a defesa da diversidade cultural a uma questão de soberania, identidade e desenvolvimento sustentável.

Não concretizada a iniciativa, a declaração final da 7ª Conferência entretanto limitaria-se a atestar que os Chefes de Estado e de Governo trabalhavam através do diálogo "para facilitar a aproximação dos povos e seu acesso à modernidade, graças às relações criadas pelo uso comum da língua francesa, no respeito das culturas e línguas parceiras, e em cooperação com outros espaços linguísticos" (OIF, 1997, p.1).

Será necessário aqui entretanto dar atenção à esta afirmativa categórica de que a francofonia e o uso da língua francesa trabalharia para permitir o acesso de um maior número de povos à modernidade. Qual modernidade? De quem e para quais fins? Quem pode e está em posição de conceder este acesso? São questões cuja resolução e transparência são de suma importância em

contextos como este, no qual muitos encontros, reuniões de trabalho e diferentes instâncias de organização e poder são mobilizadas para que enfim estas palavras sejam proferidas e escritas, e discursos e compromissos sejam então subscritos pelas mais altas esferas de decisão dos EM.

Gao Minglu (2011), ao considerar o conceito de modernidade e a avant-garde na China do século XX, explica como o modelo de periodização natural para o referencial da modernidade Euro-Americana não cabe necessariamente na experiência da maioria dos países não-ocidentais, impelidos à fusão de características de diferentes progressões e não-linearidades, e à adoção de formatos híbridos e a combinação de elementos incompatíveis com seus processos de transformação.

Minglu expõe o modo como a modernidade na China, e para grande parte do chamado Terceiro-Mundo, mais do que a abstração de uma ideia ou conceito político, não pode ser dissociada de uma refundação completa da nação, com consequências totalmente materiais, definidoras de rupturas no modo de produção da vida e na alteração da geografia do país, no êxodo rural, na galopante urbanização e na construção de infraestrutura. É por isso que o autor considera que esta experiência fez a própria consciência daquilo que seria a modernidade nos países não-ocidentais mais específica, empírica, intensificada e problemática quando comparada à cronologia delineada pela experiência Euro-Americana (Minglu, 2011, p.3).

No âmbito do projeto francófono ora em análise este descolamento da realidade ecoa as palavras de Minglu: qual o conceito de modernidade e a direção do progresso que devem ser tidos como modelo? Como pudemos atestar até este ponto, através da extensa documentação analisada, desde o início do projeto de integração e cooperação da francofonia é possível identificar a temática da diversidade linguística e o direito de auto-determinação das línguas autóctones e das culturas que carregam. No entanto, muito embora a retórica pela defesa das línguas nacionais torne-se progressivamente parte integrante do discurso oficial, é igualmente patente a maneira como a mesma é feita: com o recurso recorrente à ideia de realizar o projeto da língua francesa no respeito às culturas nacionais e línguas parceiras.

Ora, através de qual mecanismo busca-se efetivar este respeito? De maneira muito similar àquilo que articula-se nos discursos sobre a lusofonia, quando alude-se à necessária dignificação das línguas nacionais, a retórica de um grande respeito substitui o efetivo estabelecimento de um protagonismo compartilhado e o reconhecimento de ideias e modos de existir em pé de igualdade. Afinal, são também incompatíveis as ideias de mobilizar-se um grande respeito e dignificação para operacionalizar a transferência e expansão de modelos do pensar em vias de uma mão só. Por que não então, através do uso da língua partilhada, facilitar a aproximação dos povos a outras modernidades e caminhos aos quais levam as muitas tantas línguas para além da francesa, fruto da expressão

humana?

A ideia de modernidade mobilizada por Minglu (2011) é essencial e nos ajuda a contrapor perspectivas nesta leitura, uma vez que a radicalidade da dimensão material nas modernidades do Sul – com a refundação completa de conceitos de sociedade, coletividade e nação, reativas e, em última instância, marginais ao processo de expansão material euro-americana – denuncia com clareza o equívoco ou a ilusão presente na retórica de um acesso facilitado a uma determinada modernidade através de ferramentas exclusivamente francófonas. Esse discurso, longe de abrir um espaço genuinamente plural, escamoteia as assimetrias de poder ao posicionar a língua francesa como vetor privilegiado – e por vezes exclusivo – de entrada nesta modernidade, ainda que este conceito, como demonstra Minglu, possa assumir formas múltiplas, contraditórias e profundamente enraizadas nas experiências locais através dos cinco continentes sobre os quais se distribuem os EM.

Nesse sentido, a Declaração de Hanói (1997), ao afirmar que trabalha pelo acesso à modernidade "no respeito das culturas e línguas parceiras", revela uma tensão fundamental comum aos projetos de integração e cooperação dos três espaços linguísticos analisados: o respeito declarado substitui o reconhecimento efetivo de trajetórias e epistemologias autônomas. Como em discursos similares que constroem o pensamento acadêmico em torno da lusofonia já aqui considerados, o respeito aparece como gesto de deferência simbólica, mas não se traduz em simetria nos processos decisórios, na justaposição de modelos ou na circulação de saberes. Dizer que se facilita o acesso à modernidade por meio das línguas europeias, sem considerar as modernidades já em curso nos diferentes territórios– por imposição histórica ou por escolha política – é, ao fim, reafirmar as hierarquias e não construir pontes. Não se encontra em aberto portanto o debate com as formas de modernidade vividas fora do eixo euro-atlântico, o debate parecendo repousar sobre uma concepção única, normativa e transmissível de modernidade, ignorando as experiências e reinvenções múltiplas que caracterizam os contextos pós-coloniais.

O que Minglu chama de "modernidade total" – profundamente situada e empiricamente constituída – poderia, nesse contexto, servir de contraponto crítico, desafiando os projetos de integração linguística a assumirem verdadeiramente o pluralismo que dizem respeitar. Como desfecho, a própria ascensão meteórica da economia, cultura e língua da civilização chinesa no século XXI adiciona contornos carregados de ironia e revela que o acesso ao "moderno" não é privilégio nem concessão do Ocidente, e tampouco da língua francesa, mas sim um processo múltiplo, muitas vezes conflituoso e profundamente situado, no qual outras línguas e trajetórias históricas têm, cada vez mais, reclamado seu lugar com legitimidade própria, sem pedir licença.

Em 1999, a Declaração de Moncton incluiria assertiva mais precisa no sentido da inclusão de diferentes sistemas de conhecimento, atestando que

> [...] a pluralidade de línguas e a diversidade de culturas constituem realidades que devem ser valorizadas. Nesse espírito, devemos continuar a apoiar a promoção e a difusão da língua francesa, que nos une, assim como das culturas e línguas parceiras que constituem nossas identidades e a riqueza de nossa comunidade.
>
> (OIF, 1999, p.2)

O Plano de Ação de Moncton, por sua vez, dedicaria um eixo à Promoção da Diversidade Linguística e Cultural, que incluía o compromisso com a promoção das línguas ditas parceiras, sempre privilegiando a concertação das políticas nacionais e a tradução das e para essas mesmas línguas e trabalhando para a sua inclusão, juntamente do francês, no ambiente digital (OIF, 1999, p.4). É também neste mesmo Plano de Ação que decide-se pela realização, em 2001, da terceira Conferência de Ministros da Cultura.

Nas atas desta 8ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que compartilham o francês, no eixo da cooperação, encontramos igualmente secção dedicada à Diversidade linguística e cultural, na qual evidenciam-se as discussões sobre o projeto de convenção iniciado em 1997, com a delegação belga expressando ceticismo com a capacidade de peso de uma convenção francófona sobre a matéria de regulação dos fluxos internacionais de bens e produtos culturais frente às políticas acordadas no âmbito da OMC (OIF, 1999, p.49) e sugerindo uma maior aproximação e articulação com outros espaços linguísticos com preocupações e objetivos convergentes.

Em contraposição, o documento de trabalho sobre o projeto de convenção, anexo às atas, testemunha da decepção das delegações dos EM do Sul frente à inação de países como França, Bélgica e Canadá (OIF, 1999, p.93). Não obstante, como já considerado, sabemos que estes debates alcançariam a extrapolar a esfera francófona, adentrando as principais instituições do sistema internacional, culminando em mais amplas e aprofundadas discussões e a aprovação de um instrumento vinculativo que segue em discussão e atualização até os dias presentes.

O que é igualmente de relevo na análise da documentação é a inclinação dos debates à seara da tecnologia e a preocupação do espaço de cooperação francófono em não apenas adequar-se aos desafios e possibilidades apresentados pelo muito rápido desenvolvimento de novas tecnologias da informação e da comunicação e sua relação com a cultura, mas sim de buscar liderar estes mesmo debates (OIF, 1999, p.53).

Importantes e atuais debates sobre questões digitais e suas diretas implicações na cultura e na diversidade linguística, como a descobribilidade da diversidade de conteúdos culturais no espaço digital, são gestadas na esfera de debates da francofonia, com destaque para a atuação do Québec, através de suas principais universidades e think tanks dedicados ao direito da cultura e defesa da diversidade de expressões culturais, como é exemplo da Cátedra Unesco sobre a diversidade de expressões culturais, da Universidade Laval.

Veremos em maior detalhe, ao considerarmos a realização da mais recente Conferência de Ministros da Cultura da OIF, em 2025, como este conceito de descobribilidade, ou seja, a visibilidade ou capacidade de ser visto e descoberto dos conteúdos em linha, diretamente ligado à questão da estruturação de mercados linguísticos e a evolução de algoritmos cada vez mais poderosos, tem de fato grande impacto sobre a capacidade dos países de promover suas diversidades culturais e linguísticas, não bastando apenas um conteúdo estar presente na internet para que seja visto e acessado. Para conteúdos em línguas minoritárias o desafio faz-se duplo, uma vez que muitas vezes a batalha ainda define-se por garantir as próprias condições para a documentação, o registro e a produção de conteúdos e sua inclusão digital, sobretudo no que toca as línguas do Sul.

Em 2001, a III Conferência de Ministros da Cultura da Francofonia realizava-se em Cotonou, Benin, um ano antes da 9ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que seria reportada para 2002. Nos ares das discussões que culminariam na aprovação da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) da Unesco, os responsáveis de cultura francófonos faziam ecoar a ideia de que os produtos culturais haviam se tornado uma fonte essencial de criação de riqueza e de empregabilidade mundo afora e concordavam que a ampliação dos mercados criativos abriam perspectivas de oportunidades para os criadores, – os avanços tecnológicos representando maiores oportunidades de participação na vida social, cultural e econômica para diferentes culturas e línguas – mas igualmente grandes desafios para a preservação das identidades locais e a diversidade de expressões culturais (OIF, 2001, p.1).

A temática sendo indissociável da questão linguística, acordavam os ministros pelo estabelecimento de políticas linguísticas e estruturas apropriadas para o favorecimento da língua francesa e das línguas nacionais parceiras "em harmonia" (OIF, 2001, p.2) e decidiam colocar em marcha um plano de ação para consolidar o papel da língua francesa e as línguas nacionais como vetores da expressão cultural, do desenvolvimento, da educação e da comunicação no espaço francófono. Isso traduziria-se em um primeiro momento, de maneira prática, no estabelecimento de um inventário de políticas culturais e linguísticas liderado pela Agência Intergovernamental da Francofonia e no específico às línguas nacionais

Estabelecer, a longo prazo, tendo em vista o papel das línguas nacionais parceiras como vetores de desenvolvimento e educação, uma parceria linguística que vise a uma gestão mais harmoniosa e eficaz das relações entre estas e a língua francesa nos planos nacional e regional.

Para tanto, é necessário:

4. prestar apoio aos Estados e governos na implementação de suas políticas de línguas nacionais enquanto elementos importantes do patrimônio cultural; apoiar, com a participação destes, o desenvolvimento das línguas nacionais parceiras, inclusive seu uso em ambientes digitais; e contribuir para a realização dos objetivos de instituições especializadas, como a Academia Africana de Línguas de Bamako;

5. multiplicar as ações de parceria linguística, notadamente a tradução, para permitir a circulação, **a partir do francês e para o francês**, de conhecimentos, ideias e produtos culturais; incentivar o acesso ao plurilinguismo e à produção de material didático apropriado; reconhecer como produtos culturais do espaço francófono as obras produzidas em línguas nacionais parceiras nos países membros e apoiar sua circulação (grifo meu).

(OIF, 2001, p.6)

Em 2002, os Chefes de Governo e de Estado reuniriam-se novamente sob o choque dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001, quando o sequestro de aeronaves em curso de vôo resultou em um grande atentado que atingiu e derrubou um dos complexos de edifícios corporativos mais conhecidos do planeta, as Torres Gêmeas, no coração financeiro de Nova York, Estados Unidos. O grande choque de civilizações premeditado por Huntington (1996) parecia então traçado em linhas vívidas, e a Declaração de Beirute (2002) neste sentido foi centrada em encontrar os caminhos para a convergência, diálogo e entendimento entre culturas distintas, tendo sido pela primeira vez a Conferência realizada em um país árabe da francofonia.

Muito embora o pensamento do alardeado choque de civilizações e culturas tenha ganhado destaque após os atentados de 11 de setembro de 2001, os eventos daquele período explicam-se obviamente por questões muito mais profundas. Dinâmicas de ordem política, econômica e cultural, das quais destacam-se a projeção do poderio militar ocidental em regiões estratégicas, a usurpação de recursos, combinadas ao apoio seletivo e contraditório a regimes autoritários, por exemplo, criaram materialidade para que as condições de vida fossem determinadas segundo lógicas de subalternidade, ultrapassando portanto qualquer ideia de um embate essencializado entre culturas distintas ou de

civilizações como blocos homogêneos e herméticos. Causas e consequências.

Ainda assim, o clima internacional de consternação e tensão levou a 9ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo a eleger justamente o "diálogo entre culturas" como fio condutor de sua cooperação naquele momento. A escolha temática e simbólica do Líbano como país anfitrião reflete o esforço diplomático da francofonia para se apresentar como promotora do entendimento intercultural, em um contexto marcado não apenas pelo acirramento das tensões globais, mas também por discursos impregnados de orientalismo — que tendiam a essencializar e estigmatizar as culturas árabes e muçulmanas — apenas alguns meses antes da invasão estadunidense do Iraque.

Ao mesmo tempo, embora simbolicamente orientada à valorização da diversidade, o projeto francófono não parece escapar completamente às ambiguidades de um olhar ainda atravessado por estruturas de poder onde o diálogo muitas vezes pressupõe uma assimetria tácita entre os interlocutores. É dessa forma que a Declaração de Beirute (2002), ao intitular a Francofonia como fórum do diálogo de culturas, afirma que os Chefes de Estado e de Governo estimam que o reconhecimento da diversidade e da singularidade das culturas – sempre quando estas respeitem os valores, normas e princípios consagrados pela Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) – cria condições favoráveis para o diálogo entre culturas (OIF, 2002, p.5). O que significa reconhecer a existência de outras culturas em sua diferença — desde que estas diferenças não sejam conflitantes ou contrariem os valores, regras e princípios de um sistema de poder no qual participaram apenas de forma marginal — seria, por si só, suficiente para que se considerasse possível o "diálogo entre culturas". Sem cair em relativismos, fica claro e patente entretanto, que este diálogo ora proposto não admite desvios em relação ao modelo e à agenda dominante, o que, em última instância, portanto, pode colocar em cheque a própria ideia de abertura ao diálogo intercultural. Novamente aqui temos exemplo de um conceito de interculturalidade certa maneira desfigurado, instrumentalizado em via de mão única que impõe (ou vende), mas não se dispõe a receber.

Pontuada a crítica, que nos permite ter uma compreensão mais ampla do contexto, suas nuances e desdobramentos, no que toca ao avance das políticas linguísticas e culturais, a mesma declaração apresenta menções específicas no sentido de desenvolver políticas de apoio ao plurilinguismo que favoreçam o sentimento de pertença nas sociedades dos EM à língua francesa e às línguas nacionais parceiras (OIF, 2002, p.5). Reconhecem e saúdam ainda a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da Unesco (2001) e clamam pela aprovação de um quadro jurídico internacional para regular as questões de circulação de bens e serviços culturais no mesmo âmbito da Unesco, chamando atenção à necessidade de desenvolver um instrumento para a defesa e promoção da diversidade de expressões culturais, em um movimento de transferência e influência dos debates

até então produzidos no âmbito francófono da cultura para a arena internacional, de forma politicamente concertada.

Em 2004, a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo apresentava na Declaração de Ouagadougou sua resolução em fazer avançar as negociações, aprovação e rápida ratificação pelos EM da Convenção de 2005 da Unesco. Instava neste sentido a OIF a "apoiar o uso das línguas africanas e crioulas nas cadeias globais de circulação e distribuição de produtos culturais" e oficializavam a intenção de aprofundar o diálogo com os espaços linguísticos representados pela OEI e CPLP, cujo primeiro encontro oficial materializaria-se na iniciativa interinstitucional já mencionada dos TEL, em 2001 (OIF, 2004, p.7).

A Carta da Francofonia seria adotada em 2005, em Antananarivo, e pode ser considerada um momento-chave para o processo de institucionalização da Francofonia, buscando definir formalmente seus objetivos, estruturas e princípios operacionais. A Carta reafirma o compromisso da Francofonia com a **diversidade cultural e linguística** e declara explicitamente que a organização "respeita a soberania dos Estados, suas línguas e suas culturas" (OIF, 2005, p. 4), embora a única língua oficial e de trabalho das instituições e operadores da Francofonia seja o francês (OIF, 2005, p.9), ignorando, por exemplo, que línguas como o bambara, o wolóf, o fufulde, o dioula ou o hausa são línguas internacionais que permitem a comunicação, cooperação e o trabalho entre EM como Senegal, Guiné, Mali, Burkina Faso, Níger, Camarões, Chade, Benim, Gâmbia, Mauritânia e Costa do Marfim.

Já em 2006, os trabalhos da XI Conferência de Bucareste não resultaram em declarações de peso no que toca a questão das políticas linguísticas e sua vinculação com as temáticas e principais desafios das políticas de cultura. Vale entretanto destacar a intervenção da Presidente de Governo da Comunidade francesa da Bélgica, Marie Arena, que em seu discurso abordou a questão da alfabetização e do uso das línguas nacionais nas escolas, lembrando a importância e os impactos econômicos que decorrem de as crianças e alunos em geral poderem formar-se e adquirir conhecimento em suas línguas maternas, para apenas depois buscarem aprender uma nova língua. Arena relembrou o clima, os trabalhos e a declaração ambiciosa da Conferência de Dakar no sentido de reclamar ações concretas pela proteção, valorização e inclusão das línguas nacionais nas políticas de cultura e educação e considerou que a Francofonia, ao apoiar e investir na saúde das línguas nacionais parceiras não renúncia ou diverge em momento algum de seus objetivos para a defesa e promoção da língua francesa (OIF, 2006, p. 291).

Na XII[a] Conferência, realizada em Québec, a língua francesa foi colocada no centro das discussões, com a aprovação da Resolução sobre a Língua Francesa (2008) e em sua XIII[a] edição, foi aprovada a Declaração de Montreux (2010), que reafirmava a importância da ratificação e

implementação da Convenção de 2005, indicando um reforço no apoio ao desenvolvimento de políticas culturais nacionais nos paises do Sul que trabalhassem pela emergência das indústrias culturais em seus territórios (OIF, 2010, p.4).

Em 2012, a Declaração de Kinshasa enfatizava a importância da promoção da diversidade linguística e cultural como elemento estruturante da convivência pacífica e do desenvolvimento e reafirmava a centralidade da Convenção de 2005 da Unesco. Entretanto é possível identificar um foco progressivamente maior e cada vez mais centralizado na língua francesa. Documentos integrantes do conjunto de trabalho da XIVª Conferência de Chefes de Estado e de Governo, como o Horizon 2020: Estratégia Digital da Francofonia – Agir para a diversidade na sociedade da informação (2012) e a Política integrada de promoção da língua francesa – O francês, uma língua de hoje e de amanhã (2012) articulavam princípios e ações para garantir o desenvolvimento do francês como língua de comunicação internacional, do saber e conhecimento, de inovação e de solidariedade, incentivando políticas linguísticas nacionais voltadas para a sua valorização e evidenciando o esforço em coordenar políticas voltadas para a expansão e afirmação da língua no sistema internacional.

A análise revela, mais uma vez, que embora a defesa, valorização, investimento e promoção das línguas autóctones do espaço francófono estejam frequentemente mencionadas nos documentos oficiais ao longo dos anos, essas referências permanecem majoritariamente na esfera do plano retórico, sem desdobramentos práticos ou compromissos vinculantes. Em contraste, observa-se a partir deste momento a publicação de documentos específicos e a formulação de planos de ação detalhados voltados à língua francesa, evidenciando uma disparidade estrutural. Estes documentos reiteram a defesa de uma noção do multilinguismo que parte da própria língua francesa e se articula sobretudo em sua relação a outras línguas de grande circulação internacional – línguas de poder e colonização – ora como aliadas, ora como ameaças à preservação de uma determinada diversidade sob liderança francófona. Esse mesmo conceito não se aplica, ou não vale na mesma medida entretanto, para considerar a posição relativa do francês em relação às centenas de outras línguas do espaço francófono, restringindo-se o reconhecimento em termos de poder e inclusão efetiva ao conceito de diversidade cultural àquelas línguas já legitimadas no sistema internacional. O mesmo confirma-se no caso da OEI e da CPLP em suas políticas de cultura para a promoção do espanhol e do português.

Sem a elaboração de planos e políticas concretas e específicas para o investimento, fomento e promoção das línguas "parceiras", o reiterado reconhecimento da dignidade e do respeito que lhes é dito devido pode vir a tornar-se inócuo, quando não acompanhado de estratégias concretas para a sua implementação. Novamente, na ausência de ações efetivas, tais menções servem mais à manutenção da hierarquia entre os idiomas do espaço francófono do que à promoção real da diversidade linguística

que a Francofonia afirma defender.

Dois anos mais tarde, com base na Declaração de Dakar (2014) e no Quadro Estratégico da Francofonia 2015-2022 (2014), é possível observar-se a continuidade do reconhecimento da diversidade cultural e linguística como fundamentos centrais da ação francófona, sempre com ênfase na língua francesa como pilar de coesão e vetor de valores democráticos. Pode-se igualmente considerar que o Quadro Estratégico 2015-2022, ao propor ações para consolidar o papel da Francofonia como um ator global por meio de uma diplomacia cultural centrada na difusão do francês (Objetivo Estratégico 1), ao passo que as menções às línguas autóctones continuam genéricas e desvinculadas de mecanismos práticos de apoio técnico, jurídico ou financeiro, consolida as assimetrias ao eleger um conceito de diplomacia cultural esvaziado de sua própria potência, inexistente os compromissos claros e horizontalizados para a inclusão e o fortalecimento autônomo de outras línguas e culturas. O objetivo estratégico com vistas à "aumentar o alcance internacional e o desenvolvimento da língua francesa" (OIF, 2014, Quadro Estratégico 2015-2022 , p.5), paradoxalmente apresenta como argumento para a necessidade de propulsar a importância e influência do francês justamente a existência de uma diversidade multilíngue no espaço que já é historicamente conformado como sendo de sua influência, como se dizendo que uma vez que já está presente em muitos lugares e contextos culturais, seria legítimo buscar ir a mais lugares.

Em Antananarivo (2016), os documentos da XVI Conferência de Chefes de Estado e de Governo atestam de uma renovada ênfase no papel da diversidade linguística como uma componente essencial da diversidade cultural e um instrumento estratégico da coesão no espaço francófono com a discussão e aprovação da Resolução sobre a promoção da diversidade linguística (2016). Sempre no campo discursivo, esta resolução reafirmava o compromisso com um multilinguismo que integrasse as línguas nacionais e suas necessidades e lançava o programa Escola e línguas nacionais (Élan), em uma perspectiva de bilinguismo de transição, além de propor que a valorização da diversidade linguística fosse de fato levada a fóruns multilaterais, como a Unesco, sempre sob a alçada da língua francesa (OIF, 2016, p.1), ainda dando de certa forma fôlego a uma lógica de complementaridade hierarquizada, em que as línguas nacionais ocupam um lugar subsidiário e instrumental em relação ao francês.

Em 2017, reuniam-se pela quarta vez em Abidjan, Camarões, os Ministros da Cultura. A Declaração e o Plano de Ação de Abidjan (2017), podem ser considerados um dos momentos mais abrangentes e articulados da agenda cultural da Francofonia, uma vez que o encontro representou o encontro oficial pela primeira vez desde a promulgação da Convenção de 2005 da Unesco, e buscou reafirmar a centralidade da cultura como vetor de desenvolvimento sustentável, inclusão social e coesão territorial, apontando a necessidade de articular-se as políticas culturais públicas à defesa dos

direitos humanos, liberdade de expressão e respeito à diversidade (OIF, 2018, p.1).

Ao mesmo tempo, o plano de ação, que oferece diretrizes práticas em sete eixos vinculados à estruturação e desenvolvimento das indústrias culturais não inclui especificidades ligadas à temática da inclusão das línguas autóctones nestas mesmas indústrias. Destaca-se ainda a importância de facilitar e promover a circulação da produção cultural dos países do Sul, em linhas com os princípios e objetivos da Convenção de 2005, como possível recurso para corrigir os persistentes desequilíbrios de circulação de bens culturais dentro do espaço francófono, assim como a valorização acordada ao papel das sociedades civis como atores centrais na formulação e execução de políticas culturais, em diálogo com as políticas culturais de base comunitária do espaço Iberoamericano (OIF, 2018, p.3). Ao tratar de assuntos ligados à garantia do desenvolvimento de setores culturais diversos e seu fortalecimento nas cadeias de produção de valor internacional da cultura, o encontro absteu-se entretanto de mencionar ou vincular estas questões em detalhe aos aspectos linguísticos, que como já pudemos deixar claro até este ponto, configuram fatores elementares destas estruturas.

No ano seguinte, em 2018, a XVII[a] Conferência de Chefes de Estado e de Governo, decorreria na Armênia, um país não tradicionalmente associado à centralidade francófona — o que pode ser interpretado como inclinação a criar-se diplomaticamente as condições a favor de uma ampliação geográfica e cultural do bloco –, e não apresentou avanços significativos em relação à construção de políticas culturais concretas para a valorização das línguas autóctones.

Os compromissos e intenções expressos pelos Ministros da Cultura, entretanto, culminariam na criação de dois projetos de peso para a valorização das línguas parceiras na OIF. Dois programas francófonos, de caráter prático, cujo objetivo é de fato a destinação de recursos para atingir objetivos concretos no sentido de promover o fortalecimento e valorização de outras línguas no espaço francófono são os programas Tempo Traduction (2019) e Langues en Dialogue (2019), que refletem o compromisso da OIF com a valorização das línguas parceiras e a promoção de uma francofonia mais inclusiva e diversificada.

O programa Langues en Dialogue toma forma em uma chamada aberta para o financiamento de projetos destinados à elaboração de conteúdos e ferramentas ligados à documentação e promoção das línguas do espaço francófono, à projetos de formação através da realização de ateliês e o ensino de línguas, a construção de redes de expertise através da participação de profissionais e agentes em colóquios e eventos científicos e projetos editoriais para a promoção do multilinguismo francófono, como publicações físicas e digitais, ou projetos multimídia, por exemplo (OIF, 2024).

Tempo Traduction é um projeto que de maneira bastante exemplar para o conjunto dos TEL reconhece o papel privilegiado da língua francesa como língua de acesso a um caldeirão de outras

línguas, que por sua vez dá acesso e beneficia-se dos conhecimentos, descobertas, pensamentos, poéticas e culturas diversas. Ao reconhecer o enorme potencial e a riqueza de instrumentalizar a língua francesa como "traço de união" entre estes diferentes ecosistemas, o programa reconhece no exercício da tradução, em ambos os sentidos, uma possibilidade de encontro com a alteridades. Fortalecendo a cadeia de valor do mercado editorial e do livro, com seus autores, editores, tradutores, livrarias e agentes promotores, por um lado, apoia a tradução e a publicação em francês de obras literárias contemporâneas escritas em diferentes línguas do espaço francófono e, por outro, a tradução, nessas línguas, de obras escritas em francês — nomeadamente aquelas premiadas com o Prêmio dos Cinco Continentes da Francofonia, criado no contexto do programa (OIF, 2024).

De maneira similar ao considerado sobre o programa PROCULTURA-PALOP/ Timor Leste, para poder articular e apresentar projetos, faz-se necessário o domínio da língua francesa como língua de trabalho, para garantir o preenchimento e apresentação de documentos, redação de projetos, etc., consolidando o lugar da língua francesa como língua de poder, necessária à empregabilidade e a internacionalização do setor cultural dos EM, sobretudo do Sul.

Em 2022, em Djerba, Tunísia, um momento importante se consolida, com a Declaração sobre a língua francesa na diversidade linguística da Francofonia (2022). Após o ano de 2019, como já pontuado, ter sido um ano dedicado às línguas autóctones/indígenas no âmbito das Nações Unidas, e 2022 dar início à Década Internacional das Línguas Indígenas neste mesmo enquadramento internacional, no espaço francófono a noção de multilinguismo é novamente mencionada, mas ainda com ênfase prioritária na valorização do francês frente a outras línguas de poder, ou como ferramenta de acesso à diversidade, sem implicar uma real equiparação entre as línguas nacionais dos Estados-membros. Em ambas a Declaração sobre a língua francesa na diversidade linguística da Francofonia (2022) e a Declaração de Djerba (2022), é a língua francesa a ser promovida como um vetor de modernidade, integração social e desenvolvimento econômico, sendo objeto de estratégias específicas voltadas à sua presença em áreas como a educação, diplomacia, economia, ciência, cultura e tecnologias digitais.

Embora os documentos reconheçam a importância da diversidade linguística e cultural, incluindo a promoção das expressões culturais conforme a Convenção de 2005 da Unesco, novamente não identificam-se compromissos concretos de fomento, institucionalização ou de esforços para a cooficialização das línguas autóctones. É exemplo disso a passagem:

> 24. Cientes de que o meio digital está na origem de profundas transformações na disponibilidade, na visibilidade e no acesso aos conteúdos culturais francófonos, comprometemo-nos a:

[...]

c. Promover a diversidade linguística online, esforçando-nos por contribuir para a difusão de uma imagem atrativa e moderna da língua francesa, nomeadamente incentivando a produção de ferramentas e suportes de informação adequados.

(OIF, 2022, p.4)

Vemos de maneira clara como a promoção da diversidade linguística está diretamente relacionada e é tratada como um equivalente à construção e difusão de um projeto e imagem da língua francesa. O mesmo se repete na Declaração sobre a língua francesa na diversidade linguística da Francofonia (2022), cujo título pode levar o leitor a esperar conteúdo que trate de maneira específica sobre a relação da língua francesa com a diversidade linguística que lhe circunda, porém que não traz mais do que duas passagens com menções às línguas nacionais. Nos interessa neste sentido perceber que, quando mencionadas, sempre de maneira difusa, o sujeito das ações ou decisões de caráter prático e pragmático desvia-se para a língua francesa, como na passagem:

21. Convencidos de que o meio digital é um vetor incontornável da difusão da língua francesa e uma poderosa alavanca para o desenvolvimento econômico, tomaremos igualmente medidas nacionais e participaremos da cooperação internacional em favor de uma melhor visibilidade dos conteúdos — nomeadamente culturais, jurídicos, educacionais e científicos — online **em língua francesa e nas línguas nacionais (grifo meu).**

Para apenas dois parágrafos abaixo chegar à conclusões, decidindo em centralizar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas a redor do mercado de língua francesa, criando certo paradoxo de intenções.

[...]

23. Para isso, apoiaremos o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, que desempenham um papel estratégico em nossas sociedades ao contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento

> sustentável. Daremos atenção especial aos atores culturais que mantêm viva a língua francesa, nomeadamente incentivando sua mobilidade em todo o espaço francófono, sua articulação em redes e sua participação nos grandes encontros culturais.
>
> (OIF, 2022, p.4)

Como poderão ter uma maior visibilidade conteúdos culturais, educacionais e científicos nos meios digitais se nos esforços de desenvolvimento das indústrias culturais e criativas dar-se-à atenção especial aos atores culturais que mantêm viva a língua francesa? Fica também patente o desequilíbrio quando da listagem dos principais documentos de referência da Francofonia sobre a língua francesa e a diversidade linguística: dos nove documentos mencionados, apenas a Resolução sobre a promoção da diversidade linguística (Antananarivo, 2016) – que como pudemos considerar, não inclui aspectos ou resoluções de caráter prático – figura entre a documentação direcionada à promoção da língua francesa (OIF, 2022, p.6).

No ano de 2024, um ano após a inauguração da Cité Internationale de la Langue Française, em Villers-Cotterêts, França, projeto de grande porte, inspirado em parte do projeto de sucesso do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, era realizada a XIXª Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Francofonia, no antigo castelo real habilitado em museu, tornado novo símbolo da comunidade que abriria novas perspectivas de cooperação nos domínios dos conteúdos culturais, educativos, científicos e da inteligência artificial (OIF, 2024, Declaração de Villers-Cotterêts, p.3). Não obstante, mesmo em um momento de ampliação das agendas da Francofonia, a centralidade da língua francesa é o eixo normativo e operativo, ao qual as demais línguas são associadas de maneira apenas complementar e consolidando neste arco histórico dos arquivos diplomáticos da cooperação internacional francófona a diversidade reconhecida em contraste à uma diversidade efetivamente promovida.

No ano seguinte, reuniu-se a 5ª Conferência de Ministros da Cultura da Francofonia, em Québec, que resultaria na Declaração de Québec (2025) e no documento estratégico Por uma iniciativa francófona em favor da descobribilidade digital dos conteúdos francófonos (2025). O tema central dos trabalhos tendo sido a importância cada vez mais urgente de garantir a defesa da diversidade de expressões culturais no espaço digital, e coroando a força e peso do Canadá, e sobretudo da província de Québec, no estudo e pesquisa destas questões, definiu-se o conceito de découvrabilité como eixo estratégico, políticas culturais, soberania digital e equidade de acesso em um ecossistema cultural global crescentemente controlado por algoritmos e plataformas comerciais.

Há neste momento um reconhecimento explícito da assimetria entre os conteúdos em francês

e outros idiomas dominantes na internet, bem como dos riscos de invisibilização das produções culturais locais e nacionais. Ainda que a língua francesa permaneça no centro das estratégias de promoção, podemos considerar uma abertura maior à valorização das línguas nacionais e regionais do espaço francófono, em especial no que se refere ao uso de bases de dados multilíngues para treinamento de IAs representativas da diversidade da Francofonia. É também de pontuar-se a disposição e envolvimento canadense, sobretudo ao longo da última década, em revisitar a questão dos povos originários no país, buscando o estabelecimento de políticas preparatórias, nas quais é língua e a cultura é um eixo da maior importância, sendo significativos os avanços em termos de proteção e promoção das línguas nativas canadenses junto ao conjunto da sociedade, para além dos espaços de tradição indígena. Em conjunto, essas iniciativas apontam para uma tentativa de construção de um ambiente digital mais justo, plural e sensível à complexidade cultural e linguística do espaço francófono. A XX[a] Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que compartilham o francês está programada para ocorrer no ano de 2026, no Camboja.

Neste enquadramento político-diplomático de debates, reivindicações e compromissos, percebemos que a temática da diversidade cultural e linguística opera como um fator ao mesmo tempo central e marginal no projeto francófono: ao mesmo tempo em que parece jogar um papel determinante como elemento de princípio moral, na maior parte do tempo, em termos práticos, parece ser mais acessória do que estruturante nesta arquitetura. Diferentemente daquilo observado na documentação pública oficial de declarações, resoluções e atas da CPLP e OEI, não é possível identificar a menção nominal às línguas da OIF na documentação diplomática oficial, que seguem sendo denominadas como línguas nacionais parceiras. Podemos considerar ainda que o elo entre diversidade linguística e o desenvolvimento e fortalecimento das indústrias culturais, também no projeto da OIF evidencia-se cada vez mais estreito, especialmente no contexto digital, onde a visibilidade e a sustentabilidade das culturas autóctones depende de políticas públicas ativas.

Considerados os percursos institucionais das três organizações internacionais que juntas conformam o chamado TEL, e que de fato definem três dos maiores espaços geolinguísticos de herança colonial partilhada hoje institucionalizados, podemos apontar algumas conclusões que nos auxiliarão a avançar com nossa apreciação sobre o papel das políticas culturais para a proteção e promoção da diversidade linguística nas expressões culturais em contextos de cooperação internacional.

Em primeiro lugar, destaca-se a maneira como o processo de inclusão da temática na pauta das respectivas organizações, muito embora distinto entre si, é balizado pela insistente dificuldade em traduzir as intenções do campo retórico para a concretização de ações com potencial de mudança

efetiva. À partida, configuram forte barreira à entrada na agenda os históricos postulados culturais que fazem com que as línguas europeias sejam vistas como melhores, maiores, mais potentes, mais merecedoras e mais adequadas à cultura, o conhecimento, o trabalho, a inovação e a comunicação e cooperação internacional. O processo de reconhecimento da diversidade cultural assim passa antes pelo truncado reconhecimento de uma diversidade e dispersão da centralidade da própria língua colonial, que sendo elas o português, o espanhol e o francês, passam a configurar-se como línguas pluricêntricas, cujo desenvolvimento não mais depende de maneira tão determinista das antigas metrópoles, o que é ainda mais verdadeiro para o caso da língua portuguesa e sua relação com o Brasil. Temos assim, que nesta primeira etapa, o reconhecimento da diversidade cultural não é entendido como sinônimo de diversidade linguística. Reconhecer a diversidade de falares que orbitam ao redor de um mesmo código central representa menos ameaças estruturais aos projetos territoriais de influência destas línguas, do que o reconhecimento oficial e o incentivo ao uso de línguas outras nestes mesmos espaços. Lembrando que em muitos dos países que compõe estes organismos, as línguas que servem como socle do projeto de integração são em realidade as línguas minoritárias – muito embora esta denominação seja na maior parte das vezes exclusiva à línguas de menor poder político e econômico.

Em um segundo momento, considerando que estes espaços – plurais até onde faz-se possível que esferas oficiais de poder geralmente dominadas por elites tradicionais o sejam – servem igualmente como ponto de encontro para a discussão e avance de pautas convergentes, podemos identificar a progressiva evolução da articulação de movimentos e setores mobilizados da sociedade que, por muitas vezes agindo nas margens da institucionalidade, souberam encontrar e criar espaço para fazer pressão e reivindicar mais voz e poder de decisão. Vemos esta presença de vozes dissonantes, com pautas reivindicativas por acrescidos direitos culturais, claramente articulada no âmbito da OIF, por exemplo, desde os primeiros anos de formação da organização.

Também na OEI, é possível identificar a maneira como muito cedo discursos sofisticados, claros e precisos, de alto teor político são manifestados. Muito embora a expansão deste campo retórico traduza-se de maneira distinta e em tempos dissonantes em ambos os casos, podemos concluir que desde cedo ambos os projetos, considerados como fóruns de discussão de uma herança colonial partilhada, são permeados pela temática da defesa da diversidade linguística, sua indissociabilidade do conceito de diversidade cultural e sua progressiva convergência com o processo de estruturação e desenvolvimento das indústrias culturais e criativas e sua transição e expansão digital. O mesmo não confirma-se no que toca à CPLP, fórum no qual estas questões tem revelado-se de maneira muito mais tímida e contundente, passando a ter maior visibilidade sobretudo com o advento da aprovação da

Convenção de 2005 da Unesco.

Percebemos, ainda, como é o caso da CPLP, os debates internacionais, sobretudo no âmbito da ONU, têm impacto e definem os caminhos e a possibilidade de inclusão de declarações, intenções e objetivos ligados à promoção da diversidade cultural e linguística. Em outros casos, como o da OIF, vemos que estes fóruns serviram muitas vezes como a ante-sala na qual grandes movimentos foram gestados, como é verdade para a consolidação da Convenção de 2005, por exemplo.

Com base nas análises dos três espaços de cooperação internacional — CPLP, OEI e OIF — observa-se que, embora a diversidade cultural e linguística figure retoricamente como um princípio valorizado em todos os discursos institucionais, sua efetiva incorporação nas políticas e práticas varia significativamente. A CPLP, apesar de recentes avanços discursivos impulsionados por Estados-membros como Cabo Verde, permanece limitada a ações pontuais e sem articulação com os marcos internacionais mais relevantes para a matéria, como a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032). Já na OIF, a diversidade linguística, embora reiterada como valor simbólico essencial, continua subordinada à centralidade da língua francesa, sendo tratada mais como adereço diplomático do que como vetor estruturante. Em contraste, o espaço ibero-americano apresenta maior capacidade de resposta aos desafios contemporâneos, promovendo a inclusão das línguas indígenas de forma estratégica e vinculada ao redesenho institucional de suas políticas culturais. A comparação entre os três contextos revela, portanto, que o compromisso com a diversidade não se mede apenas pelas declarações de intenção, mas pelo grau de transformação institucional que essas intenções são capazes de provocar, especialmente no que tange à reconfiguração do papel das línguas não hegemônicas no campo das políticas culturais internacionais.

É salutar identificar entretanto a criação de programas estruturantes que trabalha neste sentido. Programas como Tempo Traduction e Langues en Dialogue, que entendem o papel transformador e potencializados de uma língua bem colocada para ser veículo privilegiado e hub de circulação de conhecimento no mundo, e oferecem possibilidades para que novas plataformas de encontro sejam criadas, apontam para um futuro promissor no sentido de ressignificar a relação historicamente conturbada entre línguas coloniais e línguas colonizadas e a diversidade de suas culturas.

A já consolidada ação ibero-americana para a estruturação, conexão e desenvolvimento de indústrias culturais e criativas em seu espaço, agindo de maneira eficaz no fomento à produção editorial, audiovisual, fonográfica e outras, abre-se progressivamente às possibilidades da ampla diversidade linguística e cultural ibero-americana à medida que propostas de redesenho institucional avançam de maneira sólida. Embora persistam incongruências, a recente criação do IIALI demonstra a força que a pauta tem neste projeto, posicionando a OEI como um modelo de interesse, no qual

convergem progressivamente, tomadas em conta as ainda existentes limitações, as possibilidades para uma cooperação internacional descentralizada e multilateral, na qual a diversidade político-cultural inerente à cada EM também possa expressar-se de maneira soberana.

Não obstante, esta análise nos revela um aspecto que pode ser considerado como um retrato de um lado, ou da ponta, de algo mais profundo. Analisar a institucionalização das políticas de cultura em sua dimensão internacional na CPLP requer igualmente que olhemos para aquilo que tem sido desdobrado, desenvolvido e discutido dentro de cada país. Entendendo que as instituições andam a reboque daquilo que é gestado pela organicidade da sociedade civil, buscaremos compreender de que maneira estas mesmas temáticas têm emergido e respondido à existência ou a falta de mecanismos, ferramentas e políticas propostas por esta organização em específico.

Interessar-nos-á, portanto, compreender como diferentes países da comunidade têm articulado respostas institucionais e sociais em relação à valorização das línguas indígenas e autóctones. Analisaremos os casos de Cabo Verde, Angola e Brasil, com especial atenção à língua cabo-verdiana, ao kimbundu e ao guarani — línguas que, apesar de historicamente marginalizadas, têm protagonizado processos recentes de revitalização e reconhecimento. Essas experiências evidenciam a urgência de que tais línguas sejam também reconhecidas como sujeitos plenos das políticas culturais de organismos internacionais como a CPLP. Pretendemos demonstrar que essas línguas não se restringem a expressões locais de caráter folclórico, aprisionadas por uma lógica colonial, mas sim que constituem línguas vivas e internacionais — veículos de criação, trabalho, conhecimento, direitos, política e poder. A partir da análise de documentação institucional e de entrevistas semi-dirigidas com agentes culturais dos países em foco, procuraremos evidenciar como essas línguas já operam redes transnacionais e estão plenamente aptas a atuar como protagonistas de uma cooperação lusófona mais justa, plural e enriquecedora.

PARTE II – MOVENDO O CENTRO:
ARQUITETURAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E CULTURAL NA CPLP

O percurso teórico e analítico desta segunda parte organiza-se em torno da análise comparativa de três experiências nacionais — Cabo Verde, Angola e Brasil — para compreender como a diversidade linguística, historicamente marginalizada pelas estruturas coloniais, vem progressivamente se afirmando como eixo estratégico de políticas culturais, de reconhecimento identitário e de projeção internacional. Por meio do estudo de caso do cabo-verdiano, do kimbundu e do guarani, articulam-se dimensões institucionais, sociais e culturais que evidenciam como essas línguas não apenas sobrevivem, mas constituem veículos de produção de conhecimento, criação artística, afirmação política e cooperação transnacional. A abordagem proposta combina análise documental, leitura crítica da evolução normativa e entrevistas com agentes culturais, permitindo confrontar o discurso oficial com práticas vivas e dinâmicas originadas na sociedade civil e nos movimentos indígenas.

Esse percurso evidencia que as línguas autóctones da CPLP, longe de representarem meros resquícios folclóricos, já operam como protagonistas em redes culturais contemporâneas e transnacionais, capazes de renovar tanto os espaços nacionais quanto os quadros multilaterais de cooperação. A aposta cabo-verdiana na língua como ativo político e econômico, o desafio angolano de integrar suas línguas africanas em políticas culturais ainda marcadas pela colonialidade, e a força renovadora da produção guarani em São Paulo demonstram como a diversidade linguística é um fator estratégico de transformação cultural e social. Assim, a segunda parte da publicação oferece um panorama crítico que aponta para a necessidade de que organismos internacionais, como a CPLP, reconheçam plenamente essas línguas como sujeitos de políticas culturais, condição essencial para uma cooperação lusófona mais plural, justa e enriquecedora.

4. Tan Kalakatan: a língua cabo-verdiana na internacionalização da cultura

Ah, tudu kais é un sodadi di pedra!

I ora ki naviu ta sai di kais

I dirapenti ta odjadu ma abri un spasu

Entri kais ku naviu

Un angústia risenti, n ka sabe pamodi,

ta toma na mi,

Un nébua di sintimentus di tristeza

Ki na sol di nhas angústia relvadu ta brilia

Sima purmeru janela undi madrugada ta konko,

I ta envolve-m sima rakordason dotu algen

Ki, misteriozamenti, é propi mi.

ODI MARÍTIMU

Excerto do poema "Ode Marítima", de Fernando Pessoa,
tradução para o cabo-verdiano por José Luiz Tavares, Editora Abysmo, 2021

No verão de 2021, o Centro Cultural de Cabo Verde (CCCV) em Lisboa, lançava o livro *Odi Marítimu*, pela Editora Abysmo, uma tradução feita pelo poeta cabo-verdiano José Luiz Tavares do livro Ode Marítima, de Fernando Pessoa, do português à língua cabo-verdiana. O poeta, que já antes também traduzira os Sonetos de Luís de Camões, insere-se em um grupo crescente de artistas e intelectuais que não reconhecem mais barreiras ou grandes contradições na convivência, no intercâmbio e na cooperação mútua entre estes dois idiomas historicamente ligados e passam portanto a buscar afirma-los de maneira conjunta e complementar, como partes inteiras de identidades nacionais e transnacionais cada vez mais complexas.

Em seu esforço de tradução de obras icônicas da língua portuguesa de Portugal para uma língua historicamente subordinada como ainda o é a língua cabo-verdiana, Tavares reafirma a crioulidade como uma possibilidade contemporânea para a ressignificação de um ideal de comunidade lusófona e anuncia através de seu trabalho a abertura de um mais amplo espaço para o consumo coletivo de um grande potencial epistemológico e cognitivo ainda por ser conhecido, expandindo esta comunidade que fala oficialmente a língua portuguesa desde dentro de suas próprias fronteiras inexploradas.

Este tipo de iniciativa, que têm vindo a ser cada vez mais comum, aponta-nos caminhos possíveis para pensar que a revitalização, a reparação e a promoção do patrimônio linguístico dos países de língua oficial portuguesa, e por conseguinte da CPLP enquanto organização geolinguística, é e será tarefa a ser amplamente partilhada por todas as partes deste grupo de países. Também, que a língua portuguesa, e portanto de igual modo as instituições que agenciam-lhe e as políticas públicas (já sejam elas nacionais ou internacionais) que lhe são direcionadas, direta ou indiretamente, detém um papel primordial e mandato de responsabilidade histórica neste processo de resgate.

Observar a recente evolução da língua cabo-verdiana em seu processo de afirmação, e a maneira como esta evolução está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento das políticas culturais em Cabo Verde nos permite identificar um importante modelo de estudo que têm vindo a configurar um laboratório para pensar-se a descolonização das línguas autóctones da CPLP. Ao pensarmos a cooperação cultural internacional que se dá, ou que se pretende possibilitar no âmbito da CPLP, o fato de *Odi Marítimu* ter tido seu lançamento e promoção através do apoio do CCCV, em Lisboa, aponta também para um fator de grande peso simbólico.

Inaugurado em 2019, o CCCV é o primeiro centro de promoção e diplomacia cultural de um país africano a ser aberto em território europeu, invertendo a lógica amplamente estabelecida nas relações internacionais de os países de centros hegemônicos projetarem-se através da cultura e da cooperação internacional aos territórios ditos “periféricos”, nos quais desejam guardar ou expandir interesses comerciais e políticos. O IC Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, a título de exemplo, é o instituto vinculado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal com mandato sobre os assuntos culturais e a cooperação, e está presente em todos os Estados-Membros que compõe a CPLP. Em Portugal entretanto, apenas o Brasil, com uma unidade do Instituto Guimarães Rosa, e mais recentemente Cabo Verde, mantém espaços, investimentos e programação cultural diretamente ligados à suas respectivas diplomacias culturais.

Neste capítulo buscaremos demonstrar através da análise da evolução das políticas culturais e da ação internacional no setor da cultura, a maneira como Cabo Verde, mais do que qualquer outro EM da CPLP, têm apostado na distinção e valorização da língua materna nacional, através da produção

cultural, como um trunfo para sua afirmação política e sua internacionalização. O CCCV é neste sentido, para além de um espaço de coesão para a maior diáspora cabo-verdiana, uma grande aposta do país na promoção de sua cultura, língua, e turismo, projetando as oportunidades de sua economia como um todo desde um posto avançado sobre o continente europeu. Segundo o Embaixador de Cabo Verde em Portugal, Eurico Monteiro, o centro tem o objetivo de dar a conhecer e aumentar o prestígio do país, de forma a alcançar novos mercados, através de atividades de promoção e realização de eventos que prestigiem a imagem do país nas suas mais variadas dimensões. Privilegia assim as áreas da língua materna, língua oficial, música tradicional e contemporânea, literatura, artes plásticas, artesanato, artes cénicas, audiovisual, comunicações e debates de temas culturais e científicos, buscando "assegurar a afirmação da cultura cabo-verdiana numa dimensão moderna e tecnicamente mais sofisticada, aberta ao mundo e num diálogo permanente com outros valores, promovendo o diálogo e intercâmbio culturais com agentes de outros países e realidades, com especial destaque para os países da CPLP"[5].

Em 2023, para além da programação cultural, o centro passou a oferecer cursos de língua cabo-verdiana para o público lisboeta e a comunidade cabo-verdiana local – língua esta que é a segunda língua mais falada na capital portuguesa e também a língua de um jornal de circulação nacional chamado A Mensagem, no âmbito do projeto Newspectrum, em uma parceria com o projeto Lisboa Criola, do cantor português Dino d'Santiago.

O estudo de caso do enquadramento institucional das políticas culturais internacionais de Cabo Verde – em sua constante dialética com a sociedade civil – por sua íntima ligação com o recente processo de valorização, reparação e promoção linguística da língua cabo-verdiana, é de significativa importância para pensarmos a maneira como as demais línguas nativas da CPLP podem através da produção cultural atuar como poderosos ativos políticos e econômicos das relações internacionais dos EM, tanto em sua relação enquanto comunidade, assim como em seus diálogos com o restante do mundo. Como vimos, os princípios e objetivos expressos por instrumentos normativos do direito internacional atualmente já oferecem a este conjunto de países bases bastante sólidas para que sejam operacionalizadas mudanças de paradigmas que possibilitem a transformação estrutural que beneficie a diversidade cultural que lhes é tão característica. Nesta continuação, buscaremos portanto elucidar como as políticas de cultura em sua dimensão internacional podem favorecer o resgate, reparação e promoção de línguas autóctones, e a maneira como esferas de cooperação internacional podem e devem servir como plataformas privilegiadas neste processo.

[5] (https://www.turimagazine.com/importancia-do-centro-cultural-de-cabo-verde-em-lisboa-cccv-nas-relacoes-diplomaticas-entre-portugal-e-cabo-verde/, acesso em 16 de maio 2023)

Édouard Glissant (1996), ao pensar as relações culturais internacionais, defendeu a teoria de que o mundo estaria em um processo de constante crioulização, e que, ao contrário daquilo que prega o imaginário ocidental – baseado na constante obsessão identitária do ser, do território e de uma identidade-raiz que reduziria todo Outro a um recurso ou a uma ameaça – existiria a possibilidade de forjar-se um pensamento da Relação, onde a troca com o Outro seja baseada no reconhecimento mútuo de presenças, sem a necessidade de um perder-se de si mesmo para tal. Assim, temos que a crioulização, conceito tão intrínseco à construção da identidade nacional cabo-verdiana, como fenômeno e ideal cultural, passaria necessariamente por uma recomposição da paisagem mental humana. Para que este processo possa acontecer salutarmente no entanto, segundo Glissant, os elementos culturais colocados em presença e relação devem ser obrigatoriamente equivalentes em valor e simétricos em sua posição.

Como sabemos entretanto, no mundo caribenho – realidade desde a qual o autor escreveu ao mundo – e também no Brasil e em Cabo Verde, foi o comércio triangular de pessoas africanas escravizadas o maior vetor daqueles elementos culturais hoje dispostos em relação, tendo sido os constituintes africanos, negros e indígenas historicamente inferiorizados. A crioulização, quando produto desta relação desigual, segundo o autor, produziria um resíduo social amargo e incontrolável, teoria essa que nos leva a refletir que a desigualdade social e econômica que por excelência impera nas sociedades ditas lusófonas, frutos da colonização, tem de fato suas bases calcadas sobretudo em elementos e fatores de cultura, dentre os quais as práticas linguísticas são elementos fundamentais e incontornáveis. Glissant propõe ainda que o ideal do multilinguismo não supõe, em sua visão, uma coexistência das línguas do mundo, nem tampouco a necessidade de as pessoas deterem o conhecimento de muitas delas, mas sim o reconhecimento da presença, da existência das muitas línguas do mundo na prática daquela(s) sua(s) própria(s) (Glissant, 1996, p.40).

Este enquadramento teórico progressista em sua essência, muito embora nos permita expandir a reflexão e o pensamento sobre as novas lusofonias possíveis que apontem caminhos para uma maior equidade na Relação-Mundo entre os países de língua oficial portuguesa, também têm vindo a ser contextualizado e renovado nos últimos anos. Malcom Ferdinand, em sua recente obra Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho (2022), dá seguimento à longa linha de ilustres pensadores de cultura do Caribe, como Glissant, Fanon e Chamoiseau, e aponta de maneira pertinente que se a crioulização proposta pelo primeiro, juntamente com as teorias queer e o conceito de hibridização cultural, teriam de fato contribuído para a desconstrução de essencialismos identitários como homem/mulher, heterossexualidade/homosexualidade e colonizadores/colonizados, ela continuaria em sua essência a ser um processo de encontro entre seres humanos e suas diferentes

culturas, sob um pano de fundo de ecosistemas e animais não-sujeitos, sempre conservando portanto a fronteira muito moderna e europeia entre natureza e cultura: “Saindo do território do ser, a crioulização de Glissant mantém o território moderno do humano. Fratura” (Ferdinand, 2022, p.384).

Ao nos colocarmos à disposição para investigarmos a relação que as práticas de cultura e o exercício das línguas autóctones nos países da CPLP trazem à tona devemos considerar que grande parte destas línguas encontram-se justamente às margens desta modernidade e rejeitam ou resistem historicamente ao estabelecimento desta fronteira entre o ser humano e o mundo natural.

Deverá ser portanto através de uma proposta ecológica e decolonial de cultura que buscaremos perceber como a vocação histórica das ilhas de Cabo Verde como espaço de tradução, mediação, adaptação e transformação do trânsito cultural e material entre os dois lados do Atlântico, do Sul ao Norte e de Sul a Sul, pode ter hoje na elaboração de políticas linguísticas e culturais renovado destaque e potencial para subverter maneiras de estar e de nomear o mundo. Neste amplo e descontínuo espaço geográfico que quer-se um espaço geolinguístico transnacional unificado pela língua portuguesa, inserido no mundo globalizado, veremos que no século XXI, no advento da comunicação digital, a criação e circulação de bens e produtos culturais afirmam-se novamente como os veículos de predileção para a resistência de línguas como a cabo-verdiana, tão valiosa justamente por que portadora de epistemologias e cosmologias diversas. Ao considerarmos o diálogo e cooperação no âmbito da CPLP a partir de outras línguas que historicamente compõe e constroem este espaço, e ao mesmo tempo, ao perceber a crioulização como possibilidade e potência, nos aproximamos da urgente necessidade de reconhecer a diversidade linguística nos esforços de promoção da diversidade cultural como um possível caminho para buscar a quebra com o paradigma moderno que toda a contra-colonialidade exige.

Desse modo, buscaremos nesse capítulo responder ao eixo estruturante deste projeto de investigação, que defende pensar em assumir e aprofundar a crioulização do ideal de lusofonia, para que talvez seja possível renomea-lo na presença de e desde diferentes perspectivas linguísticas e culturais em uma relação de equidade. Cabo Verde neste sentido dispõe de um grande potencial e experiência para liderar a vanguarda da produção de identidades culturais contra-coloniais entre os países da CPLP, tendo obtido grandes avanços e êxitos em um curto espaço de tempo. Tendo tido sucesso em progressivamente traduzir na esfera pública propostas da sociedade civil que contribuem para efetivar uma real interculturalidade para com a língua portuguesa, o processo de afirmação da língua cabo-verdiana deixa cada vez mais evidente e à mostra a maneira como o termo interculturalidade tem sido à exaustão utilizado nas relações culturais internacionais da Europa, e das elites nacionais herdeiras do legado colonial, como uma “simplificação grosseira mas apaziguadora,

mais própria de um imaginário imperial reciclado em tons pós-modernos, que de uma visão desafiadora e que pretenda, de fato, criar renovados sentidos e modos de vida mais justos" (Cabecinhas, R., Cunha, L., 2008, p.8).

Em um primeiro momento observaremos a maneira como a questão linguística torna-se um fator determinante na construção da identidade histórica e contemporânea cabo-verdiana, para buscar entender como a complexa paisagem das práticas linguísticas e de um bilinguismo de diglossia no país apontam para a necessidade de libertação dos esteriótipos culturais e complexos de superioridade nas relações culturais internacionais, assim como das práticas paternalistas e de suas tentações neo-coloniais (Veiga, 2004) na relação entre a língua portuguesa e o crioulo cabo-verdiano. Em seguida, consideraremos o papel determinante que detêm a língua no desenvolvimento da economia criativa no país para traçarmos um panorama evolutivo das práticas institucionais e da engenharia das políticas culturais que fazem com que Cabo Verde possa hoje ser considerado um dos países da CPLP que mais avança de maneira consistente e constante nos esforços de valorização de sua língua nacional e no precioso entendimento e articulação da questão linguística para o pensar e praticar da diversidade cultural. Em uma terceira e última parte, nos debruçaremos sobre a maneira como instituições e agentes de cultura do país estão buscando ressignificar suas práticas dando centralidade à língua materna nacional e contribuindo ativamente para pautar o debate público sobre a necessidade de co-oficialização da língua em paridade com o português e a criação de instrumentos e ferramentas de fomento à criação setorizadas e pensadas de maneira holística.

Por meio da análise de dados recolhidos em pesquisa de campo nas ilhas de Santiago, São Vicente e Santo Antão entre os meses de fevereiro e março de 2023, através de entrevistas semi-dirigidas junto a instituições e agentes culturais, pesquisa junto ao Arquivo Público Nacional de Cabo Verde, extenso levantamento bibliográfico, análise documental e análise da comunicação social do país, buscaremos apontar alguns dos desafios que persistem nos esforços para a dissolução da colonialidade do poder (Quijano, 2005) que têm na expressão da(s) língua(s) traço tão marcante da sociedade cabo-verdiana. Este trabalho de recolha de dados e observação direta permitiu a confirmação de hipóteses interessantes sobre a escolha de posicionar Cabo Verde e sua problemática linguística e cultural no mais amplo panorama da cooperação cultural internacional proposta e possibilitada pela CPLP, oferecendo ferramentas adicionais para aprofundar o debate sobre os direitos linguísticos e diversidade cultural no âmbito da comunidade, fortalecendo a articulação entre as políticas culturais e linguísticas e afirmando a riqueza e as grandes possibilidades que oferece o estabelecimento de outras centralidades linguísticas para a cooperação nesta organização internacional.

4.1. Onde o português governa e o crioulo reina

Como pontua o incontornável linguista cabo-verdiano Manuel Veiga (2004), não é novidade para ninguém que em Cabo Verde a língua oficial e de prestígio, aquela do ensino e das situações formais de comunicação é o português. Quanto ao crioulo, a língua cabo-verdiana, apesar de língua do cotidiano informal e língua materna nacional, esta continuaria tendo um estatuto pouco prestigiado.

> As duas línguas constituem não só instrumentos e suportes do desenvolvimento como também elementos fundamentais do patrimônio, do ser e do estar cabo-verdianos. O português é um filho adoptivo muito estimado. O crioulo é um filho gerado e muito amado. E se estas afirmações corresponderem à verdade, então não poderá haver saída para Cabo Verde, pelo menos nas actuais circunstâncias, sem estas duas línguas. Então, urge uma política linguística que tome em devida conta o real contexto em que convivemos e a visão do futuro que temos ou que aspiramos.
>
> (Veiga, 2004, p.72)

Veiga, ao clamar pela simples equidade entre línguas e culturas, reafirma em sua obra princípios que a priori criariam fácil consenso, por carregarem alguma obviedade. Ao apresentar fatos amplamente reconhecidos sobre a maneira como o projecto colonial utilizou-se da cultura para subjugar e controlar política e economicamente diferentes povos, o linguista insiste que a proposta de um mais amplo estudo e valorização da língua autóctone não deve em nenhum momento ser percebida como uma ameaça à língua dominante, mas antes sim como uma muito necessária etapa de um processo de emancipação identitária e "forma de lavar o rosto da nossa língua, libertando-a de todas as manchas, de todas as máscaras e de todos os complexos que o magistério colonial inculcou nos espíritos menos esclarecidos relativamente à sua própria língua" (Veiga, 2004.p.135).

Assim, nos confronta com a dimensão cultural da violência colonial, que tem na questão linguística uma das faces mais identificáveis, embora também por vezes das mais inconscientes. A ampla imposição e subsequente absorção e incorporação de preceitos e hábitos culturais dominantes têm resultado na negação sistemática das culturas autóctones e na constante eleição e promoção dos valores afectos à cultura dominadora. Este processo de substituição linguística, como vimos, por sua vez encontra eco e justificativas económicas e utilitárias, em meio à crescente necessidade de inserção de Cabo Verde em uma economia de mercado globalizada. Insular, o país insere-se em um contexto periférico em relação aos centros hegemónicos de poder, e a economia do arquipélago é ainda pouco

desenvolvida e diversificada, sendo altamente dependente da ajuda internacional e do turismo, sobretudo de origem europeia, que tem vindo a ocupar um lugar de cada vez maior destaque e importância. Nesta conjuntura sócio-económica, as práticas linguísticas delimitam de maneira bastante clara a formação e manutenção dos espaços físicos, corroborando para a compreensão de que a cultura está sempre carregada de territorialidade.

O crioulo cabo-verdiano é a língua corrente que dá música às cidades, vilas e aldeias do país. Amplamente praticada pelas ruas, cafés, portos e transportes públicos, seu status popular, não obstante, deixa-a muitas vezes plantada do lado de fora da porta de estabelecimentos culturais, instituições governamentais e financeiras, ou sempre quando houver muitos estrangeiros presentes no recinto. O português por sua vez, define os espaços de poder e cidadania, e mesmo quando usado nas interações mais corriqueiras e populares, quase sempre define um maior grau de literacia, posição e distinção social do locutor. Afinal, a língua portuguesa é para a ampla maioria do povo cabo-verdiano, língua segunda, e aqueles que melhor dominam uma segunda língua, como em grande parte do mundo, são aqueles que tiveram acesso a maiores e melhores oportunidades de estudo.

O diplomata cabo-verdiano Daniel A. Pereira, em livro sobre as relações históricas entre Brasil e Cabo Verde, publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão, editora do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, estima que a relação das línguas portuguesa e cabo-verdiana na contemporaneidade do país configura um bilinguismo singular, que ironicamente não chegou a surgir em países como o Brasil, mesmo dado a presença de povos autóctones que já falavam uma grande variedade de línguas:

> [...] contrariando a dispersão geográfica das ilhas, [o nascimento de] uma língua franca, para contrariar a babel de línguas iniciais, trazidas por sucessivos lotes de escravos da Costa Ocidental africana das mais variadas etnias, num total de cerca de vinte seis que estiveram na base da formação social e cultural cabo-verdiana. Por isso, o cabo-verdiano se consubstanciou numa língua síntese das línguas em presença nas nossas ilhas, desde o início.
>
> (Pereira, 2011, p.42)

No complexo desenho destas territorialidades sócio-linguísticas, que se estendem das ilhas às diásporas, a projeção internacional do país, em um cenário no qual o "valor de mercado" da língua cabo-verdiana tenderia a ser menor frente às oportunidades oferecidas pelo domínio das ditas "línguas

internacionais" como o inglês, o francês e o português, têm entretanto sido marcada por uma cada vez maior afirmação da primeira. Embora Cabo Verde tenha vindo de fato a apostar em uma maior capacitação de jovens no domínio de diferentes línguas, sobretudo tendo em conta ser o turismo a maior aposta da economia nacional atualmente, existe crescente convergência na necessidade e vontade de uma nova geração em que se concretize a oficialização da língua cabo-verdiana.

Em um país de reduzidas dimensões geográficas no qual a imigração é um destino comum para a juventude, uma língua que supostamente oferece menos oportunidades económicas tem vindo a ser cada vez mais valorizada em detrimento da língua portuguesa. Uma pesquisa realizada no ano de 2023 pela consultoria Afrosondagem apontou que há cada vez mais cabo-verdianos favoráveis à oficialização da língua em paridade com o português – sobretudo na faixa etária entre os 18-25 anos de idade. A forte presença e o uso da língua também nas grandes diásporas presentes em Portugal, França, Luxemburgo e Estados Unidos, contribuem para que a investigação acadêmica e o uso da língua para a produção simbólica, sobretudo através da música, continue atraindo cada vez mais interesse.

A manutenção do uso das línguas europeias na administração e produção das economias africanas configura sem dúvidas um dos mais simbólicos bastiões da renovação da dominação político-econômica do Ocidente sobre o país, e sobre a África como um todo. Manuel Veiga também escreve sobre como o discurso colonial convenceu a elite letrada e a classe dominante do país de que a língua portuguesa era sinônimo maior de saber, de educação e de prestígio, o que acarretou que as massas populares, ao constatarem que era esta a língua dos espaços importantes de comunicação, como a administração pública, os tribunais, a religião e os mídia – espaços também nitidamente marcados pelos traços racistas de uma sociedade colorista, na qual o grau de destreza e domínio da língua portuguesa muitas vezes é diretamente ligado com a claridade da pele e a classe social – convenceram-se elas também de que a língua portuguesa era a língua de uma mais alta cultura, em oposição à língua cabo-verdiana, língua da rua, da casa e da família. Mesmo no pós-independência, o português e o crioulo respectivamente, simbolizam o prestígio e o saber de um lado, e a marca identitária e suporte principal das tradições culturais populares do outro, antagônicos e complementares, como dois lados de uma mesma moeda. Por isso, diz-se que em Cabo Verde a língua portuguesa é a que governa, mas é a cabo-verdiana que reina. Como veremos, os passos necessários para que seja esta também língua de governo apontam para a necessidade de sua progressiva institucionalização.

Veiga, um dos mais proeminentes e ativos defensores da oficialização do idioma, nos lembra que após diversos programas bem intencionados do governo na 1ª República, será na 2ª República, pelo decreto-lei nº67/98, de 31 de Dezembro (BO nº48) que será aprovado, a título experimental, um

alfabeto unificado para a escrita da língua caboverdiana.

O linguista aponta ainda que a política linguística durante o período colonial visava fundamentalmente promover a língua portuguesa e marginalizar o crioulo cabo-verdiano. A partir de 1975, consolidada a independência do país, a situação teria melhorado relativamente à política de afirmação e valorização do idioma nacional. Segundo ele, à vontade política claramente expressa nos diversos programas de governança, faltava o suporte econômico e técnico capaz de tirar a língua do subdesenvolvimento em que se encontrava. Seria a revisão constitucional de 1999, que produziu o texto atualmente em vigor da carta magna do país, que estipularia em seu Artigo 9°:

> Línguas Oficiais:
>
> **1.** É língua oficial o Português;
> **2**. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa;
> **3**. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las.

Passados mais de vinte anos, não obstante tenham sido progressivos os esforços para a valorização da língua cabo-verdiana, a realidade segue sendo de uma relação altamente díspare entre os investimentos, funções e status de ambas as línguas, mantendo-se sempre a primazia da língua portuguesa, e a distinção social, política e econômica que esta confere a seus locutores em âmbito nacional. Veiga é certeiro na defesa do crioulo cabo-verdiano ao argumentar que a convivência entre ambas as línguas é desejável, aconselhando que o português deveria tornar-se cada vez mais "língua do cotidiano informal", e a língua cabo-verdiana, que já é aquela do cotidiano de fato, pudesse enfim conquistar o estatuo de língua co-oficial, de modo a ser cada vez mais utilizada nas situações formais de comunicação:

> Qualquer que seja, porém, o estatuto adquirido ou conquistado pela língua portuguesa, aqui em Cabo Verde, há um espaço que, mesmo querendo, não pode preencher cabalmente. Trata-se do espaço identitário. Neste particular, a língua portuguesa é e pode ser complemento, mas o sujeito desse espaço é vincadamente o Crioulo.
>
> (Veiga, 2004, p.72)

Fato é que a língua portuguesa e seu domínio ainda são marcas indeléveis de distinção sócio-económica em Cabo Verde. Nas relações do tecido social cabo-verdiano ambas as línguas têm funções muito bem definidas na manutenção do status quo. Neste espaço identitário, onde a língua portuguesa seria complementar ao sujeito língua cabo-verdiana, opõe-se também identidades nacionais diversas, e a realidade dos fatos aponta para a constatação de que o sujeito das políticas públicas em educação e cultura, tem sido sempre a língua portuguesa, não sendo o crioulo cabo-verdiano sequer complementar. O predicado de Veiga parece confirmar-se na experiência empírica da professora do ensino público secundário Alcídia de Souza Fonseca. Em 2023, faziam 29 anos que Fonseca lecionava língua portuguesa em Coculi, na Ribeira Grande, na Ilha de Santo Antão. Tendo sido professora primeiramente para o ensino básico, atualmente trabalha com jovens do sétimo e oitavo anos.

> A língua oficial é a língua portuguesa, por que fomos colonizados pelos portugueses, então é a língua oficial dos livros que utilizamos na sala de aula. Mas entretanto temos o nosso crioulo, que é o crioulo cabo-verdiano, que é uma língua falada por todos sem dificuldade nenhuma. É por isso que às vezes encontramos algumas dificuldades em comunicar. Quando os alunos são do primeiro ano, nós vamos introduzindo e estimulando-os a falar o português, por que há muitos que antes da escola nunca tiveram contacto com a língua portuguesa. E de fato nós vemos logo que é assim, por que eles não percebem quase nada quando falamos com eles em português. Temos sempre que fazer o uso do crioulo para que eles consigam entender. Daí vê-se logo que, claro, o crioulo faz muita falta aos alunos na escola. É claro que, aprender uma língua que não é nossa na escola, mas que ao mesmo tempo é nossa...É complicado. A nossa língua mãe é o crioulo. Fica então um pouco difícil ensinar usando o português. E a verdade é que é cada vez menos o português. Há professores que já não falam em português com os alunos. O primeiro contacto oficial com o português é com a idade de 6 anos, na primeira classe. Passam dois anos no jardim, onde fala-se só crioulo e começam a ter contacto mesmo com a língua portuguesa já na primeira classe.
>
> (Alcídia de Souza, Fonseca, Entrevista pessoal, 25/02/2023)

Cardoso (2018), em seu artigo Situação linguística de Cabo Verde: em português e na kabuverdianu que integra o livro *Políticas linguísticas em português* (2018), lembra que foi com a introdução do ensino oficial nas ilhas de Cabo Verde, apenas no século XIX, que as práticas linguísticas dos ilhéus passaram a ser percebidas como incômodas e como uma potencial ameaça ao domínio das ilhas, passando as autoridades então a proibir o uso do crioulo nas escolas. A língua entretanto – caracterizada pela metrópole e pela elite local como fala corrupta e imperfeita, um português

maltrapilho e mal falado, desprovido de qualquer virtude – soube percorrer um longo caminho de resistência para hoje ter reconhecido o seu estatuto de língua, passando a ser mais recentemente denominada por língua cabo-verdiana, ao invés do termo crioulo, que por si só denomina sua tipologia, em um acertada afirmação estratégica de comunicação social usada pelos defensores de seu estudo, valorização e uso.

Cardoso aponta que na situação linguística de Cabo Verde, a língua cabo-verdiana no contexto educacional tem sido entretanto utilizada apenas como recurso para apoiar a aprendizagem da língua portuguesa, os professores dificilmente conseguindo ensinar o português sem recorrer à língua materna dos estudantes (Cardoso, 2019, p.137). Como Veiga também aponta, é através do crioulo que Cabo Verde marca a sua diferença no mundo, já que é particularmente nesta língua que a sua identidade se encontra moldada, sendo a negação do crioulo dificulta a pedagogia do aprendizado do português (Veiga, 2004, p.12). É o que confirma a experiência de Fonseca:

> A língua portuguesa neste momento prevalece sobre a língua crioula. Sobretudo no sentido de existirem os materiais e manuais em língua portuguesa. Mas há esta renitência dos alunos em falar o português... Existem claramente dificuldades de aprendizado que advém desta diglossia. Muitos alunos quando estão a escrever em português, o fazem na forma como pronunciam em crioulo. Eu penso que algum dia, por que não? Oficializar o crioulo é um passo necessário. Desde que se criem as condições necessárias. Implementar uma língua não é fácil, é preciso criar condições... Se querem mesmo que o crioulo seja implementado, há de se criar condições. A formação dos professores, programas, guias, manuais em crioulo... E o que pode ser um desafio: escolher qual variante do crioulo deve ser usada, ou se isso ficará à mercê de cada professor. Claro que, sendo a nossa língua de todo dia, de todas as horas, por que não? Há muitos linguistas que defendem isso com línguas e dentes, querem que o crioulo seja implementado. Sem descurar o português. É uma língua nacional e acredito que é uma mais valia.
>
> (Alcídia de Souza Fonseca, Entrevista pessoal, 25/02/2023)

No ano letivo 2022/2023 a língua cabo-verdiana foi oficialmente introduzida no ensino secundário nacional, representando um êxito para a luta de muitos anos de diferentes setores da sociedade civil. O Ministro da Educação, Amadeu Cruz, em reportagem à Rádio Televisão Cabo-verdiana (RTCV) em novembro de 2021, disse que o projeto piloto pretende reunir experiências com intuito de eventualmente alargar-se a todas as escolas do país. Por hora, o ensino da cadeira de língua cabo-verdiana dá-se apenas a partir do décimo ano. O ministro justifica a decisão da inserção do ensino da língua apenas no ensino secundário como resultado de uma análise pedagógica que visaria criar

antes as bases para possibilitar um futuro estabelecimento de cursos superiores em língua cabo-verdiana, uma vez que os estudantes, já na adolescência, teriam uma maior maturidade linguística que os do ensino primário. A mesma matéria também dá conta das vozes dissonantes frente à decisão do governo pela introdução tardia na grade curricular. À RTCV, o economista e ativista pela valorização da língua cabo-verdiana Marciano Moreira estima que a decisão, embora salutar, vai na contramão daquilo que é o recomendado por relatórios e declarações da Unesco sobre a matéria, que estimulam o uso da língua materna para a alfabetização e ensino das crianças, sendo recomendado o ensino de outras línguas apenas em fase mais avançada. O documento-quadro da Unesco sobre a temática, A Educação em um mundo multilíngue (2003), dá conta de apresentar a evolução normativa internacional sobre a questão do multilinguismo e do uso da língua materna na educação.

> " (...) O ensino na língua materna surge como um tema recorrente. A Declaração e Quadro de Ação de Nova Delhi, adotados em 1993 na Cúpula sobre a Educação para Todos, assumem explicitamente uma posição sobre a questão da educação em língua materna ao encorajar "a educação inicial em língua materna, mesmo que seja necessário, em certos casos, que os alunos adquiram posteriormente o domínio de uma língua nacional ou de outra língua de maior difusão, de forma a poderem participar efectivamente na sociedade de qual fazem parte". A necessidade de reconhecer "o papel essencial da língua materna na fase inicial da educação" também é formulada na Reafirmação de Amã, em 1996, no comunicado final da Reunião do Fórum Consultivo Internacional sobre a Educação para todos.
>
> A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, em 1997, adotada pela Quinta Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, afirma a importância desta questão para as minorias e os povos indígenas, e afirma que "o direito de aprender em sua língua materna deve ser respeitado e implementado" (artigo 15). A Declaração e o Programa de Ação de Viena, adotados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em 1993, de maneira geral estabelecem que "as pessoas pertencentes a minorias têm o direito...de utilizar o seu próprio idioma, em privado e em público, livremente e sem interferência ou [qualquer] discriminação" (seção I, parágrafo 19)".
>
> (Unesco, 2003, p.25)

É o mesmo sentimento que expressa o poeta N'gosi Nelly, 30 anos, natural do Tarrafal, na ilha de Santiago. Estudioso da língua cabo-verdiana, e um dos mais proeminentes ativistas sociais pela valorização e oficialização da língua cabo-verdiana, Nelly é também fundador da Mangui Editora,

dedicada à publicação de livros e à realização de eventos para a promoção de sua língua materna.

> Em 2020, mais de 70% dos cabo-verdianos eram a favor da oficialização da língua cabo-verdiana e mais de 80% a favor da introdução da língua no sistema de ensino. Esta é uma questão que sempre defendemos e este ano, pela primeira vez, conseguimos este feito, a língua tendo sido introduzida oficialmente. Entretanto, não da maneira ideal, pois atualmente está sendo implementado o ensino a partir do 10° ano, quando o ideal seria a sua implementação a partir da primeira classe, mas já é um bom começo e temos que parabenizar o governo por esta iniciativa, embora ainda defendamos uma outra visão. Mas o mais importante de um caminho é começar a fazê-lo.
>
> Na Mangui Editora, nós fazemos o trabalho de conscientização da nossa população para a valorização da nossa língua cabo-verdiana através da realização de tardes poéticas e a recolha e entrega de livros, tanto na língua portuguesa como em cabo-verdiano. Fazemos encontros com escolas primárias e liceus, mas também temos uma associação recentemente criada chamada AlmaCv, que tem atuado como um grupo de pressão política. Fomos recebidos por um grupo parlamentar, para o qual fomos apresentar a temática "O cabo-verdiano e os desafios de sua institucionalização". Pelo menos já somos ouvidos. Antigamente esta questão nem teria ido ao Parlamento. A necessidade agora é que esta questão seja posta em plenário, isso é o que nós precisamos. Mas nós vemos que o nosso trabalho está a dar grandes frutos e vemos o resultado expressivo em inquéritos junto à população sobre a oficialização do crioulo. Em 2005, foi quase 50%/50% entre o sim e o não, sobre a oficialização. Depois de nosso trabalho de conscientização, o movimento começou a ganhar uma outra pujança, porque as pessoas começaram a perceber o nosso propósito.
>
> (N'gosi Nelly, Entrevista pessoal, 12/04/2023)

O papel da língua cabo-verdiana na descoberta, conscientização e defesa de uma identidade nacional calcada na crioulidade não é coisa recente. Antes mesmo das fronteiras nacionais, a língua é o traço mais marcante e valorizado na identidade cabo-verdiana, tanto no país como nas diásporas. Cardoso (2019) aponta que uma elite intelectual crioula, com um forte sentimento de identidade e necessidade de valorização e com um espirito reivindicativo foi responsável pelo Movimento Nativista ainda no século XIX. Entre eles, os escritores Pedro Cardoso e Eugénio Tavares são os principais expoentes. Considerados os principais nativistas, foram defensores decididos da língua e da cultura cabo-verdianas, articulando discursos firmes e críticos à política assimilacionista praticada pelo colonizador português. Cardoso evoca ainda que de acordo com Brito-Semedo (2006, p.215), o nativismo seria a primeira etapa do processo de construção da almejada identidade nacional que viria a

ser reivindicada um pouco mais à frente pela elite de ideologia regionalista da 'Geração da Claridade'(1936-1958). Veiga dá contornos mais claros:

> O processo de crioulização, que já na fase nativista exibia cartão de uma certa personalidade, ganhou foros de nacionalidade, com maior grau de legitimação, a partir de 1935, com a publicação de Arquipélago, de Jorge Barbosa, prelúdio da nova largada literária das ilhas. [...] Com a vinda a lume dessa obra pioneira da moderna literatura em Cabo Verde, deu-se início a um período extremamente importante do ideário crioulista. Trata-se de uma fase que constituiu um marco dentro da nossa literatura e que os estudiosos estigmatizaram com o nome de Claridade, devido à revista do mesmo nome surgida em 1936, difusora e promotora de um projecto sintetizado simbolicamente pela expressão fincar os pés no chão."
>
> (Veiga, 2004, p.41)

Além da defesa da língua, esta corrente era promotora da valorização cultural de Cabo Verde, o que incluiu a expressão de uma literatura de cariz nacional, centrada nas vivências do povo das ilhas e sua insularidade e ainda em conteúdos etnográficos, através da investigação e da recriação artística (Cardoso, 2019, p.130). Tanto Veiga como Cardoso apontam um fato que nos leva ao ponto de maior interesse para nossa reflexão: um outro importante aglutinador da crioulidade e da identidade nacional desde muito cedo é a música, a poesia, e a produção cultural como um todo, que encontra sobretudo através da Morna, com as célebres composições de Eugénio Tavares, a expressão mais certeira e contagiosa para a defesa e afirmação da diferença cultural e linguística frente ao dominador. Tavares publicaria, em 1932, o célebre livro Mornas – Cantigas Crioulas, dando força sobretudo à criatividade e ao potencial literário da língua de Cabo Verde.

A afirmação da língua cabo-verdiana e a sedimentação de suas funções identitárias no seio da sociedade passa necessariamente pela expressão criativa. O uso da expressão musical em sua simbiose com a expressão linguística caracterizam e definem desde fins do século XIX a evolução da língua cabo-verdiana, primeiramente dentre as diversas camadas da sociedade nacional para passar posteriormente, com o reconhecimento da Morna em Portugal, ou como veremos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, no advento da world music com a explosão de Cesária Évora a partir da França a agir como principal ponte e instrumento para a projeção internacional das ilhas. Temos assim que o processo contemporâneo de progressiva afirmação da língua cabo-verdiana nacionalmente é acompanhado de perto pela crescente projeção da mesma no cenário internacional através da cultura, a despeito da inexistência inicial de qualquer tipo de política pública.

Embora, como aponta Arenas (2019), a dimensão perversa da indústria da world music trabalhe pelo apagamento das especificidades de culturas locais ou nacionais das periferias do mundo para facilitar sua comercialização e consumo nos centros do Norte global, o caso de Cesária Évora ilustra "a complexa intersecção global-local interdependente e multifacetada, onde uma artista cabo-verdiana é lançada por um produtor diaspórico que vive na Europa por meio de uma gravadora francesa que a distribui mundialmente a partir de uma das maiores multinacionais do entretenimento" (Arenas, 2019, p.171).

Neste panorama, a língua cabo-verdiana parece também ter sabiamente elegido formas e forjado caminhos criativos na lida social que todo empreendimento linguístico encerra. Se por um lado às mais novas gerações chega o legado de séculos de uma progressiva afirmação e valorização da língua, todavia sobrevivem na colonialidade as marcas indeléveis da dominação cultural. N'gosi Nelly, entregue pessoal e profissionalmente à missão de fazer reconhecer o idioma em Cabo Verde em equidade à língua portuguesa, reconhece no fator cultural que predispõe as mentalidades à subordinação e à baixa auto-estima o maior obstáculo dentre os desafios que ainda existem para a oficialização e maior valorização da língua materna no conjunto da sociedade, mas também na produção literária, bastião sagrado e quase exclusivo da língua portuguesa no país, muito pesem os avanços:

> Temos uma elite que tem um certo apego para com a língua portuguesa e que rejeita categoricamente o uso da língua cabo-verdiana e este é um grande desafio. Eu cresci com os meus avós a dizerem que falavam dialecto, que nós não tínhamos língua. Essa mesma mentalidade foi passada para os meus pais. Na minha geração nós já conseguimos fazer valorizar a língua cabo-verdiana, o crioulo de Cabo Verde, que tem as suas especificidades e é uma língua tão importante como todas as outras. Juntamente a outros ativistas culturais temos feito um trabalho bastante complicado. Mudar mentalidades é muito mais difícil do que uma pessoa mudar de situação financeira ou de classe social...
>
> Também existe a questão financeira (da implementação e oficialização da língua cabo-verdiana), que eu diria que é um pequeno clichê. Se nós queremos ter condições financeiras, se queremos produzir mais materiais didácticos, ter mais livros literários, e por aí afora.. Seria comercial oficializar a língua. Atualmente não existe um quadro legal. Ou seja, como é que o governo pode atribuir verbas financeiras para a investigação da língua ou criar prêmios literários se o próprio Estado ainda não o reconhece no seu quadro legal? Estamos a colocar "a carroça à frente dos bois"... Diz-se que temos que ter meios financeiros para podermos então oficializar... Não acredito nisto. Precisamos primeiro oficializar para então podermos ter um quadro legal para poder atribuir e alocar os recursos financeiros.

(N'gosi Nelly, Entrevista pessoal, 12/04/2023)

O jovem poeta converge aqui com Veiga (2004) na compreensão de que no renovado processo de afirmação da língua portuguesa, dado sobretudo após as independências, e com força após a criação da CPLP e outros instrumentos de sua influência e projeção, se algo está errado é justamente que esta afirmação siga dando-se às custas do fortalecimento das línguas autóctones do restante dos países. A inclusão e participação de Cabo Verde no leque institucional criado ao redor da língua portuguesa, com as oportunidades de internacionalização que esta lhe oferece, ainda parece apontar para a hierarquização cultural entre ambas as línguas do país, sendo apenas a língua do colonizador e das elites paramentada para a transnacionalidade e o acesso às oportunidades, já sejam a mobilidade, os programas de incentivo à produção literária, em música, teatro e cinema, etc.

Foi Amílcar Cabral quem afirmou reiteradamente durante a luta contra o colonialismo português o enorme peso que a componente cultural tinha no processo de independência dos povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. O líder do PAIGC elegia a cultura como um fator fundamental e basilar de toda a articulação política, econômica e militar para a libertação.

> A luta de libertação requer a materialização dos princípios democráticos, da crítica e autocrítica, o envolvimento cada vez maior da população na gestão da sua própria vida, a liquidação do analfabetismo, a criação de escolas e estruturas de saúde, a preparação de quadros entre operários e funcionários. Ela promove uma marcha acelerada da sociedade rumo ao progresso cultural. Isto demonstra que a luta de libertação não é apenas uma manifestação cultural, mas também fator de cultura.

(Cabral, 1972, p.353)

Ana Nolasco, em texto que integra o livro *Atlantica: Contemporary Art from Cabo Verde*, Guinesa Bissau, São Tomé and Príncipe and their Diasporas– terceiro volume da editora Hangar Books dedicado à investigação da produção em arte contemporânea dos países de língua oficial portuguesa – ao descrever o trabalho do fotógrafo e cineasta natural de São Vicente, César Schofield, também reconhece este mesmo fator de cultura como determinante na negociação de identidades da sociedade contemporânea do país. Schofield retrata em sua série de fotografias Espaços Relutantes (2019), edifícios novos de construção inacabada, no Bairro da Cidadela, na cidade da Praia. Fotografados sem a presença humana, confundindo a bruta paisagem em geometrias, denunciam um modelo de modernidade europeia vendido à classe média-alta local sob o slogan "A cidade do futuro", que em

muito parece se alinhar com a máxima de Caetano Veloso ao cantar a nova ordem mundial dos trópicos nos anos 1990: “aqui tudo parece que era ainda construção e já é ruína”.

> Há algo de fantasmagórico nestes edifícios, algo que nos lembra um ser alheio a si próprio, uma metáfora para uma sociedade cabo-verdiana dividida entre o Estado e uma elite alheia à cultura da maioria da população, separadas umas das outras por essas zonas intermediárias limiares, onde as elites negociam identidades, importando modelos de acordo com os poderes com os quais se alinham, permeados pela noção de raça: a noção de miscigenação, importada do Brasil; e a da africanidade ou da europeidade, perpetuada por uma mentalidade assistencialista em relação às potências estrangeiras.
>
> (Ana Solasco, 2021, p.72)

Tal qual os edifícios representados no trabalho de Schofield dão materialidade e territorialidade às identidades culturais constantemente em jogo, o bilinguismo de diglossia em Cabo Verde parece desenhar no terreno da expressão linguística estas mesmas zonas intermediárias, limiares de negociação, tendo de um lado a língua cabo-verdiana, componente nativa que teima em não olhar-se de frente ao espelho, e de outro a língua portuguesa e suas muitas fronteiras que apenas corroboram para torná-la de fato parte de um modelo estrangeiro que, se já não mais imposto de fora para dentro, segue sempre sendo algo importado pelas elites locais. Nos debruçaremos com maior profundidade sobre alguns momentos chave do processo de valorização e defesa da língua materna de Cabo Verde a partir da independência do país, em 1974, quando a escolha por guardar a língua do colonizador como “troféu de guerra”, como já por muitas vezes propalado, não deixou de orientar os avanços na direção de fazer o crioulo cabo-verdiano parte inteira e independente, tornando-o um leme com progressivas capacidades de ir ao encontro de uma relação independente sui generis com outras partes do mundo, sem a necessidade da tutela ou intermediação da língua portuguesa como língua de cabresto.

4.2. Voz di Povo

Em 1979, o periódico cabo-verdiano *Voz Di Povo* noticiava a visita oficial do então Director-geral da Unesco a Cabo Verde, no âmbito de uma mais ampla agenda de apoio ao desenvolvimento e refundação das bases educacionais e culturais nacionais, após anos de conflito pela independência. Patrocinado por este órgão da ONU e pelo Ministério da Educação e Cultura da época, teve lugar no Mindelo, em abril daquele ano, o 1º Colóquio Linguístico Internacional sobre o Estudo e Utilização do

Crioulo, de onde surgiria uma proposta de alfabetização e sistematização para a escrita da língua cabo-verdiana, assim como diversas recomendações visando a sua valorização. Com a presença e participação de linguistas, escritores, professores e autoridades políticas, o evento teve grande destaque nacional e internacional e destinou-se a discutir problemas de ordem sócio-linguística e de política cultural relativamente ao uso da língua materna e também a orientar a formação de quadros para o incentivo à investigação das variedades locais da língua.

A visita do Director-Geral da Unesco à época ao país, o senegalês Amadou-Mahtar M'Bow, era justificada por um amplo programa de cooperação da organização com o governo nacional, tendo sido então aventada a intenção de criação de um Instituto Nacional de Cultura para a recolha do patrimônio cultural do país, nomeadamente no domínio das tradições orais, na formação de quadros e animadores culturais e na dinamização e difusão da cultura, através de experiências-piloto e apoio metodológico e técnico a todos os grupos culturais e aos organismos de massa (*Voz di Povo*, 1979).

Também tomaria parte deste encontro, oferecendo sua experiência e contribuições, o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire, figura de peso no cenário da educação e das políticas de cultura. Freire se encontrava no país contratado como consultor no âmbito de um projeto mais amplo de cooperação com o governo de Cabo Verde para o desenvolvimento e a aplicação do Método Paulo Freire para a alfabetização da população, que então atingia uma porcentagem de 70% de analfabetismo (*Voz di Povo*, 1979).

O Patrono da educação brasileira, que à altura envolveu-se profundamente nos processos de independência da Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Moçambique, sobre os quais publicou diferentes livros, concedeu entrevista ao jornal Voz di Povo, publicada sob o título "Redescobrir os caminhos à identidade cultural", na qual afirmava ter um papel meramente colaborativo na luta de libertação, que reconhecia sobretudo como um ato político emanando do povo cabo-verdiano. Freire explicava ao entrevistador a filosofia da prática e da geração de subjetividades que lhe fez mundialmente conhecido: neste ato político que configura a educação, o importante seria desenvolver, tanto naquele que aprende como naquele que ensina, como sujeitos, uma atitude crítica, curiosa e séria, de quem busca conhecimento para usá-lo e não apenas como receptáculo vazio de conhecimento a ser transferido.

Indagado sobre como perspectivava operacionalizar a conscientização de um conceito tão diretamente ligado ao reassumir da identidade nacional em uma nação recém-formada, Freire alinhava-se com Amílcar Cabral na eleição do fator de cultura como chave para pensar-se a educação e emancipação de um povo:

> Em primeiro lugar, eu acho que toda a educação é política. Numa sociedade que vem lutando, alcança a sua independência e busca mantê-la, aprofundá-la, ampliá-la... Toda a sociedade que está numa experiência como essa, tem necessariamente que se preocupar intensamente com a identidade cultural de si mesma. É um dado sine qua non para uma reconstrução nacional – a identidade cultural. E isso é uma preocupação que caracteriza o PAIGC desde que ele nasceu. Eu até diria que essa preocupação, na análise da realidade política e histórica da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, essa preocupação antecipa-se ao próprio PAIGC na lucidez do militante número Um, como se diz, que foi, e eu diria que é e continua sendo, Amílcar Cabral. Mais, a ênfase que Amílcar Cabral lhe deu na teoria e em sua prática.
>
> (Freire, 1979, Entrevista ao *Voz di Povo*)

O brasileiro, enaltecendo então o recém-assassinado líder do PAIGC, estabelecia pontes entre a teoria crítica africana e latino-americana, colocando no centro da discussão a necessidade de reinventar os caminhos de estímulo à identidade cultural, apontando para a maneira como no caso de Cabo Verde a problemática da língua era questão fundamental do processo de emancipação cultural. O pedagogo menciona também nesta mesma entrevista o primeiro Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, e seu discurso pela necessidade da descolonização das mentes, que ecoava e amplificava o pensamento de Wa Thiong'o sobre a defesa do uso da língua materna para a produção cultural nacional, o processo de desalienação e a muito necessária integração e (re) conhecimento da identidade cultural, tão dificultada pelo complexo aparato de repressão colonial.

Alguns anos antes, em 1973, era Amílcar Cabral quem concedia entrevista na cidade de Acra, ao jornalista Cameron Doudou, na Rádio Gana, por ocasião da Conferência do Comité de Libertação da OUA (Organização da Unidade Africana, 1963, substituída pela União Africana, em 2002), lembrando da grande dificuldade que a questão da educação e alfabetização apresentava à luta de resistência contra o Estado facista português:

> Na nossa terra, os portugueses abusavam da situação do nosso povo. Não criaram escolas. No começo da luta apenas havia 45 escolas primárias, com 2000 alunos em todo o país. Apenas havia um liceu e nunca tivemos nenhuma universidade. Durante os 500 anos de presença portuguesa, apenas permitiram a entrada de 14 guineenses nas suas universidades. Eu próprio tive o triste privilégio de ser o único engenheiro agrónomo do meu país em 1960.
>
> (Cabral, 2018, p.180)

Em 2021, a deputada portuguesa Joacine Katar Moreira, em texto intitulado *Decolonizar é desprogramar - Racismo sistêmico, corpo, gênero e a diáspora nas artes*, aprofunda e traz de volta à relevância atual este mesmo pensamento de Cabral sobre a relação entre cultura, educação e política. Ao evocar o líder da revolução cabo-verdiana e guineense em seu texto, Moreira reflete sobre a maneira como o legado imperial e colonial formou as bases das identidades nacionais do chamado Norte global, e defende que os países hegemônicos continuariam nos dias atuais a compactuar com a agenda colonial a partir do momento em que se tornam reféns de sua própria história imperial e pela necessidade que têm em preservá-la e transmiti-la de modo imutável, optando pela omissão das violências cometidas (Moreira, 2021, p.188).

Também baseando-se no mesmo fator de cultura apresentado por Cabral, argumenta que a agenda colonial persiste no tempo devido à grande elasticidade entre as premissas da modernidade e do progresso, que caracterizaram os valores do Iluminismo e a revolução científica dos séculos XVIII e XIX, que ironicamente conviveram com o retrógrado e intenso tráfico de humanos escravizados e com o amplo epistemicídio de povos, que teria, segundo ela, relativizado, apagado e destruído conhecimentos tradicionais em diversas geografias.

O pensamento de Cabral é seminal na afirmação cultural de Cabo Verde. Entretanto é possível identificar por diversas vezes a reiterada intenção de afastar-se e promover o rechaço a toda componente cultural africana que não fosse de "base científica", fonte, segundo ele, de consequências negativas para a vida do povo. Em uma perspectiva marcadamente positivista, o pensamento de Cabral sobre cultura, embora seja central à luta que articulou e contributo que mantém-se muito atual nos Estudos Culturais, mantém e exalta – assim como apontou Ferdinand no que toca ao conceito de crioulização de Glissant – o território moderno do humano, trabalhando pela manutenção da fronteira com a natureza, e não reconhecendo nos conhecimentos tradicionais simbióticos com o meio natural, ou ainda em crenças e práticas espirituais, qualquer tipo de valor.

É importante também registrar que a temática da defesa da língua cabo-verdiana não foi um elemento central na reflexão sobre cultura empreendida por Amílcar Cabral, tendo mesmo sido rechaçado o seu uso na alfabetização, escrita e ensino em um primeiro momento. Cabral, mais uma vez revelando o caráter altamente tecnicista de seu pensamento sobre cultura, ao reconhecer na ciência e progresso tecnológico de modelo ocidental peças fundamentais ao progresso de seu povo, embora tenha eleito a luta cultural como ponta-de-lança da luta armada, não reconheceu oportunidade para fazer avançar a língua cabo-verdiana como estimava serem avançadas as línguas europeias. Esta contradição, inerente ao pensamento do expoente máximo da libertação colonial do país, merece a longa citação:

[...] Devemos combater tudo que seja oportunismo, mesmo na cultura. Por exemplo, há camaradas que pensam que, para ensinar na nossa terra, é fundamental ensinar em crioulo já. Então outros pensam que é melhor ensinar em fula, em mandinga, em balanta. [...] Mas muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para a frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português. Por isso é que tudo vale a pena falar-se aqui tanto o português como o crioulo. Não somos mais filhos da nossa terra se falarmos crioulo, isso não é verdade. Mais filho da nossa terra é aquele que cumpre as leis do Partido, as ordens do Partido, para servir bem o nosso povo. Ninguém deve ter complexo porque não sabe balanta, mandinga, papel ou fula ou mancanha. Se souber, melhor, mas se não sabe, tem que fazer com que os outros o entendam, mesmo que for por gestos. [...]

Temos que ter um sentido real da nossa cultura. O português (língua) é uma das melhores coisas que os tugas nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo. Assim como o homem inventou o rádio para falar à distância, sem falar com a língua, só com sinais, o homem através do tempo do seu desenvolvimento começou a falar, a necessidade de comunicar-se fê-lo começar a falar. Desenvolveu as cordas vocais, etc., até falar. E como a língua depende do ambiente em que se vive, cada povo criou a sua própria língua.

[...] Foi o primeiro meio de comunicação natural que houve, a língua. Mas o mundo avançou muito, nós não avançamos muito, tanto como o mundo, e a nossa língua ficou ao nível daquele mundo a que chegámos, que nós vivemos, enquanto o tuga, embora colonialista, vivendo na Europa, a sua língua avançou bastante mais do que a nossa, podendo exprimir verdades concretas, relativas, por exemplo, à ciência. Por exemplo, nós dizemos assim: a Lua é um satélite natural da Terra. Satélite natural, digam isso em balanta, digam em mancanha. É preciso falar muito para o dizer, é possível dizê-lo, mas é preciso falar muito, até fazer compreender que um satélite é uma coisa que gira à volta de outra. Enquanto que em português basta uma palavra. Falando assim, qualquer povo no mundo entende. E a matemática, nós queremos aprender matemática, não é assim? Por exemplo: raiz quadrada de 36. Como é que se diz raiz quadrada em balanta? É preciso dizer a verdade para entendermos bem. Eu digo, por exemplo: a intensidade de uma força é igual à massa vezes aceleração da gravidade. Como é que vamos dizer isso? Como é que se diz aceleração da gravidade na nossa língua? Em crioulo não há; temos que dizer em português.

[...]

Para nós tanto faz usar o português, como o russo, como o francês, como o inglês, desde que nos sirva, como tanto faz usar tractores dos russos, dos ingleses, dos americanos, etc., desde que tomando a nossa independência nos sirva para lavrar a terra. Porque a língua é um instrumento, mas pode acontecer que tenhamos já uma língua que pode servir e que toda a gente entende. Então não vamos pôr toda a gente a aprender o russo, não vale a pena, tanto mais que temos uma língua que é o crioulo, que

> é parecida com o português. Se nas nossas escolas ensinamos aos nossos alunos como é que o crioulo vem do português e do africano, qualquer pessoa saberá português muito mais depressa. O crioulo prejudica quem aprende português, porque não sabe qual é a ligação que existe entre o português e o crioulo, mas se se conhecer a ligação que há, isso facilita aprender o português. [...]
>
> (Cabral, 1974, p.246)

Apenas alguns anos mais tarde, Paulo Freire deixaria registrada sua forte divergência com a escolha de Cabral em dar predileção à língua portuguesa justamente em um momento chave da reestruturação da educação no país:

> A imposição da língua do colonizador ao colonizado é uma condição fundamental para a dominação colonial que se estende na dominação neocolonial. Não é por acaso que os colonizadores falam da sua língua como língua e da língua dos colonizados como dialecto; da superioridade e riqueza da primeira a que contrapõe a 'pobreza' e a 'inferioridade' da segunda.
>
> (Freire, 1977, p.217)

Em 1979, já deitadas as armas, e também Cabral, a Direção-Geral da Cultura de Cabo Verde, em comunicado divulgado e reportado pelo Voz di Povo nas semanas que antecederam a realização do colóquio organizado pela Unesco, afirmava que o trabalho de pesquisa em torno da língua cabo-verdiana haveria de levar o país a resultados positivos, uma vez que o crioulo já teria revelado "as potencialidades necessárias para se transformar numa língua capaz de transmitir todas as criações do pensamento humano". Argumentava-se, mirando as controvérsias e polêmicas em torno da temática linguística no país, que um estudo mais aprofundado e a valorização da língua cabo-verdiana em nada implicaria o abandono ou a diminuição da língua portuguesa, língua esta que deveria continuar sendo a língua oficial, para a comunicação com o exterior, enquanto o crioulo cabo-verdiano não dispusesse dos requisitos necessários para assumir tais funções.

É recorrente entretanto em toda a bibliografia, sempre quando aborda-se a necessidade de valorização desta língua africana, a justaposta justificativa que a sua defesa não deveria descurar ou desvalorizar a presença e o papel da língua portuguesa na sociedade, em uma busca constante em bem delinear e afastar-se de um possível embate linguístico e cultural. Professores, ativistas,

intelectuais, artistas, burocratas e políticos, ao assumirem sua posição pela defesa e promoção da própria língua materna, parecem recorrentemente ter de apaziguar os ânimos. Assim, desde os primeiros anos da independência, o papel de agente internacionalizador ficaria incutido à língua portuguesa, a língua cabo-verdiana sendo supostamente desprovida das ferramentas necessárias para atuar nestas esferas.

É objetivo do presente capítulo entretanto evidenciar que o mito da exclusiva vocação e qualidade da língua portuguesa para a ciência, a internacionalização e as relações exteriores nos países da CPLP, frente a uma pretensa inadequação ou impossibilidade das línguas nativas de assim atuarem, será argumento recorrente até os dias presentes na retórica daqueles que à esses diversos idiomas e culturas não demonstram interesse ou conferem maior valor que o de servirem de apetrechos folclóricos e especificidades das culturas ditas locais. Já naquele ano de 1979, podemos identificar na fala oficial da Direção-Geral da Cultura a manifesta necessidade de abordar-se a questão de maneira estratégica, como se a pisar em ovos, optando-se pela via do convencimento e do diálogo persuasivo ao apropriar-se de parte da retórica dos setores contrários ao empreendimento para fazer avançar a pauta. Ao analisarmos o momento histórico em questão, tendo sido a independência do país então recém conquistada e havendo um grande trabalho de reconstrução a ser efetuado naquela altura, justifica-se em parte que as potencialidades internacionais do português, língua europeia de colonização estruturada em hierarquias e aparatos de poder, frente à língua cabo-verdiana, então estruturada apenas na ampla boca do povo, pareceriam de fato muito mais significativas.

Esta relação desigual entre ambas as línguas entretanto manter-se-à quase intacta até os dias mais atuais, em um claro descompasso com a evolução institucional do país. A designação do português como língua aberta ao mundo, cosmopolita, multicultural ou global, património comum que deve ser defendido frente a uma globalização de base cosmopolita, em contraponto ao presumido caráter "local" da língua cabo-verdiana, ainda serve como fundamentação para sufocar, pelo sentimento de superioridade ou pela mais pura indiferença, a afirmação e expansão das línguas nativas que compõe a CPLP, nos contornos de projetos pretensamente progressistas calcados em uma diversidade cultural monolíngue.

Como refere Lopes (2015), somente uma política cultural aberta e cosmopolita, que tenha como uma das suas prioridades a afirmação internacional dos criadores e a participação na dinâmica cultural global, podem configurar uma forma eficaz de defesa e promoção das práticas culturais locais. Ao definir o espaço de pertença e reflexão criado pela contiguidade fronteiriça da planificação e da política linguísticas como terra de ninguém, Lopes é certeiro na denúncia do imobilismo frente ao exercício dos direitos culturais na CPLP, clamando pela renúncia aos direitos senhoriais de propriedade, em direcção

ao internacionalismo e cosmopolitismo; superando receios de substituição de uma língua de comunicação mais ampla por outra; entendendo a alquimia das variedades e vencendo exclusões quaisquer que sejam e contribuindo para que "nenhuma língua morra, nem definhe" (Lopes, 2015, p.222).

Como buscaremos mostrar, a efetiva internacionalização da cultura de Cabo Verde não se deu em momento algum através da língua portuguesa, mas sim através da língua cabo-verdiana e das manifestações culturais que a partir dela se projetam. Hoje símbolo por excelência do arquipélago, sobretudo na indústria fonográfica, a língua cabo-verdiana é cantada por pessoas de todas as nacionalidades em diversas partes do mundo, através do trabalho de grandes nomes como Cesária Évora, mas cada vez mais pelas vozes de Mayra Andrade, Lura, Élida Almeida, Nenny ou mesmo Dino d'Santiago. Uma visita rápida ao Youtube mostrará a qualquer leitor interessado que esta língua dissemina-se com grande facilidade através da música atingindo números e público de relevo.

Assim, tocamos um ponto chave para um renovado entendimento sobre o papel da língua portuguesa como língua de conexão internacional para os países de língua oficial portuguesa e sobre a importância de, na engenharia de um projeto para a comunidade que dela faz partilha, pensar-se no desenho e estabelecimento de políticas culturais consequentes com o amplo e diverso potencial que oferecem as línguas autóctones dos países da CPLP à ampliação, inovação e destaque no setor da cultura.

A insistência na defesa de uma ilusória exclusividade das possibilidades e atribuições de internacionalização à língua portuguesa descortina a patente adoção dos dois pesos e duas medidas inerentes às relações interculturais europeias e das elites coloniais, como já evocamos anteriormente. Ora, poucos argumentariam por exemplo que a língua portuguesa é o maior atributo do Brasil para sua capacidade de comunicação internacional, ou mesmo para Portugal, que sempre se dobrou e fez uso das línguas de seu mais antigos aliados, como a Inglaterra ou a França, em sua comunicação internacional. A língua portuguesa é sim, para ambos os países, uma língua de comunicação internacional, que facilita o contacto com países da CPLP, e ainda os aproxima da comunidade ibero-americana, porém, dificilmente poderia ser caracterizada como o elemento central que permite que esta comunicação seja possível com o restante do mundo.

Entretanto, quando ao falar-se sobre os países africanos de língua oficial portuguesa, argumenta-se reiteradamente os benefícios que a língua teria para sua inserção internacional, o que por si só já deixa de levar em conta a presença e articulação destes países em blocos económicos tão linguisticamente diversos como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a União Europeia (UE), a Comunidade Econômica do Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade Econômica dos Estados da África

Central (CEEAC), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Associação de Países do Sudeste Asiático (ASEAN). Também, o fato de que muitas das línguas nativas dos Estados-Membros da CPLP dão forma também a seus próprios espaços geolinguísticos, atravessando fronteiras e criando zonas de interação com países vizinhos.

Cabo Verde, ao aliar o uso da língua portuguesa com a língua cabo-verdiana, só poderá ganhar maior capacidade de internacionalização, já seja na incrementação de sua comunicação e cooperação com o mundo caribenho e a África Ocidental, ou ainda efectivamente exportando cultura para todas as regiões do globo. Afinal, é também de se notar que influências da língua cabo-verdiana ainda podem hoje ser detectadas em lugares tão distantes como a Guiné-Bissau, a Senegâmbia senegalesa e em Curaçao, no Caribe (Pereira, 2011).

O argumento de que a língua portuguesa seria um fator e instrumento essencial para a internacionalização dos países da CPLP configura uma das últimas fronteiras a serem desfeitas e desmistificadas no processo de reparação, reabilitação, valorização e promoção das línguas historicamente subalternizadas na comunidade de língua oficial portuguesa. Spivak (1993) chama atenção a essa histórica disparidade na dignificação das línguas em seu ensaio The Politics of Translation, ao citar os sentimentos que expressava Derida sobre as dificuldades de ter de navegar entre as línguas Inglesa e Francesa. Spivak, falante do bengali, evoca este episódio para clamar o mesmo direito de reclamação digna aos que escrevem e produzem conhecimento desde a língua árabe ou vietnamita, por exemplo. A princípio, a ideia de propor que ocidentais devem ter a mesma disposição em dominar uma língua estrangeira não-europeia pode causar reação, entretanto, a filósofa indiana posiciona a questão linguística no enquadramento teórico da questão feminista e continua certeira:

> Ou seja, se você tem interesse em falar sobre o outro, e/ou fazer afirmações sobre um outro, é fundamental aprender outras línguas. Isso deve ser diferenciado da tradição aprendida de aquisição da línguas para o trabalho acadêmico. Estou falando da importância da aquisição de línguas pela mulher de uma cultura monóloga hegemônica, que torna miserável a vida de todos ao insistir na solidariedade feminina a seu preço.
>
> (Spivak, 1993, p. 30)

O “preço”, no caso, seria a subordinação cultural, epistemológica e linguística, que acarreta necessariamente em subordinação política. Hito Steyerl (2002), segue o fio de Spivak para propor que na hierarquização de formas culturais híbridas, prevalece um ranking que privilegia produtos econômica

e militarmente dominantes e rejeita as produções do Sul como sendo arcaicas, atrasadas e inferiores. As hierarquias da distribuição internacional do trabalho refletiriam-se assim diretamente em hierarquias culturais racistas no campo estético, traduzindo-se, no campo da cultura e no âmbito da cooperação cultural internacional – que é o que nos interessa aqui – no dificultado acesso às superestruturas e em reduzidas oportunidades de internacionalização aos agentes culturais do Sul e a distribuição de sua produção. Isto de fato se confirma, como atestam os relatórios de acompanhamento da Convenção de 2005, que em todas as edições dedicaram capítulos à necessidade de trabalhar-se para alcançar-se um intercâmbio equilibrado de bens e serviços culturais e aumentar a mobilidade de artistas e profissionais da cultura (Unesco, 2015, 2018, 2022). Este diagnóstico, ainda assim, segue sendo revelado sem que a questão linguística, que aprofunda as diferenças e distâncias referenciais, seja considerada como um dos fatores fundamentais e estruturantes desta clivagem.

Como veremos, a projeção internacional da cultura de Cabo Verde através da língua materna nacional encontra terreno árido nas atuais possibilidades ofertadas pelas políticas de integração e cooperação internacional em cultura em vigor entre os países que compõe a CPLP. Como mencionado, programas como o PROCULTURA PALOP/Timor Leste, trabalham no claro sentido de fazer da língua portuguesa o elemento estruturante no desenvolvimento das indústrias da cultura, reforçando estímulo para que jovens artistas e profissionais da cultura nestes países reconheçam apenas a língua portuguesa como língua de valor e possibilidades financeiras, como língua de literatura, poesia, cinema, teatro e qualquer expressão artística, conferindo para além disso status de excelência às instituições culturais portuguesas.

De modo a desvendarmos possíveis caminhos para o estabelecimento de diálogos mais justos, será necessário elucidarmos como as linguagens da institucionalidade podem ser reformadas, para que as leituras reducionistas e a insistência no desenho de políticas culturais excludentes possam vir a ser interpretadas como os efeitos das relações de poder discursivas que são, moldadas e contribuindo ativamente a moldar as formas mais contemporâneas do capitalismo global (Steyerl, 2002). Nos debruçaremos portanto sobre o desenvolvimento mais recente das políticas governamentais de cultura em Cabo Verde, no exercício de buscar desvendar as possibilidades e o papel estratégico que estas têm desempenhado na projeção do país como uma potência cultural.

4.3. No Djunta Mon

Desde os anos 2000, o governo de Cabo Verde tem vindo a implementar reformas estruturantes, conferindo gradativa centralidade às indústrias culturais e criativas na formulação de políticas públicas, com um Ministério cada vez mais atuante. Com base em um circuito de feiras, festas e festivais, o apoio à circulação de artistas e o estabelecimento de roteiros associados ao patrimônio material e imaterial do país, o arquipélago se utiliza do turismo cultural como um ativo econômico estratégico. O investimento na capacitação de pessoas, valorizando a diversidade cultural presente nas ilhas, potencializou essa estratégia de promoção econômica, permitindo um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos, o país tendo passado por três fases fundamentais em seu desenvolvimento econômico desde sua independência: o primeiro (1975-1989) dando ênfase às políticas para a alimentação, saúde e educação de sua população; o segundo (1990-2000) priorizando a democratização política e liberalização dos mercados, e o terceiro (2000-2010) tendo avançado no reforço da cidadania, com a ampla modernização e reformas institucionais (Circulador, 2020).

Um documento publicado pelo Ministério da Cultura e Indústrias Criativas, intitulado Cinco anos de reestruturação da Cultura em Cabo Verde (2021), dá conta de resumir as realizações e avanços no setor cultural entre os anos de 2016 e 2021. Foi neste período que o mesmo Ministério, a partir das bases legadas pela gestão anterior, aproximou-se mais assertivamente das chamadas indústrias criativas, alinhando-se à evolução dos debates internacionais sobre o setor cultural como motor de desenvolvimento sócio-económico e buscando comunicar a intenção da complexificação institucional que se observaria nos anos subsequentes. O documento em questão busca elucidar a visão estratégica e os objetivos para o setor e, ao apresentar as instituições e secretarias vinculadas, estruturas tuteladas, seus programas, cooperações e parcerias, oferece um balanço do quinquênio.

Dessa maneira, apresenta as orientações de recentragem da política de financiamento de projetos culturais, apontando que 124 projetos culturais foram financiados através do estabelecimento de editais públicos no período, enquadrados no Programa de Governo para a IX Legislatura, que colocou a cultura no centro de políticas de criação de emprego, e de novas oportunidades para os jovens e criadores cabo-verdianos, passando a considera-la como fonte geradora de riqueza económica.

Merece destaque a sessão que comunica a assinatura da Declaração da Praia (2019), declaração final da XI Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, na qual a mobilidade cultural e o estabelecimento de um mercado comum das artes foi pauta central, em coerência com o então lema "As Pessoas. A Cultura. Os Oceanos", estabelecido pela Presidência Pro-Tempore da organização exercida por Cabo Verde no biênio de 2018-2020. Como vimos no capítulo anterior, esta oportunidade

de gestão e definição da agenda orientadora da organização internacional serviu ao país como uma importante plataforma para a proposição, amadurecimento e projeção internacional das políticas culturais e visão estratégica para o setor em Cabo Verde.

Em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, proposta pela ONU, "que defende a salvaguarda e a promoção da cultura, do património cultural tangível e intangível e da criatividade enquanto recursos que contribuem para cidades seguras e sustentáveis, para o trabalho decente e o crescimento económico, a redução das desigualdades, a salvaguarda do meio ambiente, a promoção da igualdade de género e sociedades pacíficas e inclusivas"[6], Cabo Verde soube aproveitar desta oportunidade para afirmar o peso e eficácia de sua estratégia cultural, contribuindo ao mesmo tempo para confirmar a importância da CPLP enquanto plataforma de articulação e defesa de interesses partilhados pelos Estados-Membros na arena internacional – sempre quando houver a vontade política.

A dedicação de secção própria à CPLP no documento de balanço também aponta para a maneira como a organização internacional está inserida com posição de destaque nos planos estratégicos de cultura para Cabo Verde. Muito pese a pouca abertura para discussão e aprofundamento de políticas e programas que visem o multilinguismo como ativo cultural e económico no âmbito da CPLP, ou ainda da quase inexistência de efetivos programas de cooperação para o desenvolvimento no setor da cultura e indústrias criativas, o país parece entender as oportunidades estratégicas que a organização lhe oferece em termos de visibilidade política.

Cabo Verde tem encontrado em processos de institucionalização de sua paisagem cultural, material e imaterial, veredas possíveis que revelam uma comunicação inteligente e tática do patrimônio que pretende promover e do qual busca se beneficiar. Neste compasso de eleição do setor cultural como elemento estratégico do desenvolvimento sócio-econômico do país, e alavanca fundamental de um turismo mais refinado, a língua cabo-verdiana tem ganhado paralelamente renovado destaque. O documento Cinco anos de reestruturação da Cultura em Cabo Verde, dedica assim de igual maneira uma secção ao idioma nacional, fazendo notar a simbólica elevação da língua cabo-verdiana pelo governo da IX Legislatura ao estatuto de Património Cultural Imaterial Nacional, em Julho de 2019.

> A elevação da Língua Cabo-verdiana a Património Cultural Imaterial Nacional foi um momento simbólico e de grande relevância para Cabo Verde. A nossa língua materna ganhou um novo estatuto.
>
> Uma declaração de alto simbolismo, pelo acordo de assinatura de oito dos treze antigos titulares do cargo de Ministro da Cultura, desde a Independência Nacional, no "Manifesto da Língua Materna à

[6] Declaração Final, XI Reunião dos Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Cidade da Praia, 2019

Categoria de Património Cultural Imaterial", alargando a base de consenso.

O Governo reconheceu, destarte, o papel da língua enquanto veículo do património imaterial e elemento sine qua non em todas as suas manifestações, desde o São João, passando pela Tabanca, à Morna, cuja salvaguarda é fundamental para manter viva a comunidade linguística, contribuindo para a afirmação e consolidação da identidade nacional partilhada.

A Língua Cabo-verdiana é, seguramente, a evidência maior do ser cabo-verdiano. É o elemento que identifica, inequivocamente, o povo das ilhas, em qualquer parte do mundo, e une toda a nação. Esta elevação confere-lhe a dignidade própria de uma língua única, forjada no encontro dos mundos, consequência da miscigenação e fecundação da primeira civilização crioula do atlântico.

(Cabo Verde, 2021, p.5)

Alguns meses mais tarde do mesmo ano de 2019, os esforços de projeção e reconhecimento político-institucional dos atributos e património cultural do país confirmariam-se também na cena internacional, com a aprovação no mês de dezembro no âmbito da 14ª reunião anual do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, na cidade de Bogotá, Colômbia, da Morna como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. Como referimos, a íntima relação da língua cabo-verdiana no processo de afirmação identitária e projeção internacional deste gênero musical nos ajudam a perceber como os caminhos para a progressiva institucionalização e valorização cultural, econômica e social da língua cabo-verdiana anda de mãos dadas com a estruturação do setor cultural e sua produção histórica e contemporânea.

A espiral de valorização social da língua-caboverdiana teve ainda mais recentemente momento de confirmação de votos quando o Presidente da República José Maria Neves, em 9 de novembro de 2021, optou por alternar o uso do cabo-verdiano e do português no proferimento de seu discurso de posse, fugindo da tradição que sempre reservou os altos espaços do Alto Magistrado do país à língua europeia. Neves evocou igualmente, entre suas prioridades internacionais a CPLP, estimulando a cada vez mais qualificada participação e aprofundamento dos ganhos já alcançados junto ao órgão, designadamente nos domínios da mobilidade de pessoas e bens culturais. Também mencionou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que tem sua sede na capital do país, exprimindo o seu igual engajamento com a causa comum de valorização e promoção da Língua Portuguesa, que caracterizou como património maior dos povos da organização. Deixou para a conclusão de seu longo discurso a esperada confirmação de um já anunciado compromisso:

> Reservei para o fim uma preocupação fundamental: a língua cabo-verdiana. A nossa língua materna é a componente da nossa cultura que mais e melhor sintetiza e traduz a nossa gesta heróica como povo e a nossa identidade cultural. Enquanto Presidente da República vou estar na primeira linha do combate pela oficialização plena do nosso Crioulo, com base em todas as variantes, pois que são marcas da sua riqueza e força como língua deste povo disperso por várias ilhas.
>
> (Neves, 2021)

O gesto direcionado e assertivo movimentou a imprensa local e comunicação social, e agradou ativistas, artistas e professores, que entretanto chamaram a atenção para a necessidade de não apenas fortalecer a língua na seara da cultura pensada como entretenimento. A linguista e professora universitária Ana Karina Moreira, da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), lembrou que a luta é para que o crioulo seja oficializado e tenha reconhecida sua importância cultural mas também científica, representando o pensamento de setores que julgam que a língua já está apta a ser uma língua de produção de ciência, cultura, política e economia.[7]

Já em setembro de 2022, Neves ainda levaria a temática à Assembleia Geral da ONU. Em seu discurso, apresentaria uma visão abrangente e estratégica de afirmação, promoção e inserção da língua e cultura crioula cabo-verdiana no panorama das relações internacionais e da cooperação internacional, chegando a propor a realização de uma conferência internacional permanente sobre as línguas e culturas de base crioula no mundo:

> Nesta oportunidade não posso deixar de referir-me ao movimento mundial de candidatura da creolização e das culturas crioulas como patrimônio mundial. Pelo qual aceitei ser padrinho e porta-voz, não fosse Cabo Verde a primeira sociedade crioula do mundo. Essa é uma iniciativa liderada pela sociedade civil, que pretende que os países crioulos possam se posicionar a uma só voz sobre seu patrimônio imaterial, promovendo a paz, a amizade entre os povos e a cooperação para o desenvolvimento com base nos valores que a creolização trouxe para a civilização, um novo ethos assente na tolerância, na diversidade e na fusão de culturas. Assim, apelamos a um forte apoio e engajamento político, de personalidades de países crioulos e dos respectivos chefes de Estado. A adoção da agenda 2030 e de seus objetivos de desenvolvimento sustentável, foi um momento alto do multilateralismo, sendo que sua implementação e realização progressivas deveriam continuar a beneficiar de um impulso de um multilateralismo cada vez mais renovado, revigorado e ancorado no sistema das Nações Unidas.

[7] (https://inforpress.cv/linguista-congratula-se-com-abertura-e-sensibilidade-do-novo-presidente-da-republica-para-oficializacao-do-crioulo/?fbclid=IwAR3_TQb2a45txVmBKPHBSs1nlHgv_HHQGscfYScvrh9HRu5DJZZZLWKcUxU - acesso em 07/05/23)

[...]

(Neves, 2023)

Cabo Verde entretanto ainda não manifestou sua adesão oficial à Década Internacional das Línguas Indígenas/ Autóctones (2022-2032), nenhum programa ou atividade específica tendo sido ainda anunciada ou suportada pelo governo, embora a sociedade civil organizada tenha definido o momento na comunicação social[8] como uma grande oportunidade para preservar a diversidade e identidade cultural do país e continuar a pautar as mudanças necessárias para a valorização da língua cabo-verdiana.

Em mais um momento de afirmação internacional, o Dia Europeu das Línguas — celebrado em 26 de setembro no âmbito da UE — foi marcado, em 2022, por uma iniciativa singular: a Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com o jornal Mensagem, convidou um grupo de rappers do Kova M Estúdio — projeto de formação, produção e promoção musical sediado na Cova da Moura, bairro lisboeta conhecido informalmente como a maior cidade cabo-verdiana fora do arquipélago — a criar um rap sobre a Europa, em crioulo cabo-verdiano. Novamente mostrando que a afirmação da língua encontra na produção cultural um de seus maiores aliados, o rap, que levou o nome de Juntos Mais Fortes, versa sobre o desejo de uma Europa mais livre, amiga, tolerante e humanista e foi, segundo o jornal, uma maneira de mostrar a importância da língua cabo-verdiana na Europa, expressivamente presente em países como Portugal, França e Luxemburgo, muito embora, como pudemos referir, o idioma não faça parte das 24 línguas oficiais europeias contempladas atualmente pela CELRoM.

Neste élan, para além do Presidente, o Ministro da Cultura e Indústrias Criativas de Cabo Verde, Abraão Vicente, embora representante de espectro político oposto, é outra personalidade política que tem vindo a vocalizar e incarnar a defesa da necessidade de valorização, institucionalização e promoção da língua cabo-verdiana, reconhecendo seu caráter interseccional e estratégico para as políticas culturais do país, e confirmando que a temática é tida como central – por que amplamente popular junto à opinião pública – por distintas forças nos poderes estabelecidos. Vicente defende a revisão constitucional no sentido de colocar-se a língua a par da portuguesa em status e uma revisão da constituição. Em entrevista concedida à Radiotelevisão CaboVerdiana (RTCV) após o simbólico discurso de posse do Presidente em 2021, o Ministro recorda que a Comissão Nacional das Línguas (CNL), criada em 2012 e extinta em 2015 (da qual fizeram parte comissários como Manuel Veiga e

[8] https://www.rtc.cv/rcv/audio-details/origens-tradicao-oral-de-cabo-verde-batuco-finacao-e-rapp-8389, acesso 15/04/23

Adelaide Monteiro, figuras-chave na defesa da língua cabo-verdiana já aqui supracitadas), já havia recomendado taxativamente a oficialização do idioma[9].

Após encabeçar o projeto de declaração da língua como Património Cultural Imaterial Nacional em 2019, opôs-se frontalmente à proposta apresentada no ano de 2023 pela deputada Mircéa Delgado, deputada do MpD, para a igual classificação da língua portuguesa como Património Cultural Imaterial Nacional por parte do Instituto do Património Cultural (IPC), sob a tutela do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas, classificando o movimento da deputada como uma riposta e a discussão como "questões minúsculas que visam apenas criar ruídos públicos".[10]Após grandes discussões e discordâncias, a proposta acabou entretanto por ser aprovada pelo Parlamento, no dia 14 de abril de 2023.

Fica evidente que no processo de progressiva e acelerada valorização da língua cabo-verdiana, há setores nacionais, e também de grupos de fora do país, que buscam contrabalancear a escalada no poder e importância da língua materna nacional, no que reconhecem ser um possível recuo do uso da língua portuguesa, deixando exposto como a discussão mexe com as mais profundas questões identitárias que estratificam socialmente o país. Não obstante, Vicente deixou claro, após o parecer negativo inicial do IPC à proposta, que neste processo de retomada não há nenhum tipo de guerra contra a língua portuguesa, "a língua portuguesa é língua oficial de Cabo Verde, não está em perigo, não briga com o crioulo".[11]

Serve para nossa reflexão observar a maneira como a articulação no cenário internacional e o uso do direito e da adesão à convenções e instrumentos normativos internacionais têm servido como via de predileção para Cabo Verde fazer valorizar sua língua no âmbito nacional e fazer valer aquilo que já há muito diz a constituição. A CPLP neste sentido representa uma plataforma de visibilidade para o país. Ainda assim, se nacionalmente, e na relação do arquipélago com outras zonas geográficas, Cabo Verde tem sabido alinhavar o discurso de defesa das indústrias da cultura com a necessidade de valorização e afirmação das potencialidades da língua cabo-verdiana como língua aberta ao mundo, no enquadramento que oferece a CPLP, o país parece ter optado por apostar de maneira menos assertiva na promoção do crioulo cabo-verdiano como fator fundamental de cultura para o desenvolvimento do setor, alinhando-se às políticas que têm na língua portuguesa o elemento central de concertação.

Ao utilizar-se dos benefícios de projeção que a CPLP lhe oferece, Cabo Verde tem sido

---

[9] htttps://www.youtube.com/watch?v=EX029wbsTjk , acesso em 09/05/23)

[10] (https://expressodasilhas.cv/pais/2023/04/15/parlamento-aprova-classificacao-de-portugues-como-patrimonio-imaterial-de-cabo-verde/85354, acesso a 09/05/23).

[11] (https://www.youtube.com/watch?v=Pe-anlojMFw, acesso a 09/05/23).

igualmente cauteloso na defesa aberta de seus interesses linguísticos e culturais em sua relação com os países que a compõe, em um possível indício de como o assunto da decolonização linguística no âmbito desta comunidade encontra ainda pouco espaço para discussão, sendo o tema pouco abordado de maneira coletiva e tido ainda como uma temática local e de cada Estado-Membro. É sintomático ainda o fato de Cabo Verde acolher e sediar desde 2005 o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), em um indício claro da aposta efetiva do país em ambas as línguas que constituem a paisagem linguística do arquipélago.

Como já vimos, na contemplação do arco histórico de declarações de Cimeiras de Chefes de Estado e Governo e de Reuniões de Ministros da Cultura e Pontos Focais da Cultura, os debates sobre diversidade cultural têm se limitado ao reconhecimento da diversidade das variantes da própria língua portuguesa no espaço da Comunidade, apenas recentemente tendo vindo a apontar na direção do reconhecimento da necessidade de incluir na pauta da organização a cooperação para elucidação das problemáticas linguístico-culturais que configuram patrimônio e herança colonial partilhados pela totalidade dos Estados-Membros.

Em um franco alinhamento com os debates mais atuais da política internacional para o setor cultural, orientada sobretudo por órgãos como a Unesco, a chamada reestruturação da cultura em Cabo Verde segue preceitos e objetivos fixados pelas principais convenções internacionais da cultura. O documento de balanço publicado em 2021 pelo Ministério da Cultura e Indústrias Criativas elenca as adesões e ratificações por Cabo Verde de convenções internacionais que regem direta ou indiretamente o direito internacional no setor cultural, sendo de destaque a ratificação da Convenção de 2005, efetuada tardiamente pelo país, quase 15 anos após a sua promulgação, no ano de 2020, sendo um dos últimos países da CPLP a fazê-lo.

A Convenção em questão, é o instrumento normativo da cultura mais referido ao longo da documentação do arquivo histórico da CPLP, e tem sido, ainda que de forma meramente protocolar, o principal norteador e referência das declarações da organização em matéria de cultura. Como exposto, no ano de 2010, a XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, proclamava a Declaração sobre Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP, mencionando estar "consciente de que o espaço da CPLP, comunidade pluricontinental, é também distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus Estados membros" e exaltando as recomendações da Unesco sobre a Diversidade Cultural de 2001 e 2005.

Em uma confirmação do alinhamento das políticas culturais de Cabo Verde com a agenda internacional para o setor e um possível indício do estabelecimento de um diálogo mais próximo com a Unesco, o país veio a ratificar a Convenção de 2005 logo após ter garantido o sucesso de seu

empreendimento político para ter reconhecida pela organização a Morna como património cultural imaterial da humanidade.

Após a ratificação da Convenção de 2005, Cabo Verde passa a potencialmente poder-se beneficiar de uma série de programas e fundos ligados a esta, contando com a Conferência das Partes, comitês inter-governamentais, grupos de trabalho e investigação especializados, cátedras em parcerias com universidades e organizações da sociedade civil, um fundo de investimento e diversos programas associados.

Mais recentemente, entre maio de 2022 e maio de 2023, Cabo Verde também foi incluído na lista de países beneficiários do programa Unesco-Aschberg. Com foco no comércio de bens e serviços culturais e direitos humanos, provê assistência técnica, ferramentas e capacitação para promover o desenvolvimento de ambientes propícios à criatividade. O programa oferece assistência direta aos estados membros para promover a implementação da Convenção de 2005, bem como a Recomendação de 1980 sobre o Estatuto do Artista, com o objetivo sobretudo de fortalecer a legislação e as políticas nacionais para artistas e profissionais da cultura, apoiar a capacitação em liberdade artística, melhorar o monitoramento dos direitos sociais e econômicos dos artistas e promover a defesa e apropriação das reformas.[12]

O país insere-se no programa no âmbito do objetivo geral Fortalecer e apoiar a criação de políticas para o setor, que tenciona melhorar as condições de trabalho dos artistas e garantir o acesso à segurança social, seguro de saúde e sistemas fiscais e de pensões justos e flexíveis, cujos objetivos específicos são: fortalecer o diálogo nacional sobre o estatuto do artista, envolvendo profissionais da cultura, sociedade civil e público em geral; desenvolver e divulgar novas ferramentas, conhecimentos e competências para o desenvolvimento do sector cultural e monitorizar o seu contributo para o desenvolvimento social e económico do país; e estabelecer um programa de treinamento em empreendedorismo cultural para fortalecer a economia criativa. Outro Estado-Membro da CPLP a ser igualmente contemplado no âmbito do programa Unesco-Aschberg neste mesmo período é Moçambique, sob o objetivo geral de Apoio à elaboração de uma lei sobre o estatuto do artista em Moçambique.

Essa importante ratificação da Convenção de 2005 por parte de Cabo Verde entretanto vem apenas coroar e consolidar a importância que toma no país o setor da cultura, de mãos dadas com o turismo, desde o início do século XXI. Em 2014, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) já apresentara um importante relatório sobre as economias criativas cabo-verdianas, no qual reconhecia a importância da vontade política para a viabilização de mudanças

[12]https://en.unesco.org/creativity/activities/unesco-scales-support-improve-status-artist-worldwide, acesso em 15/05/23

estruturais e a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável alicerçado nas expressões culturais, dando destaque ao Plano Estratégico Intersetorial da Cultura (PLEI, 2010) proposto então pelo governo cabo-verdiano. A investigação é de autoria principal de Cláudia Sousa Leitão, consultora ad hoc em Economia Criativa para a Organização Mundial do Comércio - OMC e para a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD (2013 a 2016).

O PLEI entrou em vigor no país no ano de 2015, tendo sido formulado com base em um diagnóstico sobre as condições do setor e nos diálogos mantidos com o Governo e com a sociedade civil, expressando uma missão e uma visão de futuro:

> Cabo Verde tem inscrito, como poucos territórios, a cultura como eixo estruturante do desenvolvimento. Estamos a trabalhar por esta senda há alguns anos, e já conquistamos importantes resultados, apesar de percalços e dos inúmeros problemas que ainda nos desafiam. Cabo Verde definiu as Economias Criativas como toda a produção que tem o valor agregado do intangível (criação, história, inovação, tradição). Afinal, quem acrescenta valor, acrescenta riqueza e, portanto, deve viver daquilo que faz. Assim, a Cultura deve servir para melhorar a qualidade de vida.
>
> Neste percurso de afirmação das economias criativas no nosso país, conquistamos um deslocamento conceitual decisivo, quando o Governo de Cabo Verde, no Documento Estratégico de Crescimento e de Redução da Pobreza – DECRP–II, elegeu corretamente a Cultura como um dos cinco pilares do desenvolvimento do país, um eixo síntese, de onde tudo emana e para onde tudo culmina. Esta perspectiva foi reafirmada no Documento Estratégico de Crescimento e de Redução da Pobreza III, onde as Economias Criativas são consideradas como modelo sustentável de Economia, baseadas no valor intangível e na cadeia de valores que têm como base a criatividade.
>
> Este importante reposicionamento conceitual tem inúmeras consequências práticas. Fruto dessas e de outras conquistas, Cabo Verde tem sido chamado a apresentar a sua política de sucesso nas Economias Criativas. Vários países e organismos internacionais querem conhecer o nosso Banco de Cultura, a nossa Rede Nacional de Salas de Espetáculos, a Rede Nacional de Museus, a Rede Nacional de Distribuição do Artesanato e produtos Created in Cabo Verde, o nosso programa Bairro Criativo, projeto de incentivo às actividades Geradoras de Rendimento através da Cultura nas comunidades, e o nosso programa de Cultura Digital e Inclusão Social e emprego jovem.

(REPÚBLICA DE CABO VERDE, 2015).

O PLEI Cultura afirma 10 valores essenciais que orientam a sua interação ética e política com a sociedade e com os recursos mobilizados, entre eles o reconhecimento da identidade e da diversidade cultural de Cabo Verde; a afirmação dos direitos culturais de acesso e de livre expressão e criação

cultural e a sustentabilidade ambiental, cultural, territorial, política e económica das iniciativas (Cabo Verde, 2015, p.790).

Neste sentido, podemos identificar de maneira clara a inscrição da língua cabo-verdiana e da identificação do espaço da CPLP como uma zona estratégica para a promoção cultural do país, sobretudo através da leitura e análise dos Eixos de Desenvolvimento Institucional (EDI) e dos Eixos Estratégicos Finalísticos (EEF) que estruturam o plano. Dentre os EDI's, é de destacar-se aquele que incorre na necessidade e incumbência do Ministério de Criar incentivos especiais para a exportação em cultura para o mercado da CPLP, em uma abordagem interseccional de políticas de financiamento, cooperação internacional e exportação (EDI 4. Financiamentos; 4.4 Novos mecanismos de financiamento).

No âmbito dos EEF's deve dar-se destaque ao EEF2. Património Material e Imaterial, Memória e Museu, cujo objetivo estratégico lê-se:

> "Proporcionar aos cidadãos do país e aos agentes culturais um conjunto de programas e ações orientados ao fortalecimento do mapeamento, reconhecimento e dinamização do patrimônio material e imaterial, da memória e dos museus como manancial primeiro do acervo próprio de Cabo Verde, com a sua efetiva inserção como fundamento e como resultado das estratégias de desenvolvimento do país, contribuindo também para o reconhecimento internacional (de organizações, empresas e turistas) de Cabo Verde como " sociedade património cultural".

(Cabo Verde, 2015, p.805).

Este eixo, em seu ponto 2.1 delineia a missão estratégica de Trabalhar a Diplomacia Cultural com base na Crioulização do Mundo, colocando em diálogo as políticas de Património, Cooperação Internacional e Crioulização desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Por sua vez, o EEF 9. Cooperação Internacional e Diáspora tem por objetivo estratégico "Posicionar a cultura como um dos pilares primordiais da cooperação internacional de Cabo Verde, intensificando e ampliando a inserção da economia criativa cabo-verdiana nas relações económicas, políticas e culturais com as nações parceiras" (Cabo Verde, 2015, p.812). Em seu ponto 9.1, versa sobre a política multilateral para a CPLP, e propõe a criação da Fundação Esfera Lusófona para a Cultura, o reforço à participação do país no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) e a criação de um Mercado comum para a Cultura no âmbito da CPLP. Em seu ponto 9.3, manifesta o intuito de incentivar co-produções com as nações crioulas do continente Americano (Cabo Verde, 2015, p.813).

Será somente no EEF 3. Línguas, Leitura e Cultura para a Educação e Meio Ambiente entretanto que encontraremos menção direta e explícita à língua cabo-verdiana, no apontamento de direções que buscam elucidar a questão linguística do país através de suas políticas culturais. Seu objetivo estratégico aparece como sendo orientado a:

> "Proporcionar um conjunto orgânico de políticas, programas e ações que assegurem a inserção de conteúdos e práticas culturais e criativas nos ambientes educacionais do país, a consolidação de uma nação leitora dotada de uma rede consolidada de bibliotecas de acesso público, com uma política bilingue de línguas e de reconhecimento do Crioulo, e que contribua para a construção de uma cultura vigorosa da sustentabilidade em Cabo Verde."

(Cabo Verde, 2015, p.806)

Em seu ponto 3.1 Política de Línguas, elenca uma série de iniciativas que vinculam a necessidade de valorização da língua cabo-verdiana ao lado de outras línguas nacionais e regionais, como o português e o francês, e ao estabelecimento de ferramentas para a criação cultural:

- Criar a Comissão Nacional para as Línguas;
- Criar um Gabinete de Língua no Gabinete do Ministério da Cultura;
- Impulsionar a criação da Academia de Letras;
- Preparar a oficialização do Crioulo com a socialização e a consensualização política;
- Introduzir o ensino da língua materna na rede de educação artística;
- Implementar o Acordo Ortográfico e trabalhar o Vocabulário Ortográfico Comum da Língua Portuguesa;
- Incorporar software para o ensino da língua;
- Organizar eventos internacionais relacionados à Francofonia e Lusofonia;
- Reforçar a participação no Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP).

(Cabo Verde, 2015, p.812).

Como aponta Schincariol (2022), apesar de trazer diversas menções à noção de indústrias criativas e de apresentar números que buscam justificar a aposta no desenvolvimento de uma "economia da cultura" e na eleição desta como pilar de desenvolvimento, o documento também é carregado em termos jurídicos característicos do imediato período pós-independência, que buscam delinear um projeto de emancipação do país como "nação" (Cabo Verde, 2015, p. 793), representando

um imaginário de unificação como um caminho para o desenvolvimento nacional, em um eco do pensamento de Cabral. Não obstante, o PLEI Cultura, aborda a questão cultural do país de maneira holística, também inserindo uma série de conceitos relativos à necessidade de decolonização das práticas culturais e sócio-económicas, em uma lógica de fortalecimento de uma democracia cultural e valorização da própria diversidade cultural, contrabalanceando o entendimento restrito da cultura enquanto sendo uma seleção dos setores da elite de determinados bens e conteúdos culturais (Schincariol, 2022, p.55).

O relatório da UNCTAD publicado em 2014 que menciona o referido plano, logo em seu sumário executivo e introdução, defende que as chamadas economias criativas possuiriam grande apetência para a criação de empregos e para a inclusão social no país e cita, considerando o valor agregado da cultura na produção de bens e serviços, que os países signatários da Convenção de 2005 (dos quais Cabo Verde ainda não fazia parte) passaram a considerar a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento.

Ao considerar o caso de Cabo Verde, aponta entretanto que seria preciso enfrentar desafios centrais: "investimento em pesquisas, indicadores e metodologias que assegurem a confiabilidade de dados que possam dar substrato às políticas públicas; fomento aos empreendimentos; formação para os setores; infraestrutura que garanta a criação/produção, circulação/distribuição e consumo/fruição de bens e serviços criativos; marcos legais tributários, trabalhistas, civis, administrativos e constitucionais que desobstruam as dinâmicas econômicas desses bens e serviços" (UNCTAD, 2014, pg.4). O PLEI Cultura é considerado entretanto no relatório como sendo um documento de caráter demasiado estratégico e não operacional, ao definir apenas ações relativas às economias criativas, mas sem estabelecer indicadores nem metas para a consecução de cada uma delas.

A investigação de Leitão também reconhecia a importância e o papel estratégico que poderiam jogar os países do Sul na construção de novos paradigmas para a elaboração e execução de políticas públicas para o setor da cultura, muito pesem as claras e generalizadas carências em políticas públicas, na formação de gestores e profissionais especializados, em oportunidades de financiamento e a existência de marcos legais, que segundo o relatório, enalteceriam a sua "capacidade de 'queimar etapas' históricas, ou, ainda, de inovar, seja na própria estruturação do Estado, seja na gestão pública, seja nas tecnologias sociais e nas práticas empreendedoras da sociedade civil" (UNCTAD, 2014, pg.4).

Considera ainda que Cabo Verde, ao reunir a potencialidade de sua diversidade cultural à vontade política manifesta pelo Governo, reuniria as condições necessárias para guiar-se por um projeto e modelo de desenvolvimento sustentável que tivesse como ativo estratégico a oferta de bens e serviços no setor da cultura, indicando a CPLP, como plataforma e campo de atuação privilegiados para a

construção, articulação e promoção deste mesmo modelo, no qual o país teria a possibilidade de ser o porta-voz de um modelo económico para a cultura "pós-industrial que possa enfrentar a hegemonia dos grandes conglomerados do mundo" (UNCTAD, 2014, p.10). Em secção intitulada Cabo Verde: um case para a implantação de políticas públicas e um laboratório privilegiado para uma posterior ampliação da Economia Criativa em África o relatório sublinha a dimensão internacional inexorável à produção cultural do arquipélago, indicando a opção tática pela articulação com a CPLP, em alinhamento com o PLEI Cultura e resumindo os desafios a serem enfrentados para a potencialização da economia como a fragilidade ou ausência de infraestruturas, políticas públicas incipientes e pouco transversais, inexistência ou inadequação do quadro legislativo e regulatório, a baixa capacidade de financiamento e investimento, a elevada informalidade no setor e a oferta reduzida de formação especializada (UNCTAD, 2014, p.30).

Nesta continuação, a música, grande vitrine e linguagem de predileção da expressão identitária do país e na qual o papel da língua é primordial, toma a dianteira nos esforços de estruturações de programas e políticas de curto, médio e longo prazo. O músico Mário Lúcio de Sousa, tendo desempenhado entre 2011 e 2016 funções de Ministro da Cultura, destacava no relatório o sucesso do projeto AME- Atlantic Music Expo Cabo Verde, calcado em parcerias internacionais e criado com a finalidade de promover a música caboverdiana em sua dimensão internacional, potencializando toda a sua cadeia produtiva.

Em 2015, Leitão juntamente a outros especialistas elaborariam o Plano Cabo Verde Criativo, financiado pelo governo, que apresentava uma proposta para o desenvolvimento do setor o país, em diálogo com as diretrizes apontadas pelo PLEI Cultura, e com vistas à sua efetivação. A língua cabo-verdiana não é mencionada então, reservando-se o EDI 5. Cooperação Internacional, Exportação e Marca-País às potencialidades da língua portuguesa e seu posicionamento estratégico global. A estratégia de "articulação junto aos governos brasileiro e português de parcerias, através de acordos de cooperação e demais mecanismos jurídicos, que garantam a integração de mercados e a alavancagem do potencial exportador cabo-verdiano junto à Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP" (Plano Cabo Verde Criativo, 2015, p.29), se efetivaria através do objetivo de fortalecer a língua portuguesa como idioma que possibilita a inserção de produtos cabo-verdianos no mercado da CPLP.

No ano seguinte, um outro relatório, Futuros criativos - Economia criativa como estratégia de desenvolvimento em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, (2016) foi realizado com o financiamento da Fundação Portugal-África e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. O projeto, fruto da cooperação portuguesa e inserido no âmbito do PROCULTURA PALOP-TL, dá conta de realizar uma nova onda de mapeamento do setor cultural e criativo dos países que tem a língua

portuguesa como uma língua oficial. Para a recolha de dados e sua análise, o relatório utiliza-se da classificação da UNCTAD para as Indústrias Criativas, dividida em suas 4 grandes áreas - Património, Artes, Media e Criações Funcionais - e aponta de maneira pertinente que o desenvolvimento de um arcabouço legal e a progressiva institucionalidade conferida ao setor, juntamente ao alinhamento cada vez mais assertivo a instrumentos normativos internacionais, não seriam suficientes para garantir sua aplicabilidade e a consumação de princípios e objetivos estabelecidos.

> A nível do quadro jurídico para o sector cultural e criativo, Cabo Verde tem aderido às diversas convenções internacionais e possui legislação e vários instrumentos normativos, sendo os mais importantes a Lei de Bases do Património Cultural (Lei no102/III/90), a Lei dos Direitos de Autor (Lei no101/ III/90) e a Lei de Mecenato (Lei no45/VI/2004), que, entre outras áreas, visa o fomento, a protecção, o conhecimento e o desenvolvimento do sector cultural, com benefícios fiscais para os mecenas pessoas colectivas e mecenas pessoas singulares que incentivarem a formação artística e cultural, a produção e divulgação cultural e artística no território e no estrangeiro, entre outros. O enriquecimento do quadro normativo do sector tem vindo a reconhecer o papel da iniciativa privada e das associações na preservação do património. A prática evidencia, no entanto, que os instrumentos legais dificilmente são aplicados, quer por actuação deficitária dos organismos governamentais, quer, sobretudo, porque grande parte dos artistas e profissionais da área desconhecem os instrumentos legais ou a forma de os aplicar.
>
> (Futuros Criativos, 2016, p.42)

Na análise de ambos os relatórios – sendo os documentos mais completos no que tange à análise da estruturação e evolução do setor cultural e economia criativa cabo-verdiana, em suas diferentes dimensões socioeconômicas – fica patente entretanto a não-menção à língua cabo-verdiana e sua intrínseca, íntima e profícua relação com a produção cultural e artística no país. Parece sintomático que na análise de programas e políticas, já seja no apontamento de fragilidades institucionais e desafios ou na estruturação de recomendações e direções, não seja sequer considerada a problemática que a persistente debilidade institucional e jurídica da língua materna da maior parte da população, pilar principal da produção cultural do país, poderia apresentar à estruturação institucional do setor e sua articulação com a sociedade civil.

Em ambos os relatórios, a língua que é sim mencionada reiteradas vezes, para apontar-se sobretudo a importância estratégica da CPLP, é a língua portuguesa. Como buscamos demonstrar

contudo, o paradigma linguístico do país tem vindo a ser cada vez mais tratado como fator de cultura chave no âmbito nacional, central à elaboração, articulação e permeabilidade de políticas públicas culturais, e por isso tem vindo a ter grande parte de sua agenda tocada igualmente no âmbito do Ministério da Cultura e Indústrias Criativas, sobretudo a partir de 2016, com Abraão Vicente à frente da pasta. Fundamental às práticas culturais do país, surge atualmente como um fator determinante daquilo que pode definir a eleição entre um modelo de democratização ou democracia cultural.

A Presidência Pro-Tempore do país frente à CPLP, durante o biênio 2018-2020, como mencionado anteriormente aqui, permitiu à Cabo Verde avançar com propostas e testar na seara internacional mais próxima de si algumas fórmulas políticas que com vista à integração da cultura efetivamente como um pilar de desenvolvimento passível de trazer louros políticos e económicos ao país.

No exercício de suas atribuições, Cabo Verde sediou a Capital da Cultura da CPLP, tendo sido a cidade da Praia e a Cidade Velha a receberem uma série de atividades culturais e solenidades oficiais. É desse mesmo período a Declaração sobre Cultura e Indústrias Criativas como sector estratégico na CPLP (2018), que entre outros instava os Estados-Membros à criação de condições para o levantamento de informações sobre atividades culturais "intracomunitárias e extracomunitárias, no âmbito da mobilidade de artistas e agentes culturais dos Estados-Membros e a sua ampla divulgação, para a promoção da diversidade cultural e da Língua Portuguesa e o reforço dos laços históricos"; assim como encorajava a partilha de informação sobre as políticas nacionais culturais e a promoção do "apoio mútuo às candidaturas de bens culturais dos países da CPLP aos diferentes reconhecimentos previstos nas Convenções e Programas da Unesco" (CPLP, 2018, p.2).

Este último ponto, revelou-se efetivo no caso da candidatura de Cabo Verde à atribuição do status de Património Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco à Morna, que veio a se concretizar e ser ratificada pela organização no ano de 2019, confirmando o sucesso do país em utilizar-se estrategicamente da plataforma da CPLP para a articulação e confirmação de seus interesses junto às organizações internacionais do sistema ONU. Durante sua Presidência pro-tempore, o país também assumiu e abraçou o compromisso de trabalhar uma proposta de mobilidade e livre circulação no espaço da comunidade, tendo visto aprovado em Conselho de Ministros o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados- Membros da CPLP, em 2021, em Luanda, que reconhece e salvaguarda os compromissos internacionais em matéria de mobilidade que os Estados-Membros da CPLP assumiram no quadro da respetiva integração regional, sem condicionar os compromissos internacionais de que os Estados-Membros da CPLP sejam já façam parte (Cabo Verde, 2021, p. 1).

Embora na seara da CPLP a questão da valorização e promoção da língua cabo-verdiana siga

implícita e de certa forma anónima sob o guarda-chuva do conceito de "diversidade cultural", a confirmação da singularidade do património cultural de Cabo Verde no cenário internacional fortalece as possibilidades que detém o país de aprofundar o processo de "preparar a oficialização do Crioulo com a socialização e a consensualização política" em âmbito interno, como expresso pelo PLEI Cultura, ainda em 2015.

Em 2022, no Mindelo, a 7ª edição da URDI – Feira de Artesanato e Design de Cabo Verde abriu as portas ao grande público no Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design (CNAD), sob a temática da "Tradição Oral – Cultura Imaterial", exaltando a preservação da oralidade como um dos bens culturais mais importantes da cabo-verdianidade, e confirmando a seara das políticas culturais como a principal, mais persuasiva e a mais dotada de possibilidades para a valorização da língua cabo-verdiana.

O CNAD – sob a superintendência do Ministério da Cultura e das Indústrias criativas – é um instituto público de regime especial, dotado de personalidade jurídica de direito público e inerente autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e é o projeto de reabilitação e modernização mais recente encabeçado pelo Ministério. Em sua forma original, foi a primeira instituição cultural a ser criada no país após a independência, tendo diversas funcionalidades antes de tornar-se o CNA (Centro Nacional do Artesanato), em 1977, lugar de experimentação, formação, investigação e promoção do artesanato cabo-verdiano, com foco na panaria.[13]. Reabilitado entre 2019 e 2022 em um projeto que incluiu a construção de um novo edifício contíguo ao já existente, aliando a arquitetura colonial à contemporânea, o novo CNAD, passou a incluir o design e a servir como "um novo farol para a cultura e as indústrias criativas em Mindelo"[14], nas palavras do Ministro Abraão Vicente. Em discurso na cerimônia oficial de inauguração do novo centro, a arquiteta Eloisa Ramos, do escritório Ramos Castellano Arquitetos, responsável pelo projeto de reabilitação, asseverava a maneira como a forma física do prédio em questão continha e era contida por toda as componentes culturais imateriais que compõe a identidade mestiça cabo-verdiana, e de como o prédio nascia de uma necessidade ainda forte de descolonização em África, buscando, segundo suas palavras, "através da transformação da matéria, cancelar a perceção de primeiros, segundos ou terceiros mundos, percepção que já vem sendo ultrapassada pelas novas gerações, mas que é sobretudo ultrapassada pela realidade".[15]

Com a dedicação da 7ª edição da URDI à celebração das tradições orais, ao proporcionar o

---

[13] (https://cnad.cv/sobre/, em 15 de maio de 2023)

[14] (https://www.governo.cv/ha-7-anos-prometiamos-de-forma-utopica-a-construcao-e-reabilitacao-de-uma-nova-centralidade-um-novo-farol-para-a-cultura-e-as-industrias-criativas-em-mindelo-a-verdade-e-que-conseguimos/, acesso 15 de maio 2023)

[15] (https://www.youtube.com/watch?v=kEhDMXU55ro&t=2498s, em 15 de maio de 2023)

encontro entre estas e o fazer manual nesta instituição que representa um renovado momento da cultura no país, o Ministério da Cultura e Indústrias Criativas aponta para a compreensão de que as práticas linguísticas e culturais compõe um só corpo, e portanto considerar as políticas culturais e a estruturação das indústrias criativas sem considerar a dimensão linguística, sobretudo em um país com as características de Cabo Verde, significa passar ao largo de fazer um diagnóstico verdadeiro e aprofundado sobre a realidade socioeconômica e político-cultural do país, para só então poder propor soluções e estratégias viáveis, permeáveis e eficazes.

4.4. Recordai

Outra instituição sob a tutela do Ministério da Cultura e das Indústrias Criativas de Cabo Verde que tem exemplificado a maneira como as práticas linguísticas do país estão intimamente ligadas à suas práticas culturais e à necessidade de pensá-las a partir das políticas de cultura para efetivar processos de decolonização, é o Centro Cultural do Mindelo (CCM). Esta instituição, situada às portas do porto do Mindelo, oferece uma programação ampla e diversificada, servindo há anos como instrumento de mediação cultural e formação de público e trabalhando de maneira interdisciplinar através de diferentes linguagens artísticas. Instalado em um edifício declarado como patrimônio cultural, tendo servido como a velha Alfândega nos tempos coloniais, o CCM insere-se em um esforço para projetar e conectar a Ilha de São Vicente e as demais ilhas do arquipélago com o circuito das artes em nível internacional. Sempre repleto de turistas e também da população local, o CCM, articulando-se com uma rede de parceiros em expansão, busca aliar seus esforços de projeção a uma ação cultural local muito precisa, naquilo que a direção artística entende como uma "contaminação positiva", com o objetivo de potencializar os diálogos transnacionais para fomentar a mediação educativa e buscando atuar como uma real plataforma de intercâmbio de conhecimento (Circulador, 2020).

António Tavares, bailarino, coreógrafo e diretor artístico do CCM desde 2016, é o principal responsável pela virada decolonial realizada na ocupação e uso dos espaços e em sua programação. O edifício em frente à Baía do Porto Grande atua como um espaço aglutinador da cena artística, cultural e educativa, e serve de casa para toda uma série de eventos em parceria com uma ampla rede de instituições em diversas iniciativas, entre elas um dos mais importantes festivais de teatro de África, o Mindelact. Profissional da dança com ampla experiência internacional, Tavares conhece de perto e reconhece na projeção e articulação internacional uma peça fundamental para a reparação da identidade cabo-verdiana e vê na língua elemento incontornável para pensar a programação cultural do aparelho cultural de caráter público que têm a incumbência de dirigir. Acredita que o projeto da CPLP

só pode funcionar quando deixar-se de lado a constante castração das potencialidades culturais das diversas partes que a compõe, hoje sufocadas por políticas pensadas exclusivamente para a promoção da língua portuguesa em todas as instâncias de interação entre esses países.

> Quando falamos de língua, estamos a falar de um corpo. Este corpo, o cabo-verdiano, atualmente não tem grande consciência de si, tal qual um elefante que está preso, sacode e percebe que não consegue sair. O que faz então? Ele deixa de fazer força, por que sabe que não vai poder sair dali. E o que faz o domador? Pode então tirá-lo dali, que ele nunca mais faz força. Foi isso que aconteceu conosco. Fomos sempre privados. Nós fomos proibidos de entrar aqui. Fomos proibidos de ir ao centro, de estar no centro.
>
> O trabalho que estou a fazer no CCM começa justamente pela ideia de decolonização. E então voltar a fazer força – o que poderá parecer violento – por que já não há subserviência. Nisso a língua é a grande entidade, que é a proteção materna, que é onde eu me expresso melhor, a identidade da minha expressão. Cabo Verde não é apenas umas pedras sobre as quais ficaram algumas pessoas, é uma entidade móvel. São quase seiscentos anos de uma resistência criativa. Impossível usar para isso o português. Nós utilizamos o português como uma ferramenta, como eu posso usar um computador. E quanto mais tiver, melhor. Mas a língua materna é outra entidade, onde posso trabalhar todas as hipóteses possíveis. E não reconhecendo esta entidade, perde-se tempo no levantamento deste corpo, por que assim o corpo ainda tem dúvida, se está amarrado, se tem força ou não tem força, se o crioulo é ou não é. Enquanto não a reconhecermos não vamos apostar nela. Não consegues levantar um corpo, em contraponto àquilo que foi a colonização, sem primeiro agarrar a língua. A língua vai ser fundamental.
>
> (António Tavares, Entrevista Pessoal, Fevereiro de 2023)

Tavares, para além de seu trabalho junto ao CCM, é responsável por um outro espaço cultural importante na cena mindelense. Localizado no centro histórico, o Bombu Mininu é um pequeno espaço de referência na cidade, no qual o clima de informalidade impera, e encontros fazem-se possíveis. Idealizado e tocado juntamente a Miriam Simas, o espaço é a tradução mais efetiva e mais livre do pensamento e filosofia presente nas palavras de Tavares, e é chamado pelos dois de “útero criativo”. Com o slogan mesmo frente à porta, em letreiro pintado à mão, lê-se citação de Angela Davis: “Estou mudando coisas que eu não posso mais aceitar”. Em meio a uma intensa programação de saraus, lançamentos de livros, conversas, debates e performances, o caráter independente do Bombu Mininu dá contornos bastante nítidos a um ideal possível de trabalhar pela decolonização das mentes e corpos através da arte e cultura.

No caso do CCM, estrutura sob tutela do Estado e agente operacional das linhas e políticas

culturais de governo, em meio à institucionalidade, a liberdade tende a ser menor. O edifício já funciona como "casa de cultura" desde os tempos do pós-independência, e certos entendimentos e simbologias, sobre o próprio significado de cultura apontam para a maneira como o patrimônio, sobretudo o edificado, é igualmente receptáculo da projeção identitária de um povo. Também ali, as línguas têm seu devido lugar e atendem à determinadas funções. Nas diferentes exposições que ocupam as distintas salas do espaço, os textos de parede e legendas são todas escritos em português.

Um outro exemplo é uma exposição que ligou a tradição do Recordai (tradição local na qual cortejos saem às ruas tocando um instrumento feito de madeira e tampinhas de aço de garrafas contra as mãos para manifestar votos de bom ano e recolher oferendas aos vizinhos) às práticas e conceitos mais modernos do design, evidenciando determinados papéis que as línguas são esperadas exercer. A exposição originou-se de um projeto no qual reuniram-se jovens do ensino secundário para uma oficina de criação dos instrumentos do recordai, quando tiveram momento de refletir sobre a prática e experiência que realizaram, com textos manuscritos, que foram então expostos junto aos objetos confeccionados e ao texto curatorial na parede. Ao observarmos os lugares que ocupam as línguas portuguesa e cabo-verdiana neste exercício, percebemos que a língua cabo-verdiana, de um lado, serve como a base fundamental da tradição cultural e patrimônio ali expresso, língua das letras das canções entoadas pelas ruas da cidade. De outro, é a língua portuguesa a língua na qual os alunos são esperados escrever em forma de texto suas reflexões sobre a relação entre o design e a prática da tradição do recordai, relatando sua experiência de ideação, desenho e confecção nesta língua.

Temos assim que a língua cabo-verdiana é aquela que traduz a identidade e expressa o patrimônio cultural imaterial em questão. Ficamos aqui na esfera do belo, do poético, do tradicional, do quase folclórico. A noção mais contemporânea do design entretanto, de base industrial ou artesanal, que traduz uma ideia de inovação e traz potencialmente uma série de possibilidades económicas e pode, quando aplicada à confecção tradicional do instrumento, torna-lo mais importante e passível de reinterpretação e atualização no âmbito das indústrias da cultura, de modo a conferir novo valor de mercado. Aqui entramos na zona do status, de uma economia criativa, que vai além do conhecimento tradicional, conferindo atributos intelectuais e económicos de maior prestígio, integrando-se mais nitidamente nas linhas de uso e transformação da matéria em mundo globalizado e conectado. É sintomático que a língua que serve à reflexão sobre a atualização de uma prática tradicional e que serve a propósitos económicos e também intelectuais de maior prestígio seja o português, mesmo quando parte-se de um objeto crioulo, fundamentalmente calcado no uso da língua crioula. Por que então não seguir a reflexão na própria língua que dá origem à tradição em questão? Por que o giro do tradicional ao globalizado deve passar pela língua colonial como se a primeira fosse desprovida dos

instrumentos para tal? No território formado pela institucionalidade do museu a língua cabo-verdiana ainda parece lutar por maior espaço.

O exemplo nos ajuda a identificar alguns pontos. Não obstante, embora sejam muitas vezes justamente os museus os atores mais aptos a proporem mudanças paradigmáticas ao grande público pela simples ruptura, proposta e exposição de determinados conceitos (sempre que houver consciência e vontade política), este potencial é condicionado pela existência das possibilidades financeiras para tal. Como aponta ainda Tavares, o desejo de inserir o crioulo cabo-verdiano e afirma-lo com mais vigor em meio à programação proposta passaria por uma necessidade de ter assegurados fundos para garantir traduções ao português e eventualmente ao inglês, por exemplo.

A primeira coisa a fazer para a CPLP um dia poder funcionar é fazer aquilo que Portugal nega redondamente, e consequentemente faz com que as outras partes não tenham ferramentas para articular outra via, que é insistir nessa ideia e via da lusofonia. Acredito que isso não existe, e não têm função. Há 20 anos fizemos um espetáculo, AfroLisboa, em que questionávamos justamente isso. Este olhar parado no tempo, retrógrado... E que ainda consegue imprimir esta ideia do lusotropicalismo desde dentro desta organização. Esta arma de arremesso da política da lusofonia, de bacalhau e batata, que nos enviam constantemente. O objetivo é continuar este banho-maria, tapar os ouvidos e os olhos destes gajos. Criam estes tipos de fronteiras, que vão criativamente impedindo a consciência deste espaço.

Na realidade, a segunda língua mais falada em Portugal, qual é? O cabo-verdiano. Se é uma língua usada ativamente pelos "portugueses novos", isso não é uma língua de brincadeira. Aquele Tan kalakatan.... Uma expressão muito específica da ilha do Maio, que significa aquilo que é o vazio, sem nada. Esta expressão, agora divulgada internacionalmente pela música de Mayra Andrade, e que todo mundo de diversas partes começa a cantar, em crioulo, só nos mostra a mentira que é dizer que é o português que vai nos levar para outras partes do mundo. Tamos a inventar uma coisa que é só nossa, e que por isso é arma.

No carnaval, as músicas são todas feitas em crioulo. Não consegues dizer de outra forma. Tem de ser mesmo em cabo-verdiano. É uma entidade que já vai pra outra poética. Mas na premiação, em cima do palanque, os mulatos e brancos. Os negros no samba. Isso é tão sútil...Por que os mais claros falam português e os mais escuros falam crioulo?Aqui no CCM, se nós tivéssemos dinheiro para fazer traduções, tal qual nós temos para outras coisas, nós poderíamos realmente fazer um trabalho muito mais rápido no sentido de afirmar a língua cabo-verdiana. Teríamos realmente os textos de parede e da programação em português, em crioulo, em inglês e francês. É possível fazer isso? Sim. Desde que o país aposte realmente nesta capacitação.

(António Tavares, Entrevista Pessoal, Fevereiro de 2023)

O Tan kalakatan cantado por Mayra Andrade de fato é um indicador simples que nos mostra como a língua cabo-verdiana tem plena capacidade de articular-se internacionalmente através de produção cultural de alta qualidade. A música ganhou ouvintes internacionais sobretudo após a participação da cantora no canal do YouTube chamado COLORS + STUDIOS, responsável por uma fina curadoria da música emergente no mundo inteiro. O vídeo[16] já conta com 5,9 milhões de vizualizações e o refrão é cantado por gente de todas as línguas – uma simples vista aos comentários do vídeo o atestam. Embora a cantora seja alguém com um percurso pessoal e profissional altamente internacionalizado desde sua infância, sua música deixa evidente que a língua cabo-verdiana pode servir para criar pontes com diferentes partes do mundo. Neste sentido a proximidade cultural do país com o mundo caribenho corrobora para mais um argumento no sentido de elevar o idioma ao status de importante agente da ação internacional cabo-verdiana, mas para isso serão necessários mecanismos e oportunidades para os agentes culturais que dão pujança ao setor no país verem-se refletidos no espelho da nação.

Da mesma maneira que Tavares aponta a necessidade de criarem-se as condições institucionais que permitam a existência das condições financeiras para que o compasso entre práticas culturais e linguísticas não mais estejam constantemente a denunciar um enorme abismo de desigualdade social, o poeta e ativista N'gosi Nelly aponta a maneira como os mecanismos de fomento à produção literária, sempre centrados na língua portuguesa, trabalham pela manutenção do status privilegiado de uma língua sobre a outra. Projetos de cooperação internacional cujo principal objetivo manifesto seria justamente a estruturação, fomento e criação de oportunidades para o setor e os profissionais da cultura, como é o caso do PROCULTURA-PALOP/Timor Leste, ao não reconhecerem a necessidade de afastar-se da componente identitária colonial da língua partilhada, acabam também por contribuir para o alargamento da clivagem sócio-cultural histórica que persiste. Nelly também reconhece em países de base crioula, como as ilhas Seychelles, um modelo com o qual intercambiar e aprender, e nas trocas com outros países dos PALOP, vias para pensar caminhos para a valorização e promoção da língua através da cultura.

[16] https://www.youtube.com/watch?v=nTrtasaAO1A, acesso 02/07/25

> Para nós, no setor cultural falta a conscientização de que precisamos criar incentivos para todos. No campo da literatura, em quase todos os prêmios literários, existe sempre uma pequena cláusula nas inscrições a atestar a necessidade de serem obras escritas em língua portuguesa. Na maioria dos prêmios que existem atualmente e fomentam o setor temos isto explicitamente claro. Ora, isto é um fator claro de exclusão e desincentivo ao uso da língua na produção cultural. É uma mensagem entre-linhas que esta-se a passar a escritores e poetas, de que para serem conceituados, respeitados e reconhecidos, devem escrever em língua portuguesa. Se optares por ser bilíngue, como eu, ou escrever apenas na língua cabo-verdiana, será posto de parte, ou será "menos escritor". Foi criado este mito de que quem escreve em português tem mais conhecimento, é mais culto, letrado, do que o outro que escreve em língua cabo-verdiana. Ou seja, de um lado temos um escritor "de primeira", que é o clássico, o grande ilustre, e do outro lado, aquele que escreve em língua cabo-verdiana só pode ser por que não sabe escrever bem em língua portuguesa. No âmbito de projetos internacionais como o PROCULTURA-PALOP/ Timor Leste, eu que assumo-me como um escritor bilíngue, não tenho minhas obras literárias aceites. Vejo que minhas obras não são bem aceites mesmo cá em Cabo Verde, imagine. Uma situação um bocado caricata.
>
> (N'gosi Nelly, Entrevista pessoal, 12/04/2023)

Como aponta Arenas (2019), a maior parte da produção literária dos PALOP é escrita em português pelas elites, muitas das quais são descendentes de portugueses ou de ascendência mista africana e portuguesa. Aquilo que se denomina por literaturas africanas em língua portuguesa e que hoje já delimita campos de estudo consolidados em Portugal e sobretudo no Brasil, trata-se em sua maioria da literatura produzida pelas elites mestiças e brancas desses países. O cenário entretanto tem vindo a mudar gradativamente e o fato de Paulina Chiziane, primeira autora moçambicana a ter um romance publicado, negra, ter sido galardoada com o Prêmio Camões em 2021 aponta a direção dos novos ventos.

Em Cabo Verde, apesar da língua portuguesa continuar sendo a língua de predileção no campo da chamada "alta cultura", no domínio da cultura popular, e sobretudo na indústria da música, é a língua cabo-verdiana que segue gozando de primazia. O relato de Nelly aponta no entanto que de igual maneira o campo da literatura, sobretudo pelas mãos e articulação dos criadores – não sem alguma resistência – está tornando-se cada vez mais aberto e permeável à escrita em crioulo cabo-verdiano. Não obstante, se a cooperação entre a sociedade civil para a reabilitação e promoção de línguas autóctones começa a tomar forma e força de maneira espontânea, ainda não existem canais, políticas

ou programas pensados, estruturados e disponibilizados para tal, tanto a nível nacional como no âmbito da CPLP.

O PROCULTURA-PALOP/Timor Leste, mencionado pelo poeta e ativista, conta não obstante com uma significativa participação de agentes culturais cabo-verdianos. Dentre os projetos selecionados ao edital de chamamento aberto à propostas entre fevereiro de 2020 e setembro de 2023 no âmbito do projeto DIVERSIDADE, Cabo Verde responde por mais de um terço dos projetos contemplados, sendo 31 de um total de 81 nos resultados publicados em 2022 (embora 7 deles apareçam com indicação de terem sido cancelados antes da atribuição de subvenção).[17] Assim, um total de €96.006,00 foram atribuídos com o objetivo de promover atividades que gerem recursos e renda para agentes e instituições do setor cultural Cabo Verdiano. Entre eles o próprio CNAD, para o financiamento de um projeto intitulado Renda Brava. Como vimos, o programa, embora tenha sucesso em avançar com a formação técnica de muitos agentes culturais e facilitar sua conexão internacional, sobretudo com o mercado português, parece falhar em compreender a importância e impacto de suas ações para a saúde e vitalidade das línguas nacionais na cultura contemporânea em formação e evolução nestes países.

Como diz Arenas (2019), um dos principais produtos culturais de Cabo Verde é de fato o seu idioma, e o país parece estar em vias de criar as condições necessárias, desde a sociedade civil e também a partir das instituições governamentais, para progressivamente, e cada vez mais assertivamente, confirmar o seu lugar como grande ativo cultural e econômico em seus planos de desenvolvimento. Neste hiato, como pudemos ver, na ampla documentação proveniente dos diversos órgãos que compõe a organização e a cooperação em cultura entre seus EM, a língua cabo-verdiana ainda não teve a honra de ser mencionada, nem aqueles que a falam e a fazem elemento central de sua expressão artística e intelectual puderam ser alvo de alguma política especifica em programas destinados ao conjunto destes países, a despeito de ser já patente sua primordial importância para a estruturação e o desenvolvimento do setor criativo de Cabo Verde e da produção cultural em cabo-verdiano gozar de amplo reconhecimento nos outros países membros. De igual maneira, podemos considerar que embora Cabo Verde esteja colocando a agenda das indústrias culturais e criativas como uma das principais bandeiras de seus últimos governos e tenha decidido deixar esta marca durante seu último exercício na Presidência ProTempore da organização, o país tem optado, por questões estratégicas não trazer de maneira mais assertiva a pauta e agenda da progressiva valorização da língua cabo-verdiana para dentro da CPLP. Por enquanto.

[17] https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao2/PO_III-5-5-04-52_Modelo_publicitacao_de_resultados_20221031.pdf

5. Muxima: a cultura digital para o resgate, promoção e renovação do patrimônio cultural angolano

Birin birin, ngongo yamyé
Wa tambula a wanga wibula ze

Ai, ai, meu mundo
Pergunte a quem recebeu o feitiço

Liceu Vieira Dias, 1981

No dia 28 de outubro de 2023, o Rei Tchongolola Tchongonga-Ekuikui VI, 39 anos, líder espiritual e cultural do povo Ovimbundo, Rei do Reino Bailundo, ao Sul de Angola, pisou as terras do Quilombo do Cafundó, localizado em Salto do Pirapora, no interior do Estado de São Paulo, Brasil, a aproximadamente 140 km da maior metrópole do país, para cumprir a profecia ancestral de que uma majestade angolana um dia cruzaria o oceano para reunir-se com a diáspora forçada africana em terras americanas.[18] Na semana seguinte, no dia 07 de novembro, o Rei era recebido na cidade do Rio de Janeiro, no Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira (Muhcab), para um bate-papo intitulado Futuro ancestral – História, reparação e avanço, parte da ampla programação em comemoração ao mês da Consciência Negra no Brasil. O Rei também fez uma simbólica caminhada até o sítio arqueológico do Cais do Valongo, o maior porto receptor de pessoas escravizadas do mundo, classificado como Patrimônio Histórico da Humanidade pela Unesco[19], e participou de um encontro com lideranças do Quilombo do Camorim, o mais antigo do Rio de Janeiro.

Embora não tenha sido recebido oficialmente por autoridades do Governo Federal brasileiro, o monarca visitou os estados da Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, sendo recebido por prefeitos, reitores de universidades e o público em geral, junto ao qual promoveu uma verdadeira diplomacia cultural, versando sobre temáticas importantes da relação bilateral Brasil-Angola. No Rio de Janeiro, abriu o seu discurso no Muhcab em língua umbundu, e apontou os caminhos que orientam seu reinado e seu país, após os muitos anos de colonização e guerra, lembrando que antes da chegada europeia seu reino era organizado, com uma estrutura política e poder tradicional que o colonizador não respeitou: "Isso fez com que muitos reis africanos fracassassem, levando o colonizador a entrar

[18] https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/10/rei-angolano-visita-quilombo-cafundo-sp-e-cumpre-profecias.shtml , acesso em 06/11/23

[19] http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605//, acesso em 06/11/23

em todo o continente. Nosso foco agora é reencontrar e reestabelecer nossa identidade cultural. A globalização destrói tudo aquilo que é nosso. Identidade cultural, língua, monumentos."[20]

Em São Paulo, no Cafundó, foi recebido com grande emoção pelos líderes quilombolas, com a presença do prefeito da cidade, que reconheceu o momento histórico para o município de menos de 50 mil habitantes. O Quilombo Cafundó, tombado como patrimônio afro-brasileiro pelo Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem sua data de criação reconhecida como 1888 e ficou conhecido do grande público brasileiro nos anos 1990 pela mediatização da descoberta dos remanescentes do uso da língua cupópia na comunidade, –considerada um anticrioulo do dialeto português caipira, com a presença importante de léxicos das línguas kimbundu e kikongo, de Angola. Desde então, a comunidade desenvolveu-se como um pólo turístico-cultural estabelecido no Estado de São Paulo e é considerada um pedaço de Angola no Brasil, tendo participado da exposição e programação da 35º Bienal de São Paulo[21], patente entre setembro e dezembro de 2023 no Pavilhão Ciccillo Matarazzo, no Parque Ibirapuera.

Alguns dias antes da visita de Ekuikui VI ao Cafundó, Regina Aparecida Pereira e Cíntia Aparecida Delgado, respectivamente a líder e a representante cultural do quilombo, juntavam-se no âmbito da programação pública da Bienal à educadora e curadora Guarani Nhandeva, Sandra Benites, para uma conversa sobre os sentidos do ser criança em comunidades indígenas e quilombolas, as práticas pedagógicas tradicionais e o reconhecimento dessas comunidades como territórios educadores – em mais um claro indício da maneira como os ponteiros passam a apontar o Sul, na emergência de diálogos para a construção de pontes e colaboração direta entre línguas e culturas africanas e indígenas brasileiras, utilizando-se da língua portuguesa como uma língua de mediação. Participando como coletivo na exposição principal, o Quilombo Cafundó apresentou um conjunto de arquivos, fotos e documentos que atestam da história da comunidade, no qual figuravam anotações e documentos sobre a língua africana falada pela comunidade, maior patrimônio e veículo da produção e conservação da memória ancestral de seus habitantes.

Linda M. Heywood (2017), ao escrever a biografia da Rainha Nzinga Mbandi, lendária rainha angolana dos reinos do Ndongo e Matamba, nos lembra que muito pesem os longos anos de colonização e a persistência do racismo estrutural, o imaginário das realezas angolanas segue vivo na memória das diásporas, principalmente no Brasil, onde junto ao Rei Congo, a Rainha Nzinga segue sendo uma figura central, sendo inúmeras as referências a eventos históricos que marcaram a África Central nas práticas religiosas, nas danças e músicas da cultura dita popular. A visita de Ekuikui VI é a

[20] https://prefeitura.rio/cultura/rei-de-angola-no-rio-chegou-o-momento-de-cumprir-a-vontade-dos-nossos-ancestrais/, acesso em 06/11/23.

[21] https://35.bienal.org.br/participante/quilombo-cafundo/, acesso em 22/01/24

mais clara materialização contemporânea dos profundos laços que persistiram e que unem Angola ao Brasil, para os quais as línguas africanas foram e seguem sendo fundamentais no século XXI, com especial atenção ao Kimbundu, língua de Nzinga, o Kikongo, língua dos Mwene Kongo, e o Umbundu, a língua do Rei do Bailundo.

Neste capítulo, com o objetivo de demonstrar como é pertinente e necessária a inclusão das línguas autóctones da CPLP na cooperação internacional entre seus EM, sobretudo no setor da cultura, iremos considerar o estudo de caso de Angola, debruçando-nos sobre a maneira como as práticas linguísticas e culturais entremeiam-se na formação da paisagem sócio-política do país. Através de uma análise transversal qualitativa da evolução normativa do setor cultural nacional buscaremos identificar os pilares estruturantes sobre os quais repousam os postulados das línguas e culturas angolanas na pós-colonialidade, de modo a apontar a maneira como o reconhecimento, a valorização e a inclusão das línguas africanas de Angola, primeiramente como sujeitos de políticas culturais direcionadas e específicas em âmbito nacional, e paralelamente como privilegiadas ferramentas para uma ação cultural internacional que expanda as possibilidades de diálogo e cooperação, podem beneficiar a estruturação e desenvolvimento de um setor cultural inovador, que reflita e consuma a enorme diversidade e potência criativa do país.

Em um primeiro momento dedicaremos breve apresentação sobre a formação do cenário contemporâneo de diversidade linguística em Angola. Ao apontar o peso da colonização linguística e da persistente colonialidade do poder na manutenção da exclusão e na perpetuação do sistemático epistemicídio cultural africano, através da substituição de suas línguas e culturas, consideraremos em um segundo momento a presença da componente linguística no estabelecimento de políticas culturais contemporâneas. Através da análise qualitativa dos principais documentos normativos estratégicos e dos instrumentos para a governança nacional da cultura, faremos também recurso ao conhecimento popular e especializado produzido pela sociedade civil angolana, já seja na produção artística ou na produção de conhecimento técnico, oferecendo assim contraponto e complemento ao cânone político. A partir da análise da presença da componente linguística no desenvolvimento do quadro legal-institucional da cultura nacional, passaremos então a considerar a posição de Angola nos debates internacionais sobre a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais e a maneira como a dimensão internacional da cultura e das relações culturais internacionais encontra-se refletida nas atuais políticas e planos estratégicos do país.

Ao dar ênfase para seu papel no âmbito da CPLP e sua participação em programas de cooperação para o desenvolvimento através das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), sendo eles o PRO CULTURA PALOP-TL e o EU-UNCTAD joint programme for Angola Train for Trade II (Formar para o

Comércio II), ambos com financiamento da UE, um relatório produzido pela ACEP (Associação para a Cooperação Entre os Povos) em parceria com o Instituto Camões sobre o setor criativo no país, buscaremos apontar o vácuo ainda existente em relação ao papel das LN no desenvolvimento do setor cultural. Se por um lado será-nos possível identificar que as LN ganham menção e progressivo relevo nas políticas culturais nacionais – na esfera do discurso – constataremos que o interesse de agências internacionais e dos programas de ajuda e cooperação para o desenvolvimento muitas vezes divergem de um modelo inclusivo e holístico das práticas culturais, identificando na diversidade linguística entraves e desafios ao modelo ocidental, parecendo ignorar o modo como as problemáticas linguístico-culturais são estruturantes na sociedade angolana e a maneira como refletem-se na produção cultural.

Ao longo deste capítulo, para além de análise de literatura especializada, confrontaremos e balizaremos a análise técnica de relatórios e documentos oficiais com o conhecimento e saber notório expresso por agentes culturais, pesquisadores e funcionários públicos angolanos com práticas profissionais que confere-lhes amplo e reconhecido conhecimento sobre o setor cultural do país, através de entrevistas semi-dirigidas realizadas de maneira presencial e virtual entre os anos de 2021 e 2023. Profundamente implicados nas relações de intercâmbio cultural e cooperação entre os países da CPLP, com especial foco para a relação Angola-Brasil, as visões dos entrevistados sobre a ação cultural angolana, as políticas culturais e o papel das línguas africanas na produção de cultura e nas relações internacionais nos fornecem um rico panorama e apontam perspectivas para pensar-se a renovação do paradigma colonial nas relações transatlânticas, expandindo suas possibilidades, e sobre como Angola pode beneficiar-se de um maior e mais estratégico reconhecimento de suas línguas africanas como importantes ativos de ação e diplomacia internacional, nomeadamente em sua aproximação e diálogo com o Brasil, mas também São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e suas muitas diásporas. Novamente, este estudo de caso servirá para aferirmos a vocação internacional histórica das línguas autóctones dos EM da CPLP e apresentar argumentos sólidos para desafiar a demasiada importância e primazia dada à língua portuguesa no estabelecimento de políticas internacionais de cultura nesta comunidade.

5.1. Wa tambula a wanga wibula ze (Pergunte a quem recebeu o feitiço)

Em 1964, o grupo musical N'gola Ritmos apresentava-se na televisão portuguesa Rádio e Televisão de Portugal (RTP) pela primeira vez, trazendo ao público português repertório do cancioneiro popular angolano, cantado majoritariamente em língua kimbundu, vestidos com indumentárias tradicionais representativas das culturas nativas angolanas. O apresentador da noite, trajado com vestes de gala ocidental, introduzia o grupo que já há tempos animava noites em palcos nobres da

cidade branca de Luanda, agradando o paladar da metrópole pelo exótico e subsidiando a narrativa salazarista de respeito e convivência pacífica entre os diferentes povos e culturas nos territórios ultramarinos, em um momento em que Portugal sofria intensa pressão de toda a comunidade internacional pela descolonização de suas possessões em África.

Segundo Alexandre (2017) em sua obra Contra o Vento – Portugal, o Império e a Maré Anticolonial (1945-1960), é nesta época que forma-se, na imprensa e nos documentos oficiais de Portugal, aquilo que o autor designa por uma "vulgata lusotropicalista", a qual faltaria o elemento de interpenetração cultural, uma vez que não se reconheciam de fato os valores das culturas africanas, remetidas para o primitivismo e a selvajaria, no ressurgimento de uma narrativa nacional portuguesa que fazia uma imagem "de uma África incapaz de se valorizar por si própria". Lopes e Santos (2006) estimam que já então o ideal de uma comunidade luso-brasileira colhia "inspiração filosófica, sociológica e política na corrente de pensamento luso-tropicalista, em sociólogos ou filósofos como Gilberto Freyre, Agostinho da Silva ou ainda militares como o general Norton de Matos" (Lopes&Santos, 2006, p.9). De comum acordo é a constatação de que naquele momento histórico de transição do pós-guerra, Portugal batia-se entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e a ONU para fazer valer juridicamente a legitimidade de seu controle sobre seus territórios coloniais, apoiando-se não somente em argumentos jurídicos, mas igualmente em uma suposta tradição histórica do país em seu contacto com outros povos e à uma pretensa vocação à construção de uma sociedade multicultural.

Em um período já tenso de uma guerra colonial que duraria anos, o grupo musical N'gola Ritmos, que já há anos andava na mira da Polícia Internacional e de Defesa do Estado portuguesa (PIDE), e cujo célebre fundador e principal compositor, Liceu Vieira Dias, encontrava-se trancafiado no campo de concentração do Tarrafal, cantava em rede nacional na metrópole lusa letras de protesto que denunciavam de maneira velada a situação de exploração sofrida em Angola. Sem ter acesso à tradução daquilo que se cantava, o público português ouviu talvez pela primeira vez as letras de músicas imortalizadas na cultura angolana, que já naquele momento moldavam uma modernização da paisagem musical do país. Canções como Muxima, Monami, Nzaji e outras, que nas vozes de Fontinhas, Belita Palma e Lourdes Van-Dúnem viriam a tornar-se verdadeiros hinos de resistência e afirmação da cultura nacional, eram cantadas sobretudo em Kimbundu, língua histórica da região de Luanda, repletas de provérbios e comentários sugestivos, que encontravam eco e faziam vibrar o tecido social urbano luandense já em ebulição, resgatando e afirmando o uso das línguas africanas para expor a segregação social da urbanidade colonial, da pobreza e da vida nos musseques, da necessidade de organização e educação das classes nativas e operárias contra o colono e da valorização da cultura e saberes nacionais.

Criado no início da década de 1950 e formado por integrantes da elite intelectual crioula assimilada, com bom domínio no uso da língua portuguesa e versados nos estudos superiores, o grupo musical teve um importante papel na formação e articulação do movimento clandestino que daria forma à resistência armada contra a ocupação colonial nos anos seguintes, atuando como elemento central na formação do caldo de cultura que possibilitou a organização e articulação cidadã para a luta de libertação de Angola. Ao abrigar reuniões, assembléias e encontros dos dirigentes e articuladores dos movimentos de libertação incipientes nos anos 1950 sob o disfarce de ensaios e concertos, o N'gola Ritmos é um pioneiro e emblemático exemplo entre os países da CPLP do uso da produção cultural contemporânea para a valorização das culturas nativas como instrumentos de uma renovada identidade moderna, suscitando no âmago popular o orgulho e autoestima através da palavra compartilhada e utilizando-se das línguas africanas com a principal e mais simbólica frente à falácia da superioridade, repressão e subalternização cultural colonial.

Como testemunha Amadeu Amorim, membro do grupo, ao falar sobre a censura que sofriam da PIDE, no documentário O Lendário Tio Liceu (2010), do realizador português Jorge Antônio, o uso de uma língua africana garantia a ampla circulação das mensagens na cidade e na região, deixando embaralhados os da censura:

> Também não se podia cantar direto, por que a polícia também sabia viver, estava habituada e tinha os seus informadores. Por isso mesmo eles faziam tradução. Só que nós mudávamos a questão e acabava por ficar no ar... Será isso mesmo ou não? Por exemplo, se ele dissesse, em Kimbundu: o João Gomes, também lá vive mal, por que a miséria que vive-se cá, lá também vivem, somente quando chegam aqui é que viram senhores, são donos de tudo, até tem casa própria.[22]

Se o grupo conhecia grande sucesso junto à população em geral e apresentava-se com frequência no Bairro Operário, em Luanda, onde fora incialmente formado, era também motivo de grande desconforto para a elite de colonos. Jacques dos Santos dá a conhecer um episódio em que, o grupo, em apresentação no Nacional Cine Teatro, frequentado pela elite branca e assimilada, dada a tensão política e antagonismos crescentes, ao cantar canções em Kimbundu causara grande incômodo na plateia que não entendia aquilo que era dito e logo fora hostilizado, com gritos a mandar-los "irem cantar para a sanzala" (Citado em Alves, 2015, p.92). Não demorou para que as autoridades do governo português também percebessem o caráter subversivo de suas atividades, tendo passado a

[22] https://youtu.be/K9XQQJiPgRU?si=Zs_E9NEtQ8HD3lfl, 13'4'', acesso em 20/06/23

maioria dos integrantes a serem vigiados de perto e muitos deles sido presos por longos períodos. Liceu Vieira Dias, aliás, passou quase a totalidade da luta de libertação encarcerado em Cabo Verde, condenado quando do Processo dos 50, quando nacionalistas angolanos foram presos em massa pelo regime salazarista em 1959, em uma tentativa frustrada de conter a crescente do movimento de independência, que deflagaria em 1961 com a luta armada.

O grupo soube estabelecer um importante elo entre o campo e a cidade, ao interpretar canções de origem popular em línguas nativas. Ao reivindicar o direito à identidade cultural e à diferença, estabeleceu "uma verdadeira subversão cultural dos valores linguísticos e dos padrões artísticos e estéticos considerados como os únicos válidos pela classe dominadora" (Andrade citado em Alves, 2015, p.88). Nos anos de chumbo da ditadura de Salazar, o papel da língua kimbundu foi essencial à produção cultural da capital angolana e serviu como instrumento privilegiado para a comunicação e a articulação política. Frente aos olhos e ouvidos surdos do colonizador desinteressado pela profundidade das palavras ditas selvagens, com os provérbios a afiar as línguas e a aguçar a inteligência nativa, dizia-se aquilo que não podia-se dizer, cantava-se para atiçar tudo aquilo que já urgia de olhos baixos pelas esquinas das cidades e também nos campos, lembrava-se a todo o povo a imensa potência adormecida.

Ainda segundo Heywood,

> Em Angola, os livros didáticos portugueses contavam a história de Njinga como uma pagã que acabou por se subordinar aos portugueses, ou apagavam seu nome completamente. Quando os africanos da colônia começaram a luta nacionalista contra o colonialismo português, vozes das áreas rurais que Njinga outrora controlara apresentaram uma versão muito diferente.
>
> (Heywood, 2017, p.255)

Através do resgate da mítica resistência político-cultural da Rainha Nzinga Mbandi, que o povo das regiões rurais outrora controladas pela Rainha seguia transmitindo em língua kimbundu sobre a história de uma governante que ganhara guerras contra os portugueses e mantivera a independência e as tradições do seu povo, afirmava-se o papel de destaque das línguas africanas para a emancipação nacional. Em seus 1 246 700 km^2, Angola reúne em suas atuais fronteiras uma enorme diversidade cultural e linguística, sendo constituída por povos de origem khoisan e vátwa e sobretudo povos de origem bantu. Muito embora os principais grupos étnicos do território nacional sejam portadores ativos de um vasto patrimônio linguístico que reúne línguas e dialetos, é a língua portuguesa a única língua

oficial de Angola segundo a Constituição da República. Após a independência, a mudança de língua para o português nos principais centros urbanos do país foi acentuada pelo êxodo rural, colocando um maior número de angolanos em contacto com a língua europeia através da administração, educação e meios de comunicação social, mas também porque esta língua teria adquirido importante e renovada função na nova identidade nacional (Inverno, 2018, p.95).

Atualmente, em todo o país, as línguas angolanas africanas convivem com a língua oficial, que embora em expressiva expansão, segue sendo maioritariamente adquirida como L2 pela população, sobretudo nas zonas rurais. Na capital, devido à tradição centralizadora da governança de Angola, mas principalmente pelos longos e generalizados conflitos armados que o país conheceu entre 1975 e 2002, que resultaram em vagas sucessivas de migração do campo para a cidade, pode-se ter um panorama da panóplia de falares das línguas africanas do país que hoje orbitam o português oficial, burocrata e sinônimo de progresso e modernidade.

Segundo Inverno (2018) durante as três primeiras décadas do século XX, no ápice do processo de colonização de ocupação, Portugal deu continuidade à uma política de povoamento que fez aumentar significativamente o número de colonos e concluiu a ocupação militar do território, derrotando definitivamente as resistências que persistiam na região da Lunda e no planalto central e iniciando um conjunto de reformas com vista à descentralização da administração colonial. É neste período que seria publicada uma série de legislações segregacionistas com vistas a dividir a população em assimilados e indígenas e instituir o regime do trabalho forçado, fazendo igualmente do domínio da língua portuguesa uma condição primordial para a obtenção do estatuto de assimilado – o único meio de acesso a algum tipo de cidadania. Ainda, o regime colonial visava a adoção pelos angolanos, de hábitos e valores considerados civilizados, tornando a língua portuguesa língua de ensino e aprendizagem obrigatória em todos os níveis da educação formal e não permitindo a introdução e o uso oficial das línguas locais (Castro, 2021, p.52). Como atesta o Decreto nº77, de 1921, do Governador Provincial de Angola, Norton de Matos, publicado pelo Boletim Oficial de Angola, (Nº5, 1ª série, 9 de dezembro de 1921) em seu artigo 3º:

> O uso da língua indígena só é permitido em linguagem falada na catequese e, como auxiliar, no período do ensino elementar da Língua Portuguesa.; Parágrafo 3º: "O emprego da língua falada a que se refere o corpo deste artigo e o da versão em língua indígena, nos termos do parágrafo anterior, só são permitidos transitoriamente e enquanto se não generalizar entre os indígenas o conhecimento da Língua Portuguesa, cabendo aos missionários substituir sucessivamente e o mais possível em todas as relações com os indígenas e na catequese as línguas indígenas pela Língua Portuguesa.

Também, em seu Artigo 4º, que demonstra de maneira clara e sem rodeios a intenção de folclorizar as práticas linguísticas africanas, identificando no uso ativo das mesmas potencial de caráter subversivo, reserva-se o direito de estudá-las e conhecê-las, para então proibi-las arbitrariamente, conforme seus interesses:

> As disposições dos dois artigos antecedentes não impedem os trabalhos linguísticos ou quaisquer outros de investigações científicas, reservando-se porém o governo o direito de proibir a sua circulação quando, mediante inquérito administrativo, se reconhecer que ela pode prejudicar a ordem pública e a liberdade ou a segurança dos "cidadãos" e das populações indígenas.
>
> (República de Angola, Decreto nº77 , 1921)

Aqui, revela-se o curioso e ambíguo interesse de ordem tipicamente colonial que compõe e carateriza o modo de estar do colono. Apreende-se e controla-se a língua do outro à sua revelia, em um esforço que visa em última instância dirigir sua cultura e o seu corpo. O empreendimento de marcada verve econômica, esconde por vezes o desejo à flor da pele de alienação e despojo do outro para a simples categorização e coleção pessoal, em uma espécie de relação fetiche, que alia o desprezo e a repulsa à fascinação e o mistério. O Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954) então determinava o correto domínio da língua e cultura portuguesa como condição primordial de acesso à nacionalidade, e à pretensa modernidade, em um território ocupado.

Visando regular, controlar e direcionar a população nativa em seu conjunto para longe da condição indígena – leia-se de suas culturas, de suas línguas, e de seus controles e lidas da terra e seus recursos – a legislação era fruto da evolução dos diplomas anteriores do Estatuto Político, Social e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique (1926), do Acto Colonial (1930), e da Carta Orgânica do Império Colonial Português e Reforma Administrativa Ultramarina (1933), em um espelho do Code de l'Indigénat (1887) francês.

N'sondé (2011) aponta que são as regiões etno-linguísticas Ambundo e Kongo, ao Norte e Nordeste do atual território angolano, que conheceram a mais longeva história de ocupação e contacto com a colonização portuguesa, incarnando as múltiplas e dramáticas consequências de sua política brutal e discriminatória, onde também teriam formado-se as mais longevas elites "crioulizadas" de cultura lusófona, os assimilados, sobretudo de etnia ambundo, que comandariam inicialmente os principais movimentos nacionalistas de libertação. É essa elite urbanizada, culturalmente influenciada há gerações pela língua e costumes portugueses, uma comunidade luso-africana, que teria tido acesso recorrente e privilegiado à instrução e às possibilidades de emprego no seio da administração colonial e

posteriormente na recém-formada nação. Mais de quarenta anos após a independência do país, os descendentes destas categorias sociais conservam globalmente um estatuto social mais vantajoso que o restante da população angolana, vindo frequentemente a integrar o aparelho do Estado e posições de poder, uma vez que a instrução e domínio da língua oficial, que é a portuguesa, segue sendo um índice fundamental e inalterado de estatuto social (N'sondé, 2011, p.7).

A língua portuguesa, este troféu de guerra legado aos angolanos após o longo conflito de libertação, conforme o definiu José Luandino Vieira, passaria a servir como língua franca, na tendência do estabelecimento de políticas exoglóssicas que passaria a definir a maior parte dos Estados africanos independentes (Castro, 2022, p.52), nas quais as línguas de colonização, já tornadas o código de distinção das elites assimiladas, seguiriam sendo as línguas oficiais, de prestígio, ascensão e diferenciação social. Agostinho Neto, Nguxi, presidente do MPLA e poeta fundador da nação angolana, embora fosse um defensor das línguas africanas de Angola, aproximando-se do discurso de Léopold Sédar Senghor, defendeu igualmente que a língua portuguesa encontrava-se mais apta e deveria servir à integração nacional pós-independência, por sua suposta neutralidade frente aos conflitos étnicos nacionais (Severo e Makoni, 2015, p.45).

Como aponta Castro (2022, p.52), tal política linguística entretanto, retoma e fortalece os laços de identidade com os ex-colonizadores, corroborando em última instância para a manutenção da crença de inferioridade a qual muitos africanos foram ensinados sobre suas línguas, como se fossem estas menos aptas, menos capazes, línguas do mato, ou, como circula em expressão corrente que demonstra a profundeza do preconceito étnico-linguístico incutido nas populações urbanas, língua de cão. As línguas faladas nas periferias, nos musseques, das brigas barulhentas entre nga Zefa e nga Bina pelo ovo da galinha Cabíri, narradas por Luandino Vieira em Luuanda, fina sátira da espoliação das riquezas nacionais pelo projeto colonial.

As línguas angolanas africanas, passariam assim a designar-se línguas nacionais (LN), muito embora muitas delas transcendam as fronteiras de Angola em África e tenham mesmo expandido-se ao continente Americano, e também o próprio português possa já ser considerado uma língua nacional por sua ampla e crescente presença na geografia do país, de modo que muitos argumentam que será necessário caminhar para uma progressiva oficialização das LN e a nacionalização da língua portuguesa. Na Constituição da República, as línguas angolanas africanas passam a figurar como "patrimônio cultural" cuja proteção, valorização, dignificação e desenvolvimento "como línguas de identidade nacional e de comunicação" constituem tarefas fundamentais do Estado (Art.°21).

No período que seguiu a independência, as LN foram objeto de várias iniciativas legislativas com vista ao seu estudo e promoção, entre elas a importante criação do Instituto de Línguas Nacionais

de Angola, em 1979, responsável em parte por buscar normatizar e elaborar alfabetos e regras de transcrição, para línguas autóctones de forte tradição oral.[23] Porém, conforme lembra o atual Diretor-geral do Instituto, Dr. José Domingos Pedro, as línguas seguem não tendo um estatuto político e jurídico claro. Em 2011, foi remetido à Assembléia Nacional o Estatuto das Línguas Nacionais de Origem Africana (ELNOA), um diploma que estabeleceu princípios orientadores para valorização, fomento, defesa e ensino destas línguas e suas variantes locais. Aprovado apenas em sua generalidade, o processo não avançou. Domingos Pedro expressou ao Jornal de Angola, em 2018, julgar ser possível através da efetiva aprovação deste estatuto, aumentar o número de LN dotadas de alfabeto, e legalizar do ponto de vista jurídico sua utilização nos tribunais, administração pública e demais setores da vida pública, sempre que um cidadão precisar.[24]

É também o que o linguista, professor, pesquisador e ativista Ezequiel Bernardes indica através de seu trabalho de pesquisa e ensino. Bernardes foi o primeiro professor angolano a ministrar um curso de língua kimbundu em uma universidade brasileira, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ministrando ainda por conta própria um curso intensivo da língua na Universidade Federal de Catalão, também no Brasil. Com pesquisa focada sobretudo nas políticas de ensino e uso do Kimbundu em áreas rurais de Angola, Bernardes tem o olhar atento ao patrimônio imaterial que a tradição dos provérbios angolanos transporta através da língua. Considera que já não há dúvidas de tratar-se o Kimbundu de uma língua internacional e defende que olhar a política de internacionalização da língua pode colocar em circulação não apenas a língua, mas também a cultura e pensamento do povo Ambundo, sobretudo considerando-se sua fortíssima influência na formação do Brasil, para que seja mais pesquisada, discutida e inserida no âmbito da universidade.

> São poucos os jovens que tem essa perspectiva da defesa das LN, tendo em conta a construção ideológica que se impôs ao país. Construímos uma ideia, desde os tempos da colonização, de que as LN não servem para nada e que não permitem acesso a nada. Não é língua de conhecimento, não é língua de ciência, não é língua de saber... São vários distintivos no sentido de poder ver essas línguas manchadas e silenciadas.
>
> Aos poucos vamos percebendo que a tendência de nossos países, ao invés de ser o de desconstruir-se o rótulo colonial, continua a ser de o reforça-lo no pós-independência. A política ideológica que o Estado Angolano adota em torno da questão das LN tem muitas implicações na vida prática da sociedade, e eu gosto de falar mais em uma perspectiva das áreas rurais, onde há uma forte imposição linguística e ideológica, onde de certa maneira não consegue-se atender à exigências impostas pelo

[23] https://www.youtube.com/watch?v=_5mLla2VT40, acesso em 10/01/24

[24] https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=399022, acesso em 09/01/2024

modelo da escola. Constrói-se um modelo de que o processo de ensino é monolíngue e que todas as pessoas são obrigadas a terem o ensino nesta mesma língua portuguesa, em um contexto em que entretanto se fala, por exemplo, a língua kimbundu.

Como é que vai-se desenvolver um ensino de qualidade ao fazer a imposição da língua portuguesa como a única língua do processo de ensino em um contexto onde os indivíduos falam a língua kimbundu? Isso tem causado inúmeras situações, entre eles a evasão e o abandono escolar, porque as pessoas não se vêem neste modelo de escola, além de inúmeras outras implicações deste processo de negação implícita. Digo implícita por que, talvez pudesse por exemplo um aluno levar palmatória caso usasse sua língua, como já foi antes o caso. Fato é que o Estado julga estar a criar políticas para que haja visibilidade das LN, como recentemente foi traduzida a Constituição da República de Angola em sete destas línguas. Mas, olhemos: como é possível traduzirmos a Constituição da República se não temos como nem onde utilizar estes mesmos direitos ao fazer o uso destas línguas?

(Bernardes, Entrevista pessoal, 23 de junho de 2023)

Severo e Makoni (2015, p.99) sublinham os efeitos da oficialização da língua portuguesa e de seu uso exclusivo em contextos formais administrativos, literários, midiáticos e escolares e sua contribuição para a progressiva diminuição do prestígio social e simbólico das demais línguas africanas, reconhecendo na crescente expansão da língua portuguesa uma ameaça à própria existência das mesmas. Também, os reduzidos índices de utilização das línguas africanas pelas gerações mais novas, o aumento exponencial do número absoluto de falantes de português no país e a redução significativa da população plurilíngue apontariam para um processo de mudança de língua rumo ao português, por via da crescente penetração desta língua em zonas do país e domínios de comunicação previamente associados às línguas africanas, diminuindo os índices de plurilinguismo de um país e continente historicamente plurilíngue (Inverno, 2018, p.99).

Castro (2022, p.52), lembrando que a partilha do continente africano na Conferência de Berlim de 1884 circunscreveu intencionalmente línguas etnicamente diferenciadas dentro das mesmas fronteiras, assinala que a gestão do multilinguismo na pós-colonialidade é um desafio comum à muitas nações africanas, caracterizadas pela heterogeneidade linguístico-cultural e a coexistência de muitas línguas no projeto de construção de seus projetos nacionais, sendo recorrente o argumento de uma suposta inadequação das línguas autóctones para a realização do projeto moderno, por sua predisposição à criação de desentendimentos e conflitos. As línguas europeias, legadas pelo bruto

processo colonial, parecem assim figurar como vias expressas e indeléveis para um ideal de modernização e progresso.

O Volume VIII da História Geral da África – África desde 1935, publicado pela Unesco, fornece-nos importante aprofundamentos sobre a questão linguística ao longo do atribulado século XX africano. No capítulo Língua e evolução social, Sow e Abdulaziz caracterizam o período de 1935 até os anos 2000 no continente pelo

> [...] fortalecimento geral do colonialismo e do racismo tradicionais, consortes de políticas linguísticas e culturais cujas consequências são pesadas; pela luta dos povos africanos por autodeterminação e em prol da independência; pelo surgimento de um neocolonialismo a modificar a situação linguística e cultural; bem como por uma tomada de consciência dos africanos no que diz respeito à preservação e ao desenvolvimento de suas culturas e de suas línguas nacionais
>
> (Sow e Abdulaziz, 2010, p.631).

Propõem a divisão deste longo período em três partes: de 1935 a 1960, quando as línguas africanas teriam enfrentado os perigos mais latentes da assimilação; de 1960 a 1982, quando buscou-se esboçar uma nova política linguística e cultural; e o período após 1982, quando teriam-se desenhado o que designam como "os grandes desafios do ano 2000". Os autores ponderam que a emancipação africana do jugo do poder colonial, embora tenha configurado um momento de elucidação de questões e problemáticas nacionais profundas, ampliado horizontes e perspectivas e possibilitado a idealização de um presente e futuros alternativos, teria igualmente sido marcada pelos profundos desentendimentos e diferenças estruturais do passado recente, o que teria afetado a estruturação de programas de governo e suas políticas, gerando desperdício de tempo e recursos em iniciativas dispersas.

Os autores apontam entretanto que o resultado de diversas e diferentes conferências inter-governamentais regionais e mundiais de organizações internacionais centradas nos aspectos e problemáticas linguísticas e politico-culturais da descolonização, como a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África (Accra, 1975) e a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (México, 1982) ou ainda, reuniões regionais de expertos, tais quais aquelas organizadas periodicamente pela Unesco nas capitais africanas, sobre as culturas, as línguas ou as políticas linguísticas, como é o caso do já mencionado 1° Colóquio Linguístico Internacional sobre o Estudo e Utilização do Crioulo (1979), em Cabo Verde, teriam contribuído para progressivamente pautar estas agendas e criar bases sólidas para o pensamento e elucidação das questões nacionais,

regionais e internacionais inerentes ao continente africano.

Ainda assim, muito embora possa-se de fato identificar estes momentos como elementos-chave no desenvolvimento de discussões coletivas e tomada de consciência sobre a importância das políticas de língua e cultura para a realização do projeto emancipatório africano, estas não parecem terem sido assimiladas e postas em ação no sentido de esclarecer a prática ou a política cultural da maioria dos governos africanos (Sow e Abdulaziz, 2010, p.660).

Uma das conferências regionais de cultura realizadas na esteira da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (Veneza, 1970), que inauguraria os debates que vincularam cultura ao desenvolvimento no âmbito da ONU, intitulada Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África (1975), na primeira parte de seu Informe final, em sessão com título Salvaguarda da autenticidade cultural, indica a maneira como durante os trabalhos reconheceu-se "unanimemente que a salvaguarda da autenticidade passará pela revalorização e promoção das línguas africanas, instrumentos insubstituíveis de comunicação social e veículo dos patrimônios culturais das distintas comunidades", considerando para isso fundamental seu estudo e sua inserção nos sistemas educativos, sociais, administrativos e políticos dos Estados, e apontando o papel primordial e a responsabilidade dos poderes públicos (Unesco, 1975, p.8). O Informe denuncia ainda a urgência do desaparecimento progressivo daqueles que detêm a custódia da tradição oral das muitas línguas africanas, e em uma segunda parte, dedicada à identificação dos meios para a ação cultural, lê-se:

> 15. Em relação às línguas africanas, a Comissão apoiou plenamente o Plano decenal para o estudo sistemático da tradição oral e a promoção das línguas africanas como instrumentos de cultura e de educação permanente, empreendido pela Unesco com a participação dos Estados Membros. Este plano não apenas centra-se no estudo e investigação linguística senão também na educação, por um lado, e por outro, no emprego dos meios de comunicação. Certos participantes elogiaram o trabalho realizado, em particular na criação de alfabetos e a transcrição de determinadas línguas, a produção de léxicos, gramáticas e material de leitura. Lamentaram, sem embargo, que esse sistema, cujo princípio é excelente, não tenha sido plasmado em uma realização efetiva. A Comissão expressou o vivo desejo de que a Unesco esteja em condições de dar ao Plano decenal o caráter interdisciplinário e intersetorial, sem o qual pode ficar em grande parte privado de sua eficácia.
>
> 16. Por outra parte, como a ação linguística afeta essencialmente as opções políticas nacionais, é indispensável que os próprios Estados africanos definam sua política linguística, tomem iniciativas e criem as instituições, nacionais ou regionais, que devem constituir a base mesma da execução do Plano

decenal, uma vez que deste ponto de vista o aporte da Unesco não pode ter sido senão de caráter técnico.

(Unesco, 1975, p.15).

Em meio à efervescência pós-colonial marcada pelo pan-africanismo e pela discussão das muitas identidades africanas, identificamos também nos anais desta importante conferência regional a formação das bases político-institucionais que reconhecem e conferem centralidade à questão linguística no desenho e estabelecimento das políticas culturais africanas. Conforme confirmará alguns anos depois o registro dos trabalhos de um comitê especial acerca de um estudo intitulado Contribuição da Unesco para a promoção da língua materna como instrumento de educação e cultura (Unesco, 1983), a Conferência de Accra (1975) juntamente à subsequente Conferência de Ministros da Educação dos Estados Membros de África (Lagos, 1976), sem perderem seu caráter regional, foram encontros que permitiram "deduzir, enumerar e precisar princípios de políticas e práticas linguísticas de validade geral, aplicáveis às comunidades bilíngues ou multilíngues", princípios estes que a partir de então viriam a consolidar-se, e voltariam a aparecer nas discussões de todas as conferências regionais sobre educação e cultura que sucederiam (Unesco, 1982, p.4).

Filipe Zau (2002), pesquisador e escritor vice-presidente da Academia Angolana de Letras desde 2020, atual Ministro da Cultura e Turismo da República de Angola, notara que se a assimilação cultural levada à cabo em Angola pelo processo histórico da colonização – e em África de maneira geral – levara a uma europeização dos africanos, o inverso não se confirmaria que em muito pouca medida. Retomando Allen e Isaacman (1975, p.35), lembra que sempre que os valores e os padrões de vida africanos passavam a exercer influência demasiada nos portugueses colonos, considerava-se isso um retrocesso. Em sua obra *Angola: Trilhos para o Desenvolvimento* (2002), Zau dedica um importante capítulo à diversidade linguística de Angola, que caracteriza como "um problema educativo relevante".

Endereçando-se aos grandes desafios dos anos 2000, o autor aponta para o fato de que ao final do século XX, se o setor da Educação vinha dando pouca importância à questão da inserção das línguas africanas no ensino, era sobretudo o setor da cultura que passava a pautar internacionalmente a problemática, através da defesa de um mais amplo conhecimento dos diversificados valores patrimoniais das nações e de sua cultura como vetores para o desenvolvimento, nomeadamente através da realização da Década Mundial para o Desenvolvimento Cultural (1988-1997). Neste contexto, no âmbito de um amplo programa de ações estabelecido para a África, realizou-se em Angola o colóquio Línguas Nacionais e Desenvolvimento (1991), organizado em Luanda em parceira com o Instituto de Línguas Nacionais e contando com ampla participação de especialistas e oficiais nacionais

e estrangeiros de diversos setores. O evento seria realizado durante a breve janela de poucos meses na Guerra Civil Angolana, que seria retomada de maneira ainda mais sangrenta no ano de 1992, com a contestação do resultado das primeiras eleições presidenciais e legislativas da história do país pós-independência.

O programa especial nomeado Priority: Africa, com orçamento aprovado na 25ª Sessão da Conferência Geral da Unesco, em 1989, era direcionado a aumentar a cooperação com o grupo de países africanos inseridos no grupo de países menos desenvolvidos (LDCs), do qual Angola ainda faz parte, com o objetivo de fortalecer esforços para o desenvolvimento e colocar em prática recomendações para dar tangibilidade a atividades servindo à resolução dos problemas e necessidade então identificados no Programa de Ação para a recuperação económica e o desenvolvimento de África (UNPAAERD).

No âmbito da cultura, para além de ações de promoção da dimensão cultural do desenvolvimento, da criação de indústrias culturais e a reativação do conhecimento tradicional, da história geral africana e da salvaguarda do património cultural, o programa previu também ações direcionadas especificamente à promoção das línguas africanas e seu papel para fomentar o desenvolvimento (Unesco, 1989, p.37). Os esforços para o fortalecimento das discussões e ações em torno da valorização do uso das línguas africanas, embora tenham contemplado iniciativas direcionadas ao fortalecimento do posicionamento da língua Kiswahili no setor editorial, direcionou-se de maneira mais especifica à Angola, onde foram realizados trabalhos abrangendo as áreas da Saúde, Educação e Cultura, Agricultura e Pecuária, Comunicação Social e Justiça, no âmbito de uma parceria de assistência técnica com a UNCTAD.

Os trabalhos do colóquio Línguas Nacionais e Desenvolvimento realizado em 1991 em Luanda, conforme sumariza Zau (2002, p.219), expressaram em suas conclusões gerais o consenso da necessidade de se redefinir uma política linguística clara, com a tomada de medidas para a sua execução em termos de recursos humanos, materiais e financeiros; sobre a necessidade de utilização das línguas africanas com vista à afirmação da identidade cultural angolana; sobre a necessidade de associar toda a população no processo de desenvolvimento nacional, fazendo o uso das línguas maternas; do reconhecimento da importância psicológica e pedagógica das línguas maternas; e da necessidade de haver um mesmo meio de comunicação entre administradores e população. Destaca-se igualmente a recomendação do relatório final do colóquio para que as línguas africanas sejam aplicadas nos centros de dinamização cultural, na literatura e no teatro e que haja o incentivo aos angolanos, que tenham como língua materna o português, para que se lancem na aprendizagem das línguas africanas do país. Também, dos trabalhos sobre o uso das LN na Área de Administração e

Justiça, destaca-se recomendação que se relaciona diretamente com as questões de cunho cultural-político no âmbito da governança, que previa como condição de admissão a determinados cargos públicos e administrativos o domínio da língua africana predominante da área geográfica de atuação do servidor.

Em 2015, realizou-se no Instituto Jean Piaget Benguela um novo evento, o Colóquio Internacional sobre as Línguas Nacionais, realizado com ampla participação de acadêmicos e atores da sociedade civil implicados na defesa das LN. O colóquio promovido no contexto dos 40 anos de independência de Angola reafirmou a urgência de integrar plenamente as línguas nacionais nos diversos sectores da sociedade como instrumento de inclusão social, valorização cultural e desenvolvimento sustentável. Com ampla participação de académicos, representantes institucionais e da sociedade civil, o encontro destacou a riqueza etnolinguística do país como um ativo estratégico a ser preservado e fortalecido. Entre as principais conclusões, ressaltou-se a importância de investir na formação especializada em linguística africana, fomentar a investigação científica nas comunidades, regulamentar normas ortográficas com base em critérios científicos e promover a produção de materiais pedagógicos e literários em línguas nacionais. Reforçou-se, ainda, o papel vital da comunicação social e das instituições de ensino na valorização das línguas maternas, e o reconhecimento de que a convivência entre a língua portuguesa e as línguas nacionais não apenas é possível, como essencial para um modelo de desenvolvimento culturalmente enraizado e inclusivo. A diversidade linguística foi, assim, reconhecida não como um obstáculo, mas como um elemento vital para a construção de uma Angola mais justa, plural e verdadeiramente emancipada.

Presente no encontro, Ezequiel Bernardes denuncia a morosidade com que as autoridades competentes parecem trabalhar na implementação das conclusões e recomendações expressas pelo colóquio. Ezequiel reconhece e valoriza o papel do Instituto Jean Piaget de Benguela na promoção da questão linguística em Angola, destacando sua consistência e empenho na realização de eventos anuais. No entanto, faz uma crítica contundente à falta de continuidade e de implementação das resoluções aprovadas nesses encontros. Para ele, embora os colóquios produzam documentos bem elaborados, falta um mecanismo eficaz de encaminhamento dessas resoluções às instâncias superiores do Estado. Ezequiel defende que as conclusões devem ser formalmente entregues às instituições competentes, como forma de garantir que sejam consideradas e transformadas em ações concretas. Ele questiona a inércia institucional e cobra responsabilidades, especialmente quando há presença de representantes de alto nível, como o Diretor do Instituto de Línguas Nacionais, sem que haja, depois, retorno ou desdobramentos visíveis. Questiona ainda a efetividade das ações do Instituto criado em 1980, ao criticar o fato de só recentemente o órgão alegar estar iniciando projetos de

mapeamento das LN. Ele expressa ceticismo quanto à existência de uma verdadeira vontade política, sugerindo que há uma tendência de criar uma aparência de compromisso com a diversidade linguística apenas para impressionar o exterior, sem ações concretas no plano interno. Para ele, traduzir a constituição para línguas nacionais não representa um avanço real, mas sim um "passo em falso", já que essas línguas continuam excluídas de espaços institucionais como os tribunais. Defende assim que o primeiro passo deve ser o reconhecimento formal e jurídico das línguas nacionais por parte do Estado, atribuindo-lhes estatuto oficial que permita sua utilização efetiva nas estruturas públicas.

Aquilo que refere Bernardes confirma-se quando analisamos a documentação histórica da CPLP. Muito embora possa-se observar o avanço lento do tratamento discursivo das temáticas diversas inerentes à cooperação internacional entre os EM, é patente a dificuldade em dar contornos práticos às muitas resoluções e declarações advindas de diferentes instâncias e reuniões entre Ministros de Cultura, Chefes de Estado e Governo, Pontos Focais da Cultura e especialistas de políticas culturais e linguísticas da sociedade civil. Ainda são poucos e falhos os canais de diálogo direto com o conhecimento que é produzido pela sociedade civil, não incentivam-se ou facilitam-se plataformas para produção e gestão de conhecimento, e mesmo no próprio âmbito da organização as muitas resoluções na maior parte das vezes terminam por repousar empoeiradas em pastas do arquivo histórico sem que os mencionados programas e projetos sequer tenham vindo a ser implementados, ficando a estratégia de longo prazo muitas vezes à mercê das trocas de governo. Em 2022, em comunicação intitulada Línguas de Angola e Desenvolvimento, realizada durante conferência da Academia Angolana de Letras, Zau retomou a questão da necessidade de aprovar-se e efetivar-se o estatuto das LN, alinhando-se à análise de que até que haja uma definição política sobre o assunto e sobre as implicações decorrentes de cada um dos estatutos linguísticos atribuídos, Angola seguirá tratando destas línguas unicamente pela vertente étnica. Ele considera que há, entre as elites culturais, econômicas e políticas de Angola, um certo receio e até um complexo em relação à introdução das línguas africanas no sistema de ensino. Defende assim que todas as culturas e línguas devem ser respeitadas e destaca que a sustentabilidade do desenvolvimento não pode se restringir ao meio ambiente, devendo incluir também a dimensão cultural.[25]

Ao considerarmos a evolução da política cultural angolana, e sua imbricada relação com a questão linguística, podemos observar que aquilo que afirmam Sow e Abdulaziz para o conjunto do continente africano segue confirmando-se em grande parte no caso angolano, muito pesem avanços significativos advindos sobretudo de iniciativas da sociedade civil articulada, e da cooperação internacional com órgãos do sistema ONU e do quadro de ação externa da UE. Como veremos, o

[25] https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/filipe-zau-aborda-as-linguas-de-angola-em-conferencia/, acesso em 23/01/24

legado das discussões regionais e conferências sobre língua, educação e cultura parece de fato ter contribuído para a formação de bases para a compreensão da importância para o reconhecimento e discussão de questões patrimoniais, ao endereçar a questão linguística no âmbito das políticas culturais e a importância primordial das políticas culturais para o alcance das principais metas de desenvolvimento e progresso sócio-econômico no continente. Entretanto, os avanços teóricos efetivamente não parecem terem confirmado-se ou transposto-se à realidade prática da implementação de políticas públicas.

Como pudemos constatar através do estudo de caso de Cabo Verde, um pequeno Estado insular sem a complexidade multilíngue de Angola, o movimento de confirmação do estabelecimento das políticas culturais como uma ferramenta estratégica para a governança da diversidade linguística apenas recentemente passou a ter traços mais concretos. Muito embora seja de fato no âmbito das expressões culturais de Angola que encontramos a mais marcada, ativa e aceite presença das línguas africanas, esta presença é ainda fortemente marcada por uma qualidade folclórica, sendo largamente restrita às suas funções poéticas, na exaltação do "exótico" nacional, na qual as elites e a população urbana reconheceriam a possível tradução do espírito de um ideal paradoxal de angolanidade. No advento da crescente expansão e importação do modelo das indústrias culturais e criativas como uma alavanca para o desenvolvimento africano, as práticas culturais e artísticas devem ser quantificadas e mensuradas, passando igualmente a definir-se e depender da prévia organização e estabelecimento de uma cultura burocrata, através do trabalho de escritório, permeada por processos e documentações, orçamentos e prestações de contas, em uma suposta sofisticação de engenharia social que permitiria a criação sustentável de renda a partir da criatividade.

Assim, o acesso ao emprego cultural determina-se igualmente por um bom domínio das normas do estatuto social, e portanto, da língua oficial, o português. As línguas africanas deverão servir para a poesia e a emoção, mas não estarão aptas em igual medida para a produção e o trabalho da burocracia da cultura, para a produção e as digressões internacionais, a elaboração de projetos e o pedido de subvenções, reservados estes postos portanto, ainda principalmente aos bons conhecedores da língua portuguesa. O artista que fizer uso das LN para expressão de sua obra, deverá portanto também estar apto a fazer o uso burocrata e oficial da língua portuguesa se quiser que o seu trabalho possa acontecer, evoluir e gozar das mesmas oportunidades de desenvolvimento neste cenário.

Ainda que seja justamente na seara da cultura que discuta-se a problemática da diversidade linguística (como o atesta o fato do Instituto de Línguas Nacionais fazer parte do MINCULTUR), as indústrias culturais e criativas, estabelecidas nos últimos anos no país sobretudo através da cooperação internacional com países do Ocidente, uma vez que industriais, operam dentro de uma lógica

extrativista e produtivista, através da qual sem que sejam oficializadas as línguas africanas, ou reconhecidas estas como línguas para o trabalho cultural, contribui-se para o aumento da clivagem sócio-cultural e disparidade de status e valor cultural entre as práticas linguísticas. Assim, limita-se o acesso e restringe-se o grupo daqueles que podem produzir cultura contemporânea, contribuindo paralelamente para uma ativa e veloz transição e consolidação da língua portuguesa como língua sintetizadora da expressão cultural angolana.

Dessa maneira, desenha-se uma dupla marginalização do status do artista que não deve usar para seu trabalho língua outra que a oficial. A Recomendação sobre o status do artista da Unesco (1980) embora não mencione especificamente a questão linguística, apresenta dois pontos relativos à vocação e formação do artista em sua cultura tradicional e patrimônio cultural, recomendando aos EM

> f) estimular a participação de artistas na restauração, conservação e uso do patrimônio cultural em seu sentido mais amplo, e proporcionar aos artistas os meios de transmitir às gerações futuras os conhecimentos e competências artísticas que possuem;
>
> (g) reconhecer a importância na formação artística e artesanal das formas tradicionais de transmissão de conhecimentos e, em particular, das práticas de iniciação de várias comunidades, e tomar todas as medidas apropriadas para protegê-las e incentivá-las;
>
> (Unesco, 1980, p.6)

No entanto, no caso angolano, no uso criativo das línguas africanas, para além da mencionada tradição musical de peso, muito pesem o reconhecimento das orientações e planos estratégicos da necessidade de fomentar a literatura em LN, ainda não existem incentivos para que sejam escritas obras em línguas outras que o português, por exemplo. De modo a garantir o uso e transmissão de seu patrimônio cultural às gerações futuras, deverá o autor, o artista, versar-se e fazer um uso ativo da língua portuguesa se desejar eventualmente inscrever sua obra em concurso, de modo a construir percurso que permita-lhe tirar sustento de sua atividade.

Pode-se aqui argumentar que as línguas africanas são de tradição oral e que por isso este cenário de desequilíbrio seria apenas natural. Ainda, que com o amplo desenvolvimento de tecnologias da comunicação, também já encontrarão as LN maior espaço e maneiras facilitadas de vir a integrar o tecido cultural, em uma cultura global progressivamente digitalizada e audiovisual. A questão entretanto é discussão antiga em África, e remete-nos para a discussão já referida entre Thiong'o e Achebe. O direito à formação e o acesso aos meios de produção cultural são questões fundamentais, e os mais

recentes entendimentos da Unesco neste sentido são expressos pelos próprios povos originários detentores de línguas milenares. Como vimos, a Declaração de Los Piños no âmbito da DILI (2022-2032), fixa como objetivo a criação de um ambiente empreendedor para as línguas indígenas na cultura, buscando assegurar sua inclusão nas cadeias de produção de valor com a criação, produção, disseminação, distribuição e fruição de atividades bens e serviços culturais.

> É essencial um financiamento estável para apoiar o trabalho em línguas indígenas, juntamente com um maior acesso à Internet. (...) Participantes indígenas autónomos e ativos devem poder determinar o desenvolvimento das suas línguas e culturas, e as oportunidades de educação e formação para os povos indígenas deve ter isto em conta. Todas as ações tomadas no curto, médio e longo prazo devem ter como objetivo garantir a estabilidade das línguas indígenas no mundo, gerando um mundo com maior justiça e inclusão social, em benefício de todos, garantindo a permanência de um dos mais valiosos e ricos legados da humanidade.
>
> (Unesco, 2020, p.24)

Na análise da produção literária angolana, que sustenta um setor de grande destaque e prestígio no país, no qual a língua portuguesa tem histórica primazia, Mazrui et al. (2010) são enfáticos:

> (...) após a independência política (...) As economias africanas permanecem invadidas pelo capital estrangeiro e os membros da própria burguesia negra são, fundamentalmente, os principais aliados dos interesses estrangeiros. A invasão cultural traduz-se, nomeadamente, pela predominância de uma cultura de consumo, pela persistência de estruturas educacionais da época colonial, pela infiltração produzida nas sociedades africanas pelas mídias e pelos veículos culturais eletrônicos estrangeiros, bem como pela perpetuação de políticas linguísticas ao serviço dos interesses da elite e das classes dirigentes, embora não suficientemente ao alcance dos ouvidos ou à altura das necessidades das massas. Constitui um sintoma desta dependência cultural profundamente enraizada, o fato da cultura, própria às elites africanas, continuar sob o domínio das línguas estrangeiras.
>
> (Mazrui et al., 2010, p.686)

Arenas (2019, p.33), ao considerar a questão da diversidade linguística na sociedade angolana, retoma o conceito de colonialidade em Quijano (2005), apontando em uma suposta "fixação" pelos termos "raça" e "eurocentrismo" limitações conceituais que comprometeriam sua utilidade em Angola,

uma vez que, segundo ele, em muitos países africanos de hoje a perpetuação de estruturas desiguais de poder socioeconômico herdadas do colonialismo europeu seria conduzida por elites que são negras. Aqui Arenas parece ignorar a verve marcadamente colorista/racista das sociedades luso-afro-brasileiras. A crioulidade e os diferentes graus de colorismo que ditaram historicamente as hierarquias das sociedades angolanas, brasileiras e cabo-verdianas, acompanham sem erro a posição social, as possibilidades de mobilidade, o uso das línguas pela população e em última instância o impacto que pode ter o discurso de cada qual. A questão racial/etnocêntrica encontra-se conceitualmente imbricada no espírito das elites, independentemente da biologia e da genética da pele em última instância confirmarem-a ou não. Quijano aponta corretamente o eixo racial como fator estruturante da desigualdade político-cultural e este enquadramento teórico é pertinente para a compreensão do caso de Angola, devendo-se adicionar a camada do fator linguístico.

Aprofundando-se nos meandros da dependência cultural de Angola frente à antiga metrópole, Arenas (2019, p.331) aponta ainda que os autores africanos que escrevem em português dependem principalmente do leitorado ocidental (ao qual o autor parece incluir o Brasil), para disseminarem suas obras literárias. Entre os países africanos de língua oficial portuguesa, Angola possui o maior volume de produção literária, expressão artística que teria proporcionado a esse país um verdadeiro palco para a imaginação e a representação da ideia de nação durante os anos finais do colonialismo assim como na transição para a independência e períodos históricos sucessivos. Muito embora, como referimos, um jovem escritor deva eleger sabiamente os suportes e instrumentos de sua expressão literária para poder fazer-se ler e ouvir, Arenas aponta sabiamente que a produção literária angolana é particularmente atenta à oralidade, "tanto dos registros linguísticos urbanos como rurais, às influências das LN no Português, além da experimentação intensa a nível da sintaxe, morfologia e vocabulário no espaço da literatura".

O autor lembra também que no vácuo produzido pela desestruturação e pela falta de políticas do setor cultural angolano após o início do conflito civil, não obstante o importante trabalho das rádios nacionais para a difusão de programas nas LN, as redes de televisão e rádio luso-africanas com base em Lisboa, como a RTP África e RDP África, têm sido instrumentais na reificação da noção de uma comunidade transnacional de língua portuguesa, nesse caso, a África Lusófona, com Lisboa como seu centro.

> Redes como a RTP/RDP África, a RFI Afrique e a TV5 da França são forças ativas na política cultural do pós-colonialismo envolvendo antigas potências coloniais e colônias, em última análise, com o objetivo de solidificar blocos linguísticos lusófonos e francófonos comuns e preservar esferas culturais, políticas e

econômicas de influência na África.

(Arenas, 2015, p.133)

A força da presença midiática europeia ainda faz-se sentir, estando mesmo no centro da formação sócio-cultural através da televisão das comunidades angolanas, tanto no país, como nas diásporas, sobretudo em Portugal. Devemos entretanto atentar ao importante papel desempenhado pela Rádio Nacional de Angola (RNA), herdeira da colonial Emissora Oficial de Angola (EOA), integrada até os anos 1964 aos Correios Telégrafos e Telefones (CTT) de Portugal, e nacionalizada em 1975, apenas um mês após a independência.[26] Disponível igualmente em plataforma online, atualmente a RNA emite programas sobre a atualidade nacional e mundial desde a política, economia, a sociedade e os esportes, em português, inglês, francês, lingala e em 14 LN, sendo instrumento fundamental também para a capilaridade do governo no território nacional, nas províncias e municípios mais distantes da capital. Sob o slogan Unimos o país, a RNA segue servindo como importante ferramenta de afirmação da diferença e diversidade angolana e também para a perpetuação de sua presença e importância no cenário midiático nacional.

Como veremos, o papel das rádios está reconhecido e contemplado na política cultural angolana. Mesmo com uma perda relativa de seu prestígio como principal meio da comunicação social a nível mundial, em um país com um acesso limitado à internet, o papel das rádios na difusão da produção musical segue sendo importante. Veremos também que muito embora a música seja central às expressões criativas angolanas, contando o país com uma enorme produção e um número expressivo de profissionais de destaque no cenário internacional, ainda não identificam-se agências, programas ou políticas específicas direcionadas para este que é o principal meio de transmissão das LN através da expressão artística em Angola.

Muito pese a tradição e importância da produção literária em língua portuguesa, e considerando o estandarte do Kuduro, que levou junto à Kizomba o nome de Angola a ser reconhecido no mundo da cultura, artistas como Tony Sa'Med, Jéssica Areias e Aline Frazão são alguns expoentes da nova geração que fazem o mundo conhecer o país através de canções em língua kimbundu, umbundu e kikongo, muito embora não sejam falantes dessas línguas e tenham a língua portuguesa como língua materna. Também deve-se mencionar o álbum editado pela Lusáfrica em 2001, The Soul of Angola, que retoma clássicos consagrados da década 1965/1975, com destaque para as canções de Artur Nunes. Após o lançamento do álbum pelo selo baseado em Paris, a faixa Tia do artista

[26] https://rna.ao/rna.ao/quem-somos/, acesso em 16/01/24

desaparecido aos 27 anos de idade, viria a ser incluída em bandas sonoras do filme canadense Rebelle, que concorreu a melhor filme estrangeiro no Oscar em 2013, e também no filme do realizador Cédric Klapisch, Paris, em 2008. Pongo, artista baseada em Lisboa, conhecida como a embaixadora do Kuduro, faz uso recorrente da língua kimbundu em suas letras, recheando suas canções com conceitos e expressões e fazendo a plateia cantar nessa língua em seus concertos.

Em vídeo com mais de 1,9 milhões de visualizações no Youtube, no canal A COLORS SHOW, Pongo canta a canção BRUXOS. Em uma mistura de termos de origem da língua portuguesa, inglesa e kimbundu, na qual avisa seu interlocutor para que não duvide de sua força, que não duvide de seu feitiço, que abra bem o olho, pois são mesmo bruxos, a cantora traz o português angolano e o kimbundu para o palco central da música global. Termina agradecendo usando essa última: Ngasakidila, Angola, Ngasakidila, Kuduro, Ngasakidila, Lisboa, Ngasakidila, África.

Esta dimensão internacional da produção cultural angolana, levada a cabo por artistas de maneira independente, se é pouco documentada, referenciada e especificada na política cultural nacional de Angola, encontra entretanto menção nos relatórios de agências internacionais analisados neste capítulo, como o Mapeamento das Indústrias Culturais e Criativas em Angola (2023), da UNCTAD, que reconhece nas diásporas um ponto forte para a valorização e internacionalização do setor e suas cadeias de produção e identifica grande potencial a ser explorado. Será necessário entretanto analisarmos primeiramente na seguinte secção a maneira como tem vindo a estruturar-se a política cultural angolana no século XXI.

No estabelecimento das principais diretrizes e instrumentos de governança cultural, o patrimônio linguístico angolano é reiteradamente referido e parece encontrar sempre algum espaço, o que em primeira instância confirma sua importância e solidificação no espírito nacional. Esta menção e aparente consciência poucas vezes parece entretanto gozar do necessário capital político para lograr efetivar programas e políticas públicas que gerem um impacto social junto às necessidades identificadas. Após o referido período emancipatório, entre 1960-1982, a estruturação de políticas culturais em Angola tem sido marcada e pode ser caracterizada sobretudo por uma presença intensa de agentes estrangeiros com mandato na cultura, na forma de agências governamentais, ONGs e organizações internacionais, sobretudo ocidentais, nem sempre alinhados entre si. Se por um lado a compreensão da importância da questão linguística para a preservação e transmissão dos valores africanos em nível nacional parece já clara e estabelecida, a grande e maior parte dos agentes internacionais operando no território não parece conferir-lhe maior destaque, abrindo pouco espaço em suas análises e programas para lidar com a questão, entretanto estrutural para que seja possível a

construção de um setor cultural inclusivo e sustentável que funcione como guarda-chuva e plataforma para práticas culturais diversas, criativas e emancipatórias.

5.2. As LN no enquadramento de políticas públicas para o desenvolvimento do setor cultural

Embora as conclusões do colóquio realizado pelo Instituto Piaget de Benguela em 2015 apontem para uma abordagem sobre a temática das línguas africanas que dá maior ênfase a uma perspectiva desde o campo da linguística, podemos identificar entre as recomendações e reflexões a caracterização da produção e difusão de conteúdo cultural em LN como meios essenciais à sua valorização e fortalecimento junto à opinião pública e a legitimação de seu uso nas situações cotidianas. Refere-se assim ao papel da televisão, da rádio e da imprensa para assegurar a representatividade da diversidade cultural e linguística na paisagem angolana, assim como sobre o necessário incentivo à produção literária, de modo a enriquecer o já profícuo cânone afro-europeu, como bem o definiu wa Thiong'o (1987). Ainda assim, o necessário enquadramento de políticas que permitam avançar com estas recomendações esbarram igualmente em entraves estruturais e culturais legados pela história recente de Angola, de modo que buscar compreender o arcabouço institucional e a dinâmica do setor cultural no país passa necessariamente por considerar e reconhecer as estruturas sobre as quais se dá sua atual organização política e econômica.

É notória a violência e brutalidade de uma das guerras civis mais longas do século XX, na qual a Guerra Fria do mundo de fato esquentou, e sobre as ruínas da qual a literatura nacional soube compor fina e crua elegia. Durante quase 30 anos, o financiamento da guerra foi a prioridade de qualquer forma de Estado angolano que conseguiu estruturar-se, o que acabou por negligenciar o investimento em educação e cultura e dificultar o estabelecimento sustentado de um aparato institucional capaz de permitir a fruição cultural e a valorização patrimonial e sua inclusão como ativos e recursos no âmbito da economia e orçamento nacionais. Terminado o conflito, em 2002, o país conheceu um processo de reconstrução, tendo vivido uma década de crescimento econômico vertiginoso, com a grande entrada de capital estrangeiro e um intenso desenvolvimento da indústria petrolífera. Apesar de avanços com a criação do Ministério da Cultura, em 2003, o estabelecimento do Festival Internacional de Cinema de Luanda (2008), a promulgação da Lei da Política Cultural da República de Angola (2011) e da Lei do Cinema e do Audiovisual e da Lei do Mecenato (2012), a realidade objetiva do setor cultural angolano segue ainda marcada por instabilidade e descontinuidade (Escorel & Tavares, 2020).

A Constituição da República de Angola, primeiramente promulgada em 1975, revista em 1992, e com sua mais recente reforma em 2010, atualmente em vigor, dedica 8 artigos às questões relacionadas direta ou indiretamente às LN e a cultura enquanto patrimônios de direito dos angolanos. Reconhece e valoriza as línguas nacionais como património cultural e instrumentos de identidade e comunicação (arts. 19º, 21º, 87º), comprometendo-se com a sua promoção, ensino e desenvolvimento. Também assegura o direito à criação cultural e científica (art. 43º), ao acesso à educação e cultura (art. 79º), à proteção da juventude nos domínios culturais e formativos (art. 81º) e à preservação da diversidade linguística e cultural das comunidades (art. 87º). No plano internacional, reafirma o empenho de Angola na valorização do património cultural africano (art. 12º) (Constituição da República de Angola, 2010).

Já no ano seguinte à Constituinte de 2010, estabelece-se a Lei da Política Cultural da República de Angola, proposta pelo III Simpósio sobre Cultura Nacional (2011) e aprovada com vigência de 10 anos pelo então Presidente José Eduardo dos Santos (1942-2022). Se o texto constitucional não estabelece vínculo direto entre a cultura e as línguas, a questão linguística é claramente expressa como um elemento central às políticas de cultura nacionais e os princípios norteadores da lei. Em sua introdução, o decreto atesta que:

> A cultura angolana é africana e exprime-se nos valores materiais e imateriais que constituem o património cultural do povo angolano. Os nossos sistemas de valores, profundamente enraizados na alma das diversas comunidades que constituem o povo angolano, manifestam-se no dia-a-dia através das tradições, crenças, artes e sobretudo das suas línguas que representam o essencial da nossa identidade.
>
> (República de Angola, 2011, p.146)

Ao apresentar as definições dos conceitos de cultura e de angolanidade e nação como fatores de base introdutórios à própria definição de uma política de cultura, a lei indica três princípios estruturantes fundamentais sendo eles a a) unidade nacional, a b) preservação da diversidade cultural; e a c) igualdade no tratamento dos elementos que expressam a diversidade cultural e linguística no país. Com o objetivo de apresentar seus objetivos gerais e específicos, a lei elege princípios programáticos pelo qual é pautada, indicando desde já a cooperação internacional entre os Estados, que "independentemente dos seus sistemas políticos e ideológicos, deve ter como base a cooperação cultural entre povos e nações como meio de unir esforços para a criação de um mundo melhor onde reinem a paz, o bem-estar, a compreensão e o respeito mútuo"(República de Angola, 2011, p.148), como um fator determinante na estruturação da política cultural nacional.

Dentre os objetivos gerais, aponta-se a importância do diálogo entre culturas e a necessidade de aceitação da diferença entre estas, reconhecendo na cultura angolana uma vocação universalista para o resgate e a promoção dos valores da Cultura Tradicional de Angola, de modo a resistir ao que denuncia-se como os "fenómenos de uniformização e homogeneização que vêm surgindo como efeito da globalização", e incentivando na população o desenvolvimento de capacidades de assimilação crítica da cultura dita universal. Dentre o elenco dos 26 objetivos específicos desta empreitada, o decreto dá novamente grande destaque à questão da diversidade cultural e linguística. Propõe-se preservar a identidade cultural nacional em sua diversidade, promovendo o acesso ao ensino e uso das línguas angolanas como forma de corrigir desigualdades históricas e fortalecer a coesão social. Defende-se o uso ampliado dessas línguas em todas as esferas da vida nacional, o seu estudo científico e a valorização do património cultural tangível e intangível, incluindo a memória histórica e as instituições tradicionais. A política incentiva a criação artística e literária em todas as línguas faladas no país, promove a difusão cultural nos meios de comunicação e estimula a cooperação internacional, buscando dar visibilidade e influência à cultura angolana no cenário global (República de Angola, 2011, p.149).

Muito embora os artigos 23 e 25 reconheçam a necessidade de ações para a internacionalização das manifestações culturais angolanas de reconhecido e alto nível de qualidade, o papel das diásporas neste objetivo não chega a ser mencionado. Por sua vez, a cooperação cultural internacional é definida como uma via de acesso a "outros valores culturais e uma forma de difusão da cultura a nível internacional", devendo constituir uma via para o reforço das capacidades nacionais do setor da cultura, dos organismos e instituições culturais bem como "para a obtenção de apoios internacionais para implementar programas e campanhas de sensibilização e formação nos domínios da cultura e artes.", ilustrando novamente a maneira como o país incorporou o acesso à ajuda internacional e a participação de governos e agências estrangeiras na governança da cultura e como tem buscado alinhar-se às principais agendas internacionais para o setor.

Em outra secção, dedicada ao desenvolvimento cultural, o ponto 5.1 Línguas de Angola considera a língua como um importante repositório e veículo da cultura nacional, pelo que supostamente atribui-lhe um estatuto científico e jurídico, o Executivo promovendo em teoria o estudo, o ensino e o uso das LN e da língua portuguesa em todas as esferas da vida nacional, e particularmente no sistema do ensino e na comunicação social, encorajando (ainda segundo o decreto) a edição bilingue. Como vimos entretanto este estatuto ainda não existe de maneira prática no que toca à atribuição dos usos e funções das línguas africanas na sociedade angolana. No que toca à literatura, a lei atesta que o governo estimula a criação literária escrita e oral, em português e em todas as

línguas de Angola, assim como as traduções, de modo a garantir o mais amplo acesso público à produção artística nacional, incubindo-se o governo igualmente do papel de incentivar e promover o aumento do parque gráfico nacional, de forma a garantir a produção de livros nas várias línguas faladas no país. O Executivo encoraja ainda a produção de jornais, revistas para crianças e bandas desenhadas com vista à promoção "da angolanidade e da cultura nacional", e orienta as estações de televisão a desenvolver emissões integrais nas línguas angolanas africanas. Conforme referimos, as LN tem igualmente destaque nos princípios norteadores elencados para as emissões de rádio no país:

> As estações de rádio devem maximizar nos seus programas a difusão da música nacional em defesa dos seus criadores e intérpretes e promover a produção de programas nas línguas de Angola. As estações provinciais ou territoriais devem, nas suas emissões, utilizar as variantes da língua das comunidades das respectivas províncias, devendo desenvolver edições integrais nessas línguas. A estação nacional deve emitir os seus programas utilizando apenas as variantes de referência escolhidas oficialmente.
>
> (República de Angola, 2011, p.153)

A Lei da Política Cultural da República de Angola (2011), embora ainda não atualizada por novo decreto oficial, é de certo modo atualizada e conhece alguma continuidade no âmbito do Plano de Desenvolvimento Nacional do Governo de Angola para 2018-2022, VOL.I, publicado em abril de 2018, no qual o alinhamento estratégico com as agendas internacionais da Agenda 2030, no âmbito da ONU, e da Agenda 2063 da União Africana (UA) passa a orientar renovados horizontes de ação do poder público (PDN [2018-2022] – VOL. I, 2018, p.12). Neste renovado panorama político, a cultura é mencionada no Eixo Estratégico I. – Desenvolvimento Humano e Bem-estar, composto por oito categorias de políticas públicas: População; Educação e Ensino Superior; Desenvolvimento dos Recursos Humanos; Saúde; Assistência e Protecção Social; Habitação; Cultura; Desporto. As políticas de cultura, por sua vez, estão dispostas entre a 1.7.1 Valorização e Dinamização do Património Histórico e Cultural; e o 1.7.2 Fomento da Arte e das Indústrias Culturais e Criativas.

O PDN retoma a Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2025 e seu objetivo global de promoção da diversidade cultural, para elencar os objetivos específicos de divulgação da expressão cultural e promoção da formação; promoção da salvaguarda e da valorização do património cultural; do fomento à produção cultural; e a promoção da cooperação cultural (PDN [2018-2022] – VOL. I, 2018, p.113). Alinhando-se à Agenda 2063 da UA, atribui prioridade aos "Valores Culturais e Renascimento

Africano", bem como ao "Património Cultural, Artes Criativas e Negócios", e retomando a Agenda 2030 elenca os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho digno e crescimento econômico) e 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), como os novos norteadores principais da política nacional de cultura. O MINCULTUR, é definido como "a entidade responsável pela condução da Política Cultural nacional, que desta forma, tem procurado promover e divulgar as tradições populares, as artes cénicas, as artes plásticas, o artesanato e as línguas nacionais enquanto meios de combate à ignorância, à violência e à pobreza e como forma de construção de uma identidade nacional" (PDN [2018-2022] – VOL. I, 2018, p.116), e tem entre suas ações prioritárias o desenvolvimento de estudos sobre os hábitos e costumes dos diferentes grupos etno-linguísticos, a organização e valorização das autoridades tradicionais e os fenómenos religiosos nacionais.

Em 2022, realizaram-se novas eleições gerais em Angola, às quais o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ganhou com a maioria dos votos, apresentando um novo programa de governo estruturado em 7 eixos prioritários para o desenvolvimento nacional, dentre os quais o terceiro deles menciona a intenção de: "Promover o desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, promover a cultura e o desporto e estimular o empreendedorismo e a inovação" (Programa de Governo MPLA 2023-2027, p.6). O setor cultural e criativo é assim designado como fator estratégico para a criação de emprego e a promoção de crescimento econômico estruturado e sustentável, "capaz de estimular uma ampla diversidade de artistas, gêneros e modos de expressão e de catalisar o desenvolvimento social e econômico, proporcionando oportunidades para os cidadãos expressarem a sua criatividade, reforçando a coesão nacional e projectando uma imagem positiva de Angola à escala global" (Programa de Governo MPLA 2023-2027, p.45).

O programa prevê assim uma série de ações com o objetivo expresso de estruturar e fortalecer o setor cultural nacional como pólo de criação de empregos e como instrumento privilegiado para a atuação internacional angolana. Aqui, novamente, são mencionadas as LN e a necessidade de fortalece-las na paisagem midiática como fatores fundamentais de preservação da singularidade da identidade angolana. O Programa de Governo do MPLA 2022–2027 propõe uma política cultural abrangente, centrada no desenvolvimento da economia criativa e na valorização da cultura como ativo social e económico, com foco na diversidade étnico-cultural e na unidade nacional. Defende a criação de um ecossistema cultural autônomo e projetado globalmente, o fortalecimento das infraestruturas culturais e o cumprimento de compromissos internacionais com a Unesco, incluindo o reconhecimento do património material e imaterial. Prioriza o ensino das línguas nacionais, a valorização das autoridades tradicionais, a realização de festivais culturais e a inclusão de pessoas com deficiência,

promovendo ainda a articulação entre cultura, educação, comunicação social e valores cívicos por meio de parcerias institucionais e religiosas.(Programa de Governo MPLA 2022-2027, 3.3.7, p.43).

Em 2023, iniciado o novo governo, é aprovado o novo Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) horizonte 2023-2027, com base na ELP Angola 2050, que segue alinhando-se às agendas internacionais que Angola subscreve, nomeadamente a Agenda 2030 e Agenda 2063 da União Africana. A ELP Angola 2050 foi apresentada em junho à população em versão preliminar para consulta pública, tendo o governo sido criticado em diversas instâncias por apresentar uma nova estratégia sem buscar apresentar resultados das metas anteriores em primeiro lugar. O documento adota tom categórico no reconhecimento do papel das ICC para o desenvolvimento sócio-econômico do país:

> A nossa visão encara o sector cultural e criativo como motor do desenvolvimento social e pessoal, do emprego e do crescimento económico. Os angolanos beneficiarão de uma multiplicidade de bens e serviços culturais fornecidos por um sector cultural nacional estruturado e sustentável, integrado com os sectores da educação, da comunicação social e do turismo. O sector estimulará uma grande diversidade de artistas, géneros e modos de expressão e catalisará a projecção externa do País e as exportações culturais. Reconheceremos o crescente impacto social e económico das indústrias culturais e criativas, estimulando um mercado interno dinâmico, apoiando a distribuição, os circuitos e as infra-estruturas culturais e potenciando a profissionalização e a ampla digitalização do sector. Abordaremos o desenvolvimento dos diferentes segmentos culturais com um compromisso de longo prazo e garantiremos a estabilidade das políticas para criar um sector florescente.
>
> (ELP Angola 2050, Versão Resumida, p.9)

O novo PDN assim, busca integrar uma perspectiva transversal e integrada, indicando a maneira como as políticas de cultura têm maior ou menor impacto no desenvolvimento de capital humano, na segurança alimentar, no aumento da receita fiscal, nas temáticas da juventude, igualdade de gênero, sustentabilidade ambiental, emprego, comunidades vulneráveis e na melhoria do ambiente de negócios.

A cultura passa a integrar o Eixo 3. Promover o desenvolvimento do capital humano, ampliando o acesso aos serviços de saúde, ao conhecimento e habilidades técnicas e científicas, promover a cultura e o desporto e estimular o empreendedorismo e a inovação, através de um programa de políticas direcionadas. Assim, o Programa de Valorização e Dinamização da Cultura (19) é composto por cinco objetivos, detalhados em suas respectivas ações prioritárias. São eles: 19.1: Apoiar a

diversidade étnico-cultural e a unidade nacional; 19.2: Digitalizar os meios de produção, de distribuição e de consumo de bens e serviços culturais; 19.3: Reforçar as instalações culturais; 19.4: Criar um ecossistema de organizações no sector; 19.5: Desenvolver a cultura popular urbana e rural como activo social e económico. Para além disso, o novo PDN busca inovar ao apresentar metas vinculadas à cada política e programa apresentado, sem entretanto desenvolver indicadores detalhados para o alcance das mesmas, indicando para tal efeito a simples contagem dos números gerais oficiais do governo.

A nova ELP 2050, que inicialmente orienta o PDN 2023-2027, mas cuja consulta e aprovação deu-se posteriormente à aprovação deste, é sem dúvidas o documento mais completo e que parece apontar em definitivo o alinhamento à agenda internacional da cultura, sobretudo àquelas expressas pela Unesco e UNCTAD, reconhecendo a necessidade de estruturação e continuidade na execução de políticas e programas de fomento e financiamento direto, à profissionalização e à internacionalização de artistas e sua produção, e no reconhecimento das línguas, culturas e da especificidade cultural de Angola como um todo como ativos econômicos a serem valorizados: "incentivaremos (...) a utilização e o estudo das línguas de Angola, ou línguas angolanas de origem africana e apoiaremos a expressão artística nestas línguas" (ELP Angola 2050, p.92).

Em meio a objetivos, metas e compromissos futuros, a realidade concreta angolana ainda aponta para uma forte informalidade em todos os setores da economia, de modo que também na cultura o trabalho feito no sentido de recuperação e promoção do patrimônio cultural angolano é feito por indivíduos da sociedade civil em projetos independentes, que se utilizam da internet para comunicar Angola para os próprios angolanos e também para o mundo – muito pesem as grandes dificuldades de acesso a banda larga no país. Se o objetivo 19.2 do novo PND fala em digitalizar os meios de produção, de distribuição e de consumo de bens e serviços culturais, e a ELP 2050 fala em profissionalizar segmentos com potencial econômico como as indústrias audiovisuais, a música e o cinema, uma simples pesquisa na internet através das principais ferramentas de busca em 2023 indica de fato um grande vazio de informações relativas à vasta produção cultural, sobretudo musical, empreendida em Angola entre os anos 1970 e os anos 2000.

Nesse sentido, iniciativas como a de Kelly Stress, pesquisador e produtor musical que começou a partilhar vídeos através do Youtube em 2005 e hoje acumula mais de 80 mil inscritos em seu canal Kelly Stress Aldeia Virtual, tornam-se as principais referências em pesquisa e promoção do patrimônio cultural angolano, preenchendo o vazio deixado pela lenta implementação de políticas de estímulo ao setor. Sendo por sua vez muito desta produção musical escrita e cantada nas muitas línguas africanas de Angola, Stress passou progressivamente a focar seu trabalho na tradução das letras das músicas em parcerias com diversos colaboradores, disponibilizando assim vídeos de clássicos da música

popular angolana legendados em português e estabelecendo um verdadeiro arquivo da produção musical nacional ao alcance de um público cada vez mais amplo.

É sobretudo através de seu canal que hoje é possível encontrar-se vestígios da existência do trabalho e das performances de grupos de extrema importância na história nacional como o N'gola Ritmos, Belita Palma, Bonga, os Irmãos Kafala, David Zé, o Conjunto Os Anjos, assim como de toda a nova geração do Kuduro. O reconhecimento público cada vez mais evidente do trabalho feito por Stress e dos contributos que este oferece ao reconhecimento e valorização da cultura angolana, com aparições e entrevistas frequentes em programas de rádio e televisão, aliados a um acesso cada vez mais importante da população à internet no país, parecem também incentivar outros agentes a igualmente passarem a atuar de similar maneira na plataforma, compartilhando seus conhecimentos e arquivos sobre a música angolana e contribuindo para que esta seja cada vez mais presente e de fácil acesso.

Ao aliar a inclusão de Angola e seu patrimônio cultural imaterial na paisagem digital do século XXI a um fino trabalho de valorização das LN o canal de Kelly Stress junta importantes componentes, reafirmando a potência da cultura para a preservação e promoção da diversidade linguística, mas também destas como veículos principais da diversidade cultural, evidenciando de maneira orgânica como pensar-se as políticas culturais através da componente linguística pode ter um importante impacto na implementação dos princípios e objetivos de instrumentos como a Convenção de 2005 e a Recomendação de 1980 da Unesco.

Em entrevista sobre o uso das novas tecnologias para a promoção cultural no canal digital angolano GoTalks[27], Stress diz que seu principal objetivo era o de fazer conhecer, valorizar e aproximar as línguas e os textos cantados das novas gerações urbanas, que como ele, falantes de português, na maioria das vezes desconhecem em grande parte e não tem acesso às LN. Stress também diz que, sendo o acesso à internet no país ainda dificultado, estima que o seu público constitua-se em um primeiro momento principalmente de angolanos a viver nas diásporas, o que em última instância acaba por contribuir igualmente para o objetivo de fazer conhecer Angola no exterior através de sua cultura também possa concretizar-se mais eficazmente. Um breve olhar aos muitos comentários nos vídeos compartilhados por seu canal nos mostram internautas angolanos saudosos das músicas com as quais cresceram e outros surpresos de serem apresentados a grupos e artistas até então desconhecidos. Também identifica-se o público brasileiro, interessado em conhecer um país tão próximo culturalmente, configurando um perfil de público cada vez mais expandido. Ao trabalhar arquivos fonográficos e visuais, Kelly Stress tornou-se referência absoluta da valorização das línguas africanas através da

[27] www.youtube.com/watch?v=vFJZsMQ4LB8, acesso em 18/01/24

promoção da cultura musical angolana através do digital. Também não são raros os comentários que dizem que era preciso que o produtor contasse com o apoio oficial do MINCULTUR, ou então que o produtor está muitas vezes a fazer mais do que o próprio governo pelo setor.

Por outro lado, se o novo programa de governo do MPLA propõe, como vimos, X. Continuar a promover e incentivar o ensino das línguas nacionais como meio de comunicação e fator de preservação e perpetuidade da cultura angolana; e sendo Angola signatária da Convenção de 2005 da Unesco, que atesta em seu Artigo 6º que os Estados Parte tem o direito de implementar no âmbito de suas políticas culturais medidas destinadas a proteger e promover a diversidade das expressões culturais em seu território, incluindo disposições relativas ao idioma utilizado para as atividades, bens e serviços (Unesco, 2005, p.8), o estabelecimento de políticas públicas e programas oficiais que desenvolvam o trabalho iniciado por Kelly Stress parece apenas um desdobramento óbvio. Entretanto, mesmo que o enquadramento jurídico nacional e internacional pareça estar alinhado com estes objetivos, e que seja grande o potencial já identificado a ser explorado para criar e articular toda uma cadeia e ciclo de pesquisa, produção, consumo e promoção cultural, é mais patente a deficiência de vontade política do que a falta de recursos financeiros ou jurídicos.

Sem colocar em questão as boas e reais intenções governamentais nacionais em proteger e promover a diversidade de expressões culturais e as línguas africanas de Angola através de sua política externa, a consideração das referidas documentações e políticas estabelecidas para o setor nos mostra que o alinhamento do país com a agenda internacional da cultura, expressa principalmente através de agências da ONU, como a Unesco ou a UNCTAD, tem servido sobretudo a objetivos políticos. Se por um lado este modus operandi manteria abertas as portas ao país para o acesso aos principais programas de cooperação para o desenvolvimento, dando-lhe igualmente a projeção internacional idealizada pelos PDN e permitindo a presença e constante diálogo com entidades internacionais de peso político, por outro, uma atuação consistente na arena da política externa representa igualmente uma importante frente para acumulação de capital político em âmbito nacional, sendo o discurso nacionalista bastante vocal no alinhamento à defesa de uma identidade e exceção nacionais, configuradas por valores africanos, frente aos valores estrangeiros.

Mesmo quando olhamos para a dimensão internacional mais próxima de Angola, no âmbito da participação e cooperação do país na CPLP, sobretudo quando frente à Presidência Pro-Tempore do biênio 2010-2012, muito pesem os trabalhos que levaram à Declaração sobre Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP (2010) que possibilitou como vimos pela primeira vez o reconhecimento, no âmbito oficial da organização, de que o espaço da CPLP também é distinguido e enriquecido pela sua diversidade cultural e pelo multilinguismo dos seus EM, a falta de vontade e

iniciativa política em âmbito nacional nos leva a considerar um uso político da diversidade cultural. Em diferentes instâncias da cooperação internacional da CPLP o país acumula um histórico de atuação na proposição e defesa de temáticas ligadas à diversidade, promovendo a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) e a Convenção de 2005 da Unesco, esta última à qual Angola viria a aderir naquele mesmo ano de 2012, junto aos EM. Não obstante, a crônica e permanente falta de dados sobre o setor e os quase inexistentes programas de investimento para fomento à participação das LN na ação cultural, indicam a maneira como esta agenda internacional da cultura, e a defesa de valores da chamada angolanidade tem vindo até aqui de fato a ser instrumentalizadas.

Existem, é claro, avanços. Onze anos após a Declaração sobre Solidariedade na Diversidade no Espaço da CPLP (2010), a primeira aparição nominal de uma língua nacional angolana na documentação oficial da organização, com a menção ao uso do Kimbundu na produção do longa-metragem sobre a Rainha Nzinga Mbandi, em 2021, segue sendo a única menção oficial a uma língua autóctone da CPLP em toda a documentação oficial, como pudemos referir. Também deve-se reconhecer o importante papel que a primeira Presidência Pro-Tempore de Angola frente à CPLP teve em pautar e fazer avançar a temática da diversidade no âmbito da cooperação da organização, promovendo os princípios e objetivos dos principais instrumentos normativos da Unesco sobre a temática. Angola aderiu à Unesco em 1977, e desde então desempenha um papel importante como interlocutor africano para a agenda da organização, sobretudo na África Central. Após a realização da primeira edição da Bienal de Luanda – "Fórum Pan-Africano para a Cultura de Paz", em uma parceira entre a Unesco, o governo angolano e a UA, em 2019, o país foi eleito como membro do Conselho Executivo da Unesco para um mandato de cinco anos, entre 2022-2026, durante o qual trabalhará fundamentalmente para a efectivação de metas e compromissos da Agenda 2030, da Agenda 2063 da UA, do Protocolo de Maputo (2005) e para o apoio à Estratégia da Unesco para a inovação tecnológica na educação (2021-2025) no continente africano. Conforme afirma o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Angola, na candidatura que o país apresentou para pretender o posto, o Estado teria deixado patente a grande importância que atribui a esta agência da ONU.[28]

Na contramão deste progressivo alinhamento e participação na agenda internacional da cultura para o desenvolvimento, muito embora Angola seja um Estado Parte da Convenção de 2005, instrumento indiretamente ligado às problemáticas das LN, ainda assim, o país não integra oficialmente até o momento a principal iniciativa da ONU que ataca os principais desafios ligados aos direitos culturais e a diversidade de expressões culturais autóctones, a DILI (2022-2032), também encabeçada

---

28 http://www.embaixadadeangola.pt/angola-conselho-executivo-da-unesco/, acesso em 16/01/24

pela Unesco. Nenhum dos entrevistados aqui citados demonstrou conhecimento ou soube precisar a participação do país na iniciativa. Também não é possível identificar em qualquer meio digital nos canais oficiais do governo qualquer referência à DILI 2022-2032 ou sua adesão por parte do país, assim como também não parecem existir grupos de trabalho organizados desde a sociedade civil e da população diretamente impactada, diferentemente do que podemos observar no estudo de caso brasileiro.

E é justamente na relações culturais com o Brasil que a ação cultural internacional de Angola e a promoção das LN parece mostrar maior pujança e concretização. Para além da inserção regional de Angola e sua importância econômica na África Central, as relações históricas com a nação-irmã sul-americana segue sendo uma prioridade na agenda nacional. No setor da cultura, para além do grande consumo de produtos culturais brasileiros, as possibilidades para o intercâmbio cultural são validadas e igualmente mandatadas pela reciprocidade no estabelecimento de instituições de diplomacia cultural por ambas as partes, com a criação do Centro Cultural Brasil-Angola / Instituto Guimarães Rosa, no ano de 2015, em Luanda, e pela mais antiga presença do Centro Cultural Casa de Angola na Bahia, instituição vinculada ao MINCULTUR angolano que ocupa um casarão histórico na Baixa dos Sapateiros, em Salvador, e foi criada em 1999. Inaugurado em uma parceria com o governo estadual da Bahia, o edifício abriga um centro de estudos e documentação, um museu etnográfico permanente, biblioteca, salas de estudos, salas de exposições temporárias e jardim, tendo passado em 2023 por um amplo processo de restauro.

Natural de Luanda, Benjamin Sabby é artista, curador independente, funcionário do Ministério da Cultura, e atualmente (2023) Adido cultural de Angola no Brasil, função que acumula à de Diretor da Casa de Angola na Bahia. Sabby fala da importância das línguas africanas de Angola para as relações transatlânticas e também como ativos importantes para a internacionalização da cultura angolana no âmbito da CPLP, imaginando um possível diálogo do Instituto de Línguas Nacionais de Angola com parceiros homólogos nos EM e aproveitando-se do investimento público e infraestrutura física e institucional construída pela organização ao longo dos anos. Considera que a proteção e promoção das LN tem um lugar de destaque na agenda do governo, e frente à Casa de Angola na Bahia tem projetos para fazer das línguas africanas um dos principais atrativos para o público brasileiro.

> Ao longo da história da Casa de Angola tivemos vários programas de ensino, sobretudo das línguas kimbundu e kikongo. A procura sempre foi grande, especialmente por universitários de cursos de letras e integrantes de religiões de matriz africana, que formavam o principal público.

Muitos dos artistas que nós selecionamos para vir cá ao Brasil no âmbito dessa programação são também profissionais que em seus repertórios têm as línguas nacionais como meios de interpretação de suas obras. Quando pensamos em outras manifestações artísticas como a dança, o teatro, etc., tentamos sempre incluir e perspectivar essa dimensão da língua dentro dos projetos. A língua é de fato o fator que nos faz sentir mais claramente a presença angolana no Brasil. É algo que começou de maneira mais dramática, com a vinda de angolanos escravizados, mas que ficou muito marcada na cultura brasileira e que é transversal, independente do nível de escolaridade, raça ou posição social: os brasileiros utilizam muitas palavras, sobretudo do kimbundu, no português que falam. Nas novelas, nas manifestações políticas e na literatura brasileira, encontramos muitas palavras das nossas LN, e então julgamos importante avançar com esta frente.

Inclusive, dentro do plano de restauro (da Casa de Angola) há uma secção especialmente dedicada às questões das línguas. Neste sentido, temos tido contactos com o MLP, em São Paulo, que dispõe já de algum conteúdo didatizado para a mediação com o público sobre as línguas de Angola, sobretudo das palavras de origem banto presentes no português brasileiro. Temos trabalhado no sentido de nos cederem parte deste conteúdo. Do nosso lado, precisamos viabilizar a aquisição da tecnologia própria para poder receber e expor este material, mas também parece haver abertura da parte do museu em nos cederem o material.

Nos comunicamos em português, mas há uma carga muito grande das línguas africanas de Angola tanto no português brasileiro como no português angolano. Também sempre há a possibilidade de cooperação com os povos originários do Brasil. Nesse aspecto de resgate das línguas, Angola tem certa vantagem, acredito, e poderíamos estar a trocar boas experiências. Mas talvez nós também possamos beber aqui alguma coisa, por que essas são línguas que estão muito relacionadas com a natureza e os processos naturais, então com certeza encontram-se em diversos aspectos.

(Benjamin Sabby, entrevista pessoal, 16 de agosto de 2023)

Se a Casa de Angola na Bahia já completa mais de duas décadas de atividades e sua presença neste estado brasileiro justifica-se pela sua forte ligação com África, e também pelo fato de ser nos falares baianos que atesta-se o maior número de aportes léxicos de origem kimbundu e kikongo (Castro, 2022, p.135), um renovado fluxo migratório tem vindo a fazer de São Paulo a capital brasileira com a maior comunidade angolana no Brasil. Em 2019, foi também inaugurado o Centro Cultural Casa de Angola em São Paulo, um projeto que não é vinculado ao governo angolano, mas pensado e gerido de forma independente por agentes culturais e artistas imigrantes de Angola baseados na cidade, que em 2022 passou a ocupar um imóvel próximo ao bairro da Mooca.

Trabalhando no setor da cultura de maneira independente assim como Kelly Stress, Isidro Sanene, é autor, ativista e gestor cultural e um dos idealizadores e diretores do projeto. Atuando no setor das relações culturais internacionais e da diplomacia cultural não-oficial, a Casa de Angola de São Paulo parece igualmente buscar de alguma maneira desengessar e renovar as possibilidades de promoção da cultura angolana e a cooperação entre Brasil e Angola. Apostando na presença física e na configuração de territorialidades, o projeto defende preencher a lacuna deixada pelo poder público e responder a demanda da grande comunidade angolana no país, que para além de buscar conexão com sua própria cultura, também reconhece e identifica no brasileiro esse interesse em conhecer melhor suas raízes a partir de Angola.

Foi Sanene, por exemplo, o responsável por articular a vinda do Rei Tchongolola Tchongonga-Ekuikui VI, o Rei do Bailundo, a São Paulo, em 2023. Neste novo projeto, que também goza de grande adesão por parte das comunidades de imigrantes africanos de outras nacionalidades presentes na capital paulista, as línguas despontam igualmente como um fator de destaque no diálogo e aproximação com o público. Ele lembra que o aprendizado de línguas pode ser uma forma de cura e auto-conhecimento e considera que neste sentido o projeto da CPLP, que considera demasiadamente centrado na discussão sobre a língua portuguesa e a lusofonia, não parece direcionar-se para um reconhecimento e inclusão dos povos originários que a compõem. O gestor cultural julga que a organização tem um grande potencial para atuar como protagonista em um desejado processo de revisão das bases culturais que fundamentam o projeto de comunidade, mas que o que faltaria seria de fato a vontade política para colocar projetos, e declarações em marcha. Projetos como os que busca ele operacionalizar de maneira independente desde a maior metrópole de língua portuguesa, organizando atividades diversas e intercâmbios culturais, nos quais facilita e acompanha viagens de grupos em visitas à Angola, compostos sobretudo por brasileiros de origem africana.

> Aprender as nossas próprias línguas é uma forma da gente se curar, é uma forma de pegar os fragmentos e começar a entender um pouco sobre a nossa essência. Um povo que não regista a sua cultura, devido também à própria natureza oral de nossas culturas ancestrais, fica suscetível ao apagamento da memória pelo tempo e estamos em uma época da tecnologia digital que pode ajudar nesse processo. Aqui no Brasil vemos isso dar-se em diversas comunidades indígenas, que estão preocupadas em registar as suas histórias. O jovem angolano ainda têm pouco interesse em aprender suas línguas. Percebo que há uma imposição, ditada também pela própria imprensa, que faz com que muitos povos, muitas línguas, não sejam reconhecidas. Chamam nossas línguas de dialetos. Nossas línguas nesse sentido aproximam-se das línguas indígenas no Brasil. Há evidentemente também a latinização dos alfabetos, imposta igualmente pelos brancos sobre a estrutura das nossas línguas, cuja

base é oral, e cuja comunicação é feita a partir de símbolos, de movimentação. Este enquadramento por si só já contribuiu para colocar as nossas línguas em uma espécie de hierarquização, quando na verdade, as nossas línguas estão e sempre estiveram aptas e detêm as mesmas possibilidades e potencialidades de comunicação que qualquer língua europeia ou asiática. O kimbundu está no mesmo nível da língua francesa ou inglesa.

Quer seja na literatura, na dramaturgia, na ficção pictórica, nas artes plásticas ou na dança, percebo uma preocupação maior de sermos mais autênticos, e um povo autêntico tem a sua língua. Nós crescemos sem falar as nossas próprias línguas, por que aqueles que falassem as LN não seriam assimilados. Os mais velhos acabaram por não passar para seus filhos os seus idiomas por que quem falava estas línguas não teria sucesso. Tenho mais credibilidade (em português) do que se estiver a falar em alguma LN. Nas escolas públicas tem-se o ensino do francês e do inglês, por exemplo, mas ainda não há o ensino de nossas próprias línguas! Então penso que grande parte da responsabilidade de passar para frente este conhecimento recai sobre os pais, que entretanto, em sua maioria, foram convencidos de que estas não valem muita coisa.

(Isidro Sanene, entrevista pessoal, 15 de agosto de 2023)

A presença de Angola no Brasil e em Portugal sendo certa e antiga, a ação externa no campo da cultura pelo governo angolano para além desta "zona de conforto" segue sendo bastante tímida, em um claro constraste com a importante presença de agências de governos estrangeiros e organizações internacionais trabalhando na área da cultura em solo nacional – em grande parte cotejando e complementando o trabalho de conterrâneos na concorrida extração petrolífera do país. A cooperação internacional, desde os primórdios da estruturação do movimento nacionalista e a articulação estratégica da luta de libertação à posterior movimentação dos diferentes grupos políticos no âmbito do conflito civil, é recurso empregado amiúde pelas elites dirigentes. Conforme relatório do Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade de Coimbra intitulado Ajuda Internacional e consolidação da paz em Angola – Conclusões e recomendações, a realidade do país enquanto receptor de assistência humanitária e ajuda internacional durante as várias fases do conflito armado civil entre 1992 e 2002 teria produzido um contexto de dependência junto de alguns sectores da população e muito influenciado a forma como o país encara a comunidade e o sistema internacional. Este cenário teria condicionado a situação atual da maior parte das organização não-governamentais nacionais, criadas em um contexto de crise e emergência e altamente dependentes dos financiamentos e agendas dos doadores internacionais, incrementando os efeitos sobre a já existente desconexão e distanciamento

entre o Estado e a maior parte da população angolana, tendo a comunidade internacional assumido muitas das funções sociais básicas do Estado (NEP/CES, 2007, p.3).

> Ainda assim, hoje não existe em Angola uma tendência para aceitar a imposição de agendas dos doadores por parte da elite governamental, nomeadamente no que diz respeito às opções estratégicas de desenvolvimento nacional. De fato, embora ao nível do debate político haja uma aparente aceitação teórica de alguns modelos padronizados promovidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional ou Comissão Europeia – que veiculam uma visão externa de desenvolvimento e crescimento econômico associado a programas de reconstrução pós-conflito, transparência da governação e luta contra a pobreza –, em última análise, Angola tem acabado sempre por definir as suas próprias políticas e ritmos de implementação, à margem da pressão internacional
>
> (NEP/CES, 2007, p.4).

Considerando a maneira como este cenário impacta e é refletido na cultura, e com o objetivo de lançar luz sobre o papel da ação estrangeira na estruturação e desenvolvimento do setor cultural nacional e o papel legado às línguas africanas neste balanço, propomos a seguir a análise de três relatórios produzidos na última década por organismos de cooperação cultural internacional com atuação no país, sendo eles o Relatório Domínio Prioritário 1 - Criação de emprego / Programa Indicativo Plurianual da Cooperação PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (PALOP-TL/UE) 11º FED (2016), o relatório Futuros Criativos - Economia Criativa em Angola, Moçambique e Timor Leste (2019) no âmbito de projeto de pesquisa da ACEP, e o relatório Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola (2023), parte do programa Train for Trade II, da UNCTAD, todos os três respondendo a programas financiados com fundos da UE, realizados através de consultorias internacionais. Estes são atualmente os principais documentos de análise crítica sobre a estruturação e desenvolvimento do setor cultural angolano, testemunhas de um ponto de vista baseado em modelos e políticas de base ocidental e apresentando análises e perspectivas geo-centradas sobre o significado que podem ou devem ter as práticas culturais e a industrialização do setor em Angola.

5.3. Jikulumessu: abre o olho

Como vimos em capítulo anterior, o dispositivo multilateral de cooperação PALOP-TL – UE é um programa de ajuda ao desenvolvimento internacional da UE, realizado no âmbito do programa de

assistência aos países de África, Caribe e Pacífico (ACP), cujo principal programa de intervenção na área da cultura é o PROCULTURA PALOP/TL, que visa promover o aumento do emprego nas ICCs, assim como a difusão e oportunidades de comercialização de produtos culturais desses países para os mercados nacionais, regionais e internacionais. Orientado igualmente a elevar os padrões das indústrias da cultura nos países afetados aos "padrões de consumo dos mercados internacionais", o projeto gerido por Portugal ocupa um lugar de destaque no atual setor cultural angolano e as possibilidades oferecidas aos agentes culturais para viabilizar suas práticas e formações.

Considerando à perspectiva reflexiva sobre as ICCs (De Beukelaer e Spence, 2019), e lembrando que a defesa de uma visão puramente pragmática e despolitizada sobre a agenda da economia criativa na cooperação internacional pode por vezes ocultar uma agenda não expressa, será de interesse para a presente reflexão, ao considerarmos o caso de Angola, a análise de um relatório preliminar à criação e efetivação do programa, publicado quando da aprovação do Programa Indicativo Plurianual PALOP-TL, sob a égide do 11° Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) (2014-2020), pela Comissão Europeia, em 2015.

O Programa prevendo entre seus objetivos específicos o aumento do emprego através da inclusão e da mobilidade; a promoção do emprego através de atividades geradoras de riqueza no setor cultural e o fortalecimento da capacidade institucional de governação em Angola, realizou uma pesquisa preliminar no contexto angolano que resultou na publicação do Relatório Domínio Prioritário 1 - Criação de emprego / Programa Indicativo Plurianual da Cooperação PALOP e Timor-Leste com a União Europeia (PALOP-TL/UE) 11° FED (2016), que identifica as principais ações do governo nacional para o setor com o objetivo geral de iniciar a primeira etapa do processo de definição das áreas prioritárias de intervenção para o projeto a ser implementado, respondendo aos objetivos específicos de

- Formular um estudo nacional em Angola, para identificar as iniciativas com mais potencial de valor acrescentado para cooperação entre os PALOP/TL no domínio da criação de emprego, em particular a cultura como actividade económica (indústria culturais e criativas) através do empreendedorismo visando o emprego e auto-emprego, bem como o desenvolvimento de capacidade dos actores públicos e da sociedade civil relevantes neste domínio;

e

- Apresentar uma análise detalhada do contexto nacional, das políticas ou planos estratégicos existentes, bem como apresentar dados estatísticos e informação relevante sobre as áreas prioritárias de intervenção a serem estudadas.

(11° FED, 2016, p.6).

O relatório atesta que o estudo em questão, através de metodologia baseada na recolha e análise de documentação, dados estatísticos e a realização de reuniões com um conjunto de entidades públicas e privadas ligadas aos setores do emprego, empreendedorismo, cultura e formação profissional, contou com uma participação quase inexistente dos atores relevantes do setor da cultura, mas conclui com a apresentação de um conjunto de propostas de programas e ações a desenvolver, que contribuiriam para a criação de emprego e riqueza no setor da cultura e indústrias criativas, tomando por base princípios da inclusão social, do desenvolvimento solidário e sustentável, da preservação, promoção e desenvolvimento da cultura e da cooperação internacional. Para tal, apresenta-se uma contextualização do cenário angolano, identificando-se os princípios estruturantes e programáticos da política cultural do país, dentre os quais a Preservação da Diversidade Cultural (11° FED, 2016, p.14), e Línguas Nacionais como Suportes do Desenvolvimento Cultural Nacional (11° FED, 2016, p.15), são diretamente vinculados e versam sobre a preservação e o uso das LN.

Dentre os programas angolanos direcionados no âmbito do emprego cultural à problemática linguística, indica-se os esforços já empreendidos pelo governo no sentido de 1.1 **-** Garantir o uso, estudo e ensino das LN de Angola, por fases, de acordo com o número dos seus falantes; 1.2 **-** Garantir a formação de especialistas (linguistas e professores) a todos os níveis, em LN e internacionais; 1.3 **-** Garantir a execução de projectos de investigação na área das LN; 1.4 **-** Introduzir as línguas internacionais (inglês e francês) no ensino, como línguas obrigatórias até ao 12o ano; 1.5 **-** Introduzir as LN, por opção, em alguns cursos universitários (Direito, Medicina, Comunicação Social, Administração); 1.6 **-** Garantir a existência de um número razoável de quadros angolanos que se expressem fluentemente em LN; 1.7 **-** Garantir a existência de um número razoável de quadros angolanos que se expressem fluentemente em línguas internacionais (inglês e francês) (11° FED, 2016, p.16).

O relatório cita igualmente o programa de ação do governo angolano para a formação de quadros superiores, no qual foi diagnosticado um déficit importante nos domínios de Línguas e Literatura e Cultura Angolana e Africanas, e que pretendeu "reforçar a oferta interna investindo na capacidade de formação e melhorar e aumentar o número de docentes apostando em recursos humanos nacionais" (11° FED, 2016, p.65). Também, menciona-se o Programa de Ação n°2, destinado à formação de quadros médios, que pretendeu "Ampliar e melhorar os serviços de cultura, dos quais se destacam a promoção do acesso ao ensino e uso das LN de Angola em todos os domínios, assim

como as principais línguas de comunicação internacional e a implantação do sistema nacional de museus, de arquivos histórico, de centros culturais, de bibliotecas e de programas culturais municipais e, ainda, investigação etnográfica" (11º FED, 2016, p.73).

Após a apresentação de um breve panorama sobre a estruturação do setor, procede-se à identificação de "oportunidades e constrangimentos", a partir dos quais conclui-se que

> Angola possui um património cultural riquíssimo, constituído por um diversificado conjunto de usos, costumes, rituais e manifestações artísticas. A vasta extensão do seu território e as diferentes condições geográficas que aqui podemos encontrar propiciaram, ao longo do tempo, a proliferação de distintas culturas, sendo as designadas "línguas nacionais" um dos aspectos visíveis dessa diversidade. Contudo, nos últimos anos e em especial na região de Luanda, tem vindo a verificar-se alguma assimilação de outras culturas. Esta tendência prejudica a preservação cultural africana e angolana, sobretudo pelo distanciamento aos valores culturais que provoca. Nas restantes províncias e municípios, ainda se mantêm muitas tradições ancestrais, sendo aí facilmente observáveis e comparáveis diferentes hábitos e rituais.
>
> (11º FED, 2016, p.24)

Em seguida, considerados o contexto cultural e a ação do governo no sentido de promoção e estruturação da cultura, o relatório passa à apresentação de propostas de 16 programas para o desenvolvimento e fortalecimento do setor cultural angolano, abrangendo 12 áreas temáticas. Dentre os programas recomendados, a proposta de 7. Apoio ao Desenvolvimento das Línguas Nacionais, que é transversal a distintas temáticas, propõe iniciativas que incluem a criação de um mapa geo-linguístico das LN, um catálogo do repositório cultural das LN, o apoio à promoção de eventos nacionais e internacionais que tenham as línguas como tema, a formação de formadores em LN, o financiamento ao estudo e classificação das principais LN, a promoção e divulgação da gramática, de dicionários e obras escritas nas LN, o apoio à instalação de Casas de Cultura, a criação e melhora dos programas existentes em LN, o incentivo à utilização das LN em campanhas de impacto social e a promoção de premiações do livro e do disco em LN (11º FED, 2016, p.33).

Dentre os potenciais benefícios elencados como impactos decorrentes da implementação desta proposta, aponta-se o aumento do número de periódicos e de edições em LN, a promoção e valorização da cultura nacional, a motivação para o possível surgimento de editoras especializadas em LN, a criação de instrumentos de formação/informação, o aumento da troca de experiências e aquisição de boas práticas no contexto nacional e a geração de emprego e de novos negócios. Também, no programa 9. Criação Literária, figura dentre as ações e iniciativas propostas, a promoção

de premiações do livro em LN, que traria benefícios ao enriquecimento da produção literária nacional e a geração de novos negócios.

Apresentadas as 16 propostas de programas recomendados para implementação, o relatório conclui-se entretanto com uma consideração sobre a grande abrangência dos programas apresentados, recomendando-se portanto a delimitação de apenas 7 dessas propostas para submissão, tendo por bases os critérios de: Preservação e promoção dos valores culturais; Abrangência territorial dos programas; Transversalidade no impacto dos sectores da economia; Adesão dos diferentes actores; Promoção da igualdade de género; Carácter inclusivo e solidário (jovens e mais velhos); Melhoria das condições de vida das comunidades rurais; Programas em curso; Promoção de boas práticas empresariais; Sustentabilidade ambiental e Cooperação internacional (11º FED, 2016, p.39).

Dessa maneira, muito embora o relatório aponte a temática como uma área prioritária para intervenção, dentre os programas em última instância indicados à efetiva submissão para financiamento no âmbito do dispositivo de cooperação europeu, ficou de fora o programa 7. Apoio ao Desenvolvimento das Línguas Nacionais, relativo ao fortalecimento das línguas africanas através dos instrumentos do setor da cultura. Indicados para financiamento portanto os programas: 1. Estudo e Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais; 2. Artesanato nas Comunidades e Recuperação das Escolas Tradicionais; 3. Promoção de Artes Tradicionais – Música, Dança e Teatro; 8. Valorização da Medicina e Farmacopeia Tradicional; 12. Inserção da Arte, Indumentária, Gastronomia Nacionais e Elementos Iconográficos na Indústria e Comércio e Criação de Bens Virados para o Turismo; 13. Investigação de Técnicas Tradicionais e sua Inserção na Agricultura e na Indústria; 16. Revalorização do Artesanato Ligado às Tecnologias e Escolas Pictóricas Tradicionais.

É a partir deste diagnóstico e sobre estas bases que será consolidado em 2019 o que viria a ser o programa PROCULTURA-PALOP/Timor Leste – Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural nos PALOP e Timor-Leste, hoje um expoente do dispositivo de cooperação entre UE e os PALOP-TL, que goza de grande visibilidade junto à opinião pública dos países envolvidos e seus parceiros, conforme vimos em capítulo anterior. Também, dada a instabilidade crônica de financiamento e de políticas para o setor em Angola, o programa figura como uma das principais oportunidades de financiamento para artistas e coletivos culturais empreenderem seus projetos, confirmando mais uma vez a teoria da dependência da ajuda externa no desenvolvimento do setor cultural.

Embora possa-se considerar que o fortalecimento das LN possa dar-se de maneira transversal e complementar aos programas de fato indicados a financiamento, a problemática linguística segue ainda não sendo diretamente endereçada através de dispositivo específico, com a estruturação de

programas e políticas de peso, nem por parte do governo angolano, nem por parte dos agentes e organizações internacionais que atuam no país, muito embora siga-se apontando com frequência a questão como fundamental para alcançar-se a sustentabilidade, dinâmica e sucesso da estruturação de um setor criativo angolano competitivo e inclusivo. Em suma, reconhece-se a questão da diversidade linguística como estruturante e central ao setor da cultura, mas reiteradamente decide-se não investir nesta componente.

Em 2019, um novo relatório de análise externa sobre o setor cultural angolano é produzido, no âmbito de um outro dispositivo de cooperação, intitulado Futuros Criativos, encabeçado pela Associação para Cooperação entre os Povos (ACEP) e o Camões, I.P. – Instituto da Cooperação e da Língua, igualmente com foco na temática da economia e criatividade em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. Este relatório, desenvolvido em parceria com organizações e agentes destes países, com "o objectivo de conhecer e valorizar a inovação, a criatividade e a cultura como fatores de desenvolvimento"[29], leva o nome de Futuros Criativos - Economia Criativa em Angola, Moçambique e Timor Leste (2019) e foi publicado alguns anos após uma primeira versão dedicada aos estudos de caso de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (ACEP, 2016), já mencionada aqui em capítulo anterior. Em 2020, a ACEP tornou-se também parceira do programa PROCULTURA-PALOP/Timor Leste, ao assinar com o Camões, I.P. um contrato que visou acolher e divulgar em seu site informações sobre o programa europeu e suas atividades, tornado-se a plataforma que abriga o site do PROCULTURA e resume sua presença online, onde podem-se encontrar em maior parte as informações oficiais.

Ao definir o conceito de economia criativa e enaltecer a maneira como esta tem vindo a ser utilizado por organizações e agências internacionais do setor cultural e desenvolvimento internacional para analisar, mapear e debater as dinâmicas sócio-económicas de setores que têm como elementos transversais o conhecimento, a tecnologia, a inovação e o patrimônio, este relatório de 2019 propõe-se ao mapeamento de iniciativas criativas em Angola, Moçambique e Timor-Leste tomando por base a matriz estabelecida pela UNCTAD em 2010, sendo as categorias eleitas para este efeito de definição do conceito o património (expressões culturais tradicionais; locais culturais), as artes (artes visuais; artes cénicas), os media (editora e media impressos; audiovisuais) e as criações funcionais (design; novos media; serviços criativos) (ACEP, 2019, p.9).

Abstendo-se de buscar apresentar o arcabouço legal e um resumo da estrutura institucional do setor cultural angolano, o relatório decide chamar a atenção para a falta crônica de financiamentos do Estado – cujo orçamento de 2019 previu o correspondente a 0,47% do orçamento total as áreas de

[29] https://www.futuroscriativos.org/sobre// acesso em 19/12/23

recreação, cultura e religião, sendo apenas 0,12% destinados à cultura (ACEP, 2019, p.28). Assim, escolhe apresentar o ecossistema do setor criativo principalmente através da identificação de seus agentes de destaque, dando a conhecer seus percursos e apontando a maneira como formas diversas de colaboração em diferentes níveis, ao envolver indivíduos, o setor privado e o terceiro setor junto à instituições estrangeiras, parece ter permitido o acesso dos agentes culturais locais a uma rede de contactos mais ampla, o que por sua vez teria favorecido o acesso a conhecimento e informação especializada e o desenvolvimento de iniciativas a partir de elementos da cultura e do património nacional (ACEP, 2019, p.11). Novamente aqui a dimensão do diálogo internacional é enaltecida como sendo fundamental ao setor cultural em Angola.

Concentrando-se sobre o cenário em quatro capitais nacionais – Luanda, Huambo, Benguela e Moçâmedes – o relatório apresenta pesquisa de campo que resultou da identificação de estudos de caso de agentes, iniciativas e organizações inseridos no campo da criatividade, buscando seguir um critério de valores de "angolanidade" na definição da amostra a ser analisada, dando predileção portanto àquilo que realçaria os traços "singulares e positivos dos valores da cultura angolana", sem que entretanto um entendimento mais profundo deste critério e conceito proposto venha a ser pormenorizado para o leitor.

Embora a análise dedicada ao estudo de caso angolano faça a menção e lembre, para efeitos de contextualização do cenário nacional, que no país a única língua oficial é o português e que as LN são igualmente amplamente faladas pela população, não identifica-se neste levantamento o elemento da diversidade linguística como um indicador de relevo para a tipificação ou análise dos agentes e iniciativas criativas levantadas e apresentadas. Tampouco o é para a caracterização do cenário cultural no qual se inserem e atuam, focando-se portanto o documento exclusivamente em fornecer dados quantitativos sobre projetos e iniciativas, reservando a análise qualitativa apenas à caracterização dos segmentos existentes, às modalidades culturais e criativas identificadas e aos produtos e serviços oferecidos por estes agentes. Encontraremos ao longo do relatório uma só menção ao termo diversidade linguística, quando da apresentação dos resultados finais de pesquisa, entretanto em capítulo dedicado ao estudo de caso de Moçambique (ACEP, 2019, p.156) e curiosamente listado na secção de "Constrangimentos" apresentados ao desenvolvimento do setor cultural daquele país.

Não obstante o cenário de diversidade étnico-cultural em Moçambique aproxime-se bastante da problemática do multilinguismo vivido em Angola, similar em sua complexidade, não encontramos a mesma menção às LN de Angola como um dos constrangimentos ao setor da cultura. Deve-se considerar para os efeitos de análise, que as equipes responsáveis pelas pesquisas relativas a cada país não foram as mesmas, e que também diferiram as metodologias empregadas. Não obstante, de

maneira global, fica patente também no relatório do estudo empreendido pelo programa Futuros Criativos que a questão da diversidade linguística, e de maneira geral sobre a relação e uso das línguas portuguesa e/ou das diversas línguas faladas nas diferentes localidades analisadas e sua maior ou menor presença no setor da cultura, não foi sequer considerada como um elemento capaz de influenciar os resultados da pesquisa. Tomadas como simples fatores de contextualização do cenário nacional, e por vezes como constrangimentos à expansão e consolidação do setor. As LN parecem assim ainda sofrer de um tratamento que trabalha pela manutenção de uma negação através da simples omissão.

Também o mais recente relatório internacional sobre as ICCs produzido sobre Angola, no âmbito do programa EU-UNCTAD joint programme for Angola Train for Trade II (Formar para o Comércio II), lançado oficialmente em 2023, apesar de reunir e apresentar dados atualizados em um esforço de penetração e compreensão do funcionamento do setor público e da cena criativa, segue igualmente negligenciando a problemática linguística em sua capacidade de produção, circulação, consumo e exportação de bens culturais no país. Embora ao propor-se à mesma contextualização e descrição do setor cultural, o relatório também pontue a maneira como as LN são tratadas como prioridade na legislação e discursos oficias do governo angolano, ao longo do documento a questão linguística perde relevo, não sendo tratada como problemática estruturante ou questão a ser endereçada.

O programa é um projeto financiado pela UE e ao longo de seu período de implementação (2017-2023) formou um total de 2.856 indivíduos em Angola para que pudessem atuar nas ICCs do país, no setor público, privado, em ONGs, na academia e também como formadores. Suas ações tiveram por objetivo:

> (...) melhorar as capacidades humanas e institucionais para promover políticas adequadas de diversificação económica em Angola e ajudar o país a construir uma economia mais resiliente, capaz de erradicar a pobreza. A intervenção da UNCTAD centrar-se-á nos principais problemas previamente identificados pelo Governo angolano. Estes problemas são desafios generalizados que minam os esforços para alcançar um crescimento e desenvolvimento económico acelerado, inclusivo e sustentável.[30]

Buscando sobretudo favorecer a diversificação da economia angolana e sua emancipação do status de país integrante do grupo LDC (o grupo de países menos desenvolvidos), o EU-UNCTAD joint programme for Angola Train for Trade II identifica o grande potencial criativo angolano como um importante atributo para fazer das indústrias da cultura um vetor privilegiado de desenvolvimento

[30] https://unctad.org/project/eu-unctad-joint-programme-angola-train-trade-ii acesso em 20/12/2023

econômico e social. Assim, são eleitas áreas-chave de intervenção, sendo elas a Política comercial e negociações; a Facilitação comercial; a Logística comercial e de transporte; o Desenvolvimento de pequenas e médias empresas; o Investimento; a Diversificação e definição das oportunidades comerciais não baseadas na extração de petróleo e derivados; e o Apoio holístico à economia criativa no país. No que toca a última, propõe-se oferecer suporte para a criação de um setor mais forte, a partir de uma estratégia "coerente e dedicada", focada no treinamento de agentes do setor público e privado, para o aumento do potencial económico das indústrias culturais e criativas em Angola para ganhos em termos de emprego, comércio e desenvolvimento.

Lançado em setembro de 2023, o relatório Mapeamento das indústrias culturais e criativas em Angola é um dos importantes resultados do programa. Em trabalho realizado em consulta a funcionários do Governo Nacional e dos Governos provinciais, este mapeamento avalia o potencial económico das ICC em Angola para a criação de emprego e o comércio, ao definir o conceito e sua existência na realidade angolana e de que modo estas funcionam efetivamente através das políticas públicas existentes no país. O documento também apresenta uma análise do setor através de um enfoque em suas instituições, agentes e programas de destaque, compartilhando conclusões e sugestões de caminhos a seguir para o seu contínuo desenvolvimento e a concretização de seu potencial econômico na paisagem nacional.

> Os objetivos da componente das ICC, que estão em linha com os objetivos de todas as outras componentes, são (a) avaliar o potencial comercial (de exportação) das ICC de Angola; (b) identificar os principais estrangulamentos que minam os esforços para aproveitar o potencial socioeconômico das ICC de Angola; e (c) desenvolver as capacidades institucionais e humanas de Angola para formular e implementar políticas e estratégias para desbloquear os constrangimentos vinculativos.
>
> (UNCTAD , 2023, p.iii.)

Neste esforço, o projeto PROCULTURA é identificado como um ator de relevo no setor criativo angolano, destacando-se a criação do Fundo para a Diversidade e sua contribuição para a criação de emprego e renda sustentável e para a promoção da diversidade cultural. Ao lembrar que as políticas relacionadas com o sector das ICC têm sido coordenadas e executadas pelo Instituto Nacional das Indústrias Culturais e Criativas (INICC) de Angola, o relatório também define e

sumariza a política cultural do governo angolano em seus pilares estruturais:

> A Política é multidisciplinar, enraizada em Angola e nos seus conhecimentos tradicionais, quer através das línguas, saberes, mitos, crenças e medicina tradicional.
>
> (...)
>
> A política cultural baseia-se em quatro princípios estruturantes:
>
> Preservação da diversidade cultural;
> Igualdade dos elementos da diversidade cultural;
> O reconhecimento da pertença a uma comunidade e destino comuns: a nação angolana;
> Unidade nacional
>
> (...)
>
> Esta Política Cultural é abrangente, incluindo preocupações com: As línguas de Angola, o património material e imaterial, o acervo documental e bibliográfico, a criação e educação literária e artística, as indústrias culturais, o turismo cultural, a cooperação cultural e a divulgação da cultura angolana no exterior.
>
> (UNCTAD, 2023, p.34)

Novamente neste relatório podemos identificar a atuação de organizações e agências internacionais no setor cultural nacional e o grande relevo que têm a colaboração através de parcerias internacionais, patrocínios e investimento privado para Angola. É o caso de um projeto realizado para criação e reabilitação de salas de cinema nacionais, encabeçado pelo Instituto Goethe[31] ou ainda a restauração do Palácio de Ferro, em Luanda, com a participação da Embaixada da França em parceria com o grupo petroquímico TOTAL E&P.

> (...) os centros culturais e as embaixadas estrangeiras são muito importantes no que diz respeito ao espaço de atividades, ao acesso à informação, à formação e até ao financiamento. O Centro Cultural Português é o mais antigo e desenvolve muitas atividades intramuros nas áreas das artes plásticas,

[31] https://bantumen.com/o-estilo-arquitectonico-unico-e-distintivo-dos-cinemas-angolanos/, acesso em 22/01/24

literatura e teatro. No entanto, só tem capacidade para espetáculos de pequena dimensão. A Alliance Française (AF) é o centro mais antigo depois do Camões e chegou a gerir um dos teatros nacionais. Para além de Luanda, a AF tem centros em Cabinda e no Lubango, ambos com pequenos teatros. A AF desenvolve grande parte do seu trabalho no estrangeiro, dedicando-se à world music, com destaque para a África francófona e a programação angolana; ao teatro, dança e circo; ao cinema e à gastronomia.

(UNCTAD, 2023, p.39)

Kalaf Epalanga, escritor, músico e curador angolano baseado em Berlim, em conversa com o escritor José Eduardo Agualusa em mesa redonda no âmbito do ciclo de diálogos Perguntas sobre o Brasil, realizado online pelo Sesc São Paulo em comemoração aos 200 anos de independência do Brasil, identifica esta mesma questão da presença estrangeira no setor cultural angolano também no ensino das LN. Em mesa intitulada Lusofonia é fato ou ficção?[32], Epalanga, em discussão sobre o estado atual das línguas africanas de Angola e a importância de trabalhar-se efetivamente para sua proteção e promoção, lembra que atualmente a maior parte dos cursos de kimbundu para adultos oferecidos na cidade de Luanda, por exemplo, são oferecidos pela Aliança Francesa, confirmando a maneira como programas e políticas culturais nacionais por vezes são "delegados" e em última instância operacionalizados por agentes externos que atuam no terreno.

Ao considerar a importância da presença internacional para o financiamento de muitas das atividades da cultura e o real potencial das ICC angolanas nas relações internacionais de Angola, o mapeamento percebe como uma ameaça e fator debilitante para o país o fato de seus principais parceiros comerciais não possuirem interesse genuíno nas exportações potenciais do setor cultural angolano. Aqui, muito embora a presença de agentes estrangeiros de fato não parece traduzir-se em trocas comerciais no setor cultural, entretanto, os consultores internacionais parecem não ter dado maior atenção aquilo que tem sido feito no âmbito expandido das relações internacionais de Angola. Deixa-se por exemplo de considerar aquilo que a R.E.A. de Macau – China tem vindo a representar, configurando uma incipiente, mas importante e estratégica plataforma econômica centrada na relação sino-lusófona, sobretudo através do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, com vultuosos investimentos regionais e nacionais realizados e uma agenda atenta ao potencial e necessidade de diversificação das trocas comerciais. Desde 2018, por exemplo, organiza-se anualmente o Festival de Artes e Cultura entre a China e os Países de Língua

[32] www.youtube.com/live/gL_KadncbIE?si=fxFZPxRjk5Wtlkc1, 31'30", acesso em 14/12/2023

Portuguesa, com sua 5ª edição realizada no ano de 2023, contando com mais de 70 sessões de atividades, incluindo a grande exposição de artes visuais e o festival de cinema, contando com a participação cerca de 600 artistas de todos os países representados no Fórum, tendo sido também realizado o Mercado com Destaque para os Produtos do Mundo Lusófono e Macau (Fórum de Macau, 2022, p.63).

Finalmente, o documento julga que Angola ainda não logrou aproveitar ao máximo do potencial que deteria para o desenvolvimento das ICC como alavancas para o desenvolvimento econômico-social, devido a constrangimentos econômicos, sociais e políticos diversos, dentre os quais "a centralização das políticas a nível ministerial, associada à falta de participação do setor privado e das partes interessadas da sociedade civil na consulta e no planejamento das políticas públicas" (UNCTAD, 2023, p.1), e apresenta recomendações para o governo, divididas em cinco grupos: Políticas públicas e governação; Medição; Capacitação; Finanças, inovação e tecnologia; e Promoção. Para os efeitos de nossa análise, nos interessa destacar dentre as recomendações inseridas para a Promoção do setor cultural angolano, a componente intitulada Diplomacia cultural e criativa, que dá destaque à cooperação com o espaço da CPLP ao atestar que "o reforço da diplomacia cultural e criativa, especialmente com os PALOP e outros países lusófonos, poderia aumentar os intercâmbios internacionais e a participação dos trabalhadores criativos angolanos em programas de desenvolvimento, ajuda, financiamento, temporada cultural e cooperação dirigidos às ICC" (UNCTAD, 2023, p.3).

Em uma análise SWOT proposta em anexo para analisar as forças e debilidades das ICC em Angola, um modelo muito usado como ferramenta de gestão e administração de negócios, o documento evoca a questão linguística. Assim como o relatório Futuros Criativos (2019) classificava as línguas africanas de Moçambique como entraves e constrangimentos ao desenvolvimento do setor, uma debilidade portanto, esta grelha do relatório encomendado à consultores internacionais pela UNCTAD aponta a língua portuguesa como um ponto forte, uma vantagem de Angola: "Ligações linguísticas: Com uma língua partilhada com Portugal, o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), os ativos culturais e criativos de Angola podem aceder ao mercado internacional sem necessidade de grandes adaptações" (UNCTAD, 2023, p.86).

De fato, ninguém poderá negar a língua portuguesa como uma enorme vantagem para o favorecimento da circulação internacional da produção cultural angolana, em maior ou menor medida, no conjunto de países onde esta língua é oficial. É patente entretanto uma vez mais a não-menção às LN como recursos e vantagens competitivas. Uma vez que, para além da vantagem que conferem ao país em termos de potencial em diversidade criativa a ser explorado em diversos suportes, essas

também definem, à revelia da língua portuguesa, suas próprias geografias internacionais que seguem sendo muito contemporâneas, conectando historicamente regiões e povos que ultrapassam as fronteiras dos Estados Nacionais pós-Berlim. Assim, a potência das ligações linguísticas e culturais que conectam os países colonizados por Portugal, reunidos nos PALOP e na CPLP, são resumidas apenas à língua portuguesa, quando a história e a presença ainda forte das muitas influências africanas nas Américas, como consideramos, mostra claramente que não foi apenas esta língua europeia que viajou e soube estabelecer pontes e fluxos de conhecimento profícuos.

Em última instância, como mencionado anteriormente neste capítulo, a análise SWOT reconhece nas diásporas angolanas um grande potencial a ser explorado, identificando um já desempenhado papel de embaixador na apresentação dos ativos da cultura nacional.

> 3. A diáspora como embaixadora do país e contribuindo para a imagem de marca do país: Angola tem cidadãos a viver em países como o Brasil e Portugal, e estas pontes culturais e criativas levam a cultura, as artes e as criações angolanas ao mundo. Um exemplo disso são os festivais de Kizomba e Semba realizados por angolanos na diáspora.
>
> (UNCTAD, 2023, p.86)

Desse modo, sem fazer menção ao maior ou menor uso das LN pela diáspora angolana na produção cultural que apresenta ao mundo, como a presença do kimbundu na música de Pongo, por exemplo, as línguas africanas de Angola aparecem no relatório apenas de maneira indireta, quando da caracterização dos setores das artes do espetáculo, por exemplo, com a menção a projetos que envolveram as LN anteriormente em empreendimentos culturais no país. Como é o caso do Grupo de Teatro-Musical Ngongo, formado em 1961 e responsável pela tentativa de levar à cena a primeira peça em kimbundu (UNCTAD, 2023, p.64), ou então quando da descrição do setor editorial e literário, em que faz-se menção ao jornal "O Futuro de Angola", que continha textos compilados nas línguas portuguesa e kimbundu, assim também como o dicionário Português-Kimbundu de Joaquim Dias Cordeiro de Matta, e a criação da Academia Angolana de Letras (AAL) sob o desígnio de ensinar, estudar e incentivar o uso da língua portuguesa e das LN, e a ligação entre elas.

Ainda, apontando que muito embora a tradição da oralidade em Angola tenha grande peso e abra um grande leque de oportunidades ao oferecer um repositório diverso de estórias e poesia em muitas línguas diferentes, o relatório estima que esta abundância não seria mensurável, o que reforçaria a necessidade de mais investigação e documentação a este nível. Entretanto, de maneira um tanto

incongruente com esta afirmação, mais à frente, quando da análise do contexto dos museus e sua ligação com as componentes da educação, formação e investigação, conclui-se haver a "falta de formação em português como língua materna", (UNCTAD, 2023, p.83).

Ora, como é possível por um lado afirmar-se haver a necessidade de reforçar a investigação ao nível da diversidade linguística para beneficiar-se da amplitude do universo cosmológico e criativo nacional, ao passo que afirma-se logo em seguida ser necessário formar os angolanos para que tenham o português como língua materna (first language, na versão em inglês)?! É necessário aqui pontuar com precisão, que para que um cidadão adquira uma língua como língua primeira, materna, a única formação possível que poderá receber, lá está, é aquela de sua criação, já seja pela mãe ou qualquer guardião responsável. O preceito por detrás da afirmação descabida de que há falta de formação em português como língua materna em Angola, equivale a dizer ipsis litteris que deve-se trabalhar mais ativamente para que as LN, que frente à oficialidade e institucionalidade do português já são cada vez menos usadas na esfera e espaço públicos, também deixem progressivamente, e mais rápido, de serem faladas e usadas no ambiente familiar.

*

Em 2017, a sul-africana Gabi Ngcobo foi a curadora responsável pela exposição The Most Beautiful Language (A língua mais bela), apresentando trabalhos da artista portuguesa Grada Kilomba na Galeria Avenida da Índia, em Lisboa. No texto curatorial, intitulado *We need new tongues (Precisamos de novas línguas)*, Ngcobo descreve um encontro fortuito que teve com um documento histórico, quando em visita ao Zimbabwe: uma carta-reclamação endereçada ao diretor da Galeria Nacional do Zimbabwe, escrita a punho nos anos 1950, por uma tal Sra. Brown, uma colona branca.

Impactada pela beleza e profissionalismo da exposição então patente no museu, de qualidade igualável às exposições que estava acostumada a ver em suas viagens à Inglaterra, a colona manifestava ser necessário entretanto zelar-se pela preservação de um ambiente civilizado para as exposições de arte – neste espaço nacional que havia sido inaugurado pela própria Rainha Elizabeth II. Passava a denunciar assim na carta a presença perturbadora de agentes de segurança e funcionários africanos do museu dentro do espaço expositivo, apontando o constante som da troca de palavras entre eles, em língua Shona, que a irritava profundamente, arruinando completamente a atmosfera sagrada que deveria resguardar qualquer museu digno de prestígio. Mrs. Brown teria sugerido então à direção do museu que os africanos fossem removidos do espaço expositivo ou então que fossem proibidos de

falar em suas próprias línguas no interior das galerias, de modo a preservar a experiência do público visitante.

Ngcobo conta-nos a anedota em um misto de escárnio e revolta para introduzir a exposição de Kilomba no centro da capital lusitana, tão expansiva e orgulhosa com sua língua portuguesa. Já logo o título parece rir com ironia da tão convencida ideia de superioridade cultural da última flor do Lácio – Sambódromo, Lusamérica, latim em pó – e apontar a insistente perpetuação do apagamento epistemológico de povos colonizados sob os auspícios da defesa de universalidades unilaterais e da mais contemporânea promoção de diversidades culturais narcísicas. Como diz a curadora:

> Historicamente, as exposições tornaram-se a linguagem do mundo ocidental para articular a sua superioridade sobre aqueles que consideravam inferiores. A exposição de Kilomba coloca-se ao lado daqueles que trabalham para fornecer contra-gramáticas para habitar espaços expositivos e de muitos que procuram encontrar formas de resistir ao apagamento de nomes, linguagens e formas de descrever o mundo.
>
> (Ngbco, 2017, p.168)

A linguagem disruptiva e confrontativa da arte muitas vezes fornece ferramentas que parecem abrir mais facilmente na dura casca da colonialidade as fissuras que permitem extirpar o bolor que o tempo decanta em uma série de camadas que apenas uma fina arqueologia é capaz de revelar. Kilomba apresentaria alguns anos mais tarde a obra O Barco, em 2021, em uma grande instalação e performance pública em frente ao museu MAAT, às margens do rio Tejo, em Lisboa. A obra, representando os muitos navios negreiros que cruzaram o Atlântico sob o controle português, consistia de grandes blocos de madeira queimados dispostos no chão dando forma a um porão de um grande navio de 32 metros. Em cada bloco, partes de um poema, escrito em línguas como o Yoruba, o Cabo-verdiano, o Kimbundu, o Setswana, o Português e o Inglês, lembrando memórias e identidades perdidas. Uma performance em três atos, encenada por diversos atores de origem africana, marcou a ativação da obra como um reconhecimento da memória e daquilo que deve ser lembrado, mas sobretudo como um poderoso gesto de resistência e aceno ao futuro.[33]

O trabalho de Kilomba e suas diversas iniciativas de contestação da calmaria e dos postulados do esquecimento ligam-se diretamente com a problemática das línguas africanas de Angola, e seu urgente reconhecimento como línguas de cultura, de produção de conhecimento, de ciência e de articulação internacional. Neste sentido a reflexão que Castro (2021) traz recentemente em seu livro

[33] https://ext.maat.pt/cinema/boat, acesso em 24/01/2024

Camões com Dendê – O português do Brasil e os falares afro-brasileiros, resultado de mais de quarenta anos de pesquisa sobre a presença das línguas africanas e o papel central que tiveram na formação da sociedade brasileira, lançado oficialmente em evento no Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo[34], também se faz fundamental para desfazermo-nos da quase inconsciente calcificação de uma pretensa ordem de valor e dignidade cultural entre as línguas.

A soteropolitana, doutora pela Universidade do antigo Zaire, em 1975, coloca-se de igual maneira firmemente contra o glotocídio das línguas africanas, defendendo uma política linguística em África que viabilize o uso das mesmas ao lado das línguas oficiais europeias vigentes em cada região, ao passo que também defende o seu maior conhecimento e valorização no Brasil, onde línguas litorâneas angolanas chegaram a ser as mais representativas línguas veiculares, numericamente predominantes e as de maior prestígio sociológico na maioria das senzalas brasileiras. Apontando a maneira como as línguas autóctones de ambos os lados do Atlântico estabelecem diálogo antigo, a autora considera ainda, que partir do século XVII, a mão de obra escravizada indígena sendo paulatinamente substituída por escravizados africanos, saídos sobretudo da costa angolana, as línguas indígenas perdem a sua razão de ser como língua veicular nos estabelecimentos da costa e começam a serem substituídas pelas línguas negro-africanas (Castro, 2021, p.129), a ponto de a chamada língua-geral paulista, e mais tarde o chamado dialeto caipira, falado no interior do estado de São Paulo, ser considerado uma variante de base tupi-kimbundo por Gladstone Chaves de Melo (Castro, 2021, p.146).

Assim, temos que o encontro, o contato e a troca entre línguas milenares como o kimbundu e o tupi-guarani já datam de séculos em território brasileiro, de modo que reconhecer e reconsiderar essas largas pontes entre as duas principais economias da CPLP como vias possíveis para uma renovação do diálogo e cooperação transatlântico, significa reconhecer nestes idiomas e sistemas de saberes estruturas bastante aptas e já bem adaptadas ao longo da história à comunicação intercultural e à esfera internacional. Já estando estabelecido o lugar e importância da língua portuguesa e suas variantes no âmbito da relação intra-comunitária, sem prejuízo à concertação para a promoção e posicionamento mais avançado do português no cenário internacional, entender a CPLP como uma plataforma privilegiada para o trabalho de resgate da memória transatlântica e a valorização do multilinguismo e diversidade cultural, pode oferecer oportunidades estratégicas não apenas para Brasil e Angola, mas para todos os Estados-membros da CPLP, que terão a beneficiar-se em conceber a diversidade pelo prisma da abundância e riqueza de recursos, e não mais através da lente do monolinguismo e da monocultura (Shiva, 1993, p.26) que tanto insiste em ceifar alternativas de futuro.

[34] www.youtube.com/live/XCrxUODzx9k?si=54-8WHTcAjE-OZAM, acesso em 12/12/23

Se políticas pensadas para a proteção do patrimônio e a proteção da diversidade, por muitas vezes contribuem para o concreto apagamento dessas mesmas culturas e línguas, folcorizando-as e tornando-as peças de museu, uma vez que as práticas oficiais e institucionais não dão espaço real à efetivação dos direitos culturais, como denunciam Makoni e Severo (2015, p. 47), se faz necessário considerar as questões do multilinguismo com o mesmo pragmatismo que as agências internacionais e seus especialistas e consultores em indústrias culturais e criativas parecem conferir esforços ao empreendimento de substituição de modelos de práticas culturais nacionais por aqueles ocidentais, em países como Angola. As políticas linguísticas devem operar em prol das práticas discursivas e não de línguas abstraídas de seus contextos de uso, (Makoni e Severo, 2015, p.52) e também na cultura devem servir não apenas à inclusão das muitas comunidades linguísticas na ampla cadeia de produção e fruição cultural, mas também como importantes estandartes da relativização, análise crítica e ferramentas importantes na adaptação e implementação dos modelos propostos, ditos internacionais, de modo a que sirvam de fato ao interesse nacional e ao desenvolvimento sócio-econômico.

Em Angola, a questão linguística é central à questão cultural, e pensar a diversidade cultural num cenário como o angolano sem considerar a presença ancestral das LN, estruturas de conhecimento e história de reinos como os do Kongo, do Ndongo e Matamba e do Bailundu, significa trabalhar pela uniformização, conformação e assimilação cultural de sua população, concentrando e fortalecendo a potência econômica exclusiva da língua portuguesa na cultura e concluindo em parte um projeto colonial de subjugação cultural. Como pudemos considerar através deste capítulo e breve estudo de caso sobre a presença das LN na estruturação e desenvolvimento do setor cultural angolano, muito embora o debate sobre as línguas africanas de Angola e seu papel no seio da sociedade pareça estar sendo pautado desde a independência do país, com a marcante realização das conferências internacionais apoiadas pela Unesco, como as referidas Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África (Accra, 1975) e a posterior realização nacional de colóquios sobre as LN (1991, 2015), a falta da definição final de um estatuto jurídico paras as LN segue deixando a questão em suspenso, muito pesem iniciativas avulsas, como a recente tradução da Constituição de Angola para as diferentes línguas. O cenário de desigualdade jurídica e de status do usos das línguas ainda aponta para uma profunda clivagem na valorização do patrimônio cultural de base africana, condicionando as oportunidades que os falantes dessas línguas podem ter na sociedade angolana.

Ao nos debruçarmos sobre a maneira como a política cultural oficial do governo de Angola tem vindo a se estruturar desde o fim do conflito civil, em 2002, considerarmos o lugar que detém as LN e a maneira como são percebidas como parte da cultura nacional. Pudemos perceber que há efetivamente um progressivo e alargado espaço para a consideração das questões e problemáticas da

diversidade linguística do país no âmbito das políticas culturais, no entendimento que é na seara da cultura, assim como na da educação, que deverá o governo e a sociedade civil envidar esforços para proteger, valorizar, promover e beneficiar-se do multilinguismo que é característico de Angola. As LN são reiteradamente citadas no âmbito dos decretos de lei e documentos oficiais estratégicos para o setor como importantes ativos para o desenvolvimento nacional, sendo vinculadas à produção cultural e ao patrimônio, à expressão artística, ao mercado, a indústria e a economia, ao mundo urbano e ao rural. Não obstante, como referido, este amplo leque de intenções não parece ter podido de fato desenvolver-se no estabelecimento de programas e políticas de médio e longo prazo que dêem

O Barco

Um barco um porão
Um porão uma carga
Uma carga uma história
Uma história uma peça
Uma peça uma vida
Uma vida um corpo
Um corpo uma pessoa
Uma pessoa um ser
Um ser uma alma
Uma alma uma memória
Uma memória um esquecimento
Um esquecimento uma ferida
Uma ferida uma morte
Uma morte uma dor
Uma dor uma revolução
Uma revolução uma igualdade
Uma igualdade um afeto
Um afeto a humanidade

Grada Kilomba, 2021

Ó Ulungu

Ulungu umoxi Kixima kimoxi
Kixima kimoxi dibunda dimoxi
Dibunda dimoxi musoso umoxi
Musoso umoxi kima kimoxi
Kima kimoxi mwenhu umoxi
Mwenhu umoxi Muthu umoxi
Muthu umoxi dyala dimoxi
Dyala dimoxi kukala kumoxi
Kukala kumoxi nzumbi umoxi
Nzumbi umoxi kaximonya kamoxi
Kaximonya kamoxi kujima kumoxi
Kujima kumoxi Udikwama umoxi
Udikwama umoxi kalunga kamoxi
Kalunga kamoxi Udikwama umoxi
Udikwama umoxi nvunda umoxi
Nvunda umoxi kyene kimoxi kimoxi
Kyene kimoxi Kazola kamoxi
Kazola kamoxi ni athu

Grada Kilomba, 2021
Traduzido ao kimbundu por Kavulanduge Kimbari

estabilidade e dinâmica ao setor, não sendo possível identificar fundos, programas de incentivo ou internacionalização concretos que impactem e estimulem o setor e seus agentes.

A grande e maior parte destes programas e mecanismos de fomento à estruturação e industrialização do setor da cultura em Angola tem sido feita pelo viés da cooperação internacional ou ajuda externa de diferentes agentes estrangeiros baseados em Angola. Dessa maneira, a dimensão internacional passa a ter um papel preponderante para o setor nacional e isso também se vê refletido no arcabouço jurídico, na legislação existente e nas considerações e horizontes estratégicos para o futuro. Para além da ação cultural realizada no âmbito de relações bilaterais, como a da Aliança Francesa e o Institut Français, do Instituto Goethe, o Instituto Camões, o Instituto Confúcio ou o Centro Americano, é a presença e ação de agências e organizações internacionais e ONGs com mandato na cultura que mais tem dado destaque às necessidades patentes de desenvolvimento do setor cultural e sua eleição como uma alavanca para o desenvolvimento nacional. Assim, a análise dos relatórios e mapeamentos realizados entre os anos de 2016 e 2023, pelos programas que consideramos, encabeçados pela UE, a ACEP ou a UNCTAD nos fornecem um importante panorama crítico para compreender as principais debilidades institucionais do país no setor.

Como pudemos constatar, a consideração ou menção às LN de Angola quando da análise do setor cultural por estes agentes aponta entretanto para um tratamento distinto daquele dado pelo governo Angolano no âmbito do discurso. Talvez justamente pelo fato de o governo nacional não ter podido até o presente operacionalizar políticas que corroborem com a realização de seus objetivos fixados para a valorização das LN e da cultura africana do país, os programas de cooperação internacional parecem, optando pelo pragmatismo, não conferirem maior importância no tratamento da questão quando de suas análises e recomendações. Muito embora a diversidade linguística do país venha a ser pontuada e contextualizada nos documentos analisados, e que seja mesmo mencionada a ciência da importância conferida pelo governo angolano à questão, podemos concluir que as LN não são eleitas como um eixo estruturante para pensar-se as expressões artísticas e a profissionalização do setor no país.

Como vimos, se por um lado, em esforços de contextualização introdutória, a diversidade cultural e o multilinguismo são identificamos como riqueza de um patrimônio diverso, por vezes logo são identificadas como constrangimentos ao desenvolvimento de um setor alinhado aos padrões de consumo internacionais. Se por um lado são identificadas como um eixo prioritário de intervenção, logo não recomenda-se este mesmo eixo para a concretização do investimento. Em última instância, recomenda-se mesmo que haja maior “formação em português como língua materna”, o que como vimos não quer dizer outra coisa para além do endosso ao enfraquecimento das LN e apenas parece

contribuir para a denúncia de uma agenda paralela no inconsciente da cooperação e ajuda internacional para o desenvolvimento.

Como considera o Núcleo de Estudos para a Paz da Universidade de Coimbra entretanto, Angola parece seguir definindo, para o bem ou mal do interesse nacional, as próprias políticas e sua implementação a seu próprio ritmo, à margem da pressão internacional. A ELP 2050 parece seguir reafirmando a importância das LN para o desenvolvimento nacional, e, mesmo que ainda e sempre na esfera do discurso, o país parece ter sabido absorver a seu modo e proveito as diretrizes estratégicas para fazer do setor cultural um setor pujante da economia, afirmando buscar compromissos de longo prazo, dinâmica e estabilidade para o setor através da disponibilização de oportunidades e o financiamento de propostas em diferentes segmentos da indústria (ELP Angola, 2050, p.87). Neste sentido, a ação cultural externa de Angola junto ao Brasil, seja no âmbito oficial do governo ou a partir de iniciativas da sociedade civil, parece apontar um caminho a ser fortalecido.

Resta a Angola, no diálogo com agentes internacionais e junto a seus demais parceiros na cooperação internacional seguir afirmando a importância do desenvolvimento de suas línguas africanas e seus instrumentos, produtos e valores para o desenvolvimento do setor cultural. O país poderá beneficiar-se de fazer uso do grande potencial criativo abarcado por sua diversidade étnico-linguística, podendo, ao invés de colocar a estruturação de suas ICCs ao serviço da extensão do mercado cultural e linguístico em língua portuguesa e passar ao largo de desenvolver a exceção angolana, buscar sim garantir a inclusão das várias comunidades linguísticas nacionais e suas expressões em um projeto autônomo de fruição de direitos culturais, gozando das muitas vias internacionais que sua multiplicidade cultural mantém-lhe largas e abertas. Epalanga, em 2023, evoca já no título de seu livro *Minha Pátria É a Língua Pretuguesa*, a brasileira Lélia González – teórica da *Améfrica Iadina* e do pretoguês – e confirma como residem no retorno às línguas africanas de Angola, e na africanização da língua portuguesa, as mais precisas, felizes e sustentáveis possibilidades de futuro para o país.

> (...) o que nos faz pertencer a este lugar? Saber cantar o hino nacional? Identificar o número de afluentes do rio Kwanza? Talvez esteja até a apresentar a questão errada, porque agora, que tento elaborar sobre essa coisa da identidade, outra questão mais pertinente me surge: "Que tipo de angolano queremos ser?". A resposta repousa na língua, para ser mais preciso, nas seis línguas nacionais e nos outros tantos dialetos que Angola possui, e a encontraremos quando aprendermos a expressar sentimentos da mesma forma que fazem os angolanos que não sabem quantos barris de petróleo saem de Cabinda por dia ou quantos cuanhamas vivem do outro lado do rio Cunene.
>
> (Epalanga, 2023, p.92)

6. Nhe'ẽ Porã : a produção cultural para a revitalização da língua-território guarani

Na madrugada do dia 12 de fevereiro de 2024, na maior celebração do carnaval do planeta, a escola Acadêmicos do Salgueiro entrou na avenida do Sambódromo da Sapucaí, no Rio de Janeiro, entoando o samba enredo Hutukara, em homenagem ao povo indígena Yanomami, que habita o extremo Norte do país: "Eu aprendi o português, a língua do opressor/ Pra te provar que meu penar também é sua dor/ Falar de amor enquanto a mata chora/ É luta sem flecha, da boca pra fora" (Samba Enredo G.R.E.S. Acadêmicos do Salgueiro (RJ), 2024).

Após as décadas dos anos 2000 e 2010 terem sido marcadas por profundas discussões sobre as identidades e relações da negritude/branquitude no âmbito da sociedade brasileira, a virada dos anos 2020 no Brasil foi marcada pela emergência, estabilização e protagonismo das vozes das muitas e diferentes nações indígenas que compõe o país. Com lideranças, personalidades, intelectuais, artistas e profissionais indígenas em geral passando a ocupar posições de destaque e com cada vez maior projeção e voz, o resgate e retomada da centralidade das culturas originárias no seio da identidade nacional, afirmando-se em sua ampla diversidade, têm sido um processo levado a cabo pelos próprios povos indígenas, reparando e atualizando questões de representatividade e representação no centro do pensamento contemporâneo brasileiro. Esse fato está refletido no campo cultural na maneira como os muitos e distintos povos tornam-se protagonistas como curadores, gestores e artistas das principais exposições nos maiores museus das capitais, personagens, editores e autores centrais em publicações do setor editorial, compositores, intérpretes e produtores na indústria fonográfica, realizadores, produtores e atores no audiovisual, etc. Junto de sua presença, suas línguas originárias progressivamente deixam de estar nas sombras e passam igualmente a reclamar seu devido lugar no mosaico multicultural nacional.

No presente capítulo, nos debruçaremos sobre a maneira como a produção cultural indígena contemporânea e sua amplificação através das ferramentas da produção e comunicação digital têm sido instrumentais para o processo de revitalização cultural, linguística e territorial do povo Guarani, na maior metrópole do país e da América do Sul, São Paulo, território indígena. Buscaremos aqui identificar o papel da componente linguística neste processo de retomada e afirmação cultural, defendendo sua centralidade e expondo como, se as línguas nativas sempre estiveram presentes nos principais debates e deslocamentos culturais pelos quais passou o país no último século, isso toma novas proporções uma vez que novos processos são lideradas pelos povos detentores destas línguas milenares e das culturas que transportam. Considerar a questão linguística para os povos indígenas, e para o povo guarani em São Paulo, é também perceber a fragilidade das fronteiras estabelecidas entre

cultura e natureza pelo pensamento moderno e colonial, abrindo e reconectando formas de expressar cultura.

Maior cidade do Brasil, São Paulo de Piratininga foi fundada no ano de 1554, como um pequeno aldeamento no alto de uma colina já habitada, escolhida estrategicamente muitos anos antes pelos povos nativos por estar localizada no triângulo entre ribeirões de água boa de beber, rios de várzea navegáveis e os grandes vales dos dois maiores cursos d'água que definem sua geografia. Cinco séculos mais tarde, a maior metrópole da América do Sul segue tendo o idioma originário na ponta da língua: não apenas avenidas, ruas, rios, colinas, montanhas e praças, mas também instituições públicas, empresas e escolas seguem levando nomes em línguas Tupi-Guarani. A toponímia, a flora e a fauna, que definem muitos outros aspectos culturais da vida brasileira, e desta cidade em particular, igualmente carregam e levam à frente esta grande herança indígena. Seja pela ação do colonizador desbravador que também fez uso dos idiomas nativos em sua ânsia de recriar, nomear, categorizar e inventariar a paisagem que julgava virgem, já seja pela presença e ação histórica dos povos indígenas sobre a natureza. Como aponta Teodoro Sampaio (1928), na língua tupi, os nomes de lugares costumam traduzir uma ideia completa, um episódio ou característica dos lugares. Por conseguinte, os brasileiros fazem uso diário e são genericamente versados em uma ou outra versão deste idioma, ainda que o façam inconscientes dos muitos signos que operam e ignorantes dos sentidos e predicados que utilizam de maneira cotidiana.

> [...] estas denominações geográficas, explicáveis e naturalíssimas numa época em que o tupi era a língua geral ou a mais falada no país, são agora, para as modernas gerações, verdadeiros enigmas que as alterações cotidianas ou as inevitáveis corruptelas vão tornando indecifráveis.
>
> Portanto, preservar-lhes a grafia verdadeira e a verdadeira pronúncia, fixar-lhes o significado, interpretado através do véu obscuro dos metaplasmos, vale tanto como resguardar um monumento histórico.

(Sampaio, 1928, p.63)

O romantismo que elevou a herança indígena ao pedestal de uma pureza nacional, ao passo que ignorava sua própria existência e permanência na realidade, tomando-a como algo de um passado glorioso folclorizou a possibilidade de sua existência na bruta assunção de uma linearidade identitária na qual qualquer tipo de aculturação eliminaria a condição de indígena e seu pertencimento. Ainda assim, a metrópole de São Paulo, com seus mais de 20 milhões de habitantes, segue sendo território ancestral indígena, e tem atualmente dentro de seus limites duas terras indígenas oficializadas, sendo

elas a TI Tenondé Porã e a TI Jaraguá, nas quais vivem mais de 2 mil pessoas, organizadas em diferente aldeias, orientadas por projetos político-culturais alinhados na luta pela defesa e direito ao território e que resistem e desmentem o projeto necropolítico (Mbembe, 2018) do apagamento de suas identidades. Não coincidentemente, tratam-se de alguns dos últimos espaços de conservação e regeneração da paisagem e dos recursos naturais na região, nos quais a relação entre a língua e cultura com a paisagem natural é simbiótica. Falar sobre as línguas nativas nesta colossal capital sul-americana significa necessariamente abordar o bioma da mata atlântica em sua transição para o cerrado que define suas paragens, sua fauna e flora, assim como seus incontornáveis e abundantes recursos hídricos.

Porquê falar sobre as línguas indígenas brasileiras o requer, buscaremos delinear contornos sobre a noção de Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural (Unesco,1972) e à mais recente noção de Direitos da Natureza (GARN, 2024). Estas questões orientam a implicação da construção de um ambiente cultural, sobreposto e imbricado ao ambiente natural e podem ser de utilidade para descortinar o entendimento da importância que detém a componente linguística na atribuição de significado cultural à paisagem, e portanto da importância que detém as políticas linguísticas para o estabelecimento de políticas culturais e vice-versa. A proteção e promoção da diversidade de expressões culturais em um país como o Brasil demanda que a cisão entre a produção de cultura e meio ambiente seja ultrapassada e uma relação de simbiose seja reestabelecida.

Milton Santos (1982), ao pensar o espaço do "Homem", diz que, considerada em um ponto determinado no tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. A paisagem seria assim o resultado de uma acumulação de tempos. Assim como o espaço, a paisagem altera-se continuamente ao acompanhar as transformações da sociedade. A forma é constantemente alterada, renovada, e suprimida para dar lugar a uma outra. Os movimentos da totalidade social, modificando as relações entre os componentes da sociedade, alterariam os processos, e os incitariam por sua vez ao exercício de novas funções. Do mesmo modo, "as formas geográficas se alteram ou mudam de valor; e o espaço se modifica para atender às transformações da sociedade" (Santos, 1982, p.55).

Assim também podem ser descritos os descaminhos das línguas que imaginam, descrevem e ditam esta mesma paisagem. Na acumulação de tempos e na transmutação da paisagem idiomática que traduz as alterações da paisagem natural para a urbana, temos a cultura como uma constante, um pilar fundamental. Cabe aqui evocarmos Bispo dos Santos (2023), que problematiza o conceito de desenvolvimento, muito arraigado na pílula prescrita aos países do Sul, ao qual o autor contrapõe e propõe o conceito de envolvimento, denunciando na separação cartesiana e positivista entre o humano

e a natureza grande perversidade e uma das maiores falhas do pensamento moderno euro-americano. A paisagem de uma metrópole como São Paulo, submetida a um dos mais fortes, emblemáticos e acelerados processos de des-envolvimento pós-colonial da periferia global, é testemunha singular deste violento desmembramento da dialética entre cultura e natureza, e as línguas indígenas que ainda ali persistem, operando signos adormecidos ou extintos, não são outra coisa que as raízes mais profundas de uma árvore já putrefata, memória do invisível. Os velhos e irreconhecíveis largos com nomes de árvores e frutos nativos que já não ali existem, as ruas e avenidas que levam ainda os nomes dos rios e córregos que sufocam, os próprios cursos d'água, cujos nomes descrevem como pequenas histórias os processos naturais da fauna e da flora que não mais ali ocorrem, tornados esgoto. A mítica romântica entretanto, Non Ducor Duco, de maneira irônica ou masoquista, ainda persiste no imaginário da classe dominante, o que em parte quizá também explicará a permanência destes tantos nomes por entre as construções-ruínas.

Em 1997, na Catedral da Sé de São Paulo, era celebrada em caráter de grande festejo pelo cardeal arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns a missa Kewere: Rezar. Com a presença de todas autoridades civis e eclesiásticas municipais, estaduais e nacionais, a cerimônia, dedicada à celebração dos 400 anos da morte do Padre Anchieta, jesuíta espanhol canonizado pelo Vaticano que é figura central na história da catequização na cidade de São Paulo e seus sertões. Grande estudioso do idioma tupi, foi o jesuíta o primeiro a documentar e a normatizar a primeira gramática da língua, tendo sido também autor de diversas peças e poemas neste idioma. Com a cobertura televisiva integral realizada pela TV Cultura, a missa foi rezada em português e em tupi antigo, intercalada pelas canções compostas por Marlui Miranda, uma das maiores referências na pesquisa das culturas musicais indígenas brasileiras.

Baseada em sua pesquisa na Amazônia brasileira, a compositora apoiou-se na produção literária de Anchieta para apresentar ao público, junto a indígenas de diferente etnias, uma missa com ares de ópera. Com a pompa da presença de secretários de estado, do Governador e mesmo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a teatralidade desta missa histórica, registrada também com a realização de entrevistas às figuras de destaque presentes, serviu como um momento de reafirmação dos mitos de formação da sociedade das elites locais, renovando os contornos da imaginação de uma comunidade fortemente calcada nas bandeiras e na santíssima trindade.

O reconhecimento de um efetivo valor das práticas e línguas nativas como agentes contemporâneos entretanto, ainda tardaria algumas décadas para despontar como pauta na sociedade paulistana, e brasileira em geral. Como veremos, é na seara da cultura que a agenda dos direitos culturais e linguísticos indígenas toma maior força. Em uma crescente, a presença indígena passa a

adentrar as principais instituições culturais e artísticas locais, seguindo também uma tendência global no setor e estabelecendo marcos importantes que consolidam pontos-chave para mudanças estruturais. Mais do que objeto de interesse antropológico, mítico ou romântico, na última década, a presença indígena tem sido menos caracterizada por uma objetificação, sendo progressivamente marcada por um protagonismo que tem a defesa de direitos culturais e territoriais como ponta de lança.

Em 2022, o MLP inaugurou a histórica exposição Nhe'ẽ Porã: Memória e Transformação, dando centralidade inédita às línguas indígenas brasileiras na programação deste aparelho do Estado que leva a língua colonial já no nome e veio a tornar-se um dos museus mais visitados da América Latina. O nome da exposição, em língua guarani, colocou novamente em destaque este idioma tão central na formação da sociedade paulista. No ano seguinte, em 2023, reestreava no Teatro Municipal de São Paulo a célebre ópera de Carlos Goés, O Guarani, baseada no romance homônimo de José de Alencar, ícone do romantismo brasileiro, que conta a história do "índio bom e puro", Peri, e seu amor e devoção incondicional à amada Ceci, colona branca, filha de Senhor de engenho. Propulsionada pelo sucesso meteórico do livro *O Guarani* (1857), a ópera de Goés, que teve estréia mundial em Milão, em 1870, colocou o Brasil no mapa do cenário musical mundial à época. Em 2023, a nova montagem da icônica obra, também alinha-se ao crescente protagonismo dos povos nativos e às muitas questões culturais que progressivamente elucidam-se coletivamente na esfera pública na cena contemporânea nacional, buscando ao revisitar o clássico reparar questões de representatividade e representação.

Com a presença de comunidades guarani do município na concepção, montagem e apresentação da integralidade do espetáculo, a nova ópera, segundo a diretora cênica Cibele Forjaz, em entrevista ao portal G1 buscou, de modo a contrabalancear tanto romantismo, ressignificar as obras com a inclusão desta vez da perspectiva nativa: "Uma coisa é José de Alencar tentando fundar o Brasil e uma cultura brasileira genuína e única no meio do século 19. Outra coisa é o século XXI, em que a gente sabe, ou se reconhece, como um país multiétnico, plurilinguístico. A gente não busca uma cultura, a gente busca confluência de culturas múltiplas que formam os vários 'Brasis'" (G1, 2023).

Sucesso de público, a ópera contou com obras do proeminente artista plástico indígena amazônico Denilson Baniwa, projetadas em grande escala no teatro em um fino trabalho de cenografia e teve sua concepção geral sob a batuta de Ailton Krenak, outro expoente da cultura indígena brasileira contemporânea, nomeado imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) também em 2023, quando tornou-se o primeiro indígena a ocupar uma cadeira na tradicionalíssima instituição.O discurso de posse de Krenak na cerimônia de sua posse na ABL e seus comentários em entrevistas a diversos veículos de mídia quando da ocasião também servem como guia e testemunha deste "mover do

centro" (wa Thiong'o, 1982). Ao dizer que não entrava na ABL para promover nenhum tipo de lusofonia, mas sim para promover uma sinfonia, rompendo mais de 127 anos de silêncio dos povos indígenas nesta instituição e buscando representar a enorme diversidade linguística nativa brasileira, Krenak deixou claro como certos paradigmas estão sendo ultrapassados como consequência de organização política e resistência cultural: "O português se espalhou por esta terra como uma planta totalmente adaptada, e criou suas variedades. [...] Posso aqui representar 305 povos, que nos últimos 30 anos passaram a ter a disposição de dizer: 'estou aqui'. Sou Guarani, sou Xavante, sou Kayapó, sou Yanomami, sou Terena" (NOTA TV, 2024). Afinal, sendo brasileira a academia, é de esperar-se que sejam brasileiras também as letras.

A presença indígena afirma-se e propõe câmbios de visão estruturais nos quais a questão linguística impõe-se. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para o mandato presidencial de 2023-2026, tem-se pela primeira vez na história do país a criação do Ministério dos Povos Indígenas em Brasília. Nele, a Secretaria de Articulação e Promoção dos Direitos Indígenas abriga o Departamento de Línguas e Memórias Indígenas, que conta por sua vez com uma Coordenação-geral de Promoção a Políticas Culturais, evidenciando novamente a maneira como as questões linguísticas e culturais estão entrelaçadas, sobretudo em sociedades de tradição oral, confirmando o papel central das políticas culturais na promoção do multilinguismo.

Ainda que de maneira tímida, a defesa das línguas nativas avança no país, com destaque para o papel do setor da cultura. Em 2024, foi também Krenak o responsável por organizar, no recém criado Museu das Culturas Indígenas, aparelho de cultura do Estado de São Paulo inaugurado em 2022 e gestionado por diferentes povos da região, o seminário internacional LÍNGUA-MÃE, em parceria com o Prince Claus Fund, proeminente instituição cultural holandesa que galardoara o mesmo pensador com seu maior prêmio de reconhecimento cultural, entregue pela monarquia daquela nação, também em 2022. O seminário foi mais outra prova de que a questão da diversidade linguística é atual e emergente no Brasil, ativando e renovando suas relações internacionais, ocupando espaços e impondo-se cada vez mais à realidade da própria sociedade brasileira, em grande parte ignorante de sua existência, que passa a reconhecê-la mais como potência e riqueza, em oposição à narrativa dominante de que a diversidade representaria um suposto empecilho à coesão cultural nacional ou ainda à falaciosa e persistente teoria de inferioridade ou inaptidão linguística das línguas nativas na persecução do ideal suposto de progresso para o qual aponta a flâmula nacional.

Como consideraremos, a evolução do quadro jurídico brasileiro para o reconhecimento da diversidade linguística nacional e a garantia de direitos, avançando ainda que de maneira lenta, encontra-se em evidente descompasso com o atual grau de presença e reconhecimento cultural dos

povos indígenas. Temos assim que ao passo que o estabelecimento de marcos no ordenamento jurídico para a defesa dos direitos culturais e linguísticos dos povos nativos calcou e possibilitou o caminho para que esta emergência cultural na sociedade brasileira fosse hoje possível, por outro lado, a emergência de movimentos sociais organizados aliados às possibilidades de conectividade, comunicação e produção oferecida pelos meios digitais é que efetivamente faz avançar e penetrar a presença da diferença cultural e linguística, pressionado por sua vez o avanço do quadro jurídico e da legislação nacional.

Este capítulo olha a maneira como a língua guarani, através das políticas de cultura do Estado e daquelas forjadas pelos próprios povos indígenas, tem vindo a retomar seu espaço e afirmar-se como língua nativa contemporânea da metrópole de São Paulo, com vocação de articulação regional e internacional. Em uma primeira parte, consideraremos e caracterizaremos brevemente a colonização linguística brasileira, contextualizando neste cenário o povo Guarani e seu território cultural transfronteiriço. Em um segundo momento, nos debruçaremos sobre as políticas culturais pensadas para e pelos povos indígenas na cidade de São Paulo, com destaque para o programa Aldeias, da Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo e o programa de editais de fomento direto da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Em uma última parte, consideraremos a maneira como a tecnologia e a produção digital tem servido como aliados na resistência, preservação e renovação da cultura Guarani e como instrumento de diálogo com a sociedade juruá (não-indígena), valendo-nos de exemplos concretos de projetos culturais e artísticos realizados na cidade que indicam caminhos para que a afirmação do guarani rekó (modo de viver guarani) possa vir também a ser parte integrante da defesa de um renovado modo de viver para a sociedade brasileira como um todo.

Tomada nota da crescente presença das vozes e narrativas indígenas em espaços de poder na sociedade brasileira, especialmente na cidade de São Paulo e sua pujante cena cultural, temos aqui introdução suficiente para seguirmos o fio do pensamento proposto e analisar a maneira como a componente da diversidade linguística encontra expressão na elaboração das políticas culturais nacionais, conforme nos lembra Spivak, ao apontar o essencial da política de cultura: “em nome de quais interesses são definidas as diferenças?” (Spivak, 1999/2022, p.410). A comunicação digital e suas ferramentas, ao permitirem a autonomia da afirmação identitária na paisagem nacional, através da produção e a comunicação de narrativas político-culturais, será central para pensarmos em como operam-se estas políticas de cultura. Ao reconhecermos o amplo movimento realizado pelas culturas indígenas, tanto em seu interior, na relação entre as diferentes sociedades dos povos indígenas, na relação com as comunidades não-indígenas brasileiras e com a sociedade como um todo, que abarca a conjunção de todos estes elementos, cabe considerarmos se de fato a absorção das pressões criadas

pelas das “guerras de posições” operadas pelas políticas culturais nas estruturas de poder (Hall, 2003, p.11) provocam mesmo apenas deslocamentos antes do que transformações, como aponta Hall, ou se talvez, estes deslocamentos, que por sua vez originam renovadas pressões, tenham como consequência última efetivas transformações estruturais.

6.1. Yvyrupa

Se Anderson (1983) pondera que a coisa mais importante quanto às línguas é a sua capacidade de gerar comunidades imaginadas, construindo “solidariedades particulares”, considerar o território de circulação do povo guarani, a presença e permanência de sua língua é lembrar vivamente que as fronteiras dos Estados Nacionais Sul-americanos foram, e são ainda, imposições às cartografias e territorialidades ancestrais nativas, imaginadas e produzidas muito anteriormente por línguas originárias.

O mapa daquilo que configura hoje o território guarani sugere sempre um outro desenho à parte do Centro-oeste, Sudeste e Sul do Brasil, congregando igualmente partes do atual Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia. Muito embora não haja um senso oficial da população guarani na América do Sul, esta é estimada em 280 mil pessoas (Conselho Indigenista Missionário, 2017), presente desde o litoral do oceano atlântico até ao pé da Cordilheira dos Andes, definindo territórios descontínuos nestes 5 países do chamado Cone Sul. Em 2016, em um trabalho em uma rede composta por mais de 200 colaboradores de comunidades guarani, profissionais indigenistas e acadêmicos, publicou-se o Mapa Continental Guarani, disponível em português, espanhol e guarani, que apresenta mapas com a indicação de territórios e povos, com edição do antropólogo jesuíta espanhol, radicado no Paraguai, Bartolomeu Melià. O texto de introdução deste esforço coletivo propõe que cultura e economia guarani podem e devem ser percebidos como uma proposta concreta para outro tipo de funcionamento e ordenamento da sociedade, oferecendo um possível contributo ao modelo colonial vigente dos não-indígenas que os envolve de maneira ostensiva já há séculos.

Com grande coesão linguística e cultural, mesmo dentro de sua própria diversidade, os guarani são um dos povos com maior presença territorial no continente Sul-Americano, com a importância na formação histórica dos países que habitam atualmente sendo fundamental. O fato de a língua guarani, em suas variáveis, ser uma das línguas mais representativas da família linguística tupi-guarani, uma das maiores e mais importantes famílias linguísticas indígenas da América do Sul, faz com que sua penetração nas línguas oficiais nacionais, como o português brasileiro, por exemplo, seja notável e

facilmente identificável. No entanto, este lugar de destaque do idioma na formação cultural nacional constrasta com as muito constantes e ainda presentes violências, cerceamento de liberdades e movimentos, expulsões e espólio de terras e recursos, sobretudo daqueles povos situados em zonas de expansão do agronegócio – uma das jóias mais caras da coroa do PIB brasileiro, que avança sobre diferentes biomas e passa mais recentemente a expandir-se mesmo às terras vizinhas paraguaias. A expansão deste modelo neoliberal baseado em monocultura e esgotamento de recursos naturais, faz com que a integridade deste território e a possibilidade da livre circulação dos guarani por sua grande área, parte integral do modo de viver deste povo, venha sendo cada vez mais impossibilitada. Ao separar famílias, cortar o contato entre aldeias e alterar significativamente o modo de circular conhecimento e estar no mundo de milhares de pessoas, as novas Bandeiras brasileiras reimaginam a ocupação e agudizam a depredação do solo, desconfigurando tecnologias sociais ancestrais e produzindo as sementes de morte (Williams, 1958). Ficam ilhadas entre plantações de monocultura, rodovias, carros e favelas, as línguas-de-vida (Dahlet, 2006), despojadas do acesso à mata, à água e todos os outros seres que possibilitam sua existência e sua produção e transmissão de conhecimento.

Na paralela desta movimentação predatória, em 2014, na tríplice fronteira entre Argentina, Brasil e Paraguai, no coração do território guarani, acontecia em Foz do Iguaçu, o Seminário Iberoamericano de Diversidade Linguística, organizado pelo Departamento do Patrimônio Imaterial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil, em parceira com a Universidade de Integração Latino-Americana (Unila), da Itaipu Binacional e da Secretaria Geral Ibero-americana (Segib). Estas instituições, que também representam e compõe os aparelhos oficiais dos Estados, celebravam, entre outros, a cerimônia de reconhecimento da língua guarani-mbya como Referência Cultural Brasileira – inaugurando a aplicação de um dos resultados do Inventário Nacional da Diversidade Linguística, principal instrumento de promoção e valorização dos bens culturais brasileiros atual, que consideraremos em um segundo momento (IPHAN, 2014, p.1)

A afirmação da língua e da vida guarani enquanto referência cultural para o país contrasta não obstante com a real referência incentivada e operacionalizada pelo Estado brasileiro, sobretudo nestes territórios, na qual o modelo de produção agro-pecuário industrial e de monocultura extrativista para a exploração e exportação de commodities e a exploração de modais energéticos de alto impacto, como a barragem de Itaipu, para uma produção cada vez maior de energia, segue sendo a norma. O modo de ser e o espírito da língua guarani, na direção oposta, inspiram uma velocidade e uma paisagem que se contrapõe diametralmente a este modelo em franca e larga expansão.

Na mesa de abertura do evento, Bartolomeu Melià (IPHAN, 2014, p.6) ponderava que a história da América pode em grande parte ser caracterizada pelo processo de destruição de suas línguas, intimamente ligadas às florestas que nomeiam e da paisagem que moldam através do tempo. Considerou ainda o autor que para o conquistador colonial, a riqueza cultural e linguística Sul-americana sempre foi um excesso incontrolável e molesto e, da mesma maneira como hoje o faz o fazendeiro da grande exploração de soja ou gado, os primeiros dominadores teriam buscado desmatar o mais rápido que puderam toda a selva de vida que encontraram, para rapidamente convertê-la em um deserto que se pudesse compreender, controlar e para nele ver-se refletido. Ao considerar a incorporação da desflorestação como instrumento normalizado pelo Estado para assegurar as condições de produção cultural, Melià aponta como língua, cultura e paisagem são indissociáveis:

> La preservación de la lengua es preservar el modo de ser de la misma lengua, amenazada "ecológicamente" desde diversos ángulos; la deforestación linguística se hace por diversos medios; metaforicamente son cortes con el hacha, con la motosierra, con tóxicos defoliantes, con fuego, con "limpieza" total de la selva, que incluye tanto el canto de los pájaros como los arroyos y ríos y hasta los pozos envenenados. [...] Por qué el Estado es tan inoperante? En realidad, porque ha asumido la deforestación como exigencia y el despojo, desplazamiento y translado de poblaciones como consecuencia indispensable y normal de la producción; la producción de la pobreza
>
> (IPHAN, 2014, p.13).

Na ampla e panorâmica paisagem de diversidade cultural e natural que encontrou o europeu e sobre a qual continuaram a talhar de maneira bruta até os dias de hoje seus colonos e descendentes, de modo a possibilitar e preservar seus interesses, das estimadas 1.175 línguas existentes no que considerava-se o território nacional brasileiro em 1500, de acordo com o Censo 2022 (IBGE, 2022, p.7), restam no Brasil atualmente estimadas 274 línguas indígenas diferentes, faladas por 305 etnias. Todavia, na contramão de outras nações Sul-americanas, o país ainda não reconhece como oficial em âmbito nacional nenhum destes idiomas, excluídos a priori, ou condicionados pela barreira linguística, ao pleno exercício da cidadania nacional os povos cuja língua primeira não é o português.

Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça o direito das comunidades indígenas de preservar suas línguas, o movimento de oficialização de línguas indígenas no nível estadual e municipal é uma iniciativa mais recente e específica de algumas regiões, o que igualmente corrobora a percepção do progressivo fortalecimento e valorização da diversidade linguística em âmbito nacional. Entre elas, a principal língua indígena de comunicação amazônica, o nheengatu, com origem na Língua Geral

Amazônica, língua de colonização com base no Tupi Antigo, é língua oficial no Estado do Amazonas desde 2002, e a partir de 2017 também foi oficializada no Amapá. Mais recentemente, com a Lei N.º 6.303/2023, passou-se a reconhecer 16 línguas indígenas como as oficiais no Amazonas. São Gabriel da Cachoeira é o único município a ter três idiomas reconhecidos oficialmente, além do português, sendo eles o nheengatu, o baniwa e o ticuna. Ainda, através do país, em nível municipal, línguas como o macuxi, o pataxó, o tupinambá e o guarani foram oficializadas em regiões dos Estados da Bahia, Roraima, e Mato Grosso do Sul.

Não obstante, em tempos conturbados de disputas de narrativas em âmbito nacional, a histórica disparidade de representação dos povos indígenas frente aos poderes colonizadores constituídos faz com que a votação de projetos de lei e teses jurídicas controversas que atacam diretamente seus interesses e integridade física recrudesçam. Na emergência de movimentos reacionários, calcados sobretudo no amplo poder econômico e político de bancadas organizadas no Congresso Nacional em defesa da indústria armamentista, da agropecuária e das igrejas evangélicas, a questão indígena no Brasil – por essência, linguística, cultural e sobretudo territorial – deixa claro que a colonização da terra, desde a independência, jamais foi interrompida.

A Tese do Marco Temporal, por exemplo, que defende que os povos indígenas só possam reivindicar ocupar as terras que já estavam em sua posse ou em disputa judicial à data do 5 de outubro de 1988, data da promulgação da atual Constituinte, configuram claras tentativas de apagamento. Esta tese, alvo de veto presidencial quando da aprovação da Lei nº 14.701 (2023), derrubado pelo congresso brasileiro em um braço de ferro com o Executivo e desde então em disputa aberta envolvendo o Supremo Tribunal Federal do país, que já havia declarado a inconstitucionalidade da tese, o Marco Temporal desconsidera o simples fato de terem sido muitos os povos expulsos à força de suas terras ancestrais, não podendo por lógica e consequência estar em posse das mesmas em 1988. O que propõe a Tese de fato portanto, é uma anistia ao largo espólio das terras indígenas realizado até à data. Seguindo a linha de Teodoro Sampaio, o Cacique Luís Eusébio, da Aldeia Peguaoty, em Sete Barras, São Paulo, pontua que "Os brancos usaram a nossa língua para dar o nome a todas as coisas que tem nesse território: as cidades, os rios, todas as coisas estão em nossa língua. Só isso já serviria como uma prova da nossa presença, como dizem os brancos. Não tem como dizer que não estivemos sempre por aqui, pois seria mentira!" (Pierri, 2022, p.31). A emergência dos debates sobre a diversidade linguística no Brasil é portanto uma luta pela afirmação e resistência cultural que tem no território sua pedra basilar. As línguas indígenas e a sua defesa, valorização e promoção desenham uma linha firme no horizonte pela afirmação dos direitos culturais e territoriais para os povos indígenas do Brasil.

O Paraguai é sem dúvidas um centro e bastião cultural de relativa preservação desta referência cultural guarani, ainda que igualmente dentro de sua própria lógica colonial de exclusão. Fato é que a língua guarani, socle das missões jesuíticas na bacia do Prata, nunca deixou de ser falada no país e, sendo a língua materna de quase 90% da população, tornou-se língua oficial do Estado, em paridade com o castelhano, com a promulgação da Constituição de 1992, na onda de constituintes ditas humanistas no pós-ditaduras Sul-americanas, coroando um momento de reafirmação e valorização, ainda que limitada, do patrimônio indígena do país. Como já mencionamos, o fato de uma língua indígena ser falada como primeira ou segunda língua por quase a totalidade de uma população de mais de 6 milhões de pessoas em um país cujas instituições integram o sistema internacional, faz com que, bem ou mal, a língua guarani em sua variante paraguaia e urbana, esteja inserida e em contato com políticas públicas de educação e cultura e faça parte de uma economia de mercado global. Como diz Melià, o Paraguai apresenta uma situação linguística que é praticamente única nas Américas, que mostra "até que ponto uma língua indígena pode manter-se em uma sociedade não-indígena, e que não renuncia tão facilmente a seu idioma, do qual recebe um modo particular de ser e viver" (Melià, 2019, p.8). Ainda assim, as linhas que contornam a pobreza sempre são mais acentuadas quanto mais se aproximem da cultura guarani. É possível aqui estabelecer um paralelo com o caso considerado de Angola, e a maneira como as LN são popularmente tratadas pejorativamente como línguas de cão. Melià lembra como o termo guahu, um dos cantos sagrados do povo guarani, é popularmente traduzido e usado na sociedade paraguaia como sinônimo para o latido de cães. Isso evidencia como a desumanização das línguas indígenas também é um instrumento que serve aos interesses de despojo e privação.

Muito pesem as profundas disparidades de tratamento e status, sua oficialidade no Paraguai permite a presença desta importante língua na oficialidade das instituições da região do Cone Sul, como é exemplo do Mercado Comum do Sul (MERCOSUR), muito embora, também é importante frisar, seu uso e institucionalização não signifique que os direitos culturais das populações indígenas originalmente detentoras da língua estejam sendo garantidos. Contribui sim no entanto para que a língua guarani desponte com maior força na cooperação internacional possibilitada e realizada a partir destas estruturas, como é o caso da OEI, como já consideramos. Esta posição vacilante da língua guarani pode ser bem ilustrada pela fala de Ladislaa Alcaraz, então Secretária de Políticas Linguísticas do Paraguai, em intervenção em mesa-redonda na CILPE 2022, quando fez a defesa de uma inclusão mais efetiva da língua guarani na cooperação ibero-americana, lembrando aos presentes e participantes do painel sobre a existência da língua no cenário ibero-americano. Embora inserida oficialmente nas estruturas da cooperação, a posição de uma língua não-hegemônica de um país não-

hegemônico também fica evidente e marcada na engenharia institucional criada para beneficiar determinadas comunidades linguísticas mais do que outras, como muito bem aponta a inexistência de políticas específicas para o guarani, quando abundam aquelas pensadas para o português e o espanhol.

Neste sentido uma mais aprofundada cooperação de alto-nível entre Brasil e Paraguai para a troca de boas práticas sobre a preservação, valorização e promoção da língua guarani, em sua diversidade de expressões culturais, tanto na sociedade indígena, quanto junto à população não-indígena, inclusive através do multilateralismo, é uma possibilidade da qual ambos os países tem muito a beneficiar-se. Ainda assim, enquanto a ação do Estado e suas políticas não responde às necessidades destes povos, senão antes atua como parte cúmplice nos repetidos ataques à sua integridade, o povo guarani se organiza politicamente com cada vez maior vigor ao longo das últimas décadas, com vistas a organizar o seu espaço, seu modo de viver e de chamar as coisas.

Desde sua criação, em 2006, a Comissão Guarani Yvyrupa (CGY), congrega coletivos guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pela terra, tendo protagonismo no cenário político do movimento indígena nacional, tendo garantido vitórias importantes na longa luta em defesa dos direitos territoriais, apoiando-se no artigo 232 da Constituição Federal brasileira de 1988, que define que "os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo".

Muito embora focada nas questões guarani no Brasil, a Comissão atua igualmente como uma importante antena na articulação, congregação e concertação de lideranças guarani também na esfera regional, consciente de seu território original. Conforme lembra o site oficial da Comissão Guarani Yvyrupa, os guarani são um dos povos indígenas com menos terras reconhecidas, embora seja um dos mais populosos no Brasil. Após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 2022, a CGY lançou uma campanha de pressão para fazer avançar os processos demarcatórios das terra Guarani. Sob a #DemarcaYvyrupa, a Comissão protocolou junto à Funai um documento pormenorizado com as necessidades e pendências para seguir com a demarcação de terras, tendo grande êxito em fazer avançar os processos (CGY, 2022). A mais recente conquista que pode ser atribuída a este amplo e persistente trabalho de articulação política é a assinatura das portarias declamatórias, em 2024, de sete Terras Indígenas do povo Guarani, entre elas a TI Jaraguá, inserida em contexto urbano na região metropolitana da capital paulista, que havia sido até então oficialmente a menor TI do país. Assim como o Projeto de Lei 436/2021, que entre outros, propõe a cooficialização da língua guarani no município de São Paulo.

Neste movimento de fortalecimento e retomada, a língua e cultura guaranis seguem tendo

papel central na luta territorial. Para pensarmos a atualidade da língua guarani no cenário brasileiro e a maneira como as políticas culturais podem ser benéficas para sua maior inclusão e para o maior acesso e protagonismo do povo guarani na agência de seus direitos culturais, é necessário compreender como a componente linguística configura até os dias mais atuais parte fundamental no empreendimento da colonização do território e da cultura no Brasil. Sendo o Brasil amplamente percebido como um país monolíngue, fica pelo óbvio que a língua portuguesa tem papel fundamental nos esforços de homogeneização e coesão do território nacional. Como veremos, lingua franca entre os povos indígenas, o português serviu e serve ainda, nas políticas que afetam diretamente o destino de diferentes povos, como um instrumento de exclusão e imposição de políticas de cariz paternalistas nas quais as possibilidades e condições de participação, protagonismo e decisão para beneficiar sua própria diversidade rareiam.

Cunha (2016) aponta a lógica perniciosa de substituição que as políticas de alfabetização em língua portuguesa e do ensino formal em geral favorecem no país – sendo a obtenção de diplomas de ensino superior amplamente condicionada ao domínio do português, por exemplo – e propõe a aplicação mais inteligente de políticas inovadoras, que compreendam a escola como apenas uma parte da vida na aldeia, preservando e permitindo ampliar o espaço da oralidade. Aponta ainda a maneira contraditória como o Brasil, que oficialmente promove e reivindica os benefícios internacionais advindos de sua biodiversidade, não parece disposto a aplicar internamente a mesma posição em relação às suas população tradicionais (Cunha, 2016, p.19), ignorando a inter-estruturação entre sua biodiversidade e sua diversidade cultural e linguística.

Por sua vez, pensar políticas culturais que possam favorecer a diversidade linguística e fazer valer direitos impreterivelmente nos depara com a maneira como estas mesmas políticas, as ditas culturais e também as designadas como linguísticas, sobretudo no advento do paradigma da industrialização da cultura, encontram-se circunscritas no cânone colonial neoliberal de formação e expansão de mercados para exploração de recursos naturais e humanos e a aceleração da produção e consumo. A necessidade de uma maior valorização das tradições orais, refletida no discurso de posse de Krenak na ABL aponta claramente a maneira como ativos e recursos culturais preciosos para a produção de conhecimento são desperdiçados e prejudicados pela desflorestação linguística e por políticas de monocultura, ou seja, políticas pensadas, desenhadas e orientadas a conformar as expressões culturais a partir de um único molde e prisma, pensadas, portanto, para e desde uma cultura ou grupo de culturas.

Nisso, a constante dialética entre a dimensão nacional e internacional das questões de diversidade cultural também desponta como importante fator. Interessando-nos pelo recorte das

políticas de cultura neste complexo sócio-linguístico. O direito à formulação própria de políticas para os povos indígenas emergiram internacionalmente apenas em 1989, com o marco da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É na esfera das questões trabalhistas portanto que orientações sobre o direito à cultura de povos indígenas primeiro despontam no ordenamento jurídico internacional, passando a exercer pressão em diversos Estados Nacionais.

Um panorama histórico da questão linguística na empreitada da colonização brasileira nos auxilia a perceber melhor a questão. Freire (2016) evoca como, na colonização portuguesa, durante muito tempo a língua portuguesa não foi a língua de comunicação interna, função que durante três séculos foi desempenhada por duas línguas de base indígena. Aponta igualmente como a definição de fronteiras com a Espanha para a exploração do continente americano teve nas línguas de colonização elemento fundamental, a Coroa de Castela aceitando somente reconhecer como território português ali onde se falavam as língua-gerais (a paulista e a amazônica), de base indígena – em um claro reconhecimento de que as línguas gerais e sua expansão eram fruto das políticas de línguas de Portugal (Freire, 2016, p.371). O uso generalizado das línguas nativas para o empreendimento da colonização e seu impacto na percepção estrangeira sobre o território colonial consolidaria a noção e entendimento de que a língua portuguesa não era para efeito algum a língua de uso geral na maior e mais importante colônia de Portugal.

O famoso Diretório dos Índios (1757), elaborado por Marquês de Pombal, já em um prenúncio de guerra aberta contra a Ordem dos Jesuítas (estes que sempre tiveram um papel de proeminência nas políticas lingüísticas da colonização lusa e uma relação muito profunda com o povo guarani), é o documento que estabeleceria o ensino e uso obrigatório da língua portuguesa, com a proibição e criminalização das línguas indígenas brasileiras. Mariani (2003) aponta a maneira como o decreto de Pombal configura um marco fundamental no deslocamento linguístico da colônia, uma vez que essa peça jurídica teve como alvo claro as línguas nativas, caracterizadas como línguas do diabo, e aponta a maneira como a colonização linguística, em uma nova fase de uma política clara e hierárquica, com regras estabelecidas para a utilização das línguas ou o silenciamento delas, organizou ao mesmo tempo a espacialidade colonial, as instituições e os direitos outorgados de como e onde passariam a circular as línguas.

> No processo colonizador, circulam essas imagens sobre as línguas, sobre essas línguas constitutivas de povos culturalmente distintos que se defrontam em condições de produção tais que uma dessas línguas, chamada de língua colonizadora, visa impor-se sobre a(s) outra(s) colonizada(s). Isso rege, no devir do processo de colonização, a forma como vai sendo construída uma relação muito singular: o lugar

> de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade lingüística inerente à colonização. Aquela que virá a ser a língua nacional se organiza justamente aí, nessa disputa por espaços de comunicação, em meio ao confronto entre políticas de sentidos das línguas em confronto/contato, ou seja, entre diferentes produções de sentidos e de práticas sócio-históricas que se encontram ligadas a cada língua específica
>
> (Mariani, 2003, p.74).

Pensar a construção e a constituição destes espaços através do uso das línguas no processo colonial até aos dias atuais nos remete igualmente à produção contínua da paisagem pela cultura humana (Reclus, 1905; Sampaio, 1928; Santos, 1982; Harvey, 1992), a maneira como a paisagem criada e zelada pela língua e cultura guarani em seu território de ampla livre circulação segue sendo alterada por um paradigma colonizador da pós-modernidade. Segundo Severo (2016), na formação do império colonial português, os discursos sobre as línguas não se apresentavam como imparciais, mas estavam profundamente ligados a uma visão cristã e/ou iluminista de interpretar e entender o mundo, inseridos em uma estrutura de controle sobre terras, povos e línguas, os quais passaram a ser identificados e minuciosamente detalhados em um conjunto amplo de práticas e discursos que englobam "leis, documentos, tratados, cartas, cartografias, relatos de viajantes, crônicas, ilustrações artísticas, anotações de viagem, gramáticas, dicionários, listas de palavras, traduções de textos, invenção/adaptação de alfabetos, que em última instância definem o espaço físico" (Severo, 2016, p.13).

O caso dos guarani kaiowá, conforme apontado por Tonico Benites Kaiowá (2022), é um exemplo claro da maneira como este dispositivo de controle de povos, terras e línguas segue operante na atualidade. Os documentos históricos revelam que o processo inicial de deslocamento ou expulsão dos Guarani e Kaiowá de suas terras tradicionais foi resultado da política de povoamento e colonização na recém-estabelecida faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Esse primeiro movimento de invasão dos territórios guarani e kaiowá ocorreu de forma mais intensa após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), em um contexto de um Brasil imperial já emancipado da metrópole. Oliveira (2022) lembra que este período de desterritorialização dos Guarani no Mato Grosso do Sul é chamado por eles de sarambi – espalhamento – , ao qual se referem em português como "o tempo do corre-corre", um deslocamento desordenado em função da violência da colonização. Ecoando dramaticamente a nabka palestina, o sarambi também é fruto do contínuo espólio territorial operado violentamente pelos dispositivos coloniais que persistem na exploração de terras ao redor do mundo.

Na medida em que determinadas práticas linguísticas de grupos e indivíduos aproximam o português nacional das línguas indígenas e do pertencimento à terra, tornando-o cada vez mais brasileiro de fato, será proporcional o distanciamento que as práticas culturais que lhe são correspondentes têm das reais possibilidades para definir, agenciar e legitimar o seu próprio espaço e paisagem. Essa divisão territorial, que define a legitimidade das línguas e culturas, é apontada também com maestria no trabalho de Bagno (1997; 1999), cujas obras Preconceito Linguístico e A Língua de Eulália são marcos da sócio-linguística brasileira, desnudando para um público mais amplo a maneira como a disputa de espaços para a legitimidade da produção de conhecimento no Brasil contemporâneo segue diretamente atrelada à lógica colonial de divisão internacional de quais práticas se praticam, em quais espaços, e por quem – sempre com o indígena no patamar mais baixo da cadeia. A língua segue sendo sempre este fator que congrega e condensa questões culturais, políticas, econômicas e sociais.

Em 2024, na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), maior evento literário brasileiro realizada nesta vila colonial com forte presença guarani, o escritor francês Édouard Louis, natural de Hallencourt, destaque do evento, pontuou em sua participação em mesa-redonda que se sua mãe quisesse falar sobre a dominação de classe, ninguém a ouviria, porque ela tem um sotaque do Norte da França e não sabe falar bem. Ele, justamente por ter-se submetido a esse padrão, poderia lutar contra isso, a língua opressora viabilizando sua emancipação. Sem deixar de pontuar o curioso fato de a intelectualização da pobreza do europeu branco causar mais fascínio na elite cultural do Brasil do que aquela dos subalternos nacionais, como os próprios guaranis, que por muitas vezes compõe a paisagem das sarjetas da Feira Literária, devemos perceber como o discurso de Louis, elaborado desde a posição de um europeu francês oriundo das classes baixas do século XXI, em algo ecoa a maneira como também entenderam alguns intelectuais africanos o papel que detinham as línguas de colonização europeias para os africanos emancipados do jugo colonial. Instrumento da operacionalização de uma emancipação de adequação, em oposição ao pensamento defendido por Wa Thiong'o (1986), como vimos anteriormente, as línguas coloniais opressoras também foram consideradas como instrumentos para a libertação e o progresso. Neste sentido, na ininterrupta colonização cultural dos territórios, Paris é a metrópole de Hallencourt e Dakar, e São Paulo e Rio de Janeiro de todo um Brasil.

Se o português padrão pode servir como a língua de emancipação para que o cidadão guarani se comunique pelas redes sociais com os juruá e a sociedade envolvente, ou então possa realizar estudos superiores em Direito para defender os interesses de seu povo frente aos poderes dominadores constituídos, por exemplo, a língua guarani será também emancipadora da articulação e organização política dos guarani através de seu amplo território para a produção de conteúdo cultural tradicional e

digital. Da mesma maneira, poderá ser emancipadora para a sociedade que dela nada viu e nada sabe. Esta convivência de ambas as maneiras de operar e produzir cultura e território é o que analisaremos nas próximas partes, com atenção aos principais marcos, políticas e programas públicos para os povos indígenas desde o campo da cultura, e a maneira como tem vindo a transformar-se rapidamente neste cenário as expressões culturais brasileiras.

Considerado um arco da produção histórica da diferença e expostas as relações entre a língua e a ocupação e transformação do território pela colonização, ao considerarmos a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais, urge buscar desmanchar as estruturas de hierarquia e domínio erigidas pela língua colonial, buscando entendê-las e confrontá-las, com recurso à produção de novos discursos de inclusão, coexistência e equidade, de modo a dotar e dar o comando de fato para países como o Brasil do gozo dos recursos de diversidade biocultural dos quais é detentor. Para a construção de um contra-colonialismo (Bispo dos Santos, 2023), o reconhecimento do território guarani e das línguas indígenas como entidades vivas e presentes do patrimônio cultural brasileiro e agentes do direito e das relações culturais internacionais, significará também saber combinar os modos e compartilhar a construção de espaços e paisagens. A seguir veremos como estas políticas de cultura tem sido desenhadas, em meio ao fortalecimento político e a articulação das diferentes frentes da luta guarani e dos povos indígenas brasileiros, considerando o principal programa operado desde 2014 pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, o programa Aldeias assim como os editais de chamamento a projetos da Secretaria de Cultura e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo destinados à população indígena, buscando estabelecer paralelos com outras iniciativas que tem o objetivo de emancipar os povos indígenas e que muito tem contribuído para a autonomia da produção de seus discursos e sua inclusão na paisagem midiática, artística, cultural e intelectual do país.

6.2. Políticas culturais e os Guarani em São Paulo

Sendo a questão indígena no Brasil demasiadamente ampla e complexa, tanto por sua extensão no tempo e no espaço assim como pela cada vez maior sofisticação que a mesma adquire dentre as estruturas de poder estabelecidas, nosso objeto de interesse neste capítulo será a análise da constituição das políticas culturais destinadas ao fortalecimento, inclusão e emancipação das comunidades indígenas guarani por parte das instituições que atuam e detêm mandato na região da cidade de São Paulo. Desta forma, não é nosso objetivo e não nos será possível aqui definir e apresentar um panorama completo das políticas públicas destinadas aos povos indígenas, em seu

histórico e ordenamento no Brasil. Instituições indigenistas e indígenas como o Conselho Nacional de Política Indigenista, a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Comissão Pró-Índio, o Instituto Socioambiental (ISA), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) ou eventos e assembleias como o Acampamento Terra Livre (ATL), assim como seus marcos e políticas, serão mencionados e explicados na medida em que estejam em relação com as políticas culturais sobre as quais aqui nos debruçaremos e sempre que seja de interesse para permitir uma mais ampla compreensão do panorama no qual as mesmas inserem-se.

Afinal, de que maneira o reflorestamento das paisagens de diversidade linguística e cultural têm sido possibilitada no contexto da cidade de São Paulo? Qual papel têm tido as instituições governamentais, as da sociedade civil não-indígena e as iniciativas e movimentos indígenas? A presença marcante do povo guarani na maior metrópole brasileira tem vindo a afirmar-se com cada vez maior assertividade e sucesso ao longo das últimas décadas, com sua cultura e língua cada vez mais próximos da sociedade não-indígena, que tem cada vez mais pontos de contato e maiores possibilidades de coexistir com o pensamento guarani, sobretudo através do trabalho de instituições culturais, mas igualmente através das muitas possibilidades de comunicação direta que as ferramentas digitais disponíveis oferecem. Um longo caminho entretanto teve de ser percorrido e ainda são bastante significativas as disparidades e os desafios para a efetivação dos direitos culturais indígenas na cidade para que esta referência cultural seja de fato incorporada como um modo de ser da sociedade brasileira em geral. A presença cada vez mais evidente da cultura e língua guarani nos espaços hegemônicos da intelectualidade paulistana, dominante no cenário nacional, contribui igualmente para que este processo de fortalecimento tenha projeção na escala do país. Hoje, os movimentos indígenas nacionais encontram-se organizados, articulados e implicados internacionalmente na defesa de suas culturas, línguas e territórios, e a representação ativa brasileira nos esforços da Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI 2022-2032) junto à Unesco é um claro sinal dessa força. Para além disso, a presença de duas TI Guarani em uma capital financeira e cultural brasileira, de peso e projeção internacional, também possibilita que a presença deste povo e sua atuação na esfera internacional seja facilitada.

Para pontuarmos destarte como a questão linguística têm atuado de maneira central no âmbito das políticas de cultura para os povos indígenas e em sua relação com a sociedade não-indígena, é de relevo apontarmos o modo como o próprio uso da língua portuguesa tem vindo a ser reformulado no tratamento e interação com povos nativos, por sua própria reivindicação e demanda. A palavra índio, usada por anos a fio para designar o estereótipo sem subjetividade dos povos brasileiros nativos, caiu oficialmente em desuso, sendo indígena, ou povos indígenas os termos que mais adequam-se à

realidade e necessidades presentes. Criado em 1953, por um pensador e grande defensor dos povos nativos, Darcy Ribeiro, o Museu do Índio, no Rio de Janeiro, por exemplo, principal instituição cultural representativa da política indigenista do século XX no país, em 2024 já não encontra razão de ser, tendo tido a alteração de sua nomenclatura aprovada oficialmente durante o 8º Fórum Nacional de Museus, em reunião conjunta entre o Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM) e o Conselho Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, em novembro de 2024. Passa assim a instituição, após fechar as portas e passar por um longo processo de revisão museológica, a chamar-se Museu Nacional dos Povos Indígenas, alinhando-se à mudança de nome da Fundação Nacional do Índio para Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Desde a promulgação da Constituição de 1988 – que reconhece em diferentes artigos os direitos indígenas à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, assim como seu direito às terras tradicionalmente ocupadas e o usufruto exclusivo das riquezas nelas encontradas, podendo preservar e proteger sua cultura, tradições, língua e identidade – o arcabouço jurídico que busca dar conta da dimensão da questão indígena brasileira têm vindo a modificar-se, expandir-se e afirmar-se como parte essencial do pacto social nacional. É inegável o avance no desenvolvimento institucional brasileiro em relação às questões indígenas. Para além do verniz da simbólica tradução recente da constituinte para a língua-geral amazônica, o nheengatu, por exemplo – em outro interessante paralelo com o que vemos acontecer em Angola, sem que entretanto em ambos os casos os direitos assegurados nestes textos constitucionais possam vir a efetivar-se ou serem reivindicados e acessados através do uso destas mesmas línguas frente ao Estado – é possível observar o estabelecimento e o desenvolvimento gradativo de instituições e políticas, abrigadas sobretudo na seara da cultura, educação e direitos humanos, que, juntamente, e como consequência de muita luta e pressão dos movimentos indígenas, como já aqui dito, reorientam os rumos do país.

É necessário por isso também pontuarmos e reconhecermos o importante trabalho que instituições indigenistas criadas no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985) e também no período da redemocratização, realizaram e ainda realizam na defesa dos direitos e interesses dos povos indígenas no Brasil, contribuindo de maneira significativa para a sua organização, capacitação e empoderamento e atuando em diversas frentes para promover e advogar por sua autonomia e dignidade. Em parceria com os povos indígenas organizados, pode ser a elas atribuída parcela significativa da pressão exercida sobre as estruturas governamentais para a evolução do ordenamento jurídico nacional e a criação de políticas e instituições de caráter permanente. Esse trabalho estruturante intenso durante o período da redemocratização adquire resultados palpáveis, por exemplo, quando o IPHAN, criado em 1937, nos anos 2000, com a instituição do Registro de Bens Culturais de

Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), passaria a igualmente trabalhar no sentido da preservação e valorização do patrimônio cultural indígena brasileiro.

Com a composição do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, e a gestão de Gilberto Gil frente à pasta da Cultura, o órgão assume responsabilidade e passa a ter um papel de relevo junto às questões culturais e linguísticas indígenas nacionais, ao atuar sistematicamente em compasso e colaboração com outras políticas públicas e organizações indígenas e indigenistas. Com a consolidação dos debates internacionais sobre patrimônio imaterial que resultaram na promulgação da Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003), cujo texto foi ratificado pelo Brasil em 2006, o país passa por um importante processo de estruturação e complexificação de sua estrutura de governança cultural, buscando desenvolver as ferramentas necessárias ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas fiéis à sua realidade de diversidade cultural.

Heranças do período da ditadura militar entretanto, persistem. O Estatuto do Índio (1973), criado em suposto esforço de proteção, mas em um continuum assimilacionista, ainda segue em vigor, muito embora existam fortes manifestações por sua atualização, como a proposta do Estatuto dos Povos Indígenas (2009) ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Será também nos anos 2000, que os Art. 215 e Art. 216 da Constituição Federal, que ampliaram a noção de patrimônio cultural, serão acrescidos da Emenda Constitucional nº48/2005, que estabeleceria o Plano Nacional de Cultura (PNC) como ferramenta imprescindível para o desenvolvimento cultural nacional, resultado das discussões da 1ª Conferência Nacional de Cultura, realizada em Brasília, também em 2005, que constataria a necessidade de lutar-se contra a exclusão cultural no país, considerando os direitos culturais como direitos humanos fundamentais (Agência Câmara de Notícias, 2024).

O PNC é um instrumento essencial para o planejamento das políticas culturais do Brasil. Previsto no artigo 215 da Constituição Federal, ele estabelece princípios, diretrizes, objetivos e metas para um horizonte de 10 anos, refletindo os compromissos da União, Estados e Municípios com a cultura. Em sua primeira versão, o PNC 2010-2024, contou com um Plano Setorial para as Culturas Indígenas (PSCI), publicado em 2012, o qual apresenta ações voltadas para a proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas indígenas.

> Dentre os seus objetivos, estão: contribuir para a manutenção, atualização e reprodução sociocultural dos saberes, práticas, formas narrativas, instituições e rituais indígenas; incentivar os processos comunitários de transmissão de saberes e práticas, valorizando os sábios e os anciãos indígenas; colaborar para a utilização das línguas indígenas; possibilitar a criação de espaços

> comunitários para o diálogo e a reflexão sobre temas culturais de interesse dos povos indígenas; incentivar a troca de experiências e o intercâmbio entre comunidades e povos indígenas; propiciar a inclusão digital dos povos indígenas, garantindo-lhes o acesso às tecnologias de informação e da comunicação; incentivar e fomentar a realização de mapeamentos comunitários sobre as culturas indígenas, visando produzir conhecimentos sobre a diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil; promover o registro dos conhecimentos e práticas das culturas indígenas, contribuindo para a produção de conteúdos para a elaboração de materiais didático-pedagógicos
>
> (Ministério da Cultura do Brasil, PSCI, 2012, p.7)

Era assim projetada a concretização dos direitos culturais dos povos indígenas brasileiros, com sua inclusão nas políticas de cultura e a criação de uma política pública de longo-prazo inédita, cujos objetivos específicos determinavam o desenvolvimento de ações de proteção e promoção da utilização das línguas nativas.

> A utilização das línguas nativas se constitui em condição fundamental para a atualização das tradições orais indígenas que, por sua vez, abarcam diferentes repertórios de gêneros de fala. [...] Incentivar as práticas que priorizam o aprendizado das crianças na língua materna, bem como possibilitar o registro e intercâmbio dos conhecimentos, práticas e expressões culturais tradicionais, e sua sistematização e disponibilização em acervos, publicações e produtos culturais indígenas, pode contribuir para o fortalecimento e a atualização das línguas indígenas no cotidiano das comunidades e sua valorização nos espaços de educação formal e informal.
>
> (Ministério da Cultura, Brasil, PSCI, p.35)

Freire (2016) lembra que no ano 2000, Fernando Henrique Cardoso assinaria um decreto sobre o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, com recomendações para que o IPHAN criasse instrumentos para esta finalidade. A realização de seminário na Câmara Federal, em 2006, em parceria com o IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, daria origem à metodologia que seria usada para a elaboração do principal destes instrumentos: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), que congrega os diferentes entes federativos na missão de identificação, preservação e promoção do patrimônio linguístico nacional e que funciona através de uma metodologia que passa

pela identificação da língua, a demografia, a caracterização linguística e histórico-cultural, a distribuição geográfica, os usos das línguas na sociedade, ações sobre a língua no plano jurídico, cultural e educacional, além do levantamento da literatura oral e escrita, na produção audiovisual.

Projeto do governo brasileiro criado para reconhecer e documentar as línguas faladas no Brasil, especialmente aquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade, o INDL foi efetivamente instituído no ano de 2010, através do Decreto nº 7.387, com o objetivo de preservar o patrimônio linguístico do país e promover a valorização das línguas minoritárias que fazem parte da identidade cultural brasileira. Este instrumento tem como objetivo fazer com que estas línguas sejam oficialmente reconhecidas como parte do patrimônio cultural imaterial e também conscientizar sobre a importância da diversidade linguística, criando um banco de dados que serve de subsídio para apoiar a formulação de políticas públicas e a atuação de pesquisadores e instituições. As línguas são inseridas no inventário a partir de pedidos que devem partir das próprias comunidades linguísticas, associações ou pesquisadores, após apresentação da documentação necessária para que o IPHAN faça a análise e o seu reconhecimento oficial. Ao ser registrada no INDL, uma língua passa então em teoria a poder contar com proteção e reconhecimento do Estado, o que pode envolver políticas de preservação, ensino e divulgação, idealmente fortalecendo a cultura e a identidade dos grupos que a falam.

Freire (2016) considera ainda que

> A cooficialização das línguas, articulada com o INDL, representa no plano das políticas de língua um notável avanço em defesa da diversidade linguística e da patrimonialização das línguas indígenas como bens culturais do Brasil e da humanidade, com desdobramentos em outras áreas. É o caso do Censo Demográfico de 2010, organizado pelo IBGE, que incluiu o recenseamento linguístico para obter informações sobre as línguas faladas em território nacional, diminuindo a margem de precariedade dos dados e criando bases pra orientar o planejamento educativo no que diz respeito às línguas

(Freire, 2016, p.381).

E é justamente a língua guarani mbya a primeira língua indígena a ter sido inventariada no projeto piloto encabeçado pelo IPOL, em 2011. O Inventário da Língua Guarani Mbya (ILG) apresenta os resultados de trabalho realizado em São Paulo, Paraná, Santa Cataria, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Espírito Santo, em um amplo levantamento junto às comunidades, mas igualmente através de pesquisa em acervos e bases de dados que “reuniu e sistematizou informações sobre a distribuição

dos povos guarani no Brasil, as legislações (ações jurídicas, educacionais e culturais) sobre a língua guarani e a produção de conhecimento na e sobre a língua guarani-mbya: produções científicas, audiovisuais e de divulgação (entre outras)" (ILG, 2011, p.28).

O ILG é um trabalho focado na variante moderna mbya da língua guarani, que por sua vez também tem o nhandeva e o kaiowá como variantes de grande peso. O documento lembra que, nestas variedades, a língua guarani como um todo, é uma do grupo seleto das 3 línguas indígenas, dentre as 102 que cruzam fronteiras e são faladas por mais de um país na América do Sul, que é falada em quatro países, tendo oficialidade como língua de Estado e também em organizações internacionais, o que a faz uma língua supranacional e oficial em diferentes âmbitos (ILG, 2011, p.33), internacionalizada por essência. O capítulo 7 do documento dá conta de analisar as ações de promoção e legitimação da língua, operadas desde os planos jurídico, educacional e cultural.

Ainda que a pesquisa apresente um retrato daquilo que foi a realidade vigente até a data de sua publicação, em 2011, ao abordar a presença da língua guarani nos programas da mídia, o ILG ressalta a quantidade de vezes que as rádios paraguaias, com programas em língua guarani, foram citadas como referenciais culturais de presença na paisagem midiática, apontando a maneira como a existência de tais programas estaria "diretamente vinculada ao fato de o guarani ser língua oficial do Paraguai, o que sinaliza também o valor da oficialização de línguas para a sua promoção e legitimação social" (ILG, 2011, p.128). Ainda segundo a pesquisa, as áreas que mais apresentam demandas junto às comunidades inventariadas estão ligadas diretamente à Educação e à Comunicação/ Entretenimento, apontando já em 2011 a maneira como a importância cada vez maior dada ao registro escrito, sem preterir as tradições da oralidade, fazia com que a escrita e a literatura fosse pouco a pouco interferindo na relação entre língua e cultura.

Anos mais tarde, o IPHAN confirmaria sua importância na defesa do patrimônio linguístico brasileiro ao realizar em 2019 o I Encontro Internacional sobre Diversidade Linguística Indígena (I EIDLI), realizado no âmbito do II Congresso Internacional sobre Revitalização de Línguas Indígenas e Minoritárias (II CIRLIN), na Universidade de Brasília, como atividade integrante do Ano Internacional das Línguas Indígenas da ONU (2019), já no primeiro ano da gestão de Jair Bolsonaro e em meio a um período no qual o Ministério da Cultura foi extinto, no âmbito de um governo vocalmente desafeto da diversidade cultural brasileira e das políticas públicas para o fomento à cultura no país. Como resultado deste encontro internacional de especialistas indígenas e não-indígenas de diferentes países da América Latina, o órgão publicaria o documento Diversidade linguística indígena: Estratégias de preservação, salvaguarda e fortalecimento (2020), que apresenta um conjunto de ações estratégicas com o intuito de orientar as políticas linguísticas nacionais sob um ponto de vista indígena (IPHAN, 2020, p.9), e que

lembra que muito embora existam iniciativas por parte dos estados nacionais sul-americanos em relação ao reconhecimento de direitos linguísticos, "observou-se entre os participantes do I EIDLI, que grande parte dos projetos de revitalização, preservação e promoção de suas línguas são realizados por iniciativa dos próprios povos indígenas, de modo que ainda carecem de mais apoio do poder público" (IPHAN, 2020, p.32).

O documento indica a maneira como tem havido nas últimas duas décadas grande mobilização de comunidades linguísticas, de pesquisadores e de gestores públicos no sentido de associar a preservação das línguas enquanto temática inerente às políticas do campo da cultura, mais especificamente na esfera do chamado patrimônio cultural imaterial. O trabalho do IPHAN nesse sentido tem sido pautado por uma abordagem com o intuito de fornecer e co-criar ferramentas para a preservação e transmissão do patrimônio linguístico das comunidades, focando na "autodeclaração, mobilização e anuência das comunidades", através de "uma estratégia voltada para a percepção do fenômeno linguístico e sua correlação com aspectos sociopolíticos, ambientais e culturais" (IPHAN, 2020, p.34).

A metodologia de trabalho adotada para o I EIDLI conta com um diagnóstico compartilhado dos participantes, que apontaram coletivamente os fatores que julgam ajudar a fortalecer as línguas indígenas e os fatores que dificultariam este processo de fortalecimento. Entre as contribuições documentadas, dentre os fatores que contribuem para o seu fortalecimento é de destacar-se aqui a percepção compartilhada da importância dos meios de comunicação, mídia e as tecnologias da informação, assim como a mais constante troca de experiências linguísticas entre comunidades indígenas (IPHAN, 2020, p.60). Dentre os fatores apontados como prejudiciais à preservação e fortalecimento das línguas indígenas, apontam-se paralelamente a presença dominante da língua hegemônica nos canais e mídias de comunicação nacionais como uma dificuldade importante, assim como também no setor editorial, o que acarretaria em um conhecimento e procura menores por parte da população em geral e um consequente desinteresse progressivo das juventudes indígenas por suas próprias línguas, uma vez que passam a dispor de poucas plataformas e meios de expressão (IPHAN, 2020, p.68).

Por último, ao identificar desafios concretos, os participantes do encontro, divididos em diferentes grupos, apontaram e recomendaram ações estratégicas com o objetivo de mitigar os efeitos danosos ou sanar estruturalmente os problemas por eles identificados. Novamente aqui, é dada centralidade aos meios de produção digitais e às tecnologias de comunicação, assim como a falta de financiamento para a produção cultural em línguas indígenas, frente à qual recomenda-se a criação de mecanismos para o financiamento da produção literária e audiovisual em línguas indígenas, por

exemplo (IPHAN, 2020, p.81). Documentado portanto como uma das ações ocorridas durante o Ano Internacional das Línguas Indígenas no Brasil (2019), os resultados do I EIDLI, nos mostra como, em decorrência da instituição de políticas econômicas que interferem de maneira bastante concreta em territórios, os usos das línguas indígenas vão restringindo-se progressivamente aos espaços privados e comunitários, enquanto as línguas hegemônicas nacionais são progressivamente utilizadas principalmente nos espaços de poder, decisão, de produção de conhecimento formal e na administração pública (IPHAN, 2020, p.94).

O estabelecimento da DILI da ONU, como recomendação final do Ano Internacional das Línguas Indígenas de 2019, abriu portanto uma nova janela para que o Brasil pudesse seguir avançando em debates nacionais, regionais e internacionais sobre a questão das línguas indígenas e sua íntima relação com as políticas de cultura. Muito embora os trabalhos tenham sido iniciados ainda em meio à gestão de Jair Bolsonaro, o Brasil pôde estar representado nos esforços de estabelecimento e início da DILI, estabelecendo um plano de ação nacional, criado de maneira coletiva pelas representações nacionais.

Altaci Corrêa Rubim Kokama, Coordenadora-geral de articulação de políticas educacionais indígenas junto ao Departamento de Línguas e Memórias do recém-criado Ministério dos Povos Indígenas do Governo Federal, foi eleita a representante de América Latina e Caribe no Grupo de Trabalho Internacional da Década, liderando a iniciativa também no Brasil. Em entrevista a uma reportagem especial da BBC sobre as línguas indígenas no Brasil, a linguista pontuou a diferença essencial no próprio entendimento que os povos indígenas brasileiros têm sobre o significado e papel de suas línguas, consideradas desde a perspectiva nativa como um espírito, o que abre novas possibilidades para seu estudo e para pensar-se os esforços para sua conservação, promoção e valorização.

Sob a liderança de Rubim, a partir de sua participação na elaboração do Plano de Ação Global da Década, e com o objetivo de aproveitar a oportunidade para buscar organizar os movimentos indígenas em nível nacional e assegurar que esta mobilização e seus efeitos para a proteção da diversidade linguística possam ir além do quadro da década proposta pela ONU, criou-se coletivamente um Plano de Ação para a Década das Línguas Indígenas no Brasil. Assim, diferentes Grupos de Trabalho (GT) regionais e temáticos foram estabelecidos no âmbito das atividades no país, com os guarani representados no GT Sudeste, em um esforço de coordenação para buscar resultados concretos que possam vir a alterar significativamente a balança de poder e minar a atual estrutura de exclusão e invisibilização que acomete os idiomas e culturas nativas desde a colonização. Compondo grupos dedicados às línguas indígenas, às línguas de sinais indígenas e ao português indígena, a

mobilização nacional aponta o escopo e complexidade da questão linguística.

Kokama pontua que se anteriormente eram os linguistas não-indígenas que falavam pelos povos indígenas e lideravam os debates, agora o Brasil, muito embora outros países sul-americanos como Bolívia e Peru já estejam mais avançados na mobilização pela defesa de suas línguas indígenas também passa a representar um modelo possível de mobilização indígena para continentes como a África, com fortes laços culturais e linguísticos com o Brasil e onde a organização dos esforços para a DILI tem tido muito menor vigor. O país é o único Estado Membro da CPLP com representação oficial e com grupos de trabalho estruturados e organizados para a iniciativa global encabeçada pela Unesco. A própria CPLP não aderiu oficialmente, muito embora a temática das línguas indígenas/autóctones/ nacionais, como consideramos, seja questão central à quase totalidade dos Estados-Membros e esteja inscrita nos principais planos estratégicos de cooperação em cultura e educação.

No documento oficial de seu Plano de Ação, tomando por base o lema "Nada para Nós sem Nós" da Declaração de Chapultepec, o GT Nacional do Brasil apresenta os princípios que norteiam sua mobilização, lembrando que a língua não pode ser dissociada do território, da espiritualidade e bem-estar de seus falantes e que ela é veículo de expressão de conhecimentos milenares, de resistência, história e cultura ancestrais. Entre seus objetivos, propõe a implementação de iniciativas e ações de valorização e reconhecimento das línguas indígenas em todos os âmbitos da cultura, da educação, da ciência e da tecnologia, em todos os níveis da federação; o reconhecimento e promoção de políticas linguísticas indígenas, em diálogo com as instituições nacionais; a proposição e promoção de ações para ampliação dos espaços institucionais e âmbitos de reconhecimento das línguas indígenas, incluindo ações de formação de intérpretes e tradutores para garantia de direitos linguísticos dos povos indígenas; e o fortalecimento de linhas de financiamento de produção e publicação de materiais didáticos, físicos e digitais, de interesse dos povos indígenas. (Plano de Ação GT Brasil, 2022, p.2).

Ainda, lembrando que a relação entre língua e território também deve ser levada em conta em qualquer projeto educacional, de acessibilidade digital e para a implementação de políticas linguísticas e que o Estado brasileiro deve ter uma política linguística formulada e institucionalizada juntamente com os povos indígenas, uma vez que já existem políticas linguísticas de base indígena em desenvolvimento pelas próprias comunidades, o Plano de Ação estabelece ações a serem concretizadas para atingir seus objetivos, das quais destaco as que seguem:

- Mobilizar as comunidades indígenas para o engajamento e execução das ações da Década, através de boletins informativos, páginas na Web, produção de vídeos informativos, podcasts,

webinários, rádios indígenas (por exemplo, Rádio Yandê, rádios comunitárias), mídia nacional de maior alcance, grupos em aplicativos de mensagens instantâneas;

- Sensibilizar a sociedade envolvente para o reconhecimento da diversidade linguística e cultural dos povos indígenas, através de boletins informativos, mídia nacional de maior alcance, podcasts, vídeos informativos, exposições, cursos e minicursos em instituições de ensino superior e rede de ensino básico (efetivação da lei 11.645/2008), palestras em escolas;

- Fomentar e estabelecer agenda conjunta entre as instituições governamentais e não governamentais (nacionais/internacionais) e os povos indígenas, a fim de garantir a promoção e execução das ações propostas pelo GT;

- Propor a criação de um Instituto Indígena de Políticas Linguísticas, no âmbito governamental (municipal, estadual e federal), coordenado pelos povos indígenas, cujos objetivos são a proposição, o planejamento e a execução de políticas linguísticas para as línguas indígenas;

- Articular, junto às instituições governamentais e não governamentais, o compromisso para o apoio técnico e financeiro para a elaboração de materiais qualificados de natureza didática, paradidática e artística, em diferentes formatos (impresso, digital e outros), para o atendimento das demandas das comunidades indígenas acerca de suas línguas, bem como para a efetivação dos objetivos traçados na lei 11.645/2008, nos níveis nacional, estadual e municipal;

- Fomentar parcerias com instituições governamentais e não governamentais para a promoção das línguas indígenas por meio das novas tecnologias;

(Plano de Ação GT Brasil, 2022, p.3)

Novamente aqui a importância estratégica dada às mídias e a comunicação digital nestes esforços é central, considerados instrumentos vitais para o fortalecimento das lutas e organização política dos povos indígenas nas últimas décadas, uma vez que permitem a conexão e articulação de povos presentes ao longo de todo o amplo território nacional, em contexto urbano e rural, em terra indígenas próximas de grandes centros e também em aldeamentos de mais difícil acesso. De igual modo, destaca-se aqui a necessidade identificada de uma maior penetração nas estruturas governamentais estabelecidas, trabalhando por uma maior representatividade emancipada, assim

como pela adaptação e transformação destas mesmas estruturas desde o modo de ver indígena e em acordo com as necessidades dos povos interessados, eliminando progressivamente os intermediários e tutelas históricas.

A orientação para que se trabalhe pela efetivação da Lei 11.645/2008, marco que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, "resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil", enfatiza o entendimento que também as muitas línguas que compõe o mosaico linguístico-cultural brasileiro podem e devem compor parte ativa da produção de conhecimento contemporâneo no país. Orientado para o futuro, este plano de ação serve ao mesmo tempo portanto como um importante diagnóstico das necessidades e desafios identificados no presente para a salvaguarda da diversidade linguística nacional.

Em 2024, a Declaração de Salvador da Bahia do G20, reunindo os Ministros da Cultura do fórum multilateral, fruto de profundos trabalhos de cooperação e interlocução da comissão de cultura, reconheceu e alinhou-se à necessidade de preservação e promoção das línguas indígenas, recomendando seu estudo e uso, defendendo seu papel para o exercício dos direitos culturais e reconhecendo o acesso, participação e liberdade de expressão da diversidade cultural e linguística como fatores fundamentais para sociedades inovadoras, sustentáveis, resilientes e inclusivas (G20, 2024, p.1). Sob um governo de verve progressista na pauta social, o Brasil neste momento voltaria a buscar liderar um movimento internacional pela defesa da diversidade em seu sentido mais amplo.

Este posicionamento internacional do país é sustentado pela ação regional. Ao analisarmos a maneira como têm efetivado-se as políticas públicas de cultura em resposta e em compasso ao amplo e perceptível deslocamento e projeção cultural indígena, no que toca as comunidades guarani e a produção indígena na cidade de São Paulo, o Programa Aldeias, operado pela Prefeitura de São Paulo, figura como uma referência incontornável.

Criado em 2014, trata-se do projeto mais emblemático no Brasil no sentido de inclusão dos povos indígenas e de sua língua nas políticas de cultura de uma grande metrópole. O programa é fruto do diálogo instaurado entre a Secretaria Municipal de Cultura e as lideranças das aldeias indígenas do povo guarani mbya do município, por meio de ações do Projeto Vocacional Aldeias realizadas desde 2008, em uma parceria do poder público com as TI Jaraguá, TI Tenondé Porã e o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Com foco na valorização, preservação e promoção das culturas indígenas locais, é voltado para o fortalecimento das expressões culturais, dos saberes tradicionais e do desenvolvimento social e econômico das comunidades indígenas do município. Seus principais objetivos são promover, através de eventos, oficinas e festivais, as culturas indígenas na cidade, permitindo que a população de

São Paulo tenha contato com a diversidade cultural desses povos e para que assim seja possível promover o intercâmbio cultural no sentido de aumentar a visibilidade e participação dessas culturas na sociedade paulistana.

Igualmente focado em educação e formação, o programa, através de oficinas e cursos voltados para a capacitação de membros das comunidades indígenas em diversas áreas como o artesanato, o empreendedorismo e a preservação ambiental, o Programa Aldeias apoia a criação e comercialização de produtos culturais indígenas direcionados à geração de renda para as comunidades. Busca-se igualmente trabalhar em conjunto com outras secretarias e organizações, na área da saúde e habitação, para facilitar o acesso das comunidades indígenas aos serviços básicos e de modo a dar visibilidade às suas questões e reivindicações dentro do contexto urbano, apoiando a luta pelo reconhecimento de suas terras e tradições (CTI, 2019).

Em maio de 2024, em evento no Sesc Pompéia, no âmbito do projeto Retomadas, em edição dedicada ao Cinturão Verde Guarani e os Povos da Floresta, celebraram-se os 10 anos do programa, com a Mesa-redonda Programa Aldeias - 10 anos de luta e fortalecimento Guarani na cidade de São Paulo propondo uma reflexão sobre o programa, seus avanços e desafios. Ao longo de uma década, o programa ofereceu suporte a "iniciativas de recuperação de áreas degradadas, de diversificação nos plantios de roças e áreas reflorestadas, de criação de diversas espécies de abelhas nativas, de apoio na realização de rituais importantes para o povo guarani, de formação de agentes ambientais, educadores e comunicadores indígenas, encontros de coletivos de mulheres, dentre muitas outras atividades a partir de demandas das próprias comunidades" (CTI, 2024).

O sucesso do programa, que favoreceu a construção de pontes e pontos de contato com a sociedade não-indígena e contribuiu para a renovação de lideranças e arejamento das questões internas às dinâmicas das próprias comunidades, pode ser considerado igualmente parte das razões para que hoje os guarani estejam fortalecidos e com voz cada vez mais ativa e presente nos debates que orientam o destino da capital do Estado de São Paulo, ainda que muito abaixo das condições de equidade.

O Programa Aldeias apresenta um caso no qual as políticas culturais contribuem de maneira efetiva para o fortalecimento de aspectos políticos, econômicos e territoriais. Mas ainda assim suscetível à instabilidade inerente às políticas culturais no país, o que frequentemente tem grande impacto em processos estruturantes de retomada de direitos. Com ameaças de ser reduzido ou mesmo descontinuado, com cortes de programas e orçamentos, o programa contou com reiteradas incertezas quanto à sua renovação nos últimos anos.

O Projeto de Lei (PL) Cinturão Verde Guarani (436/2021), que pode também ser considerado um dos efeitos positivos do programa, é um projeto de lei que visa a proteção e demarcação de uma área conhecida como Cinturão Verde na região metropolitana de São Paulo, especialmente naquelas terras ocupadas pelos povos indígenas guarani, no estremo Sul e ao Noroeste da cidade. O PL visa igualmente inscrever a continuidade do Programa Aldeias em lei e propor a cooficialização do idioma guarani no município. Pretende garantir ainda a integridade e a contínua preservação ambiental e cultural dessas áreas, reconhecendo sua importância como territórios indígenas e fontes preciosas tanto para a biodiversidade quanto para a herança cultural e modo de vida dos povos guarani. As terras indígenas da grande São Paulo são alguns dos últimos rincões de biodiversidade e áreas de Mata Atlântica preservada, junto à Serra do Mar e ao redor do mais icônico pico da cidade, sendo igualmente áreas de importância para a proteção de mananciais. Além de garantir o direito à terra, o projeto visa proteger a cultura e o modo de vida indígena, que está intimamente ligado ao ambiente natural, reconhecendo a ocupação tradicional das terras e buscando garantias para conter a expansão urbana e a especulação imobiliária em áreas ambientalmente sensíveis e culturalmente significativas para os povos indígenas. Aprovado em votação na Câmara dos Deputados em 2019, o PL encontra-se atualmente em tramitação no Senado Federal Brasileiro, aguardando sanção. Conforme o manifesto guarani, publicado pela Comissão Guarani Yvyrupa como forma de mobilização pela aprovação do projeto:

> [...] Nosso propósito é simples: em primeiro lugar, garantir em lei um projeto que vem sendo feito de maneira bem sucedida para fortalecimento dos nossos territórios desde 2014, o Programa Aldeias. Em segundo lugar, reconhecer o guarani mbya como idioma cooficial do Município de São Paulo, valorizando o idioma falado nas terras indígenas tradicionalmente ocupadas incidentes sobre a cidade de São Paulo.
>
> O Programa Aldeias é um projeto realizado por meio de um convênio com a Secretaria Municipal de Cultura, que promove o fortalecimento dos saberes e práticas culturais de nosso povo, ações que têm sido essenciais para a preservação e recuperação do patrimônio ambiental do município. É através do fortalecimento de nossa cultura, de nosso território, de nosso plantio tradicional e sua ampla diversidade de espécies agrícolas e tantas outras práticas, que ajudamos a garantir uma vida mais saudável a todos os paulistanos, protegendo os últimos rios limpos e áreas de Mata Atlântica que ainda restam em nossa cidade.
>
> (Comissão Guarani Yvyrupa, 2021)

Com a criação da Coordenação dos Povos Indígenas na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em 2020, pensada com o intuito de "dar condições para que os povos indígenas sejam reconhecidos, que tenham participação ativa no desenvolvimento de projetos e políticas públicas voltados a suas comunidades, além de terem preservadas a cultura e a estrutura social, tanto aos povos aldeados quanto os que vivem em contexto urbano" (Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania – Prefeitura de São Paulo, 2022), a atuação municipal ao combinar a ação já mais tradicional de sua secretarias de cultura e educação, passa a ter um grau maior de complexidade institucional em suas políticas indígenas, sobretudo em contexto urbano, através da composição do Conselho Municipal dos Povos Indígenas, que é mais antigo que a própria coordenação e tem composição paritária, sendo integrado por quatro titulares e quatro suplentes, com representantes do poder público e da população indígena das etnias Guarani-Mbya, Pankararu, Fulni-ô, Kariri-Xocó e Pankararé.

Milena Cristina, mulher quilombola à frente da Coordenação, afirma que a mesma nasce no contexto da pandemia da Covid-19 e atua de maneira transversal e complementar, em cooperação e articulação com outras secretarias, devido à densidade populacional das pessoas indígenas no município de São Paulo.

> A Coordenação embora seja muito recente ela vem em uma crescente na implementação de políticas públicas. [...] Sobre a questão das línguas originárias, por não termos um Censo, nós não conseguimos mapear as comunidades que utilizam suas línguas matriz, para além da Guarani-Mbya. As comunidades que mais fazem este movimento e articulação de resistência para manter suas tradições culturais e linguísticas são as comunidades guarani-mbya, presentes majoritariamente em TIs. Em contexto urbano, essa questão aparece com menor relevância, mas quem de fato se articula e quer este protagonismo na questão cultural e linguística, até por que São Paulo é terra guarani, é a comunidade guarani-mbya.
>
> (Milena Cristina, entrevista pessoal, 05/07/2024)

Entretanto, para os fins da presente análise, para além da Prefeitura de São Paulo, será necessário igualmente considerar o papel do Governo do Estado de São Paulo, que é um ator de peso na estruturação e financiamento das políticas de cultura locais, com uma fundamental atuação para a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas. Para buscar-se compreender a paisagem atual das políticas culturais na cidade de São Paulo, em sua relação com os povos, culturas e línguas indígenas é necessário considerar também os instrumentos criados pelas políticas de cultura da Secretaria de

Cultura e Indústrias Criativas do Governo do Estado de São Paulo, que opera o principal instrumento de financiamento público direto para o fomento da produção cultural na cidade e no Estado, o ProAc Editais.

O Programa de Ação Cultural (ProAC) do Governo do Estado de São Paulo foi criado em 2006, com o objetivo de fomentar a cultura no estado por meio de editais que apoiam projetos culturais de diversas áreas, como a música, o teatro, as artes visuais e a literatura. Atualmente, divide-se em duas vertentes, com o ProAc Editais destinando-se ao financiamento direto de projetos apresentados por proponentes pessoas físicas e pessoas jurídicas, e o ProAc ICMS, que configura um mecanismo de isenção fiscal, para o incentivo ao mecenato, no qual os projetos apresentados pelos proponentes são aprovados pela Secretaria para então passarem a buscar investimento do setor privado, que por sua vez poderá contar com benefícios fiscais frente ao Estado. A análise dos documentos de chamadas abertas do ProAc Editais nos é interessante para a presente análise por configurar um instrumento de financiamento direto, com consulta prévia à população, desde a fase de elaboração dos editais, em sua concepção, temáticas, setores abrangidos e o escopo do financiamento.

Dessa maneira, uma parte importante da política cultural do Estado de São Paulo para as populações indígenas dá-se através de editais específicos, direcionados a priori à atender as necessidades destas populações. Observá-los em seu escopo e temáticas, condições de participação, orçamento alocado e projetos selecionados, nos auxilia a compreender a maneira como as condições para a participação indígena na vida cultural brasileira neste Estado da federação tem sido possibilitada.

É da tutela do Estado, por exemplo, a criação do mencionado Museu das Culturas Indígenas (MCI). O museu é uma instituição dedicada à preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas, especialmente aqueles que habitam no estado de São Paulo. Tem como objetivo apresentar e divulgar a diversidade cultural indígena, abordando questões relacionadas à história, arte, tradições e a realidade contemporânea dos povos indígenas brasileiros, organizando exposições temporárias e permanentes sobre diversos aspectos das culturas indígenas. Assim como a maior parte dos museus, realiza oficinas, palestras, seminários e encontros culturais, com o diferencial de serem concebidos e envolverem a participação de líderes indígenas e especialistas, promovendo um ambiente de aprendizado e reflexão desde uma perspectiva indígena, em uma estrutura pensada como espaço de pertencimento e representatividade.

Ara Mirim, conhecida igualmente como Sônia Barbosa, é uma liderança guarani da TI Jaraguá, que já encabeçou em 2020 campanha política frente à candidatura do mandato coletivo Jaraguá é Guarani para pleitear o cargo de vereador no município e atualmente atua junto ao MCI de São Paulo

como Educadora e Mestre dos Saberes. Ao refletir sobre o acesso das comunidades às oportunidades oferecidas pelas políticas culturais, pondera que a língua e a burocracia em demasia ainda são os maiores entraves à uma maior proposição de projetos e um mais efetivo financiamento da cultura junto aos povos indígenas do município.

> Nós já conseguimos aprovar projetos por alguns editais. É muito burocrático né... Então quando a gente consegue um edital, um recurso bom, conseguimos organizar encontros e bailes com outros povos. Ajuda muito, mas o problema é a burocracia. As vezes aparece um grande recurso, supostamente disponível, mas por uma série de fatores burocráticos de funcionamento do Estado você vai perdendo o acesso àquela verba. Eles não aceitam se não estiver traduzido para o português. É muita coisa que eles pedem para montar um edital, tem que fazer vídeos, fotos, escrever textos... Se pudesse fazer isso na nossa própria língua seria melhor. Mas a língua guarani é como uma língua que não existe, a língua indígena não tem valor de mercado. É igual o respeito, se você não me conhece, você não vai conseguir me respeitar por que não sabe quem eu sou. Se a língua não for oficializada ela não tem valor. Uma de nossas propostas para a montagem do programa do Mandato Coletivo era pautar a oficialização da língua no município, mas não foi aceite. Acredito que a oficialização, o reconhecimento da língua, significa o reconhecimento dos povos.
>
> (Ara Mirim Sônia Barbosa, entrevista pessoal, 09/05/2024)

Como apontado por Ara Mirim, o condicionamento das práticas culturais indígenas aos moldes concebidos no âmbito cultural da máquina burocrática do Estado e muitas das vezes dentro de uma lógica mercantil de "produção cultural", com a criação de produtos, entregáveis e contrapartidas, na maior parte das vezes entra em conflito com as necessidades e vontades das comunidades, a quem em última instância é direcionado. Acaba-se por operar uma política de condicionamento das práticas culturais indígenas para sua adequação às necessidades e ferramentas do Estado, e não o contrário. Ara Mirim lembra igualmente a maneira como a cooperação internacional das comunidades guarani com outros povos, embora já ocorra de maneira orgânica, com diferentes visitas e projetos realizados com pares no Congo, Moçambique, Canadá, Uruguai e Argentina, por exemplo, esbarram igualmente nas dificuldades que políticas e agendas de governo podem impor, a Mestra de Saberes considerando, por exemplo, que muitos consulados e instituições culturais internacionais parceiros tenderam a um afastamento durante a gestão de Jair Bolsonaro.

Ao longo do arco de 10 anos da documentação disponibilizada no site oficial do programa ProAc Editais, encontramos editais com direcionamento específico às comunidades indígenas do Estado de São Paulo, que passaram ao longo do tempo por alterações em sua nomenclatura, escopo e orçamento disponibilizado. O edital mais antigo com acesso público disponibilizado é o Concurso de Apoio a Projetos de Proteção e Promoção da Cultura Indígena no Estado de São Paulo / Edital Proac nº28/2014, que selecionou então 10 projetos que contemplassem a "proteção e promoção das culturas indígenas, valorizando e fortalecendo a imagem, a história e a tradição da população indígena no Estado de São Paulo" com uma dotação total de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), destinando R$ 20.000 (vinte mil reais) para cada projeto (Edital nº28/2014 ProAc).

O edital lista as possibilidades de forma que podem tomar os projetos, aceitando projetos no formato de festivais e festejos, música, dança, rituais tradicionais, artesanato, pintura, projetos ligados à proteção do meio ambiente, projetos de registro e memória que façam uso das tecnologias do audiovisual, CDs, cinema, vídeo ou "outros meios eletrônicos e de comunicação que visem a preservação, promoção, visibilidade e reflexão sobre diferentes aspectos das culturas indígenas". O item c), por exemplo, fala especificamente dos projetos com ações voltadas à língua, podendo os projetos contemplar a "Educação e processos próprios de transmissão de conhecimentos: textos escritos e Língua Indígena, narrativas simbólicas, histórias e outras narrativas orais".

Com 33 projetos inscritos na chamada aberta, foram selecionados dez projetos e outros 9 classificados por ordem na lista de suplentes em diferentes áreas, como o audiovisual, a literatura, a culinária, arquitetura e religião, representando diferentes partes do Estado de São Paulo, com iniciativas dos povos pankararé, tupi-guarani e uma maior presença das comunidades guarani-mbya.

No ano subsequente, o Edital nº24/2015 traria uma pequena mas significativa alteração em sua nomenclatura, passando a designar no plural as culturas indígenas, ao invés de optar pelo uso do termo "cultura indígena", sendo portanto renomeado de Concurso de Apoio a Projetos de Proteção e Promoção das Culturas Indígenas no Estado de São Paulo / Edital Proac nº24/2015. A dotação orçamentária e o número de projetos contemplados seguiu sendo o mesmo, com 25 projetos inscritos. Os dados de 2016 e 2017 não encontram-se publicados e, após solicitação formal, ainda não foram disponibilizados pela Secretaria até esta data (14/07/2025).

Em 2018, o Edital nº 27/2018 – Concurso de Apoio a Projetos de Promoção das Culturas Indígenas no Estado de São Paulo, já sem mencionar a palavra proteção em seu título, contou com uma dotação orçamentária acrescida, com R$ 240.000,00 destinados ao financiamento de 12 projetos, sendo R$ 20.000,00 para cada, com 31 projetos inscritos.

No ano de 2019, realizou uma alteração significativa na nomenclatura e escopo da

chamada que contemplava os povos indígenas, passando a congregar em um só edital outros editais que até então eram realizados de maneira separada. Assim, o Edital nº 14/2019 – Incentivo ao Desenvolvimento da Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e Plural no Estado de São Paulo, contou com uma dotação total de R$ 3.000.000,00, definindo os projetos a serem contemplados com um teto de R$ 50.000,00 cada, como

> [...] iniciativas que envolvem um conjunto rico e heterogêneo de expressões simbólicas e culturais, constantemente recriadas e dotadas de referências importantes para a construção de identidades locais, regionais ou nacionais por indivíduos, grupos e comunidades, contribuindo para sua continuidade e para a manutenção dinâmica das diferentes identidades e da diversidade cultural no Estado de São Paulo

(ProAc. Edital nº14/2019).

Com 382 projetos inscritos contemplando todos os setores e linguagens culturais e artísticas de proponentes ligados à cultura dita popular, quilombola e indígena de todo o Estado de São Paulo, foram selecionados 61 projetos, sendo 8 de proponentes/temáticas indígenas, e 28 suplentes, dos quais 1 de proponente/temática indígena. Destes, apenas 2, um selecionado e um suplente não são de proponentes de comunidades guarani, sendo eles de proponentes pankararu e tupi-guarani. A totalidade do restante dos projetos representa comunidades guarani e guarani-mbya no litoral e na metrópole de São Paulo. Apesar do aumento do teto de financiamento para cada projeto, esta mudança e agrupamento dos editais fez com que um número significativamente menor de projetos indígenas fosse contemplado, sendo reduzido de 12 projetos em 2018, para apenas 8 em 2019.

O ano de 2020, marcado pela pandemia de Covid-19 e o confinamento generalizado no Estado de São Paulo, trouxe novas adaptações, com dotações emergenciais ao setor sendo aprovadas, com dois editais disponibilizados, o Edital ProAc Expresso nº 15/2020 – Incentivo ao Desenvolvimento da Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e LGBTQI+ (Online e/ou Presencial) no Estado de São Paulo e o Edital nº 16/2020 – Registro Inédito e Licenciamento de Conteúdo de Cultura Popular, Tradicional, Urbana, Negra, Indígena e LGBTQI+ Para Exibição Online (#CulturaEmCasa). Para além da inclusão da população LGBTQI+ no título do edital, a maior distinção é sem dúvidas o caráter excepcional criado pela pandemia, buscando-se dar prioridade e incentivo à produção de conteúdo digital em sua mais variadas formas, com dotações orçamentárias de R$50.000,00 e R$25.000,00 por projeto respectivamente.

De 376 inscritos foram selecionados 30 projetos com 15 suplentes no Edital nº15/2020, e com 89 inscritos no Edital nº16/2020, foram 60 selecionados e 5 suplentes. Destes, no primeiro,

apenas 4 projetos selecionados, de 9 inscritos, eram de proponentes indígenas, sendo 3 de comunidades guarani fora do município e 1 de proponente tupi-guarani. Do segundo, de 89 projetos inscritos, apenas 1 projeto de temática indígena foi contemplado, com 1 projeto de temática indígena suplente. Verifica-se portanto uma baixa bastante significativa no número de projetos aprovados, o valor total destinado a projetos indígenas também tendo diminuído.

Em 2021, ainda sob efeitos das restrições impostas pela pandemia da Covid-19, o edital publicado manteve suas vertentes direcionadas ao online e ao presencial. Com uma alteração significativa no título: Edital ProAc Expresso nº29/2021 - Cidadania/ Cultura Popular/ Caiçara/ Indígena/ Quilombola (Presencial e/ou On-line) no Estado de São Paulo. Esse movimento em direção à uma generalização ainda maior de uma política cultural que deveria ser direcionada à conferir estabilidade a um setor fragilizado, sobretudo durante um período emergencial como foi o caso da crise sanitária, pode ser identificado com consequência de dois fatores.

Primeiramente, o mecanismo das consultas populares ao setor implementado pela Secretaria, através do qual busca-se ouvir os profissionais da cultura e demais interessados sobre as necessidades identificadas, gargalos e aspirações de toda a variedade de linguagens que compõe o setor, contribui para que os editais, sua nomenclatura e escopo não permaneçam fixos, mas busquem adequar-se às mudanças e câmbios estruturais. Em segundo lugar entretanto, é indicador claro da falta de uma política de médio e longo prazo para cada um destes setores, sobretudo quanto às categorias de profissionais e setores da sociedade abrangidos. A amálgama das categorias ditas populares, como se tratassem-se de fatores intercambiáveis e inter-substituíveis, amiúde indica a falta de pesquisa participativa aprofundada e falta de um horizonte definido. Neste sentido, um alinhamento com as políticas estruturantes do município como o Programa Aldeias poderiam resultar em maior estabilidade e eficiência no alcance de objetivos.

Com uma dotação de R$ 1.750.000,00, sendo um teto máximo de R$ 50.000,00 para cada projeto contemplado, o Edital nº 29/2021 contou com 469 inscritos, sendo 49 projetos indígenas ou de temática indígena e afro-indígena, reunindo povos terena, munduruku, guarani, tupi-guarani, pankararu paiaguás e arianas. Destes, foram selecionados 35 projetos, dos quais 5 indígenas e de temática indígena, e 35 projetos suplentes, dos quais 3 indígenas e de temática indígena.

Observa-se portanto um recorde de projetos indígenas inscritos e de povos representados, assim como em variedade de linguagens, que vão desde podcasts e jornalismo, audiovisual, música, moda, artesanato, ações de preservação da cultura tradicional e contação de histórias. A mudança na nomenclatura e escopo do edital indica uma fragilidade da Secretaria não apenas por marcar a inconstância, mas igualmente por não saber abarcar a crescente demanda dos indígenas atuando no

setor cultural. O recorde de inscrições de projetos indígenas com linguagens distintas é fator que indica a sofisticação e um acesso cada vez maior às diferentes ferramentas para a produção artística e cultural pelos povos indígenas no Estado e que por si só justifica a criação e manutenção de edital específico. Entretanto, a decisão por manter a categoria dentro de um edital misto no qual, sem significativa alteração da dotação orçamentária, necessariamente serão reduzidos o número de projetos contemplados, uma vez que as demais categorias elencadas devem igualmente figurar de maneira balanceada na decisão do júri, faz com que crie-se uma demanda represada, ao invés de reconhecer e oferecer a estrutura necessária a uma cada vez maior representatividade indígena na produção cultural no Estado de São Paulo.

O Edital nº38/2022 trouxe novamente alteração em sua nomenclatura, passando a ser Cidadania Cultural / Produção e Realização de Projeto Cultural/ Cultura Popular, caiçara, indígena e quilombola. Com um aumento na dotação orçamentária, que passou a ser de R$ 2.000.000,00, com um novo teto de financiamento para projetos de proponentes pessoa jurídica, a chamada teve um total de inscritos de 365, sendo 199 na categoria pessoa física (até R$50.000,00), e 166 na categoria pessoa jurídica (até R$100.000,00), dos quais 57 indígenas ou de temática indígena, sendo 31 no Módulo I, com destaque para as comunidades guarani, e 26 no Módulo II, com igual predominância guarani. Destes, foram selecionados 26 projetos, entre os quais apenas 3 projetos indígenas e de temática indígena, sendo 2 no Módulo I (até R$50.000,00) e 1 no Módulo II (até R$ 100.000,00). Foram indicados 26 projetos suplentes, sendo 5 projetos indígenas ou de temática indígena, 2 no Módulo I e 3 no Módulo II. Novamente observamos um recorde de projetos indígenas e de temática indígena inscritos, porém um número mínimo de projetos realmente selecionados e financiados, indicando a persistência no descompasso da realidade e necessidades do setor com a política pública ofertada.

No ano de 2023, o Edital nº36/2023 teve novamente seu título alterado para incluir a comunidade cigana, passando a ser: Cidadania Cultural / Produção e Realização de Projeto Cultural/ Cultura Popular, caiçara, indígena, cigana e quilombola, com a mesma dotação orçamentária do ano anterior, igualmente dividido em Módulo I e II de iguais valores. Com 451 projetos inscritos, sendo 55 indígenas ou de temática indígena. Destes, 3 projetos foram selecionados, sendo 1 no Módulo I e 2 no Módulo II, e 2 suplentes, nos Módulos I e II.

Em 2024, publicou-se o Edital Fomento CULTSP nº16/2024 Fortalecimento das Culturas Populares e Povos Tradicionais, com uma dotação orçamentária de R$ 3.000.000,00, sendo um montante fixo R$ 150.000,00 por projeto, sendo 20 projetos a serem contemplados, sendo 12 vagas de ampla concorrência, 5 para pessoas negras, 2 para pessoas indígenas e 1 para pessoas com

deficiência. O item a) apresenta as definições do objeto e seu escopo de ação pretendido:

> Fortalecimento das Culturas Populares e Povos Tradicionais: iniciativas voltadas para a preservação, promoção e valorização das diversas expressões culturais tradicionais em determinadas comunidades, grupos étnicos ou regiões específicas. Esses projetos visam garantir que as tradições culturais sejam mantidas vivas e que suas práticas, conhecimentos e formas de expressão sejam transmitidos para as gerações futuras.
>
> I. Culturas populares e tradicionais são manifestações de diversas identidades culturais presentes no Estado de São Paulo. Entre elas, destacam-se a cultura caipira, caiçara, cigana, indígena, quilombola, além das culturas das pessoas migrantes, imigrantes e nômades, que resultam de processos de migração e adaptação cultural, combinando elementos das culturas de origem com novas expressões culturais desenvolvidas no novo contexto.
>
> (ProAc Edital n°16/2024, 2024, p.2)

O Edital teve 685 inscritos, sendo 67 projetos indígenas ou de temática indígena. Destes, 20 foram selecionados, sendo apenas 2 indígenas, condizentes com a inscrição das cotas. Dos 10 projetos suplentes apontados, apenas 1 foi de proponente indígena. Observamos novamente no ano de 2024 um contínuo crescimento no número de projetos indígenas/temática indígena nas mais diversas linguagens e representando diversas etnias do Estado de São Paulo e também de fora dele, embora o número de projetos financiados ter sido inversamente proporcional no período analisado.

É possível através desta breve consideração dos editais de fomento direto operados pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Governo do Estado de São Paulo reter que houve uma significativa redução nas possibilidades de participação na produção e vida cultural através do financiamento direto do Estado para os povos indígenas, muito embora a demanda de participação confirme-se a cada ano cada vez mais presente, estruturada e sofisticada. Ainda que a cada ano que passe um número maior de projetos em condições de elegibilidade seja apresentado, os mecanismos de fomento à produção cultural indígena ou de temática indígena tem sido prejudicados pela sua junção e ampla disputa com outras categorias, muito pesem as cotas estabelecidas para a participação mínima de proponentes indígenas.

Também, a muito clara predominância de projetos apresentados pelas comunidades guarani de todo o Estado de São Paulo, indica possivelmente, para além de sua importância populacional, a maneira como estas tem vindo a estruturar-se politicamente elegendo a cultura como fator fundamental para a defesa de seus modos de vida, direitos e território. Ainda assim, a forte demanda dessas

comunidades por financiamento para projetos culturais através dos editais pode ser um indicativo de que o Programa Aldeias, embora possa ser considerado um caso de relativo sucesso e estabilidade, não seria suficiente para as necessidades presentes, indicando também uma predisposição e hábito cada vez maior destas comunidades em apresentarem projetos às instâncias governamentais para viabilizarem seus projetos comunitários.

A necessidade da constante lida com os instrumentos criados pelo município e Estado, a documentação exigida, como a extensa lista de documentos obrigatórios visando comprovar desde a existência de conta bancária até a certidão negativa de débitos, por exemplo, que muitas vezes não fazem sentido para o contexto de Tis, já nos fornece indícios de uma política pouco adaptada à organização política, econômica e cultural dos diferentes povos indígenas. Para poderem apresentar o projeto e posteriormente, se contemplados, proceder à contratação e à posterior prestação de contas, supõe-se os proponentes como aptos e versados nas burocracias da sociedade não-indígena e dotados dos meios e capacidades de deslocamento para apresentar-se frente às diversas repartições públicas à caça de documentos e certificações.

Ainda, o elemento de maior interessa desta pesquisa, a língua, aparece como fator inexistente. A premissa que parece aqui ser reiteradamente adotada pelo Estado é a do domínio da língua portuguesa como algo dado, que pelo óbvio, condicionará toda possibilidade de acesso e navegação no oceano burocrático da máquina pública, na clara acepção de um país, estado e cidade monolíngues. Como sabemos, essa assunção não encontra lastro na realidade dos fatos, sobretudo no que toca às comunidades indígenas, e o uso exclusivo da língua portuguesa na operacionalização da arquitetura de fomento direto e indireto à cultura e a idealização de políticas culturais, sendo a questão da adaptação linguística dos instrumentos públicos tida como complicada e custosa, ainda configura uma evidente barreira cuja transposição é penosa e exige sacrifícios.

Macedo (2022) pontua o conflito intercultural presente na relação entre os não-indígenas e os guarani na operacionalização dos editais, projetos, recursos e resultados esperados pelas fontes financiadoras.

> Já no mundo dos projetos, cada vez mais presente em muitas aldeias, há entre os guarani um imenso interesse em captar recursos e relações por meio de parcerias com não-indígenas no teto público, não governamental e privado. Mas o desenvolvimento dessas iniciativas muitas vezes acaba frustrando os chamados parceiros juruá no que diz respeito ao cumprimento de cronogramas, distribuição e uso dos recursos, apresentação de produtos e indicadores, etc. Os guarani sempre encontram formas de não se submeterem aos condicionantes burocráticos e pragmáticos dos projetos, de modo a posicionarem os juruá como provedores, mas não como domesticadores ou predadores.

(Macedo, 2022, p.169)

É o que testemunha também a mais conhecida liderança guarani de São Paulo, Jerá Poty Mirim Guarani, a primeira mulher a tornar-se cacica de sua aldeia, na TI Tenondé Porã, e a quem pode ser creditada grande parte do impulso de vida e trabalho de fortalecimento político e afirmação cultural das comunidades guarani ali aldeadas. Liderando um significativo processo de soberania alimentar e resgate das tradições culturais guarani na lida com o solo e os recursos naturais do território, Jerá Guarani tornou-se figura emblemática igualmente para o contato e mediação com a sociedade não-indígena, tomando parte em uma série de exposições, mesas redondas, conferências, publicações e registros audiovisuais, com amplo trânsito nas principais instituições culturais da cidade, nas quais expõe sua visão política para os guarani de São Paulo, com expresso talento para aliar leveza a uma determinada firmeza, profundidade e visão para seu povo.

> A maioria dos projetos que eu escrevo para fazer na aldeia é de transmissão de saberes, mas estou gostando mais da ideia de circulação. Nessa circulação de ações voltadas para o aprendizado informal, diferenciado, tradicional, o que me preocupa bastante é esse modelo da educação que a gente tem hoje dentro das aldeias guarani-mbya. Esse modelo nasceu da Constituição, que assegura o direito da criança indígena a ter uma educação diferenciada, tanto dentro do mundo da sociedade envolvente como no mundo tradicional. [...] O povo guarani foi um dos primeiros povos a ter contato com os juruá. E ainda assim, em aldeias como a Tenonde-Porã, o Silveira, Krukutu, aldeias muito próximas da cidade, muito próximo de toda a influência do juruá, ainda têm pessoas que não sabem falar o português, que se mantém muito no mundo guarani.

(Poty Mirim, 2022, p.76)

A vontade cada vez mais expressa de fazer circular o conhecimento produzido no âmbito das comunidades guarani também pode ser reconhecida na crescente profusão de professores independentes e cursos de língua guarani, em suas variedades, ofertadas e organizadas através das plataformas digitais de videoconferência e promocionadas e organizadas pelo uso de ferramentas como o WhatsApp, Instagram, Youtube ou Facebook. Realizados de maneira autônoma, por vezes em parceria com estudantes, institutos ou centros acadêmicos universitários, como a Universidade de São Paulo ou ainda oferecidos como parte da grade curricular de faculdades privadas, como a Faculdade Rudolf Steiner, por exemplo.

O interesse cada vez maior de não-indígenas por esta língua materna do território em que habitam lembra de maneira tímida semelhante movimentação ocorrida na Nova Zelândia, país no qual diagnosticou-se em determinado momento uma falta de professores da língua maori que pudesse suprir a alta demanda pelo ensino da língua nativa aos não-indígenas. Os maori inclusive já possuem relações de cooperação de mídia estabelecidas com os guarani, tendo a equipe da Maori Television visitado o Brasil para acompanhar de perto a notícia do caso do anunciado suicídio coletivo guarani kaiowá, gravando documentário para seu programa jornalístico Native Affairs (Klein, T. 2022, p.214). Klein (2019) pontua a maneira como a importância das práticas midiáticas para os indígenas reside na possibilidade que estas ofertam de falarem com múltiplas audiências e de comunicarem o seu próprio discurso, sem intermediários, e lembra como as muitas formas que podem tomar estas mídias digitais da atualidade, em cartas, vídeos, CDS, websites, livros, animações, programas de TV e de rádio, como "uma forma inovadora de produzir significados para a ideia de guaranização das tecnologias" (Klein, T. 2022, p.219).

Veremos como esta possível guaranização das tecnologias têm servido igualmente para guaranizar – e termo semelhante sempre caberá de acordo com as muitas etnias cada vez mais ativas nos debates nacionais – os modos de pensar e propor os caminhos da sociedade brasileira na contemporaneidade, sobretudo através da produção cultural e da arte. A marcada presença indígena nas artes plásticas e no audiovisual, através de projetos de peso internacional, atestam da maneira como os povos indígenas brasileiros estão entrando pela primeira vez no cânone nacional como protagonistas, trazendo consigo, como baluartes de cosmovisões sofisticadas, suas línguas, que sustentam uma ampla capacidade de exprimir-se culturalmente, aliando tradições ancestrais e modernidades contra-coloniais.

Uma breve análise de projetos seminais para as políticas culturais de base indígena no Brasil, como a Vídeo nas Aldeias, assim como a presença marcante de artistas e curadores indígenas em exposições nacionais e internacionais de peso e a realização da exposição Nhe'ẽ Porã: Memória e transformação, no Museu da Língua Portuguesa de São Paulo, em um evidente e salutar simbolismo linguístico para o país e a chamada lusofonia, permitirão-nos de vislumbrar o amplo cenário em expansão que a resistência político-cultural indígena, aliada à progressiva pressão por reformas institucionais que atendam às necessidades e sejam um retrato fiel da diversidade cultural do país, criou ao longo das últimas décadas. Dotando cada vez mais o país de importantíssimos ativos culturais, muito pesem as abissais desigualdades e desafios que persistem, a inclusão, a retomada e a participação ativa das vozes indígenas definitivamente parece apontar novos caminhos nos quais a

diversidade deixa de ser um problema e passa a ser oportunidade para o Brasil.

6.3. Tupi or not Tupi, that is the question.

Na década de 1920, o célebre e até hoje muito aclamado Movimento Modernista brasileiro, que tem na Semana de Arte Moderna de São Paulo (1922) e no Manifesto Antropófago (1928) marcas indeléveis de sua notável contribuição para o país e o mundo, colocou a valorização da cultura nacional como o pilar central de uma possível renovação moderna autêntica, propondo a defesa de um ideal de potência criativa de transformação antropofágica na relação com o estrangeiro. Ao passo em que exaltava o popular nacional, o movimento reproduzia um novo romantismo sobre as culturas nativas brasileiras, pensadas sempre sob um prisma ideal de pureza estética por uma intelectualidade burguesa dominante desde a urbanidade, em um reflexo muito distante da realidade de seu objeto de desejo/adoração dominado. Tupi or not Tupi, that is the question... Desde a provocação fanfarrona de Oswald de Andrade, ao Abaporu de Tarsila do Amaral, a obra mais famosa da arte brasileira, à defesa do emprego da letra y por Mário de Andrade em suas propostas de reforma ortográfica para o idioma brasileiro ou ainda à expressão anauê, símbolo do integralismo brasileiro, movimento de extrema-direita associado ao fascismo nacional na década de 1930, as línguas indígenas brasileiras e seu uso estão presentes nos principais debates culturais do país. Estes exemplos, que podem ser considerados marcos históricos e paradigmas culturais do Brasil moderno tem em comum a cidade de São Paulo e a preponderância dos idiomas tupi e guarani como vernizes estéticos de propostas e tentativas de saltos conceituais.

A Tropicália (1967) emergiria em meio ao recrudescimento da repressão do regime militar (1961-1985), opondo-se ao purismo cultural e ao nacionalismo de caráter fascista ao defender um sincretismo radical das influências externas e misturar elementos da cultura erudita com a dita cultura popular. O polêmico ecletismo cultural e estética propostos pelo movimento de contracultura criaria grande burburinho e incomodaria o regime autoritário. Embora as línguas brasileiras tenham aparecido com menor centralidade neste renovado deslocamento cultural nacional, a publicação do Manifesto Tropicalista (1968) em um importante artigo jornalístico publicado no periódico O Estado de São Paulo, pelo jornalista e crítico musical José Miguel Wisnik, sob o título Um fantasma ronda a MPB – o fantasma do Tropicalismo!, fez menção às línguas do país como representativas da ampla, sincrética e multifacetada identidade brasileira e como possibilitadoras de um movimento de maior capilaridade. Ao fazer a defesa crítica do movimento tropicalista, o jornalista republicava o texto na íntegra em um dos

principais jornais nacionais, dizendo que "o manifesto seguinte, [...] será publicado em português, tupi-guarani, nagô, espanhol e inglês" (O Estado de São Paulo, 1968).

Aqui, a menção a uma das mais conhecidas línguas indígenas brasileiras, assim como às línguas da diáspora africana brasileira, o espanhol, que insere e aproxima o país de seu contexto regional das Américas do Sul e Central, e o inglês que possibilita o diálogo com o mundo, nesta exata ordem de progressão, desde o nacional para o global, indica novamente a percepção da língua nativa como pilar identitário que reiteradamente confirma-se parecer necessário em momentos de reafirmação da cultura nacional. Podemos assim concluir que a questão da diversidade linguística brasileira para longe de ser uma questão marginal, está intimamente ligada às aventuras artísticas e culturais que definiram os principais paradigmas políticos da sociedade brasileira no século XX.

Embora representando recurso essencialmente estético na maior parte das vezes, não tendo confirmado-se até o presente como sujeito e agente da garantia de direitos, a presença e reafirmação das línguas nativas nacionais nos principais momentos de deslocamento cultural da sociedade nacional pode ainda assim ser considerado como elemento que confirma sua permanência e persistência no insconsciente coletivo nacional.

Após a Tropicália, canções célebres da Nova MPB, como as da Mato-grossense Tetê Espíndola, carregadas de palavras em guarani que bem expressaram a cultura pantaneira e o regionalismo do Centro-Oeste do país dariam renovada forma e seguimento a esta presença. Para além de sua marginalidade nos aspectos legais do ordenamento jurídico brasileiro, os idiomas indígenas, muito embora pareçam ser reiteradamente homenageados na produção artística nacional, em uma persistente folclorização de suas supostas estruturas, formas e conteúdo, seguiram de maneira geral fora do mainstream consumido pelas massas do público brasileiro, com os povos detentores destas línguas não gozando de protagonismo ou acesso aos meios de produção cultural hegemônicos. A ampla e dedicada pesquisa de Marlui Miranda sobre a musicalidade das diferentes culturas indígenas nacionais marcaria os anos 1990 com uma cada vez maior aproximação dos detentores das línguas originárias nesta produção e diálogo direto com a sociedade não-indígena.

Nos anos 2000, álbuns como o Nãnde Reko Arandu : Memória Viva Guarani (2005), produzido pela MCD Records, apresentou uma coletânea de cantos e músicas da tradição dos guarani, entoados por 11 corais infanto-juvenis de diferentes comunidades. Entre 2009 e 2015, os primeiros grupo de rap indígena do Brasil, o Brô Mc's, do Mato Grosso do Sul, e Oz Guarani, formado na TI Jaraguá, na cidade de São Paulo, passaram a chamar a atenção da mídia com canções que descrevem a situação de pobreza e precariedade social guarani e a luta pelo território, misturando o português e o guarani-mbya e kaiowá. O recurso à linguagem do rap, uma tradição importante das periferias da cidade para a

denúncia da desigualdade social e a busca por reparação e justiça deu-se igualmente em um momento de um acesso cada vez mais generalizado das ferramentas digitais de comunicação, com os grupos inicialmente gravando versos sobre beats baixados da internet e disponibilizando o seu conteúdo em plataformas como o Youtube.

Neste mesmo momento, Werá Jeguaka Mirim, conhecido também como Kunumi MC, originário da Aldeia Krukutu, na TI Tenondé Porã, é outro rapper que ganhou destaque na mídia mainstream brasileira ao cantar as belezas e as mazelas do povo guarani em São Paulo, fazendo uso da língua portuguesa, mas cantando majoritariamente em língua guarani. Werá iniciou sua trajetória artística como autor de livros, aos 9 anos de idade. Sua produção musical entretanto tomou proporções e alcance ainda maiores, o artista tendo sido agenciado e podido contar com patrocínios para a gravação de dois discos e a produção de importantes clipes musicais, disponibilizados nas principais plataformas digitais, chegando a colaborar com expoentes da cena do rap nacional, como Crioulo MC. Em 2021, protagonizou o documentário Meu Sangue é Vermelho, da produtora britânica Needs Must Films, premiado em diferentes festivais internacionais.

Muitos outros nomes compõe um cada vez maior espectro da cena musical indígena no Brasil, em um momento de cada vez maior penetração e aceitação no mercado mainstream. A música pode ser considerada uma linguagem privilegiada na qual artistas indígenas tem encontrado caminho para sua expressão junto à sociedade brasileira como um todo, mas este movimento de produção e circulação cultural tem encontrado grande destaque igualmente na literatura, e sobretudo no audiovisual e nas artes visuais.

É notável o número de escritores e poetas indígenas guarani e de diversas outras etnias do país que passam a escrever suas narrativas com autonomia. Não apenas buscando traduzir para a língua portuguesa o seu pensamento ou optando por fazer uso da língua colonial para criar uma nova literatura, o crescimento de obras publicadas por autores e autoras indígenas no país tem sido acompanhado por um sensível aumento da publicação de obras bilíngues, impressos em línguas indígenas com tradução para o português, ou mesmo apenas em línguas indígenas. Fazem parte deste movimento tanto pequenas editoras quanto as grandes e estabelecidas e alguns exemplos recentes de publicações nos mostram como diversidade cultural, linguística e geográfica têm vindo a compor o retrato de um Brasil repleto de meandros e pontos de vista que ainda não tiveram a chance de serem ouvidos e que até então não figuravam nos mercados culturais.

Em 2024, a editora Todavia publica o livro Aki Oto | Dono das Palavras – A história do meu avô, de Yamaluí Kuikuro Mehinaku, que narra a história de Nahũ Kuikuro, um dos primeiros indígenas do Alto Xingu a aprender a língua portuguesa, ainda na década de 1940, tendo desempenhado papel

central na mediação entre os brancos, como os célebres irmãos Villas-Bôas, e os diferentes povos que reuniriam-se para a criação do Parque Indígena do Xingu. O livro foi publicado em versão bilíngue, cotejando integralmente os textos em português e em kuikuro, sem escolhas editoriais que trabalhem por uma hierarquização entre os dois registros. Para além da história ou dos fatos que contém o livro, o fato que seja uma bem estabelecida editora a publicar tal obra, com distribuição nas maiores e principais livrarias do país, contribui para que muitos brasileiros tenham contato pela primeira vez com uma língua que na maior parte das vezes ignoram por completo.

Outro exemplo, publicado em 2023, pela editora Elefante, trazendo para as prateleiras brasileiras visões e perspectivas de um outro povo e idioma, é uma obra que atesta da maneira como a questão da diversidade linguística indígena no Brasil tem ultrapassado fronteiras, tomado importância e vindo cada vez mais a penetrar conscientemente a sociedade não-indígena. O livro Mỹnh fi nugror to vẽsikã kãtĩ – retorno ao ventre, do escritor paranaense Jr. Bellé, ao misturar memória, pesquisa documental e poesia a partir de uma memória familiar, investiga a história da brutal ocupação dos sertões do sudoeste do Paraná, território do povo Kaingang, no início do século XX. Temos Jr. Bellé, um autor não-indígena, escrevendo em português brasileiro e decidindo traduzir a obra integralmente para o idioma kaingang, central à história e cultura do povo que é protagonista da história apresentada. Vencedor do Prêmio Cidade de Belo Horizonte de 2023, o livro é um exemplo de visibilidade renovada para um idioma indígena marcante do Sul do Brasil e atesta da possibilidade da coexistência com a língua portuguesa, trabalhando igualmente pela renovação de um cânone nacional que até aqui se acreditou monolíngue. O fato de um autor não-indígena fazer parte deste movimento pode ser sintomático de uma crescente valorização do uso destas diferentes línguas brasileiras como línguas vivas, elementos ativos, com alta capacidade de remodelar e renovar o pensamento nacional.

Um destaque na literatura guarani é Olívio Jekupé, autor com mais de 22 obras já publicadas. Entre elas a obra O Presente de Jaxy Jaterê e O Verdadeiro Saci, orientados ao público de crianças, nas quais conta a real história que deu origem ao famoso personagem Saci Pererê, figura central do chamado folclore brasileiro, descontextualizado e imortalizado por figuras como Monteiro Lobato no século XX. Neste movimento de retomada, veremos que no panorama cultural brasileiro contemporâneo, a literatura e a poesia coexistem com a presença marcante de uma crescente produção indígena que dá-se de forma acentuada e sofisticada também no audiovisual e nas artes visuais.Em sociedades de riquíssima tradição oral, o recurso ao vídeo e às mídias do audiovisual têm sido centrais na articulação e veiculação das narrativas indígenas e neste sentido é necessário mencionar o marco que o projeto Vídeo nas Aldeias (VNA) representa como elemento e política de caráter estruturantes.

Criado em 1986, o VNA é uma iniciativa nascida em Pernambuco que se destaca como um dos projetos pioneiros no Brasil a utilizar o cinema e a produção audiovisual como ferramentas para promover a autonomia cultural dos povos indígenas. Idealizado e implementado pelo indigenista e documentarista francês radicado no Brasil Vincent Carelli, o projeto foi estruturado como uma organização não-governamental (ONG) sem fins lucrativos no ano 2000, tendo incialmente surgido dentro das atividades da ONG Centro de Trabalho Indigenista. A iniciativa, que partiu da experiência de distribuir equipamentos de exibição e câmeras de vídeo para que as comunidades pudessem experimentar a produção de vídeos, tanto documental como de ficção, promoveu uma real mudança na maneira como diferentes povos indígenas passaram a perceber como comunicar suas realidades, tanto na comunicação entre povos indígenas brasileiros tanto quanto com as comunidades não-indígenas. Ao longo dos anos, o VNA tornou-se uma verdadeira escola de referência para a formação audiovisual de povos indígenas, com oficinas de filmagem e edição, e criando uma grande coleção de obras, disponibilizadas hoje em uma plataforma de Vídeo Sob Demanda, por assinatura. Contando com apoios e patrocínios do governo brasileiro, através da lei de intenção fiscal, da Embaixada da Noruega no Brasil e de mecanismos da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais da Unesco (2005), o projeto é uma referência incontornável na apreciação da evolução da inserção e apropriação dos mecanismos de comunicação digitais pelos povos indígenas brasileiros.

Em 2023, o filme indígena A Transformação de Canuto, longa-metragem de Ariel Kuaray Ortega, cineasta indígena e líder guarani-mbya, e Ernesto de Carvalho, produzido pelo Vídeo nas Aldeias em conjunto com a produtora Enquadramento Produções, recebeu os prêmios de Melhor Filme e Contribuição Artística da competição Envision do IDFA - International Documentary Film Festival, o mais importante do gênero no mundo.

Também, este longo trabalho, aliado à sua replicação através de todo o país, é determinante para que hoje seja expressivo o número de artistas visuais a fazerem uso da linguagem do vídeo em seus trabalhos. A presença cada vez mais marcante de artistas indígenas de diversas etnias do país nas principais mostras de arte contemporânea, muitas das vezes fazendo uso do vídeo, como é o caso do realizador Alberto Guarani, da etnia guarani nhandewa, que circula com uma profícua produção através das principais instituições do país. Felizmente, a lista de artistas indígenas torna-se cada vez mais extensa, não sendo de nosso interesse aqui listá-la à exaustão.

Em 2021, apresentou-se no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP), a mostra Moquém_Surarî: arte indígena contemporânea, com curadoria de Jaider Esbell (1979-2021), do povo macuxi, que reuniu trabalhos de 34 artistas indígenas, apresentando um importante panorama da arte indígena nacional, em um momento de crescente de ascensão. A escolha curatorial de traduzir a

integralidade dos textos institucionais, tetos de parede, textos do catálogo e legendas das obras para o idioma guarani mbya, língua indígena da cidade que acolheu a exposição, pode também ser considerado um importante marco para a afirmação da diversidade linguística no panorama cultural paulistano e brasileiro, oferecendo uma rara plataforma de contato entre o público geral e esta língua brasileira ainda tão desconhecida pela maior parte dos cidadãos nacionais (MAM, 2021).

Em 2022, a 11ª Mostra 3M de Arte apresentava obras instaladas ao ar livre no Parque Ibirapuera, sob o título Cor, Calor, Valor. A artista paulistana Maria Thereza Alves participou com a obra Quando Aqui Era Aqui, que buscava reconectar o público com a vegetação do parque através de grandes placas escritas no idioma guarani, apontando a tensão entre a nomenclatura e categorização científica europeia e o papel e a presença destas plantas nas paisagens nativas. Por ter sido instalada ao longo do maior e mais conhecido parque da cidade, novamente aqui o público em geral, tanto o da Mostra, quando o do parque, pode entrar em contato com a língua guarani, favorecido pelo elemento artístico.

Em 2023, o Museu de Arte de São Paulo (MASP), a mais tradicional instituição de arte da cidade, apresentaria a exposição Histórias Indígenas, propondo diferentes perspectivas sobre as histórias indígenas da América do Sul, América do Norte, Oceania e Escandinávia, com a curadoria de artistas e pesquisadores indígenas ou de ascendência indígena (MASP, 2023). Em 2019, o museu havia anunciado a curadora guarani Sandra Benites como curadora-adjunta, em fato inédito, sendo ela a primeira curadora indígena da instituição. Benites pediria entretanto demissão em 2022, após desentendimentos com a direção, em episódio que a curadora declarou ter tido sua imagem enquanto mulher indígena instrumentalizada pela instituição e que não concordava com determinados processos de ocupação do espaço.

O Prêmio PIPA, considerado uma das mais importantes premiações da arte contemporânea do país, estimulando a produção nacional de arte contemporânea e motivando e apoiando novos artistas brasileiros apontou em 2024 nove artistas indígenas, dentre os 65 indicados. Destes, Aislan Pankararu, artista natural de Pernambuco, esteve entre os 3 premiados. Nomes como Xadalu Tupã Jekupé e Daiara Tukano, indicados em mais de uma ocasião ao prêmio, também articulam frentes de destaque que envolvem a língua em práticas artísticas. Xadalu, de origem guarani, trabalha a tensão entre a cultura indígena e ocidental nas cidades, com a língua guarani sempre em destaque, tendo sua pesquisa voltada aos processos coloniais de catequização dos povos nativos e tendo participado com trabalhos e composto acervos do Museu das Culturas Indígenas, o Museu Nacional de Belas Artes (RJ), Museu de Arte Moderna de São Paulo (SP) e Museu Nacional (RJ), por exemplo. Daiara Tukano por sua vez foi coordenadora entre 2001 e 2015 da primeira rádio online indígena brasileira, a Rádio Yandê, um

importante marco da comunicação indígena no país. Como artista visual integrou mostras no MASP, MAM-SP, Pinacoteca de São Paulo, Museu de Arte do Rio e a 34ª Bienal de São Paulo. Foi igualmente a curadora da exposição Nhe'ẽ Porã: Memória e transformação, no Museu da Língua Portuguesa, a qual consideraremos em maior detalhe.

Também em 2024, a artista Célia Tupinambá, da Bahia, foi a artista escolhida para representar o Brasil na 60ª Bienal de Veneza, evento com curadoria geral do brasileiro Adriano Pedrosa, diretor artístico do MASP, que teve a fachada do seu pavilhão central, o Giardini, inteira trabalhada pelas pinturas coloridas do Mahku (Movimento dos Artistas Huni Kuin), povo originário da Amazônia. Como lema "vendo tela, compro terra" o grupo tem tido grande destaque e circulação no circuito nacional e internacional da arte contemporânea. Célia Tupinambá apresentou a obra intitulada Ka'a Pûera: nós somos pássaros que andam, incluindo outros artistas indígenas, e propôs ainda a renomeação do Pavilhão do Brasil em Veneza para Pavilhão Hãhãwpuá, nome em língua pataxó usado originalmente para designar o território brasileiro. Foi Célia também quem encabeçou as negociações de sucesso para a repatriação de um famoso Manto Tupinambá ao Brasil, que se encontrava até em então em posse do Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhagen, dentre outros 10 ainda retidos em instituições museais europeias desde o espólio da colonização.

Dentre os artistas a trabalhar com Célia na exposição na Bienal de Veneza em 2024, cabe aqui igualmente destacar outro grande expoente nas artes visuais brasileiras, Denilson Baniwa, do povo Baniwa, do noroeste amazônico. Dentre os muitos trabalhos consagrados de Baniwa, a instalação Escola Panapaná, apresentada ao público em exposição individual na Pinacoteca de São Paulo, em 2023, foi composta por uma construção de três andares que acolheu aulas de línguas e culturas indígenas, artes e música para o público ao longo do período em que esteve patente.

No universo das letras, se na Flip os indígenas e a herança guarani até muito tarde sempre esteve marcada apenas pela presença de grupos de indígenas pelas ruas da cidade, com a presença de crianças cantando canções por entre as multidões de turistas a circular entre as tendas do evento, a partir da edição de 2021, o evento que é o motor econômico responsável por uma parte importante do turismo na cidade classificada como patrimônio cultural e natural da Unesco passou a dar protagonismo ao pensamento indígena como um todo, sob o tema Nhe'éry, plantas e literatura, com homenagens aos guardiões de conhecimentos indígenas de diferente povos que perderam a vida por ocasião da Covid-19. Nhe'éry, é o termo em guarani para designar a Mata Atlântica, bioma principal e mais biodiverso do Brasil, amplamente destruído pela colonização. Em 2024, indicando a consolidação desta inclusão na programação do evento, a Flip contou com a participação de expoentes do pensamento indígena como Cacique Raoni, Txai Suruí e Geni Nuñez em mesas de destaque.

Outras instituições que tem sido centrais na movimentação de pautas indígenas e na criação e perpetuação de programação voltada à visibilização, discussão e presença indígena guarani é o Sesc São Paulo e a Fundação Itaú Cultural, com programas diversos como o Abril Indígena ou a série Mekukradjá, ciclos de trocas de saberes dos povos originários, com diálogos nos campos das artes, dos direitos, do território e das questões sociais e econômicas realizada desde 2016. Será entretanto para os objetivos de nossa reflexão a exposição Nhe'ẽ Porã: Memória e transformação, realizada em 2022 no Museu da Língua Portuguesa (MLP) como evento de abertura da reinauguração do museu após ter ficado anos fechado devido a um incêndio de grandes proporções ter atingido suas instalações, o evento de mais simbólico significado para pensarmos as questões das línguas indígenas no âmbito das políticas culturais arquitetadas no âmbito da chamada lusofonia.

Como mencionado, a exposição, de curadoria de uma artista visual indígena, Daiara Tukano, teve como objetivo dar centralidade à investigação e protagonismo às línguas indígenas brasileiras nesta que é a mais emblemática e central instituição brasileira a atuar culturalmente no âmbito dos países de língua oficial portuguesa. Por si só, o Museu da Língua Portuguesa, pode ser considerado um movimento um tanto quanto ousado da parte brasileira, trazendo à tona e fazendo avançar na agenda da lusofonia as questões sobre o pluricentrismo da língua portuguesa na contemporaneidade. O museu, de maneira inovadora, sempre soube trabalhar de maneira atrativa ao grande público mostras sobre grandes expoentes da literatura brasileira e em língua portuguesa, fazendo largo uso de recursos tecnológicos e interativos, e dedicando uma exposição permanente à construção da língua portuguesa brasileira e os diferentes aportes culturais e linguísticos que a conformaram através dos anos, enquanto as exposições temporárias foram dedicadas a autores e autoras, ou então temáticas específicas no campo da literatura e cultura das letras. Em sua nova fase, o MLP, reestruturado em termos físicos, conceituais, programáticos e museológicos parece apontar um novo caminho. Ciente de sua vocação internacional no espaço de língua portuguesa, e igualmente de seu potencial de contribuir para o fomento das expressões culturais que fazem o uso das línguas, a instituição tem sido um modelo e objeto de referência através do mundo. O recém-inaugurado museu Cité Internationale de la Langue Française, em Villers-Cotterêts, na França, é um exemplo disso. O museu foi inspirado no MLP em São Paulo e em muito reproduz sua estrutura, visão e funcionamento.

A exposição Nhe'ẽ Porã: Memória e transformação entretanto representou um novo marco e o reconhecimento da diversidade linguística e cultural nacional como potência que distingue e destaca o país. O então Secretário de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, em declaração incluída no press release disponibilizado pelo museu, considerou que a exposição evidenciava “a imensa contribuição dos povos originários à construção do patrimônio cultural comum

da língua portuguesa por meio das diversas línguas indígenas, que revelam modos de ser, estar e pensar fundamentais para a compreensão do Brasil do presente e para a invenção do Brasil do futuro". Disposta em diferentes salas, a exposição apresentou desde palmatórias feitas do famoso pau-brasil, utilizadas para reprimir o uso das línguas indígenas em internatos forçados na Amazônia, até a possibilidade de escutar diálogos e ver vídeos em diferentes línguas indígenas brasileiras. Apresentando renovadas perspectivas (que sempre ali estiveram entretanto) para a compreensão das línguas e seu papel para a existência humana como parte da natureza, a exposição teve igualmente a totalidade de seus textos de parede apresentados em versão bilíngue, sendo primeiramente em guarani e em segundo lugar a língua portuguesa. Também o catálogo é composto por textos em guarani e português.

Para além dos programas públicos de ativação da exposição ao longo do período em que esteve patente, na qual diferentes artistas e personalidades indígenas tomaram parte, o uso dos textos em guarani, outra vez mais, em uma instituição museal central e hegemônica brasileira, aponta para o cada vez maior reconhecimento e a interpenetração desta língua no rol das línguas brasileiras prestigiadas. Ainda que o guarani seja uma língua de tradição oral, seu uso escrito cada vez maior no âmbito da sociedade não-indígena tem sido instrumental para fortalecer sua posição e fazer avançar os debates para seu reconhecimento.

Segundo Ladeira (2016) é no contexto do contato com a sociedade nacional que a escrita é exigida aos indígenas, em atividades ligadas à justiça, governo sobretudo, em um uso transacional da língua portuguesa. Ladeira ainda retoma D'Angelis para lembrar sua consideração de que a única maneira de opor-se ao desaparecimento de uma língua indígena seria fazer frente para ocupar os espaços tomados pela língua portuguesa, em uma busca por criar e garantir renovadas funções e usos sociais de relevo para a língua guarani, por exemplo (Ladeira, 2016, p.447). Em um mundo altamente marcado pela velocidade e variedade dos modais de comunicações, marcar a presença das línguas indígenas nos diversos espaços faz-se necessário igualmente para remediar um desinteresse crescente entre a população mais jovem, que por vezes tem dificuldade em enxergar o valor de praticar suas línguas nativas, face à sua quase inexistência na paisagem cultural, artística e midiática de digital de cada vez maior apelo.

Sua presença em espaços de centralidade político-cultural, na maior metrópole do país, é um fortuito indicador de uma progressiva valorização e da abertura de possibilidades. Se a escrita e o uso do texto para a confrontação e afirmação da presença guarani parece jogar um papel central neste movimento, como lembra Adejunmobi (2013), em uma era em que experienciamos a cada vez mais acelerada compressão do tempo-espaço, e em que novas tecnologias audiovisuais possibilitam convocar cada vez maiores audiências concomitantemente do que aquilo que a escrita possibilitaria, é

a noção de performance que fará com que uma língua tenha um papel determinante na geração e engajamento de públicos.

> A escrita, sem dúvida, é importante para criar um tipo de registro permanente de textos em uma língua específica, especialmente quando uma língua ameaçada "morre" devido ao número cada vez menor de falantes vivos. No entanto, a produção de tais textos escritos não garantirá necessariamente a sobrevivência da língua se ela não se tornar uma contribuição importante e contínua para a formação do discurso público na sociedade onde é falada. Se o movimento de apoio à diversidade linguística no mundo contemporâneo tem como objetivo manter as línguas vivas, e não apenas registrar sua existência para a posteridade enquanto continuam a desaparecer, então deve-se dar mais atenção à possibilidade de usar a performance para posicionar essas línguas na esfera pública.
>
> (Adejunmobi, 2013, p.81)

Nossa consideração do atual cenário cultural brasileiro e da cidade de São Paulo, parece indicar este caminho, no qual as línguas indígenas passam a posicionar-se na esfera pública através da performance dos agentes detentores nas mais variadas plataformas e através de diferentes linguagens e usos. Naturalmente, seu posicionamento incrementado passa a dotá-las igualmente de mais variadas possibilidades internacionais, enaltecendo a vocação internacional que estas línguas já possuem, por conformarem espaços que transbordam e antecedem as fronteiras definidas pela contínua colonização da terra.

*

Como atestam todas as mencionadas iniciativas e projetos, possibilitados, articulados, produzidos e expostos em plataformas centrais de dimensão e projeção internacional, como é o caso dos principais museus de arte da cidade de São Paulo e do Brasil, a inclusão destas narrativas, de seus autores e de suas intenções não configura algo marginal ou que possa ser caracterizado como pontual, mas sim caracterizam processos contínuos e simultâneos de interações múltiplas baseados em redes autônomas plurais e cada vez mais consolidadas ao longos da última década, alargando a porta de entrada das instituições hegemônicas que definem o centro da identidade brasileira, como a Bienal de São Paulo, a ABL, a Pinacoteca e muitos outros. Muito embora persistam as assimetrias em seu controle, na detenção dos meios de produção e acumulação do capital que permite sua existência e atuação, pode-se considerar que mais do que ao dar voz a povos subalternizados, estas instituições

estão pela primeira vez em francos processos de revisão e expansão epistemológica e conceitual, progressivamente cientes do poder avassalador de ter a possibilidade de falar com a consciência de tantas palavras em um mundo carente de respostas e alternativas.

Ao considerar o cenário de formação linguística da cidade e Estado de São Paulo, fazemos um exercício de perceber a contínua centralidade das línguas nativas na pluralidade do colosso da identidade cultural nacional, ainda que sob o véu da mais violenta apropriação e invisibilização. Identificar, reconhecer e entender a inserção da maior metrópole de língua oficial portuguesa do mundo no seio do território guarani, que resiste por sob as linhas de ferro dos Estados Nacionais do Cone Sul, permite-nos de igual maneira vislumbrar o compartilhamento da paisagem e dos horizontes com a diversidade de perspectivas e visões de mundo. Pudemos ver ao considerar a evolução do desenvolvimento institucional brasileiro e das políticas públicas voltadas aos povos indígenas a maneira como, após a redemocratização do país, o arcabouço jurídico para a proteção e promoção dos direitos culturais guarani tem evoluído em paralelo com a resistência, organização e pressão dos movimentos indígenas organizados. Não sem reveses, o processo de retomada indígena e de seu renovado protagonismo na reconstrução de uma identidade contemporânea para um país mais ciente da potência de sua diversidade serve igualmente como alerta de que os direitos conquistados são fruto de organização e luta.

Buscamos neste capítulo mais uma vez apontar a maneira como a questão linguística é também central à questão cultural e à garantia de direitos, delineando e completando a luta pela terra. Fator de distanciamento e exclusão histórica pelos desmandos políticos da mais perversa colonialidade, a língua configura no cenário atual das políticas de cultura brasileira possibilidades renovadas para a construção de pontes para a aproximação, reconhecimento e expansão epistemológica e o estabelecimento de pontos de contato para um mais contínuo e franco diálogo, no qual efetivamente possam falar as múltiplas partes, na possível efetivação de uma interculturalidade de mão dupla.

Ao considerar as políticas públicas de cultura existentes no município e Estado de São Paulo, focando nossa breve análise no programa municipal Aldeias e nos editais de chamamento a projetos para financiamento direto estadual ProAc Editais, buscamos para além de delinear os mecanismos existentes para a inclusão e o fomento à produção cultural indígena, identificar a maneira como a questão linguística tem sido ou não considerada na elaboração destas políticas e o modo como isso pode impactar o sucesso das mesmas. Identificamos que muito embora exista um aumento expressivo no interesse e tentativa de participação por parte das comunidades guarani nestes programas e políticas ofertados pelo poder público, os mesmos não têm evoluído ou buscado adaptar-se para tal demanda. No sentido inverso, identificamos a possibilidade de descontinuamento de programas

estruturantes, como é o caso do Aldeias, e um movimento em direção a uma generalização das políticas de fomento direto à cultura guarani por parte do Estado, através dos editais, que parecem, por seu formato e escopo, diluirem progressivamente a presença e possibilidade de participação das comunidades indígenas.

Trazendo à tona apenas algumas das mais recentes movimentações culturais de agentes e povos indígenas no centro da cultura brasileira, assim como a impressão de sua influência como novos marcos de instituições hegemônicas, apontamos a maneira como as políticas culturais para povos indígenas passam progressivamente a permitir que pensemos na indigenização das políticas culturais nacionais, ou seja, políticas indígenas para a cultura. Também aqui, são as línguas o elemento fundamental, que para além de garantir acesso, participação, pertencimento e justiça, podem também renovar nomenclaturas, sentidos e possibilidades, alinhavando o passado com a projeção de um futuro compartilhado.

A consideração do caso das políticas públicas de cultura envolvendo a língua guarani demonstram a maneira como pensar políticas de cultura e língua no âmbito da CPLP no século XXI requer necessariamente considerar, incluir e fomentar a projeção internacional das línguas nativas dos Estados Membros. Não criar linhas específicas e programas de cooperação internacional para que a diversidade linguística da CPLP possa ser protagonista para além das esferas nacionais significaria apenas o desperdício de oportunidades e o negligenciamento de preciosos recursos. No advento da Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032), o protagonismo das línguas indígenas brasileiras no cenário internacional e seu papel primordial para as políticas de cultura demonstra a maneira como as línguas nativas já estão inseridas nas possibilidades múltiplas da cooperação internacional do multilateralismo. Faltará que encontrem eco, diálogo e as possibilidades financeiras e institucionais para que possam também trabalhar pela renovação e beneficiamento dos caminhos futuros desta organização e de seus Estados-Membros.

7. Conclusão

Arquipelizar a Comunidade: Por uma Poética Política da Relação

Ao investigar criticamente a presença — ou a ausência — da diversidade linguística nas políticas culturais da CPLP, este trabalho de investigação dedicou-se a desvelar os mecanismos de exclusão simbólica e material que persistem na arquitetura da cooperação internacional, mesmo quando embalada pelo discurso da diversidade cultural e da interculturalidade. Com o objetivo de pôr em foco as bases e os postulados culturais de um projeto de institucionalização de uma comunidade de herança colonial partilhada, buscou-se compreender criticamente o papel das políticas culturais e linguísticas em língua portuguesa operadas no âmbito da cooperação internacional possibilitada por esta organização.

A metodologia combinou análise documental e comparada de marcos legais, acordos multilaterais, programas e relatórios institucionais, oferecendo contraste e perspectiva sobre o desenvolvimento institucional de organizações geolinguísticas que, em conjunto, conformam os TEL e a evolução do tratamento da diversidade cultural a partir de sua componente linguística. Essa perspectiva institucional foi confrontada com estudos de caso em Cabo Verde, Angola e Brasil, articulando entrevistas com agentes culturais e institucionais diretamente envolvidos na valorização de línguas como o kimbundu, o guarani e o cabo-verdiano. A combinação entre teoria crítica e escuta empírica permitiu mapear práticas discursivas e tensioná-las com dinâmicas culturais vivas, muitas vezes originadas na sociedade civil, em movimentos indígenas e em redes autônomas.

No pano de fundo desses procedimentos, impõe-se um diagnóstico amplo: longe de constituírem meros resíduos do passado, desigualdades estruturais seguem operando ativamente, reforçando um atraso institucional que perpetua exclusões e limita a renovação das práticas e dos discursos da cooperação cultural. Nesses espaços de herança colonial, a defesa do multilinguismo e da diversidade tem, com frequência, privilegiado as variantes das mesmas línguas europeias de outrora. As dinâmicas de poder cultural e linguístico permanecem latentes e pouco resolvidas no Sul global, manifestando-se tanto na formulação de políticas internacionais quanto na redação de diretrizes multilaterais — como a Convenção de 2005 da Unesco — em que línguas hegemônicas partem de posições de privilégio.

Disso decorrem questões centrais: quais culturas e línguas conseguem consolidar-se nacionalmente, inserir-se em cadeias contemporâneas de produção cultural e valor para, a partir daí, competir e cooperar internacionalmente? Que redes e estruturas produtivas recebem, de fato, apoio

material e financiamento para sustentar esse percurso? Pensar a diversidade cultural em escala internacional — sobretudo em sociedades marcadas por longos processos coloniais — implica garantir acesso a meios de expressão e produção no plano nacional e em arranjos regionais.

A análise de programas e políticas culturais internacionais mostra que a reparação das assimetrias entre línguas europeias e não europeias segue, em grande medida, ignorada. As políticas de multilinguismo e suas dimensões externas raramente se articulam a estratégias renovadas para relações culturais internacionais. Assim, tanto a UE quanto os TEL acabam promovendo, direta ou indiretamente, as chamadas "línguas europeias do mundo", sob a justificativa da defesa da diversidade, sempre ainda com prejuízo às línguas autóctones em territórios colonizados. O resultado é uma universalidade desestruturante, que dilui o direito à diferença em um discurso institucionalizado homogeneizador.

Nesse horizonte, iniciativas como a da mais recente renovação do MLP, em São Paulo, despontam como sinais de deslocamento: a criação recente do Centro de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas — instituição inédita no Brasil — projeta uma agenda de pesquisa e acervos digitais voltada à preservação e difusão de línguas indígenas com forte vocação para a atuação internacional, como atestam os recentes acordos de cooperação anunciados com o British Council e também a Cité Internationale de la Langue Française. O fato de tal iniciativa estar sediada num museu dedicado à língua portuguesa é eloquente. Em sintonia com Vergès (2023), a incorporação programática de línguas indígenas e africanas em curadorias e estratégias institucionais desloca a centralidade do português, valorizando ecossistemas linguísticos mais amplos. O MLP, assim, deixa de ser apenas um espaço de celebração do português e se torna plataforma crítica para uma lusofonia mais horizontal, diversa e multicultural, operando desde a maior metrópole de língua oficial portuguesa no planeta.

À luz três décadas de trajetória da CPLP, pensar a integração dos seus EM exige reconhecer com urgência a ampla constelação de línguas que orbita a língua portuguesa. Essa pluralidade representa um potencial singular a ser comunicado pela produção cultural contemporânea. A comparação com OEI e OIF, a partir de documentação histórica e principais marcos normativos, delineou um quadro analítico interpretativo e propositivo para o aprimoramento institucional da CPLP. Ainda que haja avanços no plano terminológico e discursivo, a organização permanece, frente a suas congêneres, em defasagem na conversão de retórica em políticas, programas e instrumentos eficazes. No espaço ibero-americano, o fortalecimento das línguas indígenas avança de maneira visível (ainda que também permeada pela persistente desigualdade e desequilíbrios de poder que mantêm espanhol e português no centro) com a criação do IIALI, a Carta Cultural Ibero-Americana e a adesão formal à Década Internacional das Línguas Indígenas (2022–2032). Em contraste, a OIF, embora passe a

operacionalizar programas e reafirme reiteradamente a diversidade como princípio moral, parece mantê-la muitas vezes como adereço diplomático, mobilizada estrategicamente, mas subordinada de maneira constante à centralidade e primazia do francês.

A leitura institucional comparada de CPLP, OEI e OIF evidencia, portanto, que o compromisso com a diversidade não se mede por declarações, mas pelo grau de transformação institucional produzido, sobretudo na reconfiguração do papel das línguas não hegemônicas como sujeitos nas políticas culturais internacionais. Programas que tratam a língua como vetor de circulação de conhecimento — como Tempo Traduction e Langues en Dialogue — sinalizam caminhos para ressignificar relações historicamente assimétricas entre línguas coloniais e colonizadas. No espaço ibero-americano, a agenda para as indústrias culturais e criativas vem abrindo-se de forma concreta, à diversidade linguística e cultural, com o IIALI destacando-se como pivô de um redesenho institucional mais inclusivo e os EM latino-americanos avançando de maneira robusta com ações de valorização e inclusão de sua diversidade linguística.

Esse panorama macro das políticas e cooperação internacional foi tensionado nesta investigação pelos estudos de caso apresentados. Em Cabo Verde, a língua cabo-verdiana emerge como ativo cultural e econômico estratégico, fator primordial da internacionalização da cultura nacional, com potencial ainda sub-reconhecido pela CPLP. Em Angola, a centralidade das LN para a cultura contrasta com a ausência de um estatuto jurídico consolidado, mantendo uma clivagem entre discurso e prática: ao passo que figuram em decretos e estratégias, não se desdobram em programas, fundos e políticas de longo prazo, sofrendo sempre com a estigmatização, sobretudo em ambientes urbanos. A cooperação internacional — operada no país sobretudo por agentes europeus como a UE, ACEP, UNCTAD, entre outros — tende a tratar a diversidade linguística angolana como riqueza contextual, mas não como eixo estruturante de investimento, chegando a recomendar no caso angolano o favorecimento de "formação em português como língua materna", o que, na prática, enfraquece as LN. Ainda assim, a ELP 2050 reafirma a importância das LN, e a ação cultural externa em cooperação com o Brasil desponta como oportunidade para uma agenda de valorização linguística conectada ao desenvolvimento do setor cultural com perspetivas de internacionalização.

No Brasil — particularmente em São Paulo —, a presença e a agência guarani, catalisadas por movimentos indígenas, museus e instituições culturais, têm produzido uma inflexão epistemológica visível: as línguas indígenas deixaram de ocupar um lugar meramente simbólico e tornaram-se instrumentos de produção cultural, crítica e política. Ao mesmo tempo, programas públicos e editais estaduais mostram limites em seu desenho e continuidade, com riscos de diluição da participação indígena se não houver ajustes específicos que entendam a dimensão linguística como componente

cultural estruturante. Em suma, a "indigenização" de políticas culturais não é metáfora, mas depende de arranjos institucionais, orçamentários e procedimentais que reconheçam a língua como direito, acesso, pertencimento e potência criativa.

Entre os principais resultados desta investigação, nota-se que, apesar da evolução do debate e do vocabulário sobre diversidade cultural fazer-se progressivamente presente no âmbito da CPLP, um paradigma monocêntrico e lusocêntrico, que toma o português como âncora única de identidade e integração, sintetizador de diversidades, mantém o conceito de diversidade esvaziado de conteúdo prático, distante do reconhecimento de direitos culturais e da autodeterminação. Em contraste, a OEI e, em menor medida, a OIF mostram maior abertura institucional para a inclusão de línguas indígenas e crioulas como sujeitos ativos de política pública. Ganha relevo, ademais, o protagonismo de agentes não estatais na proposição de novos marcos de pertencimento, reconhecimento e justiça linguística, sinalizando que a ruptura com modelos verticalizados de cooperação é não apenas desejável, mas factível.

A principal contribuição do trabalho reside, assim, em articular uma crítica consistente à colonialidade linguística que atravessa políticas multilaterais e, ao mesmo tempo, em propor a creolização e a arquipelização como chaves de refundação simbólica do espaço dito lusófono. Trata-se de deslocar o eixo da unidade imposta para uma pluralidade relacional, onde cada língua é reconhecida como portadora de epistemologias próprias — não como variante subalterna de um centro normativo. O argumento associa-se, ainda, à responsabilidade política das línguas coloniais: em uma comunidade de Estados em que o português opera simultaneamente como recurso de poder e mecanismo de exclusão, qualquer estratégia de promoção internacional da língua deve levar em conta seus impactos sobre comunidades linguísticas e culturais que lutam por existir e por falar.

Reconhecem-se entretanto limites da presente tese. A complexidade dos processos de institucionalização demanda acompanhamento longitudinal para além do recorte temporal da pesquisa. A ausência de documentação sistematizada sobre investimentos culturais da CPLP dificulta mensurar impactos com precisão. E a própria natureza interdisciplinar do objeto — diversidade linguística nas relações culturais internacionais — impõe desafios à delimitação de escopo sem perdas de rigor.

Ainda assim, no plano propositivo, o trabalho aponta urgências:

1. criar linhas específicas de cooperação multilateral para línguas indígenas e crioulas no âmbito da CPLP, com reconhecimento oficial, inclusão e fomento a seu desenvolvimento institucional e internacional. Essa movimentação pode gerar fator positivo de favorecimento das agendas nacionais de proteção e promoção da diversidade de expressões culturais e proteção da sociobiodiversidade e favorecer linhas de convergência para a cooperação entre os EM.;

2. articular agendas linguísticas às indústrias culturais e criativas, incentivando produção editorial, audiovisual e fonográfica em línguas não hegemônicas, para ampliar a base de agentes culturais vinculados ao projeto de integração da CPLP e sua capacidade de internacionalização;

3. fortalecer plataformas críticas de escuta e formulação, com participação direta de comunidades linguísticas nos processos decisórios, tanto nos EM quanto na própria CPLP.

Por fim, reafirma-se: no século XXI, um projeto sério de cooperação cultural internacional deve tomar a pluralidade linguística como base fundacional e como recurso a ser beneficiado — nunca como obstáculo logístico. A CPLP tem a possibilidade — e a responsabilidade — de reinventar-se, rompendo com a lógica de uma lusofonia homogênea e afirmando-se como espaço dinâmico de negociação, criação e solidariedade entre mundos linguísticos diversos. No fortalecimento de agendas ambientais ambiciosas, o papel de línguas nativas e sua imbricada relação com a manutenção de ecosistemas complexos deve ser compreendida e preservada, sendo portanto uma prioridade "mobilizar o potencial do patrimônio cultural material e imaterial, e a interconexão entre a diversidade cultural e biológica, como recursos para a resiliência, adaptação e mitigação, inclusive em situações de desastre climático" (UNESCO, MONDIACULT, 2025, p.3).

Os subsídios teóricos e empíricos aqui reunidos visam justamente a viabilizar esse passo político, para que seja cada vez mais possível imaginar e edificar uma comunidade plural em que todas as línguas tenham lugar, não como exceção folclórica, mas como condição legítima de pertença, expressão e transformação.

REFERÊNCIAS

ACEP. (2019). *Futuros Criativos - Economia Criativa em Angola, Moçambique e Timor Leste*.

Adejunmmobi, M. (2013). Performance and language diversity in a globalizing world. In *Translation: Documents of Contemporary Art*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts; Whitechapel Gallery, London.

Amazonas. (2023). *Lei n.º 6.303*, de 22 de junho de 2023. Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2023/7/9853?o=1

Alexandre, V. (2017). *Contra o vento - Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

Alves, A. P. (2015). *Angolano segue em frente - Um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970* [Tese de pós-graduação, Universidade Federal Fluminense]. Recuperado de https://www.historia.uff.br/stricto/td/1773.pdf

Anderson, B. (2008). *Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo* (2ª ed.). São Paulo: Companhia das Letras. (Original publicado em 1983)

Arenas, F. (2019). *África lusófona: Além da independência*. Edusp.

Bastos, N. B. (2015). Políticas linguísticas no âmbito da lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 263–278). Braga: Húmus.

Bellé, Jr. (2023). *Mỹnh fi nugror to vẽsikã kãtĩ: Retorno ao ventre*. Elefante.

Bhabha, H. K. (1994). *The location of culture*. New York: Routledge.

Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. Ubu Editora.

Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire: L'économie des échanges linguistiques.* Paris: Fayard.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Brasil. (2023). *Lei nº 14.701*, de 20 de outubro de 2023. Casa Civil, Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos.

Brito, R. P. (2011). "À mistura estão as pessoas": Lusofonia, política linguística e internacionalização. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e Travessia* (pp. 295–312). V. N. Famalicão: Húmus.

Cabecinhas, R., & Cunha, L. (Eds.). (2008). *Comunicação intercultural: Perspectivas, dilemas e desafios*. Campo das Letras Editores.

Cabral, A. (1974). P.*A.I.G.C. – Unidade e luta*. Publicações Nova Aurora.

Cabral, A. (2018). A cultura: Fonte inesgotável de energia física e moral do povo. Em *A luta criou raízes: Intervenções, entrevistas, reflexões, artigos, 1964-1973* (pp. 349–355). Fundação Amílcar Cabral.

Cabral, A. (2018). Dentro da panela que se cozinha o arroz, não fora dela. Em *A luta criou raízes: Intervenções, entrevistas, reflexões, artigos, 1964-1973* (pp. 180–183). Fundação Amílcar Cabral.

Calvet, L.-J. (1999). *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon.

Canut, C. (2021). *Provincialiser la langue: Language et colonialisme*. Paris: Éditions Amsterdam.

Casaldáliga, P. (2019). Universal y dialecto. In B. Melià (Org.) *Diálogos de la lengua guaraní* (pp. 7-8). Grupo Editorial Atlas, Secretaría Nacional de Cultura.

Cardoso, A. J. (2018). Situação linguística de Cabo Verde: Em português e na kabuverdianu. Em P. Feytor & S. Melo-Pfeifer (Eds.), *Políticas linguísticas em português* (pp. 126–147). Lidel.

Castro, Y. P. (2022). *Camões com Dendê – O Português do Brasil e os falares afro-brasileiros*. Rio de Janeiro: Topbooks.

Chakrabarty, D. (2007). *Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference* (18th ed.). Harvard University Press. (Original publicado em 2000)

Chen, K. (1996). Cultural studies and the politics of the internationalization: An interview with Stuart Hall. In D. Morley & K.-H. Chen (Eds.), *Stuart Hall: Critical dialogues in cultural studies* (pp. 392–408). London: Routledge.

Cooperação PALOP/TL-UE, 11° FED. (2016). *Relatório Domínio Prioritário 1 - Criação de emprego / Programa Indicativo Plurianual da Cooperação* (PALOP-TL/UE).

CPLP. (2010). *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa*. CPLP.

CPLP. (2010). *Declaração sobre solidariedade na diversidade no espaço da CPLP: XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP*. Luanda.

CPLP. (2014). *Plano de Ação de Lisboa*. Lisboa.

CPLP. (2014). *Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral (2014-2020)*.

CPLP. (2018). *Declaração sobre cultura e indústrias criativas como sector estratégico na CPLP* – XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Santa Maria, Cabo Verde.

CPLP. (2019). *Declaração final,* XI Reunião dos Ministros da Cultura da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cidade da Praia, 2019.

CPLP. (2021). *Plano de Ação da Praia para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa*. Praia.

CPLP. (2021). *Plano de Ação de Brasília*. Brasília.

CPLP. (2022). *Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP (2022-2026)*.

CPLP. (2022) *I Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura*. https://cultura.cplp.org/comunicacao/noticias/noticias-detalhe/?id=17822

CPLP. (2023). *Declaração Final* – II Reunião Extraordinária de Ministros da Cultura dos Países de Língua Portuguesa.

CPLP. (2023). *Declaração de São Tomé*.

Dahlet, P. (2006). Des langues pour faire société: Diversité, pluralité, identités. In L*e Français à l'université* (pp. 1–3). Agence Universitaire de la Francophonie.

De Beukelaer, C., & Spence, K. (2019). *Global cultural economy*. New York: Routledge.

Diário da República - Órgão Oficial da República. (2011). Iª Série N°6. *Lei da Política Cultural da República de Angola*. Decreto Presidencial N°15/11.

Diário da República - Órgão Oficial da República. (2010). *Constituição da República de Angola*. Iª Série N.° 23, Rectificada pela Declaração inserta na Iª Série do Diário da República N.° 165 de 31 de Agosto de 2010.

Diário do Governo da República de Portugal. (1954). Decreto-Lei n.° 39666. *Estatuto dos Indígenas das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique (1954)*. 1.ª SÉRIE, N° 110, de 1954-05-20, Pág. 560 - 565.

European Charter for Regional or Minority Languages. (1992). ETS 148 – Regional or Minority Languages. Strasbourg: Council of Europe.

Escorel, D., & Barreto, J. (2019). *Redes culturais na CPLP*. São Paulo: Circulador.

Escorel, D., & Barreto, J. (2020). *Pandemia Cultural: O impacto da Covid-19 no setor cultural dos países de língua portuguesa*. São Paulo: Circulador.

Epalanga, K. (2023). *Minha pátria é a língua pretuguesa*. São Paulo: Todavia.

Ferdinand, M. (2022). *Une écologie décoloniale: Penser l'écologie depuis le monde caribéen*. Éditions du Seuil.

Fontaine, N. (2020). *Shuni*. Montréal: Mémoire d'encrier.

Follow-up Committee. (1998). *Universal declaration of linguistic rights*. Barcelona: Institut d'Edicions de la Diputació de Barcelona.

Fórum de Macau. (2022). *Anuário do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação*

Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa - 2022.

Franco, J. E. (2015). Lusofonia e globalização: A possibilidade de refazer utopias. In M. de L. Martins (Org.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 313–331). Húmus.

Freire, J. R. B. (2016). A demarcação das línguas indígenas no Brasil. In M. C. Cunha & P. N. Cesarion (Orgs.), *Políticas culturais e povos indígenas* (pp. 363–389). Editora Unesp.

Freire, P. (1984). *Cartas à Guiné-Bissau: Registro de uma experiência em processo* (4ª ed.). Paz e Terra. (Original publicado em 1977)

Fundação Portugal-África & Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. (2016). *Futuros criativos: Economia criativa como estratégia de desenvolvimento em Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*.

G20. (2024). Reunião de Ministros da Cultura. *Declaração de Salvador da Bahia*.

Gao, M. (2011). *Total modernity and the avant-garde in twentieth-century Chinese art*. MIT Press.

Góes, J. C. (2021). *A comunidade invisível: Jornalismo, identidades e a rejeição dos povos de língua portuguesa no Brasil*. Ponte Editora.

Gondim, S. M. G. (2003). *Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: Desafios metodológicos*. Revista Paidéia, 12(24), 149–161. https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004

Governo de Angola. (2023). *Plano de Desenvolvimento Nacional (2023-2027) Impacto socioeconômico sustentável*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.

Governo de Angola. (2023). *Estratégia de Longo Prazo (ELP) Angola 2050*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.

Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional (2018-2022) – VOL. I*. Luanda: Ministério da Economia e Planeamento.

Glissant, É. (1990). *Poétique de la relation: Poétique III*. Paris: Gallimard.

Glissant, É. (1996). *Introduction à une poétique du divers*. Paris: Gallimard.

Guèvremont, V. (2015). Promouvoir la Convention de 2005 dans les enceintes internationales. In Unesco (Ed.), *Repenser as políticas culturais – Dez anos de promoção da diversidade de expressões culturais para o desenvolvimento* (pp. 135–147). Paris: UNESCO.

Guèvremont, V. (2018). La Convention dans les autres enceintes internationales: Un engagement crucial. In Unesco (Ed.), *Repenser as políticas culturais: Relatório mundial* (pp. 143–161). Paris: Unesco.

Guimarães, S. M. G. (2012). Políticas linguísticas e práticas no Brasil. In Instituto Internacional da Língua Portuguesa (Ed.), *PLATÔ: Diversidade Linguística nos Países de Língua Portuguesa* (pp. 33–42). Praia: IILP.

GT Brasil – Grupo de Trabalho Brasil – Década Internacional das Línguas Indígenas. (2022). *Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032)* no Brasil.

Hall, S. (2003). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* (2ª ed.). Editora UFMG.

Harchi, K. (2016). *Je n'ai qu'une langue, ce n'est pas la mienne*. Paris: Fayard.

Heywood, L. M. (2019). *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia.

IBGE. (2023). *Censo demográfico 2022 – Indígenas – Primeiros resultados do universo*. IBGE.

Instituto Jean Piaget de Benguela. (2015). CONCLUSÕES – *Colóquio Internacional de Línguas Nacionais*. Disponível em http://ispjeanpiagetbenguela.blogspot.com/2015/05/coloquio-internacional-de-linguas.html, acesso em 16 de outubro de 2023.

Inverno, L. (2018). *Contacto linguístico em Angola: Retrospectiva e perspetivas para uma política linguística*. In P. Feytor & S. Mello-Pfeifer (Eds.), Políticas linguísticas em português (pp. 82-105). Lisboa: Lidel.

Joint communication to the European Parliament and the Council. (2016). Towards an EU strategy for international cultural relations (JOIN/2016/029 final).

Katar, J. (2022). TO DECOLONISE IS TO D.E.P.R.O.G.R.A.M.M.E. Systemic racism, body, gender and diaspora. In *Atlantica: Contemporary Art from Cabo Verde, Guinea Bissau, São Tomé and Príncipe and their Diasporas* (pp. 187–192). Hangar Books.

Klein, T. (2022). Entre enxadas e tratores: Notas sobre um (des)encontro. In D. T. Gallois & V. Macedo (Orgs.), *Nas redes guarani: Saberes, traduções e transformações* (pp. 209–220). Hedra.

Ladeira, M. E. (2016). De "povos ágrafos" a "cidadãos analfabetos": As concepções teóricas subjacentes às propostas educacionais para os povos indígenas no Brasil. In M. C. Cunha & P. N. Cesarion (Orgs.), *Políticas culturais e povos indígenas* (pp. 435–454). Editora Unesp.

Lara, S. H. (2000). *Legislação sobre escravos africanos na América Portuguesa* (Ed. 1, Vol. 1). Fundación Histórica Tavera/Digibis/Fundación Hernando de Larramendi.

Lopes, A. J. (2011). Política linguística: Terra de ninguém, terra de todos – Notas a partir de um posto de observação moçambicano. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 197–226). Universidade do Minho. V. N. Famalicão: Húmus.

Lourenço, E. (2025). *Do colonialismo como nosso impensado*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Macedo, V. (2022). Mundéu no mundo: Predação e troca em relações entre os Guarani e os juruá. In D. T. Gallois & V. Macedo (Orgs.), *Nas redes guarani: Saberes, traduções e transformações* (pp. 159–175). Hedra.

Makoni, S., & Severo, C. (2015). *Políticas linguísticas Brasil-África - Por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Editora Insular.

Mariani, B. (2003). *Políticas de colonização linguística. Espaços de Circulação da Linguagem*,

27, 73–82. UFSM, Santa Maria, RS.

Martins, M. L. (2006). A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media no espaço lusófono* (pp. 79–87). Porto: Campo das Letras.

Martins, M. L. (2011). Apresentação: Lusofonias – Reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade: Promessa e travessia* (pp. 7–23). V. N. Famalicão: Húmus.

Martins, M. L. (2015). *Os estudos culturais como novas humanidades*. Revista Lusófona de Estudos Culturais, 3(1), 341–361.

Mazrui, A. A. (2010). O desenvolvimento da literatura moderna. In A. A. Mazrui (Ed.), & C. Wondji (Ed.Ass.), *História geral da África Volume VIII - África desde 1935* (pp. 663-696). Brasília: Representação da Unesco no Brasil, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) & Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Mbembe, A. (2018). *Necropolítica* (R. Santini, Trad.). Editora n-1.

Mehinaku, Y. K. (2024). *Aki Oto: Dono das palavras – A história do meu avô*. Todavia.

Melià, B. (2019). *Diálogos de la lengua guaraní*. Grupo Editorial Atlas, Secretaría Nacional de Cultura, Asunción.

Ministério da Cultura, Brasil. (2012). *Plano setorial para as culturas indígenas*. Brasília.

Ministério da Cultura de Cabo Verde. (2015). *Plano Cabo Verde Criativo – Plano estratégico integrado para o desenvolvimento das economias criativas de Cabo Verde*. Praia.

Ministério da Cultura e Indústrias Criativas de Cabo Verde. (2021). *Cinco anos de reestruturação da cultura em Cabo Verde*. Praia.

Moreira, A. (1997). *As línguas africanas e orientais*. Diário de Notícias, Opinião

Morgan, D. (1997). *Focus groups as qualitative research (2nd ed.)*. London: Sage Publications.

MPLA. (2022). *Programa de Governo MPLA 2022-2027*. Luanda: Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) – Paz e Desenvolvimento.

Ngbco, G. (2017). We need new tongues, 167-169. In *Atlantica: Contemporary Art from Angola and its Diaspora* (2018). Hangar Books: Lisboa.

N'sondé, J. D. (2011). *Parlons Kimbundu - Langue de l'Angola*. Paris: L'Harmatan.

Núcleo de Estudos para a Paz (NEP/CES). (2007). *Ajuda Internacional e consolidação da paz em Angola – Conclusões e recomendações*. Luanda: Universidade de Coimbra.

OEI. (1985). *Estatutos*.

OEI. (1991). *Declaração de Guadalajara*, Primera Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno.

OEI. (1992). Segunda Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno. *Declaración de Madrid – Documento de Conclusiones*.

OEI. (1995). *Declaração de Bariloche*, V Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

OEI. (1997). Para una ética de la integración cultural, Primer Encuentro Iberoamericano de Ministros de Cultura: *Declaración de Margarita*.

OEI. (1997). VII Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y Presidentes de Gobierno: *Declaración de Margarita*.

OEI. (2001). V Conferencia Iberoamericana de Cultura, Lima, Perú: *Declaración de Lima*.

OEI. (2001). XI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo.

OEI. (2002). VI Conferencia Iberoamericana de Ministros y Responsables de Cultura: *Declaración de Santo Domingo – La Diversidad Cultural Iberoamericana y el Comercio Internacional de Bienes y Servicios Culturales*.

OEI. (2005). VIII Conferência Iberoamericana de Cultura.

OEI. (2006). XVI Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo.

OEI. (2006). *Carta Cultural Iberoamericana*.

OEI. (2007). XVII Conferência Iberoamericana de Chefes de Estado e de Governo: *Comunicado Especial sobre la Preservación de las Lenguas Indígenas*.

OEI. (2009). *Declaração de São Paulo*, 2º Congresso Ibero-americano de Cultura.

OEI. (2012). XV Conferência Ibero-americana de Cultura. *Declaração Final*.

OEI. (2018). *Comunicado Especial sobre o Ano Internacional das Línguas Indígenas*.

OEI. (2019). Conferência Internacional das Línguas Portuguesa e Espanhola (CILPE). https://oei.int/pt/escritorios/secretaria-geral/programa/oei-int-cilpe/.

OEI. (2023). *Línguas indígenas no mundo digital – Inventário de recursos e lacunas*.

OEI. (2025). *Nota conceitual CILPE*.

OIF. (1986). Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que fazem o uso do francês.

OIF. (1987). Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que fazem o uso do francês.

OIF. (1987). *Déclaration de Québec*.

OIF. (1989). Rapport du Comité International du Suivi du Sommet de Québec. In *Actes de la troisième Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement des pays ayant en commun l'usage du français*.

OIF. (1991). *Actes de la Quatrième Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement des pays ayant en commun l'usage du français*.

OIF. (1993). Resolução N°4 sobre a Exceção Cultural ao GATT, in A*tas da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês*.

OIF. (1993). Resolução N°10 sobre a Unidade na Diversidade, in *Atas da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês*.

OIF. (1993). Exposição Inicial do Sr. Amara Essy, in *Atas da V Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês*.

OIF. (1995). Atas da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo tendo em comum o uso do francês.

OIF. (1997). Groupe Ad Hoc sur le Projet de Convention Intergouvernementale sur la Culture – *Rapport Général et Propositions, in Actes de la VII Conférence des chefs d'État et de gouvernement des pays ayant le français en partage*.

OIF. (1997). *Déclaration de Hanói*.

OIF. (1999). *Déclaration de Moncton*.

OIF. (1999). *Plan d'Action de Moncton*.

OIF. (1999). *Atas da 8ª Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que compartilham o francês*.

OIF. (2001). *Trois espaces linguistiques face aux défis de la mondialisation: Actes du Colloque international*. Paris: STEDI.

OIF. (2001). *III Conférence Ministérielle de la Francophonie Sur la Culture*.

OIF. (2002). *Declaração de Beirute*.

OIF. (2004). *Declaração de Ouagadougou*.

OIF. (2005). *Charte de la Francophonie*.

OIF. (2006). *Atas da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países que compartilham o francês*.

OIF. (2010). *Declaração de Montreux*.

OIF. (2016). *Résolution sur la promotion de la diversité linguistique*.

OIF. (2018). 4ª Conferência Ministerial da Francofonia sobre a Cultura. *Declaração de Abidjan.*

OIF. (2022). *Declaração de Djerba*.

OIF. (2022). *Declaração sobre a língua francesa na diversidade linguística da Francofonia*.

OIF. (2024). *Declaração de Villers-Cotterêts*.

OIF. (2025). *Por uma iniciativa francófona em favor da descobribilidade digital dos conteúdos francófonos*.

Oliveira, D. (2022). Articulações e transformações entre as parcialidades Guarani no sul do Brasil. In D. Tilkin & V. Macedo (Orgs.), *Nas redes guarani: Saberes, traduções e transformações* (pp. 259–270). Hedra.

Oliveira, G. M. (2015). Language policy and globalization: The Portuguese language in the twenty-first century. In L. P. Moita-Lopes (Ed.), *Global Portuguese: Linguistic ideologies in late modernity* (pp. 27–46). New York: Routledge.

ONU. (2018). E/C.19/2018/8: *Action plan for organizing the 2019 International Year of Indigenous Languages*.

PALOP-TL/UE. (n.d.). *Cooperation programme*. https://palop-tl.eu/about-us/cooperation-programme/?lang=en, acesso em 18/12/2023.

Pereira, D. A. (2011). *Das relações históricas Cabo Verde/Brasil*. Fundação Alexandre de Gusmão.

Pessoa, F. (2021). *Ode marítima* (J. L. Tavares, Trad.). Editora Abysmo.

Pátaro, R. F., & Calsa, G. C. (2020). *Reflexões sobre a pesquisa com grupos focais nas ciências sociais e humanas: A questão da quantidade de participantes, proveniência e local de organização*. Ciências Sociais Unisinos, 56(1), 1–12. https://doi.org/10.4013/csu.2020.56.1.01

Poty Mirim, J. (2022). Os "xondaro" e a circulação de saberes no mundo de hoje. In D. T. Gallois & V. Macedo (Orgs.), *Nas redes guarani: Saberes, traduções e transformações* (pp. 71–77). Hedra.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2014). Edital nº 28/2014.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2015). Edital nº 24/2015.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2018). Edital nº 27/2018.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2019). Edital nº 14/2019.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2020). Edital ProAc Expresso nº 15/2020.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2020). Edital ProAc Expresso nº 16/2020.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2021). Edital ProAc Expresso nº 29/2021.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2022). Edital nº 38/2022.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2023). Edital nº 36/2023.

ProAc. Secretaria de Cultura, Economia e Indústrias Criativas do Estado de São Paulo. (2024). Edital Fomento CULTSP nº 16/2024.

Quijano, A. (2005). A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latino-americanas* (pp. 117–142). Buenos Aires: CLACSO.

República de Angola. (1921). *Boletim Oficial da Província de Angola. Decreto nº 77, 5º, Iª Série*.

República de Cabo Verde. (2015). *Boletim Oficial, I Série – Nº 25* <<B.O.>> da República de Cabo Verde – 15/04/2015, 786-837. https://kiosk.incv.cv

República de Cabo Verde. (1998). *Decreto-Lei nº 67/98* – ALUPEC.

Ronen, S., Gonçalves, B., Hu, K. Z., Vespignani, A., Pinker, S., Hidalgo, C. A. (2014). *Links that speak: The global language network and its association with global fame.* Proceedings of the National Academy of Sciences, 111(52), E5616–E5622. https://doi.org/10.1073/pnas.1410931111

Ruiz Vieytez, E. J. (2018). *La Carta Europea de las Lenguas Regionales o Minoritarias en su veinte aniversario: Balance y retos de futuro*. Revista de Llengua i Dret, (69), 18–27. https://doi.org/10.2436/rld.i69.2018.3065

Said, E. W. (2005). *L'orientalisme: L'Orient créé par l'Occident*. Paris: Seuil. (Original publicado em 1978)

Sampaio, T. (1987). *O Tupi na Geografia Nacional*. Brasiliana, 380. Companhia Editora Nacional. (Original publicado em 1928).

Santos, B. S. (2006). *Para um novo senso comum: A ciência, o direito e a política na transição paradigmática (Vol. 4)*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, B. S. (2006). *A gramática do tempo: Para uma nova cultura política – Parte III – Sociologia das ausências, sociologia das emergências e tradução*.

Santos, M. (1982). *Pensando o espaço do homem*. Editora da USP.

Schincariol, V. (2022). *Políticas culturais e decolonialidade nos países africanos de língua oficial portuguesa: Uma análise jurídico-antropológica sobre a codificação da diversidade cultural* (Dissertação de mestrado). ISCSP, Universidade de Lisboa.

Severo, C. G. (2016). *A invenção colonial das línguas da América*. Alfa, 11-28. http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1604-1

Severo, C. G. (2016). *Lusofonia, colonialismo e globalização*. Revista de Estudos em Educação e Diversidade Cultural, 13(3), 1321–1338. https://doi.org/10.5007/1984-8412.2016v13n3p1321

Shiva, V. (1993). *Monocultures of the mind. In Monocultures of the Mind* (pp. 9-64). London, New Jersey: Zed Books Ltd.

Signorini, I. (2015). *Portuguese language globalism*. In L. P. Moita-Lopes (Ed.), Global Portuguese: Linguistic ideologies in late modernity (pp. 47–65). New York: Routledge.

Solasco, A. (2021). Dialogical art: Cartographies of memory and affection in the work of César Schofield Cardoso. In *Atlantica: Contemporary Art from Cabo Verde, Guinea Bissau, São Tomé and Príncipe and their Diasporas* (pp. 67-73). Hangar Books.

Sow, A. I., & Abdulaziz, M. H. (2010). Língua e evolução social. In A. A. Mazrui (Ed.), & C. Wondji (Ed.Ass.), *História geral da África Volume VIII - África desde 1935* (pp. 631-662). Brasília: Representação da Unesco no Brasil, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC).

Spivak, G. (1993). *The politics of translation*. In S. J. Williamson (Ed.), TRANSLATION - Documents of Contemporary Art (pp. 26-31). The MIT Press.

Spivak, G. C. (2022). *Crítica da razão pós-colonial: Por uma história do presente fugidio* (Edição 2022). Editora Politeia.

Steyerl, H. (2002). *Can the subaltern speak German?* In S. J. Williamson (Ed.), TRANSLATION - Documents of Contemporary Art (pp. 202-204). The MIT Press.

Tavares, E. (2005). *Mornas – Cantigas crioulas*. Guida Editori. (Original work published 1932)

Thiong'o, N. (1987). *Decolonizing the mind: The politics of language in African literature*. Harare: Zimbabwe Publishing House.

Thiong'o, N. (1993). *Moving the centre: The struggle for cultural freedoms*. London: James Currey.

UNCTAD. (2014). *Economias criativas cabo-verdianas: Potencializando vocações para um novo desenvolvimento*.

UNCTAD. (2023). *Mapeamento das Indústrias Culturais e Criativas em Angola*. Luanda: Train for Trade II.

UNESCO. (1970). *Informe Final – Conferencia Intergubernamental sobre los Aspectos Institucionales, Administrativos y Financeiros de las Políticas Culturais*. Veneza, SHC/MD/13.

UNESCO. (1972). *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. https://whc.unesco.org/archive/convention-en.pdf

UNESCO. (1975). *SHC/MD/29*. *Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas Culturales en África*. Accra.

UNESCO. (1980). *Recommendation concerning the status of the artist*.

UNESCO. (1982). 116EX/SP/RAP/1. Contribución de la Unesco a la promoción de la lengua materna como instrumento de educación y cultura. In *Estudio a fondo de la cuestión que el consejo ejecutivo examino basándose en el informe del director general para 1979-1980*.

UNESCO. (1989). *Priority: Africa, Annex I, Main Activities for which Provision is made for the Africa Region in the Draft Programme and Budget for 1990-1991*. CAB-89/WS-2/CA/2.

UNESCO. (2001). *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Paris: UNESCO.

UNESCO. (2003). *A educação para um mundo multilíngue*. Paris: UNESCO.

UNESCO. (2005). *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade de expressões culturais*. Paris: UNESCO.

UNESCO. (2020). *Los Pinos Declaration [Chapoltepek]: Making a decade of action for indigenous languages*. México

UNESCO. (2023). *Digital initiatives for indigenous languages*. Global voices.

UNESCO. (2025). *MONDIACULT 2025 Outcome Document*.

United Nations, Economic and Social Council. (2018). *Action plan for organizing the 2019 International Year of Indigenous Languages* (E/C.19/2018/8).

United Nations, Economic and Social Council. (2020). *Report on indigenous languages* (E/C.19/2020/9).

Veiga, M. (2004). *A construção do bilinguismo.* Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia.

Vieira, J. L. (2004). *Luuanda*. Alfragide: Caminho.

Voz di Povo. (1979, março 14). Arquivo Nacional de Cabo Verde.

Williams, R. (2011). *Cultura e sociedade: De Coleridge a Orwell* (V. Joscelyne, Trad.). Vozes. (Original publicado em 1958).

Yafi, N. (2022). *Plaidoyer pour la langue arabe*. Montreuil: Éditions Libertalia.

Zau, F. (2002). *Angola - Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: UA.

LINKS

8º Fórum Nacional de Museus. (2024). *8º Fórum Nacional de Museus*. https://forum.museus.gov.br, acesso em 09/11/24.

Agência Câmara de Notícias. (2024). *Comissão aprova o plano nacional de cultura*. https://www.camara.leg.br/noticias/133798-comissao-aprova-o-plano-nacional-de-cultura, acesso em 26/11/24.

As Maori language use grow in New Zealand the challenge is to match deeds to words. (2022). The Guardian. https://www.theguardian.com/world/2022/sep/12/as-maori-language-use-grows-in-new-zealand-the-challenge-is-to-match-deeds-to-words, acesso em 27/11/24.

Centro de Trabalho Indigenista (CTI). (2019). *Programa Aldeias*. https://trabalhoindigenista.org.br/programa-aldeias, acesso em 19/11/24.

Centro de Trabalho Indigenista (CTI). (2024). *Programa Aldeias – 10 anos São Paulo*. https://trabalhoindigenista.org.br/programa-aldeias-10-anos-sao-paulo/.

CNAD - Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design de Cabo Verde. (2023). Inauguração | CNAD - Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design de Cabo Verde. https://www.youtube.com/watch?v=kEhDMXU55ro&t=2498s. Acesso em 20/02/2025.

Comissão Guarany Yvyrupa. (2024). Demarcação Yvyrupa: Povo Guarani celebra a declaração de sete terras indígenas. https://www.yvyrupa.org.br/2024/10/23/demarcayvyrupa-povo-guarani-celebra-a-declaracao-de-sete-terras-indigenas/, acesso em 25/11/2024.

Comissão Guarany Yvyrupa. (2024). Sobre a CGY. https://www.yvyrupa.org.br/sobre-a-cgy/, acesso em 05/11/24.

Conselho Indigenista Missionário. (2017). 280 mil indígenas Guarani vivem em quatro países da América do Sul, diz pesquisa que será apresentada hoje no ATL. https://cimi.org.br/2017/04/39488/, acesso em 15/10/24.

EBC. (2023). Ministra dos Povos Indígenas formaliza adesão do Brasil ao Instituto Iberoamericano de Línguas Indígenas (IIBELI). https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/ministra-dos-povos-indigenas-formaliza-adesao-do-brasil-ao-instituto-iberoamericano-de-linguas-indigenas-iibeli?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 20/02/2025.

Expresso das Ilhas. (2023). Parlamento aprova classificação de português como patrimônio imaterial de Cabo Verde. https://expressodasilhas.cv/pais/2023/04/15/parlamento-aprova-classificacao-de-portugues-como-patrimonio-imaterial-de-cabo-verde/85354. Acesso em 20/02/2025

Entrevista Altaci Kokama. (2023). As línguas indígenas estão adormecidas, não foram extintas. https://www.nexojornal.com.br/externo/2023/04/22/as-linguas-indigenas-estao-adormecidas-nao-foram-extintas, acesso em 06/11/2024.

Entrevista BBC Altaci Corrêa Rubim Kokama. (2024). https://www.bbc.com/portuguese/resources/idt-2779c755-7af1-495a-a41c-d02995e459b8, acesso em 20/10/24.

Governo de Cabo Verde. (2023). Há 7 anos, prometíamos de forma utópica a construção e reabilitação de uma nova centralidade, um novo farol para a cultura e as indústrias criativas em Mindelo. A verdade é que conseguimos. https://www.governo.cv/ha-7-anos-prometiamos-de-forma-utopica-a-construcao-e-reabilitacao-de-uma-nova-centralidade-um-novo-farol-para-a-cultura-e-as-industrias-criativas-em-mindelo-a-verdade-e-que-conseguimos/. Acesso em 20/02/2025.

Global Alliance for the Rights of Nature (GARN). (2024). About GARN. https://www.garn.org/about-garn/, acesso em 05/11/24.

IIALI. (2025). El IIALI en una mirada. https://www.iiali.org/el-iiali-en-una-mirada/. Acesso em 20/02/2025.

IberCultura Viva. (2023). IberCultura Viva e IberMemoria lançam Cenzontle. https://iberculturaviva.org/ibercultura-viva-e-ibermemoria-lancam-cenzontle/. Acesso em 20/02/2025.

Inforpress. (2023). Linguista congratula-se com a abertura e sensibilidade do novo presidente da República para oficialização do crioulo. https://inforpress.cv/linguista-congratula-se-com-abertura-e-sensibilidade-do-novo-presidente-da-republica-para-oficializacao-do-crioulo/?fbclid=IwAR3_TQb2a45txVmBKPHBSs1nIHgv_HHQGscfYScvrh9HRu5DJZZZLWKcUxU. Acesso em 20/02/2025.

LEI N.º 6.303, DE 19 DE JULHO DE 2023 – DO RECONHECIMENTO E COOFICIALIZAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS. (2023). https://legisla.imprensaoficial.am.gov.br/diario_am/12/2023/7/9853?modo=lista, acesso em 15/10/2024.

Lusa. (2023). Escritora Paulina Chiziane pede descolonização da língua portuguesa. https://www.lusa.pt/culture/article/2023-05-05/40734050/escritora-paulina-chiziane-pede-descolonizacao-da-l%C3%ADngua-portuguesa. Acesso em 20/02/2025.

Manifesto guarani pelo PL do Cinturão Verde Guarani (2021). Manifesto Cinturão Verde Guarani. https://www.yvyrupa.org.br/2021/12/14/manifesto-cinturao-verde-guarani/, acesso em 02/11/2024.

Missa Kewere. (2024). *Missa Kewere*. https://www.youtube.com/watch?v=Aov19feapv8, acesso em 12/10/24.

Monteiro, R. (2023). ALMA-CV questiona artigo que prescreve uso exclusivo da língua portuguesa na administração pública. A Nação. https://www.anacao.cv/noticia/2023/11/30/alma-cv-questiona-artigo-que-prescreve-uso-exclusivo-da-lingua-portuguesa-na-administracao-publica/

Museu de Arte de São Paulo (MASP). (2023). *Histórias Indígenas*. https://www.masp.org.br/exposicoes/historias-indigenas.

Museu de Arte Moderna de São Paulo. (2021). *Moquem Surari – Arte Indígena Contemporânea*. https://mam.org.br/exposicao/moquem_surari-arte-indigena-contemporanea/.

Nhee Porã. (2024). *Nhee Porã: Memória e transformação*. https://www.museudalinguaportuguesa.org.br/memoria/exposicoes-temporarias/nhee-pora-memoria-e-transformacao/, acesso em 05/08/24.

NOTA TV. (2024). Discurso Ailton Krenak ABL. https://www.youtube.com/watch?v=Iw36ADrzGdk, acesso em 25/09/24.

OEI Brasil. (2022). CILPE 2022 / 16.02.22 - Português [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=2WYZnBTz9CI

OEI. (2023). VIII Congresso Ibero-Americano de Cultura. https://www.youtube.com/live/rvKdD_EWZds?si=7pYXg0ZX3mzgHtLD. Acesso em 20/02/2025.

OIF. (2023). Discurso de Emmanuel Macron. Encontro com jovens, XVIII Conferência da Francofonia. https://youtu.be/fptDXiZ3vEw?si=yxapGZJBugHtjNjx. Acesso em 31/04/2023.

OIF. (2024). Lancement de l'initiative langues en dialogue. https://www.francophonie.org/lancement-de-linitiative-langues-en-dialogue-1078. Acesso em 20/02/2025.

OIF. (2024). Tempo Traduction. https://www.francophonie.org/tempo-traduction-2112?utm_. Acesso em 20/02/2025.

OIF. (2024). Lançamento da iniciativa Línguas em Diálogo. https://www.francophonie.org/lancement-de-linitiative-langues-en-dialogue-1078. Acesso em 03/04/24.

OIF. (2025). *Uma história da Francofonia*. https://www.francophonie.org/une-histoire-de-la-francophonie-23. Acesso em 20/02/2025.

OIF. (2025). Une histoire de la francophonie. https://www.francophonie.org/une-histoire-de-la-francophonie-23. Acesso em 20/02/2025.

ONU News (2023). Presidente de Cabo Verde, José Maria Neves, discursa na Assembleia Geral da ONU. https://www.youtube.com/watch?v=KQ6AfrOupaM. Acesso em 20/02/2025.

Ópera Guarani. (2023). Ópera "O Guarani" leva indígenas ao palco do Theatro Municipal de SP. https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/05/11/opera-o-guarani-leva-indigenas-ao-palco-do-theatro-municipal-de-sp.ghtml, acesso em 15/10/24.

Prêmio PIPA. (2024). Sobre o Prêmio PIPA 2024. https://www.premiopipa.com/sobre-o-premio-pipa-2024/.

Rádiotelevisão Caboverdiana (RTC). (2023). Abraão Vicente é favorável a uma revisão cosntitucional para dar o crioulo o estatuto que merece. https://www.youtube.com/watch?v=EX029wbsTjk. Acesso em 20/02/2025.

Rádiotelevisão Caboverdiana (RTC). (2023). Abraão Vicente sobre classificação da língua portuguesa como património imaterial, pelo Parlamento. https://www.youtube.com/watch?v=Pe-anlojMFw. Acesso em 20/02/2025.

Rádiotelevisão Caboverdiana (RTC). (2023). Introdução da Língua Cabo-verdiana no Ensino Secundário. https://www.youtube.com/watch?v=qJKskC1opHM. Acesso em 20/02/2025.

Rádiotelevisão Caboverdiana (RTC) - ORIGENS com jornalista Nany Vaz. (2023). Jeff N´gosi Nelly Lopes - "Importância da Língua Cabo-verdiana na Cultura". https://www.rtc.cv/rcv/audio-details/origens-tradicao-oral-de-cabo-verde-batuco-finacao-e-rapp-8389. Acesso em 20/02/2025.

Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Prefeitura de São Paulo. (2022, novembro 18). Prefeitura

atua para manter cultura indígena em São Paulo. https://capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-atua-para-manter-cultura-indigena-em-sao-paulo. Acesso em 20/02/2025.

Turismagazine. (2023, maio 16). Importância do Centro Cultural de Cabo Verde em Lisboa (CCCV) nas relações diplomáticas entre Portugal e Cabo Verde. https://www.turimagazine.com/importancia-do-centro-cultural-de-cabo-verde-em-lisboa-cccv-nas-relacoes-diplomaticas-entre-portugal-e-cabo-verde/. Acesso em 20/02/2025.